

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
XI MESTRADO EM SOCIOLOGIA
RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



**MANIFesta – FEIRA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: MOSTRA
E PROMOÇÃO DO EMPOWERMENT EM PORTUGAL**

Dissertação de Mestrado elaborada por:

Mariano Alves de Brito

Nº.3376

Orientada por:

Professora Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar

“Esta Dissertação não inclui as críticas e sugestões feita pelo júri”

Évora - Portugal
2007

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
XI MESTRADO EM SOCIOLOGIA
RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



**MANIFesta – FEIRA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: MOSTRA
E PROMOÇÃO DO EMPOWERMENT EM PORTUGAL**



Dissertação de Mestrado elaborada por:

Mariano Alves de Brito

Nº.3376

Orientada por:

Professora Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar

164 701

“Esta Dissertação não inclui as críticas e sugestões feita pelo júri”

Évora - Portugal
2007

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**TÍTULO: MANIFesta – Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do
Empowerment em Portugal.**



**Dissertação de Mestrado em Sociologia: Vertente de Recursos Humanos e
Desenvolvimento Sustentável, Apresentada ao Departamento de Sociologia da
Universidade de Évora - Portugal -2007.**

Dissertação de Mestrado elaborada Por:

Mariano Alves de Brito

Nº. 3376



Orientada por:

Professora Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar

Universidade de Évora - Portugal

Outubro - 2007

AGRADECIMENTOS

Ao DEUS criador, pelo dom da vida, ao meu pai;

À minha orientadora de Dissertação Prof^ª.Dr^ª. Saudade Baltazar, com gratidão e apreço;

À Directora da FAR, Lisiane Rosado, com gratidão;

À Secretaria da Educação do Estado do Piauí, na pessoa do Exm^º. Sr. Secretário da Educação, Dep. Federal António José Medeiros;

Ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Dep. Themístocles Filho;

Aos meus professores de Mestrado: Prof^º.Dr. Augusto da Silva, Prof^º.Dr. Eduardo Figueira, Prof^º.Dr. Francisco Ramos, Prof^ª.Dr^ª. Maria J. Stock, Prof^ª.Dr^ª. Mariana Cascais, Prof^º.Dr. Roque Amaro, Prof^ª.Dr^ª. Saudade Baltazar;

Às amigas: Dorinha, Graça, Teresinha, Chiquinha;

Ao Jean Carlos, Rosângela Oliveira, Santana Noletto, Carlos Máximo, Graça Lopes;

À equipa da ANIMAR, António Barata, Anabela, Célia Lavado, Rogério Silva;

Ao Alexandre, Eng. David Machado, Prof^º.Dr. José C. Albino, Licenciando José Brás, Dr. José Magalhães, Prof^º.Dr. Luís Moreno, Prof^º.Dr. Marcos Olímpio, Prof^º.Dr. Roque Amaro, pela amizade imensurável;

Às secretárias do Mestrado de Sociologia: Dulce, Fortunata e Teresa Raleira;

Aos colegas de Mestrado;

Ao Pe. António Esteves Fernandes; Pe. João Paulo, Pe. Gerson;

À Família Hilário e Leandra, pelo apoio e acolhimento;

Aos profissionais da 18^ª.GRE;

À Academia Militar das Forças Armadas Portuguesas.

In memoriam:

Luzia (minha mãe);

Dom. Abel (amigo);

Aristides de S. Mendes.

LISTA DE SIGLAS

LETRA - A

ACERT- Associação Cultural e Recreativa de Tondela.

ADL- Associações de Desenvolvimento Local.

ADESCO- Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Amarante.

ADRACES- Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul.

ANDC- Associação Nacional de Direito ao Crédito.

ANIMAR- Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local.

LETRA – B

BIRD- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

LETRA – C

CCDRA- Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Alentejo.

CCO- Centro de Cultura Operária.

CEE- Comunidade Económica Europeia.

CES- Conselho Económico Social.

CNEMA- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.

CPC- Conservação do Património Cultural.

LETRA – D

DC- Desenvolvimento Comunitário.

DL- Desenvolvimento Local.

DLIS- Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

LETRA – E

ESDIME- Agência para o Desenvolvimento Local no Sudoeste Alentejo.

EUA- Estados Unidos da América.

LETRA – F

FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

FEOGA- Fundo Europeu de Orientação e Garantias Agrícolas.

FMI- Fundo Monetário Internacional.

FSE- Fundo Social Europeu.

LETRA – G

GATT- Acordo Geral sobre Pauta Aduaneira e Comércio.

GOP- Grande Opção de Planos.

GRH- Gestão de Recursos Humanos.

LETRA - I

ICE- Instituto das Comunidades Educativas.

IEFP- Iniciativa de Emprego e Formação Profissional.

ILE- Iniciativas Locais de Emprego.

INSCOOP- Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

INATEL- Instituto Nacional do Aproveitamento dos Tempos Livres.

IN LOCO- Associação de Desenvolvimento.

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social.

IQADE- Implementação e Qualificação de Agências de Desenvolvimento.

ISCTE- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa.

ISSSL- Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

LETRA – J

JARC- Juventude Agrária e Rural Católica.

JOC- Juventude Operária Católica.

LETRA - L

LEADER- Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural.

LEDA- Programa Local de Emprego e Desenvolvimento Acção - investigação.

LOC- Liga Operária Católica.

LETRA - M

MAP- Movimento Associativo em Portugal.

MAIS ALÉM- Cooperativa de Serviços.

LETRA - O

OCDE- Organização de Cooperação do Desenvolvimento Económico.

OIDL- Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local.

ONU- Organização das Nações Unidas.

LETRA - P

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PDR- Plano de Desenvolvimento Regional.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNIC- Programa Nacional de Interesse Comunitário.

PORA- Programa Operacional Regional Alentejo.

PO- Programa Operacional.

PPDR- Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional.

PRIA- Programa Regional de Inovação Alentejo.

LETRA – Q

QCA- Quadro Comunitário de Apoio.

QREN- Quadro Regional de Estratégia Nacional.

LETRA – R

RMG- Rendimento Mínimo Garantido.

LETRA – S

SOLIDÁRIOS- Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário.

LETRA – T

TERN- Trans European Rural Network.

LETRA – U

UE- União Europeia.

U. Ev. - Universidade de Évora.

UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Auto-Douro.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	01
I-ABORDAGENS METODOLÓGICAS.	10
1.1.Delineamento Geral.	11
1.2.Perguntas de Partida, Definição de Objectivos Geral e Específicos.	12
1.3.Universo.	12
1.4.Amostra.	13
1.5.Recolha de Dados.	14
1.6.Análise e Tratamento dos Dados.	16
II-GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.	18
2.1.A Globalização num Mundo em Mudanças.	19
2.1.1. Portugal: Marco Histórico da Globalização.	20
2.1.2. Conceptuações de Globalização.	25
2.2.O Desenvolvimento numa Contextualização Teórica.	29
2.2.1.Conceitos de Desenvolvimento.	30
2.2.2.Paradigmas Teóricos do Desenvolvimento.	34
2.2.2.1.Paradigma Funcionalista.	34
2.2.2.2.Paradigma Territorialista.	37
2.2.2.3.Paradigma das Novas Territorialidades.	40
2.2.2.4.Os Novos Paradigmas Científicos.	41
2.2.3.A Perspectiva do Desenvolvimento no Regional e no Local.	42
III-PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL.	49
3.1.Desenvolvimento Local Participado em Portugal.	51
3.1.1.Políticas Regionais Nacionais e Comunitárias.	55
3.1.2.Empowerment e Cidadania.	60
3.1.3.Parcerias e Desenvolvimento Local.	67
3.1.4.Movimento Associativo em Portugal.	74
IV-DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROMOÇÃO DO EMPOWERMENT EM PORTUGAL.	80
4.1.ANIMAR:Rede e Organização das Iniciativas de Desenvolvimento Local Participado em Portugal.	81
4.1.1.Criação, Estatuto e Percurso.	82
4.1.2.Projectos.	90
4.1.3.Organização de Feiras e Mostras de Desenvolvimento Local.	91

4.2.Abordagem Evolutiva da MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local.	93
4.2.1.MANIFesta em Santarém - 1994.	95
4.2.1.1.Antecedentes.	95
4.2.1.2.Lema e Logótipo.	95
4.2.1.3.Promotores e Participantes.	97
4.2.2.MANIFesta em Tondela – 1996.	98
4.2.2.1.Antecedentes.	98
4.2.2.2.Lema e Logótipo.	99
4.2.2.3.Promotores e Participantes.	100
4.2.3.MANIFesta em Amarante - 1998.	101
4.2.3.1.Antecedentes.	101
4.2.3.2.Lema e Logótipo.	102
4.2.3.3.Promotores e Participantes.	103
4.2.4.MANIFesta em Tavira - 2001.	104
4.2.4.1.Antecedentes.	104
4.2.4.2.Lema e Logótipo.	104
4.2.4.3.Promotores e Participantes.	105
4.2.5.MANIFesta em Serpa - 2003.	107
4.2.5.1.Antecedentes.	107
4.2.5.2.Lema e Logótipo.	107
4.2.5.3.Promotores e Participantes.	108
4.2.6.MANIFesta em Trancoso - 2005.	110
4.2.6.1.Antecedentes.	110
4.2.6.2.Lema e Logótipo.	110
4.2.6.3.Promotores e Participantes.	111
4.3.As MANIFestas em Perspectiva Comparada.	114
4.3.1.Manifestações das MANIFestas.	114
4.3.2.Temáticas e Debates das MANIFestas.	128
4.3.3.Declarações das MANIFestas.	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	133
BIBLIOGRAFIA	144
ANEXOS	153
Anexo I- Estatutos da ANIMAR.	154
Anexo II- Guião de Entrevista.	168
Anexo III-Grelhas de Análise Temática.	171
Anexo IV- Programas MANIFestas.	213
Anexo V- Declarações das MANIFestas.	237

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura-01. Logótipo da ANIMAR.	83
Figura-02. Logótipo da MANIFesta de Santarém.	96
Figura-03. Logótipo da MANIFesta de Tondela.	99
Figura-04. Logótipo da MANIFesta de Amarante.	102
Figura-05. Logótipo da MANIFesta de Tavira.	105
Figura-06. Logótipo da MANIFesta de Serpa.	108
Figura-07. Logótipo da MANIFesta de Trancoso.	111

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro-01. Conceitos de Desenvolvimento.	33
Quadro-02. Políticas de Regionalização em Portugal.	59
Quadro-03. Temáticas e Debates das MANIFestas.	129
Quadro-04. Declarações das MANIFestas.	131

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico-01. ADL / OIDL por Regiões em Portugal.	77
Gráfico-02. Colaboradores e Dinamizadores nas MANIFestas.	114
Gráfico-03. ADL, OIDL nas MANIFestas.	116
Gráfico-04. Áreas Culturais de Animação nas MANIFestas.	118
Gráfico-05. Actividades Culturais nas MANIFestas.	119
Gráfico-06. Stands nas MANIFestas.	120
Gráfico-07. Custos Financeiros das MANIFestas.	121
Gráfico-08. Visitantes nas MANIFestas.	124
Gráfico-09. Países Participantes nas MANIFestas.	127

RESUMO

A presente Dissertação de Investigação enquadrado no Mestrado em Sociologia, vertente de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, direcciona-se para o campo do Desenvolvimento Local em Portugal, com relevância social em face das inúmeras exigências económicas, políticas e sociais da actualidade, que se enquadra no processo da globalização.

A temática investigada é a “MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal”. E tem como objectivo: Analisar o Desenvolvimento Local em Portugal a partir das MANIFestas, visando apresentar as potencialidades de organização das instituições promotoras e parceiras, que proporcionam mostras do Desenvolvimento Local e promovem o empowerment em Portugal.

Essa investigação apresenta resultados comprovando as MANIFestas nas 6 edições em 13 anos, como feiras do Desenvolvimento Local Participado em Portugal, promovendo o empowerment de desenvolvimento em Rede, envolvendo a ANIMAR e outras associações parceiras de Desenvolvimento Local, na promoção das economias locais, criação de emprego, formação, valorização cultural. As experiências e práticas das MANIFestas possibilitam sua aplicação em outros contextos geográficos, países lusófonos, nomeadamente no Brasil.

Palavras-chave:

ANIMAR, Associações, Cidadania activa, Empowerment, Globalização, Desenvolvimento Local, MANIFesta, Democracia participativa, Cidadania.

ABSTRACT

This investigation Thesis included in the Sociology master , Human Resource slope and Sustainable Development, is directed towards of Local Development in Portugal, with social relevance in the face of the countless current political and social economic exigencies, that accommodate the process of globalization.

The thematic investigation is “MANIFesta-Fair of Local Development: Show and Promotion of Empowerment in Portugal”. And has as an objective: To analyse the Local Development in Portugal starting with the MANIFestas, to present the organization potential of the promoters institutions and partnerships that proportion samples of Local Development, and promote the Empowerment in Portugal.

This investigation shows the results confirming the MANIFestas of 6 editions in 13 years, as Local Development fairs participated in Portugal, promoting the Empowerment of development in the network involving, ANIMAR and other partnerships associations of Local Development, in the promotion of local economics, creation employment, formation, cultural valuation. The experiences and practices of MANIFesta, make your application in other geographical contexts, lusófonos countries, namely in Brazil.

Keywords:

ANIMAR, Associations, Active citizenship, Empowerment, Globalization, Local Development, MANIFesta, Participation democracy, Partnerships.

INTRODUÇÃO.

A presente Dissertação de Mestrado, vertente de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, direcciona-se para o campo do Desenvolvimento Local em Portugal, em face das inúmeras exigências económicas, políticas e sociais da actualidade, que se enquadram no processo da globalização. A globalização é um processo que através do comércio, cultura, informação, religião, envolve nesse contexto relações onde o desafio é fazer o desenvolvimento chegar às regiões mais periféricas das sociedades. Como em qualquer outro país, Portugal está nesta abrangência das questões globais onde busca um empowerment na promoção e no desenvolvimento dos locais, pois os objectivos das organizações cívicas e solidárias em parcerias com o poder público tem sido equacionar soluções a partir de boas práticas alternativas de desenvolvimento participado nas regiões e nos locais, iniciadas no pós-II Guerra e intensificadas a partir da década de 80 do século XX.

Daí que, envolvendo relevantes abordagens do Desenvolvimento Local em Portugal, tem sido destaque e de importância significativa as questões desenvolvidas por vários autores entre outros: José Figueira (2003), Luís Moreno (2002), Marcos Santos (1997), Paulo Pedroso (1998), Rui Jacinto (1993), Rosário Serafim (1999), Roque Amaro (2000;2001;2005;2006), Simões Lopes (2005;2006), Vanda Santos (2004), trabalhando perspectivas de Desenvolvimento Local em Portugal: sobre as necessidades regionais e locais que se voltam para um processo de aproximação solidária em busca de objectivos comuns; encontrar respostas positivas aos problemas trabalhando a partir do contexto educação, formação, qualificação e desenvolvimento; empoderamento das pessoas nos territórios para uma democracia participativa e; parcerias que envolvem poder público, associações de Desenvolvimento Local, instituições privadas, todos procurando uma actuação solidária em favor da promoção do Desenvolvimento Local em Portugal em meio urbano e rural.

Desta forma, partindo da realidade das relações num mercado globalizado, da necessidade de alternativas de Desenvolvimento Regional e Local de muitos sectores de produção e económicos em Portugal, a perspectiva de estudo e investigação na área da Sociologia

volta-se para a problemática do Desenvolvimento Local em Portugal, visando apresentar a promoção do empowerment de Desenvolvimento Local em Portugal, expor as boas práticas de Desenvolvimento Local em Portugal e enquadrar como modelo para outras experiências de boas práticas aqui e para outras sociedades, frente aos problemas que surgem com os efeitos dos processos económicos, políticos, sociais urbanos e suas implicações no meio rural.

Assim, frente a questão da necessidade de políticas sociais responsáveis, das necessidades de promoção de um Desenvolvimento Local participativo, revelou-se importante como objecto de estudo, a investigação que pretendeu apresentar os resultados das boas práticas do Desenvolvimento Local na sociedade portuguesa. Investigação essa que tem como ponto de partida as boas práticas de Desenvolvimento Local participado em Portugal, que a ANIMAR idealizou e organiza a partir das MANIFestas desde 1994. Essas boas práticas “MANIFesta”, constituiu-se no objecto de estudo com a delimitação: **MANIFesta - Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal**. É a razão para que a partir das MANIFestas pretendi apresentar as potencialidades das boas práticas e para as boas práticas do Desenvolvimento Local participado em Portugal, antes fazendo uma abordagem desse processo do desenvolvimento em Portugal.

Na actualidade, o Desenvolvimento Local, assume-se como uma perspectiva de abordagem que se tem vindo a reforçar no pensamento social político e económico. E diante da conjuntura da nova ordem económica global, já não se pode conceber individualismo, mas, parcerias, objectivos sociais comuns, factos comuns da sociedade, onde a ideia de objectivos comuns aponta para que os grupos sociais obtenham êxito nas suas empreitadas. Daí, essa nova concepção na forma de trabalhar em parceria surge da exigência de superar as crises económicas, políticas e sociais dos anos 60, que deram início a essa nova forma de se pensar o social nos locais. Amaro, esclarece que inicia em Portugal pelas experiências práticas de comunidades rurais portuguesas dos anos 60, embora que essa ideia de desenvolver o comunitário tenha partido de uma estrutura administrativa de cima para baixo, com Maria de Lourdes Pintasilgo. Ao contrário de outras experiências que surgiram da base social e foram assumidas pela esfera da administração pública, no caso, América Latina e África. (AMARO, 2005)

Como define Amaro, o termo “Desenvolvimento” para se firmar, segue o curso pela acção prática, pela discussão nos meios académicos e publicação de trabalhos voltados para a temática do desenvolvimento da comunidade e, por fim, aceitação pelo poder público. Ele faz uma trajetória do conceito de desenvolvimento até chegar ao conceito de Desenvolvimento Local, onde elementos contribuem para fortalecer as iniciativas de Desenvolvimento Comunitário, renovando o conceito para uma abordagem como Desenvolvimento Local. Um contributo para alargamento da percepção do Desenvolvimento Comunitário foi a Organização das Nações Unidas-ONU, nos anos 60 que assumiu o Desenvolvimento Comunitário como programa de ajuda ao desenvolvimento nos países pobres, subdesenvolvidos, em desenvolvimento, em parceria com as Organizações Não Governamentais, aplicado na Ásia, nomeadamente na Índia (PNUD). Nos anos 60 na América Latina, as Comunidades Eclesiais de Base assumem a dimensão de Desenvolvimento Comunitário. Nos anos 80 na Europa Ocidental, foi definido como Desenvolvimento Local. Nos anos 90 no Brasil, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Augusto Franco desenvolvem as teorias do DLIS – Desenvolvimento Local Interno e Sustentável. (AMARO, 2005)

Na África, em Moçambique nos anos 90, exerce-se à experiência de Desenvolvimento Comunitário com as CIMEIRAS - Desenvolvimento Comunitário a partir das bases (Comunidades Aldeias). Assim foram grandes contributos para os conceitos de desenvolvimento o contexto do pós-guerra e décadas seguintes que constatamos nos tratados de não agressão, convenção de Ialta (nova divisão territorial); guerra-fria, reconstrução europeia (infra- estrutura económica), reconstituição da confiança; e tratado de cooperação para reconstrução da Europa no pós-II Guerra. No contexto da economia mundial identificamos a produção de aço e carvão mineral como fontes de energia, energia atómica, lógica supra-nacional, diminuição da soberania nacional, desarmamento da estrutura alfandegária e independência das antigas colónias europeias. (AMARO, 2005)

Com isto, o clima de euforia no âmbito do desenvolvimento leva a um processo de paz e esperança e entra num processo de industrialização e modernização tecnológica, racionalização dos processos de trabalho, avanço do conhecimento científico e urbanização. A nova ordem económica no contexto do pós-II Guerra é produzir cada vez

mais bens e serviços em quantidade e de forma variada. Essa situação faz muitas economias: a situação social e económica de muitos países entrar em colapso, inclusive de Portugal. Santos, diz que em Portugal nos anos 60 principalmente na zona rural esse processo recessivo levou muitos portugueses a emigrarem para a América Latina, Estados Unidos e Europa. (SANTOS, 2004)

Esse processo económico desfavorável em Portugal se inverte a partir dos anos 80, quando Portugal entra para a CEE e passa a receber, já bem antes, os retornados (Portugueses que emigraram para países africanos e retornaram depois), bem como uma explosão de imigração, situação que leva Portugal a elaborar políticas de imigração com responsabilidade social diante de questões como: retornados, explosão da imigração de várias etnias, processo de globalização, etc. Muitas regiões de Portugal ficam de fora do progresso económico, despertando para a urgência de incentivar as pequenas comunidades para o Desenvolvimento Local, com a perspectiva de identificar e caracterizar as experiências de trabalho com a comunidade, desenvolver estratégias adequadas para os processos de empowerment das populações mais desfavorecidas a partir das situações concretas.

Nesse contexto, em Portugal, o Desenvolvimento Local, tem sido uma discussão relevante e constante na busca do Desenvolvimento Local participativo para nivelar as condições socio-económicas de vida da sociedade portuguesa, uma tentativa de nivelamento das regiões e territórios marcados por assimetrias, como diz Jacinto, assimetrias na economia, demografia, saúde, educação, empregos e industria. Assimetria entre o norte e o sul, entre os grandes centros urbanos industrializados e o interior marcado por pobreza, baixa densidade demográfica, estagnação das pequenas economias e perda dos valores culturais. (JACINTO, 1993) Esse Desenvolvimento Local participativo quer rejeitar as lembranças do paradigma funcionalista e busca uma perspectiva mais territorialista de experiências e práticas que acontecem da base para o topo, que debruço-me para enquadrar nas praticas de Desenvolvimento Local em Portugal, onde se pode observar na concepção de Santos, que o desenvolvimento de uma região necessita de dinâmicas socio-económicas de diversos sub-conjuntos geográficos que constitui o cenário regional e local. (SANTOS, 1997)

Daí, Santos expõe que, as condições inerentes ao desenvolvimento desses subconjuntos, cujo grau de desnivelamento, é que confere à região uma maior ou menor homogeneidade e coesão. Coloca como condições endógenas necessárias para o desenvolvimento dos locais e indispensáveis para o êxito dos locais, onde envolvem: a emergência e consolidação de inovações tecnológicas, produtivas ou organizativas; a emergência de capacidades para reagir e integrar pressões heterónimas decorrentes da relação com os outros contextos socio-económicos e institucionais; a emergência de capacidades de regulação, enquanto sistema local que através das suas próprias normas saiba reinterpretar, a seu favor, estratégias vindas do exterior. (SANTOS, 1997)

Santos, expõe que constituem condições mínimas para que actualmente e no futuro um local possa considerar-se em movimento, ou seja, capaz de vencer ou evitar a estagnação, e assim possa aceder ou manter o seu processo de desenvolvimento: tendo por base estruturas mínimas organizacionais e demográfica; sistema de inter-relações locais; aperfeiçoamento de culturas técnicas e institucionais locais. (SANTOS, 1997) Assim, percebemos que o Desenvolvimento Local parte desses factores indispensáveis para que aconteça as experiências de desenvolvimento. Daí que, trazendo esse conjunto de condições para aplicar nas práticas de Desenvolvimento Local participativo no contexto de Portugal, é possível porque Portugal oferece suportes significativos, além de outros identifica-se: a ANIMAR¹, IPSS², ADL³, OIDL⁴ e a MANIFesta⁵.

Esta abordagem reforça-se com a criação em 1993 da ANIMAR, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em meio Rural, depois passando a ser em meio urbano e

¹.ANIMAR: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local em meio Urbano e Rural.

².IPSS: Instituição Particular de Solidariedade Social. (Instituição sem fins lucrativos, normalmente celebram convénios com as Autarquias para prestação de serviço social em áreas diversas como: saúde, educação, cultura, etc.).

³.ADL: Associação de Desenvolvimento Local. São Associações cívicas de actuação voluntária, com origem anterior à entrada de Portugal na CEE e que se intensificou a criação com a implantação dos programas LEADER em Portugal. Têm uma grande actuação nos locais nas áreas de criação de empregos, formação, qualificação, cultura, desporto, economias locais e realização de encontros de Desenvolvimento Local e feiras e mostras de produtos local. Ultimamente têm desenvolvido políticas de protecção ambiental.

⁴.OIDL: Organização e Iniciativas de Desenvolvimento Local. Nem sempre são organizadas juridicamente como as ADL, são muitas vezes grupos de pessoas nos locais que se juntam para reivindicar um projecto, uma acção em favor da comunidade junto às Autarquias, participar de programas de Quadros Apoio Comunitários, programa LEADER, etc.

⁵.MANIFesta: Assembleia Feira e Festa do Desenvolvimento Local, de realização bienal, com processo iniciado em Santarém em 1994.

rural. É uma Associação Rede constituída por pessoas e organizações cívicas e solidárias empenhadas no aprofundamento da democracia local, associando-se à estruturação de poderes alternativos, estimulando e densificando as relações de responsabilidades para a intervenção e valorização de recursos em meios desfavorecidos, entendendo o Desenvolvimento Local como processo participativo de inovação social, de responsabilização partilhada dos actores, para a valorização e qualificação do seu meio, num diálogo construtivo que se tem assimilado ao desenvolvimento. É também, uma alternativa inclusiva, inerente a um modelo de desenvolvimento que deseja alicerçar de forma ascendente numa lenta globalização de cooperações entre poderes e inspirado nos valores humanistas de alteridade. (GUIA ANIMAR, 2003)

Conforme Amaro, um conjunto de actores locais, nomeadamente as Instituições Particular de Solidariedade Social-IPSS (Instituição sem fins lucrativos); Associações de Desenvolvimento Local - ADL e, Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local - OIDL, com actuação em parceria com as Câmaras municipais e nos territórios locais urbanos e rurais, onde as instituições sociais cívicas se associam ao poder público municipal, formando um consórcio de organizações em vista de desenvolvimento e execução de projectos que beneficiam a comunidade local. É uma iniciativa no âmbito da ANIMAR, a nível de Câmaras, destacando-se principalmente no planeamento de acções de Desenvolvimento Local, na aplicação de recursos de forma activa e participativa, bem como consórcio de projectos locais, que pode ser entendido este consórcio como redes sociais de Desenvolvimento Local. (AMARO, 2005)

No entanto, destacadamente importante para o Desenvolvimento Local têm sido as MANIFestas - Assembleia, Feira, Festas e exposição de actividades de Desenvolvimento Local em Portugal que o Prof. Dr. Roque Amaro idealizou a partir de 1994, a feira do Desenvolvimento Local “MANIFesta” como proposta a estes anseios económicos das pequenas comunidades e localidades portuguesas, não que a ideia seja só pequenas localidades, mais, o desenvolvimento na sociedade portuguesa de forma participativa e associativa, envolvendo as Câmaras, sector empresarial, sociedade civil e as organizações cívicas solidárias. Essa experiência envolve uma acção conjunta de exposição das potencialidades e debates, avaliação das alternativas para efectivação no Desenvolvimento

Local. Essas experiências surgem como boas práticas de Desenvolvimento Local e já possibilitou a realização de 06 (seis) MANIFestas, razão que justifica essa investigação com a perspectiva de que possibilitou apresentar e reflectir sobre as potencialidades de tais melhorias e práticas inerentes a tal proposta de Desenvolvimento Local em Portugal.

Como propósito para o estudo, as perguntas de investigação que delineei são: Quais as potencialidades que a MANIFesta pode apresentar para um Desenvolvimento Local em Portugal? Como desenvolver políticas de Desenvolvimento Local a partir das temáticas, discussões e conclusões surgidas com a realização das MANIFestas? Porque as MANIFestas têm sido feiras e mostras com resultados positivos para o empowerment do Desenvolvimento Local em Portugal? A partir daí, planeei o objectivo geral e específicos, voltados para o objecto do estudo, de forma que possibilitou executar a investigação na perspectiva empírico/qualitativa, referente às “MANIFesta”. Assim, o objectivo geral foi: Analisar o Desenvolvimento Local em Portugal a partir das MANIFestas, visando apresentar as potencialidades de organização das instituições promotoras e parceiras, que proporcionam mostras do Desenvolvimento Local e promoção dos empowerment em Portugal.

Os objectivos específicos assim delineados foram: Identificar os contributos da ANIMAR no processo de Desenvolvimento Local em Portugal; Caracterizar as diversas edições das MANIFestas enquanto feiras e mostras do Desenvolvimento Local; Compreender o contributo para a promoção do empowerment em Portugal ao longo de 13 anos de realização da “MANIFesta”; Identificar as perspectivas futuras para o Desenvolvimento Local em Portugal com base nas Teses aprovadas nas MANIFestas; Apresentar algumas propostas de intervenção local noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil.

Na estrutura do estudo, procurei reflectir os níveis analíticos em que o problema apresentou e em que me pretendi interpretar os resultados da investigação. Na **Abordagem Metodológica I**, procurei apresentar as etapas dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da Dissertação, envolvendo: o Delineamento Geral; Definição de Perguntas de Partidas, Objectivo Geral e Específicos; o Universo; a Amostra; a Técnica de Recolha de Dados; a Análise e Tratamento dos Dados.

Nas abordagens sobre a **Globalização e o Desenvolvimento II**, procedi com apresentação sobre: A Globalização num Mundo em Mudanças, identificando Portugal: Marco Histórico da Globalização; as Conceptuações de Globalização. No Desenvolvimento numa Contextualização Teórica, descrevendo: Conceitos de Desenvolvimento; Paradigmas Teóricos do Desenvolvimento e subdivisões nos paradigmas Funcionalista, Territorialista, das Novas Territorialidades e Científicos; A Perspectiva do Desenvolvimento no Regional e no Local. Visa-se com essas abordagens, uma visão conjunta de pontos que estão inseridos no contexto do desenvolvimento, no sentido de uma compreensão dos processos económicos da globalização que impuseram mudanças e transformações no percurso do desenvolvimento até chegar à perspectiva do Desenvolvimento Local participativo.

Na **Perspectiva do Desenvolvimento Local em Portugal III**, apresentei o: Desenvolvimento Local Participado em Portugal, com as: Políticas Regionais, Nacionais e Comunitárias; o Empowerment e Cidadania; as Parcerias e Desenvolvimento Local; o Movimento Associativo em Portugal. Pretendi nesta abordagem dar ênfase às relevantes questões teóricas do Desenvolvimento Local, nomeadamente no contexto de Portugal, como: experiências e práticas, associativismo, cooperativismo, desenvolvimento participativo, animação cultural, empowerment, parcerias e desenvolvimento regional e local em Portugal.

No **Desenvolvimento Local e Promoção do Empowerment em Portugal IV**, o ponto de partida foi a aplicação do método de análise categorial temática no tratamento das informações seguindo com a abordagem sobre a: ANIMAR: Rede e Organização das Iniciativas de Desenvolvimento Local Participado em Portugal, identificando a Criação e Estatuto; Projectos; a Organização de Feiras e Mostras de Desenvolvimento Local. Uma Abordagem Evolutiva da MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local, descrevendo cada MANIFesta com seus Antecedentes; Lema e Logótipo; Promotores e Participantes. As MANIFestas em Perspectiva Comparada, com análise dos dados empíricos das MANIFestas, destacando as: Manifestações das MANIFestas: Países Participantes, Participações Individuais e Voluntários, Participação de ADL / OIDL, Áreas Culturais, Actividades Culturais, Stands, Visitantes, Investimento Financeiro; prosseguindo com a Análise das Temáticas das MANIFestas; com a Análise das Declarações das MANIFestas.

Aqui, a abordagem apresenta o perfil da ANIMAR, das MANIFestas como Feira do Desenvolvimento local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal. As práticas de parcerias, o associativismo, a democracia participativa e solidária em torno das questões do Desenvolvimento Local Participado em Portugal.

As **Considerações Finais e Recomendações V**, apresenta as discussões em torno da ANIMAR, das MANIFestas, se ela é de facto, mostra e promoção do empowerment em Portugal, com vista ao reforço do Desenvolvimento Local Participado em Portugal e, por fim, identificar recomendações sobre o estudo da temática analisada nesta investigação.

I – ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.1.Delineamento geral.

No delineamento geral metodológico desta Dissertação, fundamentei os procedimentos para a investigação a partir das orientações técnicas para pesquisas em ciências sociais abordadas por diversos autores entre outros: Costa (1999), Laurence Bardin (2004), Lessard-Hérbert et.al., (2005), Marina Andrade e Eva Lakatos (1992;2003), Quivy e Campenhoudt et. al., (2005), Robert Burgess (2001), Tony Tripodi et. al., (1975) levando em conta as necessidades de fundamentar a investigação. Observando que na investigação de fenómenos sociais a óptica científica é o ponto de partida para submeter esses fenómenos a uma análise com o objectivo de comprovar a veracidade, a fidedignidade dos factos sociais de forma crítica e consistente e, neste sentido, os métodos são essenciais para estruturar, organizar e aplicar à investigação, pois, eles, corroboram para executar o correcto estudo.

Partindo deste princípio necessário para compreender e realizar a investigação, necessário também é ter em conta um conceito de método e, para isso, Andrade e Lakatos nos transmite uma ideia de método que pode ser percebido como um conjunto de acções organizadas racionalmente para executar e realizar os objectivos planeados com economia e satisfação. (ANDRADE e LAKATOS, 2003) Mais um conceito de método mais próximo da abordagem sociológica, Costa diz...“o Método é uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação sobre a selecção e articulação das técnicas de recolha e análise de informação”. (COSTA, 1999:129) Assim, nesse processo de investigação da MANIFesta - Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal, ao projectar o delineamento para a investigação, foi aplicado método de carácter empírico e qualitativo⁶.

⁶.Tripodi, diz que o empírico e qualitativo, ...”tem por finalidade a formulação de um problema ou questões, desenvolvendo hipótese ou aumentando a familiaridade de um investigador com um fenómeno ou ambiente para uma pesquisa”... (TRIPODI et. al., 1975:65)

1.2. Perguntas de Partida, Objectivos Geral e Específicos.

Assim, procedi na sequência da investigação com as perguntas de partida, levando em conta a clareza, a exequibilidade e a pertinência, assim delineadas: Quais as potencialidades que a MANIFesta pode apresentar para um Desenvolvimento Local em Portugal? Como desenvolver políticas de Desenvolvimento Local a partir das temáticas, discussões e conclusões surgidas com a realização das MANIFestas? Porque as MANIFestas têm sido feiras e mostras com resultados positivos para o empowerment do Desenvolvimento Local em Portugal?

Na sequência, levando em conta a elucidação das problemáticas possíveis e atribuir uma problemática para orientação teórica com relação ao objecto de estudo, defini como objectivo geral: Analisar o Desenvolvimento Local em Portugal a partir das MANIFestas, visando apresentar as potencialidades de organização das instituições promotoras e parceiras, que proporcionam mostras do Desenvolvimento Local e promoção dos empowerment em Portugal. Os objectivos específicos assim delineados foram: Identificar os contributos da ANIMAR no processo de Desenvolvimento Local em Portugal. Caracterizar as diversas edições das MANIFestas enquanto feiras e mostras do Desenvolvimento Local. Compreender o contributo para a promoção do empowerment em Portugal ao longo de 13 anos de realização da “MANIFesta.” Identificar as perspectivas futuras para o Desenvolvimento Local em Portugal com base nas Teses aprovadas nas MANIFestas. Apresentar algumas propostas de intervenção local noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil.

1.3. Universo.

O universo sobre o qual me debrucei na realização da investigação teve por base as 6 (seis) edições das MANIFestas realizadas no período temporal de 1994 a 2005, nas cidades de Santarém, Tondela, Amarante, Tavira, Serpa e Trancoso, tendo como organização geral a ANIMAR e como parceiro/s local/is, a/as ADL de cada local, observando que houve parceiros locais formados por um consórcio de 3 (três) ADL: entidades promotoras e parceiras das 6 edições das MANIFestas.

1.4.Amostra.

A partir do universo identificado para a investigação, foi seleccionado uma amostra não probabilística intencional que se direccionou para 8 (oito) pessoas para entrevistas como Informantes-Chave estratégicos da presidência da ANIMAR, presidente e/ou director de logística das ADL parceira local ou consorcio de parceiros locais da ANIMAR, onde se realizou as MANIFestas, Informantes-Chave que ocupavam as citadas funções ou que ainda ocupam na ANIMAR e ADL no período de realização das MANIFestas, consideradas pertinentes à temática da investigação. Justificando a escolha da técnica adoptada, Burgess, diz que na “amostragem intencional os informantes podem ser seleccionados para o estudo de acordo com um certo número de critérios estabelecidos pelo investigador, tais como o seu estatuto”...”ou experiência prévia que lhes confere um nível especial de conhecimentos”. (BURGESS, 2001:59) Desta forma, se justifica a escolha da técnica de amostragem intencional, esclarecendo que a escolha recaiu sobre todos os criadores e presidentes da ANIMAR e todos os presidentes das ADL promotoras locais das MANIFestas, pessoas que tinham actividades na organização das MANIFestas, o que não foi possível realizar com todos os Informantes-Chave para a entrevista, pelo facto de que muitos não estão mais na direcção da ANIMAR, das ADL, por estarem em outras actividades fora da ANIMAR e das ADL. Assim, segue a identificação dos entrevistados:

01.Um dos criadores da ANIMAR, promotor (individual) da MANIFesta de Santarém e Presidente da Assembleia-geral de todas as MANIFestas realizadas de 1994 a 2005 e actualmente membro da directoria da ANIMAR;

02.Um dos criadores da ANIMAR, promotor (individual) da MANIFesta de Santarém, ex-presidente da ANIMAR, da ESDIME e membro colaborador do conselho fiscal da ANIMAR;

03.Um dos criadores da ANIMAR, promotor (individual) da MANIFesta de Santarém e presidente da Associação SOLIDÁRIOS associada da ANIMAR;

04.Um membro da ANIMAR, desde a MANIFesta de Tondela e colaborador na realização das MANIFestas e do jornal “Vez e Voz”;

05.O ex-presidente da ANIMAR e presidente da Associação ROTA DO GUADIANA promotora da MANIFesta de Serpa em 2003, associada da ANIMAR e colaborador do jornal “Vez e Voz”;

06.Associado individual da ANIMAR e membro colaborador do programa E-Learning para a igualdade de género, executado pela ANIMAR;

07.O ex-presidente da Associação ADESCO de Amarante no período de realização da MANIFesta de Amarante em 1998;

08.O director de animação da Associação RAIÁ HISTÓRICA, associada da ANIMAR e promotora local da MANIFesta de Trancoso em 2005.

1.5.Recolha dos Dados.

A recolha dos dados fundamentou-se em alguns autores que identificam em qualquer pesquisa que os procedimentos são um factor importante para a recolha dos dados e construção da investigação. Segundo Quivy e Campenhoudt, diz que o procedimento é...“uma forma de progredir em direcção a um objectivo. Expôr o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação.” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005:25) Deste modo, na perspectiva dos procedimentos com o método empírico e qualitativo escolhido, envolveu algumas técnicas.

A Pesquisa Bibliográfica e Documental, entendida por Andrade e Lakatos que diz, “Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Os dois processos pelos quais se podem obter os dados são a documentação directa e a indirecta.” (ANDRADE e LAKATOS, 1992:43) Essa importância da Análise Documental é definida por Lessard-Hérbert et. al, pois afirma os autores que, “incide sobre documentos relativos a um local ou a uma situação, correspondente, do ponto de vista técnico, a uma observação de artefactos escritos.” (LESSARD-HÉRBERT et al, 2005:143) Artefactos estes que são descritos como: livros, artigos de revistas, jornais, etc.

A Entrevista Semidirectiva, onde Lessard-Hébert, et. al, afirma que em ...”investigação, a entrevista pode não somente ser utilizada isoladamente ou em relação com outras técnicas, mais também se pode revestir de formas diversas”...(LESSARD-HÉBERT, et. al., 2005:162) Quivy, Campenhoudt, diz que na entrevista...“o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade”...”É Semidirectiva, no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas”...”o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado”. (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005:192)

Segundo Quivy, Campenhoudt, o método se adequa à investigação quando...”os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus interesses de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências”...quando na análise de problemas específicos, ...”os dados dos problemas, os pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização”...também na ...”reconstituição de um processo de acção, de experiências ou de acontecimentos do passado”. (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005:193)

Aponta como desvantagens da entrevista requerer do investigador habilidades para trabalhar a técnica em razão da flexibilidade do método; os elementos de informação e reflexão não se apresentam específicos a um modo de análise particular; e a flexibilidade do método pode levar a uma ideia de completa espontaneidade do entrevistado e plena neutralidade do investigador. Por outro lado, aponta como vantagens, “O grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos. A flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência - a sua linguagem e as suas categorias mentais”. (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005:194) Desta forma, o recurso da entrevista

Semidirectiva por meio de perguntas estruturadas foi aplicada junto aos Informantes-chave, no período de Junho a Julho de 2007. (ver guião da Entrevista no Anexo-II)

1.6. Análise e Tratamento dos Dados.

Nesta etapa da análise e tratamento dos dados, procedi com a técnica de Análise de Conteúdo, mais adequada e complementar das informações recolhidas através da técnica de Entrevista Semidirectiva, como descreve Quivy, Campenhoudt, “Em investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo. Durante as entrevistas trata-se, de facto, de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjectividade dos processos”. (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005:195)

Bardin, diz que a Análise de Conteúdo é um...“conjunto de instrumentos metodológico cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplica a <discursos> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”...”Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade”. (BARDIN, 2004:7) Neste sentido, debrucei-me sobre a análise dos dados com a técnica da Análise Categorical Temática, técnica associada ao método de análise de conteúdo, “No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga: na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de divisão do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples”.(BARDIN, 2004:7)

Esta técnica da análise categorial temática dos conteúdos, permite a análise de conteúdo dos dados empíricos, entrevistas e fontes documentais ao longo das discussões, para apresentar possíveis contrapontos, concordâncias, contributos e recomendações, onde a consulta ao recurso dos anexos com base no: Estatuto da ANIMAR - Anexo-I; Guião da

Entrevista - **Anexo-II**; Grelhas de Análise Categorical Temática - **Anexo-III**; Programa das MANIFestas - **Anexo-IV**; Declarações das MANIFestas - **Anexo-V**, sendo esses instrumentos recursos importantes usados para compreensão dos resultados da investigação.

Procedi ainda, para tratamento e análise das informações recolhidas dos dados quantitativos⁷, conteúdo das entrevistas realizadas e de fontes primárias, (programa das MANIFestas, relatórios financeiros, relatório geral das ADL) parceiras da ANIMAR na realização das MANIFestas, permitindo satisfazer o critério da “triangulação metodológica”. Em suma, levei em conta os procedimentos, as contribuições a partir dos objectivos, das análises, dos novos conhecimentos teóricos obtidos e das perspectivas práticas para aplicação.

⁷.Recolha de Dados das MANIFestas e inseridos em conjunto por categorias em gráficos: Gráfico-01. Países participantes; Gráfico-02. Participantes individuais e voluntários; Gráfico-03. ADL / OIDL participantes; Gráfico-04. Áreas de animação cultural; Gráfico-05. Actividades culturais; Gráfico-06. Stands; Gráfico-07. Visitantes; Gráfico-07. Custos financeiros.

II-A GLOBALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

2.1.A Globalização num Mundo em Mudanças.

A abordagem da globalização num mundo em mudança quer reflectir a perspectiva de um processo que se movimenta pelas esferas do político, do económico, do cultural e do religioso. É importante destacar que não é um processo recente, no entanto, tem como marco significativo as relações globais, nomeadamente envolvendo informações, conhecimento, comércio, cultura, religião, com as Navegações Portuguesas do século XV em frente, que possibilitou o grande impulsionador da globalização: a comunicação entre os continentes e raças, estreitando as relações de comércio, cultura e religião⁸.

Relações que foram construindo um mundo em constante mudanças, consolidando as relações de desenvolvimento económico, político, social, cultural e religioso. Processo acelerado a partir da segunda metade do século XX, pelos processos de industrialização, sintetização de medicamentos, conservação de alimentos e, o carro chefe de todas as mudanças com as tecnologias da informação: televisão, telefonia, computação e Internet, que permitiram as trocas de informações e criando o comércio virtual global entre empresas e tornando-as transnacionais, as relações culturais entre as pessoas, transformando o mundo numa aldeia global.

Desta forma, no âmbito da globalização e o desenvolvimento, perceberemos nestes pontos a seguir a perspectiva de Portugal como marco inicial dos acontecimentos importantes e decisivos das fortes relações globais e conceitos; percurso do desenvolvimento no âmbito em que nos permite perceber o desenvolvimento numa contextualização teórica, se projectando para um Desenvolvimento Local participado em Portugal e os processos de promoção do empowerment.

⁸.A Religião no contexto da globalização no século XV, está muito presente nos processos globais pela questão dos missionários Jesuítas, nas viagens dos descobrimentos, evangelização das colónias portuguesas no Brasil, Damão, Diu, Goa, Seilão, etc. São as maiores expressões fora de Portugal: Pe. José de Anchieta, Pe. António Vieira, São Francisco Xavier, etc.

2.1.1. Portugal: Marco Histórico da Globalização.

Inicialmente ao falar de globalização, podemos imaginar que é uma terminologia recente da era da informatização, dos processos de transformação política da actualidade, mais a questão é bem anterior. No entanto, não deixa de se reforçar por via de um processo de comunicação, de informação. É por isso que não se pode separar uma compreensão da globalização com informação, seu principal mecanismo propulsor em todos os tempos e creio que continuará promovendo os processos de transformação política e social da globalização. Assim, alguns autores entre outros: Anthony Giddens (2000), António Leite (2001), António Ribeiro (2005), David Landes (2003), Luiza Cortesão e Stephen Stoer (2005), Malcolm Waters (1999), Manfred Steger (2006), Roland Robertson (2000), colaboram para a abordagem da globalização e indicam Portugal como marco inicial significativo desse processo. Neste sentido, olhar para o passado e lançar sobre as ideias da compreensão de mundo, de cosmos, universo, iremos perceber que o desconhecido afrontava o mundo do desenvolvimento, dos descobrimentos. A falta de informação, de conhecimento, de instrumentos sofisticados era as causas de um lento desenvolvimento e avanço dos povos.

Com as Navegações Portuguesas⁹ e os descobrimentos, o que se conseguiu de mais importante para a humanidade foi a informação, o conhecimento de outras realidades, de outros mundos. As antigas concepções que coagiu por muitos séculos os anseios do homem ir em busca de novas conquistas por causa do desconhecido, dos mares temerosos, estavam por terra, e aí, as novas informações proporcionaram uma corrida global ao desenvolvimento, onde Portugal através das navegações é o marco inicial dos processos de transformação geopolítica e social, para transformar os processos de globalização, agora acelerado pelas tecnologias que se aperfeiçoam continuamente.

Waters, fundamenta cronologicamente a globalização a partir de fases. Uma fase incipiente, marcada pelo Estado-nação, diplomacia formal entre Estados, cidadania, direito internacional e surgimento das nações europeias. A fase do arranque, com os fundamentos

⁹Portugal como marco da globalização, Arruda e Boff, diz que “Ela se transformou num verdadeiro projeto a partir do século XVI, quando a cultura europeia rompeu todas as fronteiras. Criou o projeto-mundo. Esta vontade de globalização se mostrou tecnicamente possível em 1521 quando Fernão de Magalhães fez o périplo ao redor da Terra”. (ARRUDA e BOFF, 2002:25-26)

globalizantes no Estado-nação, o indivíduo, sociedade internacional, comunicação, desporto, laços culturais internacionais, primeira guerra mundial, migrações internacionais em massa e suas restrições.

A fase da luta pela hegemonia, marcada principalmente pela Sociedade das Nações, II Guerra Mundial e a guerra-fria, noções de crimes de guerra e contra a humanidade, tratado nuclear e emergência do terceiro mundo. Uma fase de incerteza, marcada pelos fenómenos da corrida espacial, discurso sobre direitos, comunidades fundamentadas na preferência sexual e género, na etnia e na raça, relações internacionais mais complexas e meios de comunicação globais através das tecnologias do espaço: televisão, telemóveis etc. No entanto, é fundamental destacar o reconhecimento de Waters, indicando o marco das relações globais iniciando no século XIV até o século XX, marcada pelo aparecimento das comunidades estatais, domínio do cristianismo, heliocentrismo, exploração global e colonialismo. (WATERS, 1999) Período esse que coincide com as navegações portuguesas, que estão inseridas no contexto do século XV.

Robertson, também parte do princípio de fases na retrospectiva dos factos que identificam o processo da globalização, enunciando momentos históricos que em parte se diferencia e, em outras coincidindo com Waters (1999), com a primeira fase incipiente a partir do século XV ao XVIII, tendo como acontecimentos importantes a decadência do sistema transnacional medieval, a teoria heliocêntrica do mundo e o começo da geografia moderna e, a difusão do calendário gregoriano. (ROBERTSON, 2000) Robertson, faz uma retrospectiva da globalização mais fulcral nos processos globais da actualidade, a partir dos anos 80. No entanto, o período de início de arranque da globalização também é o século XV, coincidindo com as datas e acontecimentos citados por Waters (1999), período que inclui as navegações e descobrimentos portugueses.

Compartilhando também desse período cronológico, Landes, afirma que a globalização não é nova, afirma que ela, ...“é a difusão mundial de instituições ocidentais, capitalistas, de tecnologia moderna e económicas e, como tal, tem centenas de longos anos, tendo origens pelo menos no fim dos século XV e na abertura dos mares aos navios europeus” (LANDES, 2003:135) Como se compreende, as navegações europeias surgem com os

portugueses e posterior com espanhóis e ingleses. Esse período descrito por Landes, do século XV, coincide com a abordagem de Steger (2006), sobre a descoberta da América pelos portugueses no marco das navegações e dos descobrimentos.

Para Ribeiro, o período de desenvolvimento global também é o século XV, afirmando que, ...“o conceito de globalização é derivado, antes de mais nada, da esfera económica, apontando para um processo de longa duração que se inicia nos séculos XV-XVI através da constituição de um comércio mundial e que culmina na economia global dos nossos dias”. (RIBEIRO, 2005:466) E Cortesão e Stoer, afirma, “Portugal está ligado a alguns destes fenómenos, tendo mesmo seu papel assumido significativo protagonismo sobretudo no século XV e XVI, desde o período da expansão marítima e, posteriormente, em consequência dos empreendimentos que lhes seguiram de colonização e até pela emigração.” (CORTESÃO, STOER, 2005:375) Portugal é de facto marco inicial do processo global e dá seu contributo para o desenvolvimento.

Steger, também indica que Portugal é o início desse marco global, apontando que o processo de globalização não é novo, a globalização não partiu da explosão tecnológica dos meios de comunicação, transportes e pós revolução industrial, ou a explosão das tecnologias nos anos 70. No entanto, ele afirma, ...“a globalização é tão antiga como a própria humanidade. Este breve esquema histórico identifica cinco períodos históricos distintos, separados uns dos outros por acelerações significativas no ritmo dos intercâmbios sociais, assim como um alargamento do seu âmbito geográfico”. (STEGER, 2006:28) Dos períodos definidos por Steger, referencio aqui para justificativa, o período “pré e moderno”¹⁰, que segundo o autor, é marcado pelas navegações às Américas e outras conjecturas que evoluíram para o sistema de Estado e Estado-nação, que ao meu ver, fundamenta a presença portuguesa nas navegações às Américas, nos intercâmbios sociais e alargamentos geográficos.

¹⁰Steger, esclarece que com o advento dos grandes centros metropolitanos europeus e das classes de mercadores fortaleceu as tendências da globalização, incorporando valores do individualismo, acumulação material, lançamento das bases do capitalismo pelos comerciantes europeus, reis europeus, principalmente de Portugal investiram na exploração de novos mundos e construção de novos mercados inter-regionais e fundaram companhias nacionais de acções mistas com ...”propósito expreso de estabelecer além-mar entrepostos comerciais lucrativos. À medida que estas inovadoras corporações iam crescendo em dimensão e estatuto, adquiriram o poder de regular a maioria das transacções económicas intercontinentais implementando, nesse processo, instituições sociais e práticas culturais que possibilitaram a governos coloniais posteriores colocar essas regiões estrangeiras sob domínio político directo”. (STEGER, 2006:36)

Esse período moderno se estende de forma mais acentuada do século XVII à segunda metade do século XX, pelas relações patronais e intelectuais, criando uma filosofia capitalista individualista, o que leva ao surgimento de novas ideias nas relações sociais, principalmente com Karl Marx e Friedrich Engels na Alemanha, detectando o surgimento de uma burguesia e intensificação das ligações globais, fortalecidas pela explosão científica e tecnológica do século XX. (STEGER, 2006)

O marco das navegações portuguesas para a globalização é bem definido por Steger, dizendo ele que, “A descoberta da América preparou o caminho para a poderosa indústria e perspectiva criação de um mercado verdadeiramente global. Este último expandiu largamente o comércio, a navegação e a comunicação por terra” (STEGER, 2006:40) Percebemos que essa afirmação reforça as questões do desenvolvimento nomeadamente com as navegações portuguesas e identifica-se com a ideia de Cortesão e Stoer (2005), colocando Portugal como propulsor dos processos globais que veio colocar o mundo em processos de constantes mudanças.

Giddens, afirma, ...“Vivemos em um mundo de transformações, que afectam quase tudo o que fazemos. Para melhor ou para pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mais cujos efeitos já se faz sentir em nós.” (GIDDENS, 2000:10) Giddens, com relação ao desenvolvimento e a globalização diz que, ...“as nações se tornaram mera ficção diante da realidade global”. (GIDDENS, 2000:22-23) É um facto, embora que tenha seu lado destrutivo. Para ele, em nenhum lugar do mundo na actualidade a globalização é uma realidade alheia à consciência das pessoas, em todos os lugares estão a discutir as transformações políticas e sociais nas sociedades por mais que se imagine isoladas, elas não estão. Diz ainda que quem deseja progredir neste século, não pode ignorar a globalização.

Os gurus da gestão financeira, dos recursos humanos, os discursos políticos não estão completos se não fizerem referências à globalização. É um facto também que Portugal com as navegações deu um passo histórico grandioso para impulsionar as relações globais e o desenvolvimento das sociedades. Leite afirma que, ...“nos últimos trinta anos o mundo tem sofrido muitas alterações, muitas vezes provocados por sólidos actores económicos

globais que provocaram desequilíbrios do poder dos governos dos vários países, por muitos factores, entre eles o desmantelar das barreiras comerciais, o progresso nas comunicações, pelas novas tecnologias, pelas alterações institucionais, pela emergência de um novo cenário cultural e político. A tendência para a globalização não é só um factor económico, mais de harmonização que as tecnologias proporcionam, tornando as pessoas conscientes e compartilhando os mesmos hábitos, modas, onde contribui para o desenvolvimento das organizações globais.” (LEITE, 2001: 9-10)

A partir desta perspectiva histórica de transformação política e social, constata-se que a globalização não é um fenómeno recente, embora que as empresas multinacionais, as novas tecnologias como: televisão ao vivo, telemóveis, Internet, tenha facilitado a participação da sociedade civil de forma directa nas decisões políticas e sociais, uma nova consciência social. Os protestos de todos em favor de uma economia global alternativa e justa; os protestos contra as intervenções militares injustificadas dos países mais ricos visando os interesses económicos, o terrorismo, estão sob a censura dos povos independente da nacionalidade em favor da justiça social global, em favor de um desenvolvimento que possa ser regional e/ou local participado.

Conclui-se aqui, nesse contexto de retrospectiva global e processos de transformação política e social de constantes mudanças, que Portugal é ponto de partida das fortes relações globais que vai redefinindo constantemente mercados, política, culturas e as sociedades tornando-se, cada vez mais conscientes e participantes da globalização. Na sequência ordenada do pensamento global assente no desenvolvimento, veremos conceptuações fundamentais sobre a globalização, que nos proporciona uma abertura para compreender o processo contínuo de transformação que a globalização vai avançando nas sociedades desde áreas mais centrais às mais periféricas nos espaços temporal e geopolíticos, influenciando acções políticas, económicas, culturais e religiosas.

2.1.2. Conceptuações de Globalização.

Aqui neste ponto, após a abordagem que descreve conforme os autores citados no ponto anterior, Portugal como marco inicial da globalização, pelo facto de envolver dinâmicas de expansão dos processos globais: a comunicação, relações comerciais, cultura, religião, ciência, pretendo apresentar aqui alguns conceitos dessas relações globais, na perspectiva de alguns autores que penso ser importante quando abordam sobre a globalização, como: Anthony Giddens (2000), Alexandre Melo (2002), Boaventura Santos (2005), Malcolm Waters (1999), Marcos Arruda e Leonardo Boff (2002), Manfred Steger (2006), Olivier Dullfus (1999), Roland Robertson (2000), Roque Amaro (2006), Serge Latouche (1998). Autores que apresentam conceitos para percebermos as diversas faces da globalização.

Esses conceitos, de certa forma, traduzem a percepção de como são vistos os processos globais ao longo das várias fases que a globalização foi ultrapassando, ampliando-se e envolvendo todas as sociedades. Esses conceitos qualificam ainda a importância e dinâmica que os processos globais foram promovendo no desenvolvimento e necessidade de gerar o Desenvolvimento Local nas últimas décadas, na União Europeia e principalmente em Portugal, até porque, nos processos de afirmação e governação democrática de um Estado de direitos, o Desenvolvimento Local tem sido factor decisivo.

A globalização coloca-se como uma ferramenta, uma força, um instrumento que vai naturalmente quebrando o isolamento dos países, das empresas, apresentando em todo o mundo as necessidades das sociedades ao mesmo tempo que apresenta as possibilidades que as sociedades têm para oferecer produtos, serviços, cultura, que gera curiosidade, desejo de consumo, de trocas de produtos, experiências, valores sociais e culturais.

A globalização é a vitrina apresentando o que todos produzem, o que é moda, consumo. É como um jogo fascinante que ninguém resiste, que ninguém quer ficar de fora, influenciando as sociedades num processo acelerado pela informação, que coloca o mundo num processo de constante mudanças, onde seu campo de actuação ronda pelas esferas do



comércio,¹¹ política,¹² cultura¹³ e religião.¹⁴ É a decomposição (etapas das relações comerciais das empresas de um mercado interno ao externo) internacional dos processos produtivos e cuja complexidade económica se manifesta por fluxos cruzados de índice de desenvolvimento económico, de comércio industrial, muitos deles do tipo entre empresas. Esse processo global aponta para relações comerciais a partir da década de 50, fundamentado nos conceitos de economia internacional que respeitava ao conjunto das economias domésticas, separadas por barreiras pautais e não pautais, meios de transportes caros e pouco regulares, fluxos de informação intermitentes, onde as empresas estavam predominantemente voltadas sobre os mercados internos. Depois, veio a evoluir por causa dos movimentos internacionais de capitais, pelas interindustrializações que fluem das economias mais desenvolvidas para os países menos desenvolvidos. Assim, passando para uma compreensão da globalização a partir dos conceitos, um apontado por Steger, diz ser ...”um conjunto multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, estendem e intensificam interdependências e intercâmbios sociais à escala mundial enquanto, ao

¹¹.Comércio: Arruda e Boff, afirmam que a globalização se faz primeiro pela economia dinamizada por três factores: o Mercado de conglomerados e corporações estratégicas que actuam a nível global, as grandes empresas trabalham em parceria mundial, muitas vezes sem o controlo do Estado; a continentalização da economia dentro do processo maior da globalização, marcado por blocos económicos, concorrência tecnológica e provocando danos ecológicos e extremos entre países ricos e pobres; as elites transnacionais cada vez mais querem gerenciar a economia e a política relativizando o papel do Estado. (ARRUDA e BOFF, 2002)

¹².Política: Para Arruda e Boff, a globalização pela política caminha junto com a economia, o Ocidente influenciou a criação dos Estado-nação, incentivou o processo político de democracia que chegou a muitos países no mundo inteiro, colocando valores sociais e colectivos, Direitos humanos, e depois dos média, afirma que o mundo não é mais o mesmo. (ARRUDA e BOFF, 2002)

¹³.Cultura: Steger, expõe que a globalização cultural está muito ligada à intensificação e expansão dos fluxos culturais pelo globo e as práticas culturais residem no seio da globalização. A globalização pela cultura, está na linguagem, música, imagens, como expressão simbólica da globalização cultural. As ideias e imagens vão se difundindo de um local a outro, os impactos são profundos na maneira de viver no quotidiano das pessoas, apresenta uma perda de significados tradicionais e criação de novas expressões simbólicas de cultura num sentimento de pertença e ao mesmo tempo, de deslocação na consciência das pessoas, que dada à sua complexidade, não deixa de alterar a consciência das pessoas e provocar efeitos contraditórios. (STEGGER, 2006)

¹⁴.Religião: A perspectiva de D. Policarpo, afirma que as religiões têm um papel importante na era da globalização, que no contexto das culturas a religião introduz um sentido transcendente ao homem, sentido de família. Nenhuma cultura poderá garantir uma verdadeira globalização se não valorizar o factor religioso. (POLICARPO, 2003)

Para Obe, na era da globalização não pode haver espaço para triunfalismo de uma religião, o resultado é que os maiores conflitos globais hoje têm a religião no centro: Afeganistão, Palestina, Paquistão, etc. Assim, teremos um futuro incerto. Mais há lugar para consenso, pois a globalização floresce no meio da sociedade democrática da mesma forma com as religiões. (OBE, 2003)

Para Boubakeur, afirma que a religião deve fazer uma reflexão ética diante de uma globalização das trocas: económica, social, cultural, da informação, que apesar da globalização ser um processo fascinante não deve nos cegar, onde a moral deveria guiar o comércio global, uma vez que as injustiças sociais reside na pobreza, gerando a globalização da violência e do terrorismo, que depois do 11 de Setembro, pode ter inaugurado o choque de civilizações e a globalização da violência. Uma governação responsável deve trabalhar a pacificação das massas, dos focos de tensão, pela justiça social, culturas e religiões. (BOUBAKEUR, 2003)

mesmo tempo, encorajam nas pessoas uma consciência crescente de ligações cada vez mais profundas entre o local e o longínquo.” (STEGGER, 2006:22)

Esse conceito de globalização que Steger sugere ainda que se chamasse processos de globalidade ou planetariedade, no entanto afirma que os processos globais partem da perspectiva de que: a globalização envolve novas redes e actividades sociais que continuamente superam as fronteiras tradicionais da política, economia, cultura e as geográficas e multiplicam também as fronteiras já existentes; que a globalização reflecte-se na expansão e alargamento das relações sociais, actividades e interdependências como mercados financeiros, electrónica, bens e serviços; que a globalização envolve a intensificação e aceleração dos intercâmbios e actividades sociais e a globalização não envolve somente os planos objectivo e material, envolve também o plano subjectivo da consciência humana, relacionando-a cada vez mais a pessoas conscientes de manifestações crescentes de interdependência e aceleração de interacções sociais. (STEGGER, 2006) No seio do conceito podemos ver a noção de desenvolvimento enfatizando o “local” como factor importante nas relações globais.

Dollfus, traduz globalização como mundialização e, define-o como, ... “intercâmbio generalizado entre as diferentes partes do planeta, sendo então o espaço mundial, espaço de transacção da humanidade. Ao mesmo tempo, crescimento e mudanças acompanham este desenvolvimento das transacções globais.” (DOLLFUS, 1999:12) Aponta esse processo de mundialização como transformador do mundo numa aldeia mundial, ligando a humanidade pela aproximação de espaços, abolição das distâncias e rapidez da informação, que possibilita uma tomada de consciência de valores comuns e difusão de benefícios retirados dos progressos científicos. Já, a perspectiva de Latouche, aponta como conceito de globalização sendo, ... “tudo o que está para além da generalização dos valores universais de emancipação trazidos pelo iluminismo, considerando-a desejável ou não.” (LATOUCHE, 1998:24) Para ele esta planetarização dos mercados só é nova no alargamento do seu tempo, pois, avançamos para uma mercantilização integral, visto que esta mercantilização iniciada pelas navegações portuguesas era limitada pelas poucas descobertas de territórios e esse mercado só vem a aumentar com a descoberta de novos continentes.

Robertson, define como sendo a, ...“compreensão do mundo a um lugar só.” (ROBERTSON, 2000:21) procura entender o grau com que tal preocupação empírica deva ser pensada como um aspecto da globalização ou como forma de resistência a ela. Giddens, limita-se a detalhar como a globalização é compreendida, ...“não estive em nenhum país em que a globalização não estivesse a ser discutida. Na França é mondialisation. Na Espanha e na América Latina, globalización. Na Alemanha dizem globalisierung.” (GIDDENS, 2000:19) Waters, apresenta o conceito de globalização como sendo, ...“um processo social através do qual diminuem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais, e em que os indivíduos se consciencializam cada vez mais dessa redução.” (WATERS, 1999:3)

Os conceitos ou observações sobre a globalização feita por Robertson, Giddens e Waters, são perspectivas a partir da última década, de um processo global bem desenvolvidos e integrados na consciência social. Tanto é que se prendem aos aspectos de uma globalização estruturada, apontando para mais um elemento determinante nas relações que é a questão da religião ou religiosidade, que antes só se enfatizava os aspectos económicos, políticos e culturais. Melo, na sequência de tantos outros autores, conceitua a globalização como ...”o nome que se dá à mais marcante tendência caracterizadora da evolução recente das sociedades humanas.” (MELO, 2002:21) Melo coloca numa perspectiva de designação como característica real de um processo histórico em curso, viva e aberta da multiplicidade de confrontos, negociações, convergências, divergências, inclusões, exclusões, alianças e rupturas que manifestam no período histórico. Esse conceito de Melo já reflecte de modo mais claro o alcance da acção dos processos globais. Para Arruda e Boff, a globalização é vista como ...“um fenómeno complexo: existe como um potencial ou uma vocação inerente ao próprio capitalismo”...(ARRUDA, BOFF, 2002:61)

Para Santos, a globalização pode ser conceituada como, ...“conjunto de relações sociais que se traduz na intensificação das interacções transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sócias e culturais transnacionais.” (SANTOS, 2005:90) Nessa perspectiva, para Santos, a globalização resulta de um conjunto de decisões políticas identificadas no tempo e na autoria. É um conceito que

quando fala de “interacções”, nos remete à concepção de Amaro, sobre a visão de interdisciplinaridade entre os actores do desenvolvimento, a partir das ciências sociais, na gestão de pessoas na sociedade do conhecimento. Interdisciplinaridade que Amaro propõe como suporte necessário ao desenvolvimento: o colectivo, a comunidade e meio ambiente. Aponta para os novos desafios diante da globalização que é abrir espaços para as pequenas iniciativas de Desenvolvimento Local. As ciências devem estar a serviço da comunidade de forma comunitária: Sociologia, Economia, Biologia, como responsável pelo ecológico, pois sem a preservação e exploração dos recursos do ambiente de forma ordenada a gestão das riquezas estarão limitadas. (AMARO, 2006)

Concluindo este ponto, é importante destacar que os vários conceitos se estreitam para uma visão concomitante e ao mesmo tempo contraditória. Concomitante porque são várias perspectivas que partem da visão de sociólogos, geógrafos, economistas, historiadores, filósofos que apontam a globalização a partir de suas ciências, mais ao mesmo tempo não se fecha a compreensão em um único conceito, deixando sempre o espaço das intervenções e renovação de novas abordagens implicadas pelo alcance das relações globais. É a gestão das diversas interacções que a globalização faz emergir pela forma como ela envolve o homem nos seus processos, e nesta gestão as sociedades necessitam das novas formas de gerir dentro dos espaços e processos globais em mudança numa sociedade do conhecimento. Gestão dos recursos naturais, económicos e tecnológicos que a globalização exigia, que nos seus processos em movimento, como afirma Amaro, ela passa a exigir uma gestão de pessoas e avaliação das competências no combate às instituições de terror, no aperfeiçoamento da democracia e a reformulação da participação política partidária, que tornam-se questões da agenda actual dos processos de globalização. (AMARO, 2006) Amaro, afirma que a globalização cria problemas que não consegue resolver, necessitando encontrar respostas de boas práticas através do Desenvolvimento Local participado nas sociedades. (AMARO, 2001)

2.2.O Desenvolvimento numa Contextualização Teórica.

Aqui neste ponto abordo a questão do desenvolvimento segundo uma contextualização teórica, a partir dos conceitos e paradigmas do desenvolvimento, da perspectiva do

desenvolvimento do regional ao local. Uma abordagem de conceitos de desenvolvimento, passando aos paradigmas Funcionalista e Territorialista e, desenvolvimento do regional ao local, contextualizados no pós-II Guerra às mais recentes perspectivas, onde as novas abordagens sobre a globalização retomam uma nova dimensão a partir da concepção de empowerment e das experiências de Desenvolvimento Local, que se intensificam na União Europeia e principalmente em Portugal.

2.2.1. Conceitos de Desenvolvimento.

Pretendo aqui, nos conceitos de desenvolvimento, buscar uma compreensão da visão de desenvolvimento que se construiu nos processos de globalização. Dois aspectos são importantes destacar. Por um lado esses conceitos de desenvolvimento que foram surgindo são uma reflexão que vai dar seu contributo para aproximação de uma globalização mais solidária. De outro lado, os processos de globalização se beneficiaram desta reflexão dos conceitos de desenvolvimento, porque possibilitou o melhoramento de práticas que já não respondia às suas actuações, principalmente em termos de uma globalização de mercado. Desta forma, é interessante recorrer à perspectiva de alguns autores, entre outros: François Perroux (1969), Francisco Ramos (2001), Luís Moreno (2002), Roque Amaro (2001; 2005; 2006), William Biddle (1967), que corroboram com essa abordagem dos conceitos.

No entanto, as abordagens de Amaro (2006), são as que adoptei para visibilidade da sua mais recente perspectiva dos conceitos de desenvolvimento centrada na Gestão dos Recursos Humanos e de Pessoas. (AMARO, 2006) Sobre a origem do conceito de desenvolvimento, Moreno, citando Machado (1989), na consulta das raízes do equivalente inglês (development), surgido nos finais do séc. XVI, remete para o francês antigo desenvolver (finais do séc. XII) e para o francês médio développer (séc. XV). Dada a profunda relação entre cultura e linguagem, vejo que a extensão do uso do termo nas diferentes línguas no período renascentista não será mera coincidência. A justificativa do surgimento do conceito de desenvolvimento, se apoia no argumento da formação histórica e, nesse pressuposto, os actuais conceitos. (MORENO, 2002) Numa aproximação da origem do conceito de desenvolvimento à economia com suporte nas questões sociais,

Biddle, envolvido no estudo da utilização social das dinâmicas locais de desenvolvimento nos Estados Unidos, ele diz que o conceito corresponde a...“uma disciplina normativa. Isto é, tem o seu lugar no seio da acção que foi escolhida para servir determinados fins.” (BIDDLE, 1967:16) A economia e as questões sociais são elementos que dão contributo para formação do conceito que se estrutura no pós-II Guerra, quando na prática, o desenvolvimento por força da globalização, atingiu novas dimensões empíricas e conceptual.

Na visão de Perroux, o desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais numa população que a tornam apta para fazer crescer, cumulativa e duravelmente, o seu produto real e global. Esta concepção, implica na diferenciação entre crescimento e desenvolvimento, parecendo contudo, identificar o conceito com uma finalidade produtiva e material, conotando uma perspectiva contextualizada de economistas ocidentais, com uma visão centrada numa valoração evolucionista. (PERROUX, 1969) Pretendendo uma aproximação do conceito de desenvolvimento com a Sociologia e a Economia, Moreno, referenciando Murteira (1990), distingue o desenvolvimento como ideologia, utopia e prática social. No primeiro, atribui-se ao termo o sentido de ocidentalização, o que traduz a maneira como o Ocidente concebe o conceito. No segundo, serve para uma crítica radical a uma ideia principal de desenvolvimento, contendo normalmente a proposta (normativa) de uma optimização social, apresentado como alternativa. No terceiro caso, tem como significado o efectivo processo de mudança social, associado às alterações do sistema económico. (MORENO, 2002)

O que se percebe é que nesse contexto de ideologia, utopia e prática social, o sentido ideológico de desenvolvimento é talvez o mais comum, assente à medida que está a favor dos interesses do poder do Estado, no sentido de desenvolvimento, da modernização e que sucede à acção das colonizações, expondo a visão de progresso no século XIX, depois fortalecido pelas relações globais, nomeadamente na segunda metade do século XX. Neste sentido, o desenvolvimento é um projecto de transformação das sociedades, encarado no plano técnico-económico, político e ideológico. Partindo dessas abordagens, os conceitos de desenvolvimento é a apresentação da caminhada histórica do desenvolvimento no

contexto da economia global influenciando as práticas e políticas de Desenvolvimento Local, como suas práticas foram sendo compreendidas nos diversos contextos da economia, política e cultura. Vejamos o que nos apresenta Amaro, colocando alguns conceitos de desenvolvimento que adoptei. O conceito de Desenvolvimento Económico¹⁵ e seus desafios nos últimos trinta anos; os novos conceitos de desenvolvimento e seus desafios diante de uma gestão dos recursos humanos, assim esquematizados: Desenvolvimento Comunitário¹⁶; Desenvolvimento Humano¹⁷; Eco-desenvolvimento¹⁸; Desenvolvimento Sustentável¹⁹; Desenvolvimento Participativo²⁰; Desenvolvimento Local²¹; Desenvolvimento Integrado²²; Des-envolvimento²³. (AMARO, 2005) Uma perspectiva mais recente sobre os conceitos de desenvolvimento é abordada por Amaro, aplicada à perspectiva da Gestão dos Recursos Humanos e de Pessoas, pois, ele entende, que o desenvolvimento deve está assente na interdisciplinaridade das ciências sociais e suas aplicações, pela necessidade do “saber gerir” os recursos naturais, principalmente

¹⁵.Desenvolvimento económico: Para Amaro, é emergente a partir da II Guerra Mundial. Conceito equivalente a bem estar material, progresso, realização. Desenvolvimento equivalente a crescimento económico. (AMARO, 2001)

¹⁶.Desenvolvimento comunitário: Amaro, diz que devido ao fracasso do desenvolvimento aplicado nos países pobres, o Banco Mundial, a OCDE, entre outros, sugerem novos conceitos e, nos anos 70 se fala de desenvolvimento comunitário. “É um conceito trabalhado nas Nações Unidas e que é traduzido por vários escritos e por várias tentativas de aplicação, inclusive em Portugal”. Em Portugal, Manuela Silva deu grande contributo ao DC. (AMARO, 2001:161)

¹⁷.Desenvolvimento Humano: Amaro, identifica o destaque para o conceito a partir dos anos 90 com suas origens na ideia de desenvolvimento das comunidades pobres, d regiões e grupos mais desfavorecidos. É um conceito que segundo ele veio se reafirmando e se aproximando das temáticas ligadas ao local, como cidadania, democracia participativa, participação, igualdade de oportunidades, etc. (AMARO, 2001)

¹⁸.Eco-desenvolvimento: Amaro, aponta os anos 70 que se põe em causa o desenvolvimento fundamentado na crítica da gestão dos recursos, envolvendo questões ecológicas e ambientais e em 72 é a ...”primeira conferência das Nações Unidas pelo Ambiente e pelo Desenvolvimento onde emergiu pela primeira vez ao nível das Nações Unidas o conceito de eco-desenvolvimento”. (AMARO, 2001:163)

¹⁹.Desenvolvimento Sustentável: Amaro, supõe que o desenvolvimento sustentável está ligado às questões do Eco-desenvolvimento, na sustentabilidade dos recursos naturais, envolvendo os locais e pessoas. (AMARO, 2001)

²⁰.Desenvolvimento participativo: Segundo Amaro (2001), resulta do trabalho das ONG, que desde os anos 70, tem buscado responder às necessidades das populações com recursos e técnicos externos e aproveitando as capacidades locais, capacidades de intervenção. (AMARO, 2001)

²¹.Desenvolvimento Local: Amaro, contextualiza seu contributo na formação de todos os outros conceitos de desenvolvimento, a partir do D. comunitário, como resposta aos problemas que a globalização cria e não resolve. O DL está assente nos processos de mudanças, é centrado na comunidade, reagindo diante das necessidades locais, assumindo uma lógica integrada, de parceria, de cidadania, de iniciativas, de democracia, promovendo redes de solidariedade de forma integrada como fertilização mútua e caminho às necessidades locais. (AMARO, 2001)

²².Desenvolvimento Integrado: Para Amaro, está assente nas lógicas integradas e recursos exógenos do Desenvolvimento Local, que devem fertilizar as capacidades locais. (AMARO, 2001)

²³.Des-envolvimento: Ramos, Abordagem do desenvolvimento no sentido de levar as pessoas à participação e envolvendo as comunidades nos processos de desenvolvimento. (RAMOS, 2001)

pelas questões ecológicas e ambientais da actualidade, que conferimos esses conceitos aplicados à GRH no quadro a seguir. (AMARO, 2006)

Quadro-01. Novos conceitos de desenvolvimento aplicado à GRH.

Conceito de Desenvolvimento.	Principais desafios e inspirações para a Gestão de Recursos Humanos
<p>1.Desenvolvimento Sustentável</p> <p>a- Como processo que garante os recursos para a sociedade se por em causa a sustentabilidade entre os actores. b- Que garante como processo a sua continuidade quer no social quer no Ambiente.</p>	<p>a- Endrogenizar na Gestão de Recursos Humanos as questões do Ambiente. b- Passar de uma visão sociocentrica para uma ecocentrica.. c- Encarar a questão da sustentabilidade dos recursos humanos: na organização, na Sociedade.</p>
<p>2.Desenvolvimento Local.</p>	<p>a- Articulação com a comunidade envolvendo os impactos na comunidade e as características da comunidade. b- Mobilizar a participação e implicar o empowerment dos Recursos Humanos. c- Aproveitar os parceiros para a Gestão de Recursos Humanos. d- Utilizar uma visão integral da GRH: multiabordagem da visão geral das pessoas na GRH local de forma partilhada, interactiva. e- Ter em conta a diversidade na GRH. Tem que ver as diversidades dos actores na GRH. Plataformas comuns, port folio individual. Centro de reconhecimento validação, certificação e competências.</p>
<p>3.Desenvolvimento Participativo</p>	<p>a- Mobilizar a participação e implicar o empowerment dos Recursos Humanos. b- Encarar a Gestão de Recursos Humanos como um processo de cidadania, como factor de cidadania.</p>
<p>4.Desenvolvimento Humano</p>	<p>a- Associar a GRH à satisfação das necessidades básicas a uma vida digna e segura. b- Ter em conta a igualdade de oportunidades e em particular a igualdade de género na GRH. c- Valorizar a questão da liberdade na GRH, opinião interactiva, a necessidade das pessoas vivendo em comunidade. d- Fazer da Gestão de Recursos Humanos sobretudo uma gestão do desenvolvimento de pessoas.</p>
<p>5.Desenvolvimento Social</p>	<p>a- Associar a GRH à satisfação das necessidades das pessoas (vida digna e segura). b- Fazer da GRH desenvolvimento de pessoas. c- Contribuir para garantir um número de bem estar social às pessoas.</p>
<p>6.Desenvolvimento Integrado.</p>	<p>a- Utilizar uma vida integrada na Gestão de Recursos Humanos. b- Potencializar sistematicamente uma lógica copulativa económica na Gestão de Recursos Humanos.</p>

Fonte: Adaptado de Amaro / 2006

Concluindo este ponto, destaca-se a abordagem do conceito de desenvolvimento, entendido em vários contextos, com significado de modernização, progresso, desde o século XV; no pós-II Guerra, assume um contexto de desenvolvimento económico e sofrendo diversas alterações tendo como influências os processos de globalização e os paradigmas do desenvolvimento. Nos últimos vinte anos ganha uma vertente significativa como “Desenvolvimento Local”, nomeadamente em Portugal, muito bem abordado por Amaro (2001), e mais recente alguns conceitos são aplicados à Gestão de Recursos Humanos pelo mesmo autor.

2.2.2.Paradíguas Teóricos do Desenvolvimento.

O arranque do desenvolvimento tem seu momento no pós-II Guerra Mundial, momento de conjecturas, de confrontos com situações opostas entre a necessidade de reconstrução da Europa e escassez de recursos; divisão do mundo em bloco capitalista e bloco comunista. Nesse contexto do pós-II Guerra, Amaro, numa óptica do desenvolvimento, coloca que no contexto de reconstrução da Europa, visava se reconstruir a confiança das pessoas, onde apareceram as ideias de cooperação, integração, promoção conjunta, acontecendo em 1951, a primeira conferência com o primeiro tratado de cooperação, denominado Tratado de Paris. A partir daí, algumas etapas do desenvolvimento foram acontecendo e construindo os processos globais, bem como despertando a necessidade do desenvolvimento dos locais. Essas etapas são identificadas como paradigmas: Funcionalista, Territorialista, Novas Territorialidades e Novas Tecnologias, que estiveram associados de uma forma ou de outra, aos conceitos de desenvolvimento acima citados.

2.2.2.1.Paradigma Funcionalista.

Aqui, para apresentar a perspectiva do paradigma Funcionalista, debrucei-me sobre as ideias de François Perroux (1964), Paulo Pedroso (1998), Roque Amaro (2005), autores que analisam o funcionalismo na perspectiva do desenvolvimento no pós-II Guerra, que apresenta um clima de euforia visando a conciliação entre processos de paz e desenvolvimento centrado na industrialização, modernização tecnológica, racionalização dos processos de trabalho, avanço dos conhecimentos científicos, urbanismo e busca do

domínio sobre os recursos da natureza. Essa contextualização leva a uma leitura económica do desenvolvimento voltada para produzir cada vez mais bens e serviços, caracterizando o paradigma Funcionalista do desenvolvimento, que na óptica de Amaro, é um sistema Top-down, as acções de desenvolvimento global, partem de cima para baixo, caracterizado no desenvolvimento em grandes dimensões e uniformização. (AMARO, 2005) Pedroso, expõe argumentos acerca dos processos do paradigma Funcionalista do desenvolvimento, partindo da teoria custo localização ou ocupação de espaços urbanos. (PEDROSO, 1998)

De acordo com Pedroso, o paradigma Funcionalista, ...“que parte da concepção do espaço como lugar de inscrição dos resultados das tendências económicas esteve na base do desenvolvimento de uma doutrina orientadora das políticas públicas de desenvolvimento regional, a propósito dos desequilíbrios regionais quando estes começaram a surgir como um problema político à escala interna das nações, bem como a propósito da promoção do desenvolvimento à escala mundial, quando os processos de descolonização aumentaram a visibilidade das desigualdades mundiais.” (PEDROSO, 1998:44-45)

Pedroso, faz uma leitura dessa realidade fundamentada na crítica de Friedman e Clyde Weaver (1979), sobre a doutrina do desenvolvimento assente na localização, que se completou no aperfeiçoamento da concepção de uma integração do princípio da primazia do crescimento económico, com vista ao desenvolvimento, com enfoque na ligação do investimento na teoria da localização, na eficiência económica que visa o máximo de crescimento, na aposta de que o desenvolvimento se localiza no aspecto da urbanidade a partir da perspectiva das economias de escala e visão centrada na industrialização. Expõe ele que essa teoria da localização está assente no cálculo racional das condições de eficácia de um processo de desenvolvimento que reduza os factores ligados à redução de custos, sem se preocupar com as especificidades sócio-culturais de um determinado espaço, e assim, se difundindo a ideia de um custo-distância que visava uma intervenção estruturante nas diferentes actividades económicas centradas numa melhor localização. (PEDROSO, 1998)

Nesta visão da localização mais favorável é que para melhorar as intervenções económicas, Pedroso, afirma que a ligação entre localização e crescimento económico se associou à noção de crescimento polarizado, ideia de um crescimento económico nos espaços circundantes. Ideia de polarização de uma unidade motriz para o desenvolvimento, bem como uma terceira via sobre o desenvolvimento, que resulta do crescimento económico, que é promovido pela optimização das condições de difusão da inovação. Essas concepções são também fundamentadas e difundidas por Perroux (1964), que acrescenta ainda a ideia de responsabilidade do Estado como promotor do desenvolvimento ou responsabiliza outros organismos vinculados ao Estado. (PEDROSO, 1998)

Assim, Pedroso, apresenta a ideia do paradigma Funcionalista do desenvolvimento, comparando com a produção teórica de Perroux que é contemporânea de outras análises de Myrdal, Hirschman, que desenvolvem a mesma perspectiva. Em conjunto, coincidem no uso da concepção do espaço-produto de funções que Pecquer referencia e na defesa de uma estratégia de maximização de integração funcional dos espaços. Essa integração tem a intervenção pública central que pode ser entendida como o papel do Estado como agente dinamizador do processo de progressiva racionalização da organização económica espacial e da viabilização ao desenvolvimento. (PEDROSO, 1998)

Assim, Pedroso, referenciando (Friedman e Weaver, 1979), Hansen, (1981) e (Henriques, 1990), esses autores desenvolvem a imagem da polarização e são associados ao desenvolvimento polarizado como são também criadores da abordagem do desenvolvimento que foi identificada como “functional integration”...”centre-down development paradigm”...ou ...”paradigma funcionalista”. (PEDROSO, 1998:47) Pedroso conclui que estas ideias projectadas sobre o desenvolvimento, veio depois a se identificar como uma ciência regional do desenvolvimento, um paradigma do desenvolvimento que parte de cima para baixo (papel do Estado) ou Top-down- Amaro(2005), ou ainda, do centro para a periferia, que evoluiu dos processos globais e ineficácia, exigiu renovação para uma nova concepção.

Em consequência dos processos globais alargados passando da subnacionalização das empresas às transnacionalizações, exigindo uma nova concepção de desenvolvimento para além da localização de espaço-custo, da ideia de matriz de desenvolvimento, da polarização e da necessidade de renovação do papel do Estado na intervenção nos processos de desenvolvimento, pelo facto de necessitar de espaços muito mais amplos. Pedroso, diz que com essa realidade, ...“gerou-se um novo conjunto de problemas que pôs em causa não apenas a produção de efeito de difusão, mas também o poder do Estado, uma vez que o nível de definição de estratégias das entidades produtoras tendeu a tornar-se estruturalmente descoincidente das autoridades territoriais nacionais. Assim, a associação entre a empresa motriz perrousiana e a materialização dos seus efeitos no espaço – ponto fundamental da ligação da economia espacial-teoria do crescimento do paradigma difusionista – começou a desfazer-se.”...diz que ...“A incorporação da nova realidade económica no pensamento sobre a promoção do desenvolvimento levou à construção de novos quadros interpretativos do crescimento económico que incorporaram a nova dimensão internacional das actividades.” (PEDROSO, 1998:48)

Concluindo, fica evidente que se o paradigma Funcionalista já não responde às questões sobre o desenvolvimento, em função de uma globalização seguida de exigências de uma nova visão da gestão de recursos humanos, tinha que se pensar em novas perspectivas. O poder do Estado e de outras estruturas, não detém os avanços do desenvolvimento global, que por sua vez, exige novas estratégias concebidas como paradigma Territorialista, abordada no ponto a seguir.

2.2.2.2.Paradigma Territorialista.

A evolução dos processos de desenvolvimento, exigiram uma renovação das ideias funcionalista, vindo a surgir a concepção de desenvolvimento centrada nos territórios, que na perspectiva de Pedroso, a abordagem do paradigma Territorialista, parte da concepção de uma discussão do desenvolvimento de espaços sociais, na maximização de oportunidades económicas ocupadas por actores e preservação de perspectivas culturais, embora que citando Pecqueur (1987), diga que se a dimensão territorialista for vista somente numa linha económica ela é a-territorialista. (PEDROSO, 1998)

O que se pode imaginar com essa discussão a respeito da produção localização, custos e espaço regionalizados é uma polémica de um paradigma Funcionalista para um Territorialista, onde as empresas transnacionais estão por trás do processo com seus interesses. Isto porque a realidade de crise económica deu espaço para a definição da perspectiva territorialista que podemos conferir com as ideias de Friedmann e Weaver (1979), para definir uma nova postura frente ao desenvolvimento, que Greffe (1986) define como endógenas e Stohr e Taylor (1981) define como a partir da base. (PEDROSO, 1998) Por isso, a perspectiva territorialista se apresenta como resposta aos problemas económicos que supostamente o funcionalismo não resolveu.

Pedroso, indica duas concepções vertentes do territorialismo: uma, a discussão dos problemas insolúveis, desigualdades sociais e de exclusão ligada ao funcionalismo no terceiro mundo e regiões periféricas; outra, a possibilidades de sucesso de algumas regiões que possuem uma dinâmica a partir das lacunas deixadas pelo funcionalismo. (PEDROSO, 1998) Na verdade, pode se dizer a partir das duas concepções em que se apoia o territorialismo, é que a nova concepção de desenvolvimento territorialista se apoia nos espaços falhos do funcionalismo para crescer e estabelecer uma nova ordem económica num processo de continuidade e aproveitamento das práticas positivas funcionalista. Vale destacar duas posições sobre o paradigma Territorialista, que são abordadas por Pedroso: o territorialismo alternativo e o interpretativo. (PEDROSO, 1998)

O territorialismo alternativo diz ele, ...“por territorialismo alternativo parte de uma concepção de desenvolvimento oposta da que teve na génese do difusionismo.” (PEDROSO, 1998:55) É uma referência às desigualdades provocadas pelo difusionismo que não respondeu às questões das aspirações sociais, enquanto que o enfoque nas necessidades básicas da sociedade é vista como característica típica do desenvolvimento voltado para o paradigma Territorialista. É um contexto em que a noção de desintegração regional das condições políticas, sociais, culturais e económicos são buscadas por meio das alternativas nas iniciativas individuais e colectivas, diante dos interesses locais. Isto nos leva a pensar um desenvolvimento a partir da base social e económica das pequenas localidades, nos colocando numa postura de observação da valoração das situações

históricas, culturais de cada lugar, seus valores, como reflecte Amaro, promovendo uma interacção de sectores de produção e funções económicas. (AMARO, 2005)

O territorialismo interpretativo é uma concepção que Pedroso expõe como sendo ...“partilha com o territorialismo alternativo a operacionalização dos contextos socioculturais enquanto recursos para o desenvolvimento, buscando nestes as explicações para casos de sucesso, pela integração nas oportunidades económicas das vantagens que derivam de uma cultura regional” ... (PEDROSO, 1998:66) Essa postura apresentada por Pedroso nos esclarece uma diferença significativa da tendência alternativa e interpretativa do territorialismo. A interpretativa coloca o Desenvolvimento Local na base da reflexão envolvendo todos os dinamismos possíveis, no sentido de aproveitar todos os recursos de um local disponíveis para colocar em favor do Desenvolvimento Local, potencialidades locais. A proposta interpretativa vai além de identificar as falhas do paradigma funcionalista, que segundo Pecqueur (1987), falhou, enquanto as duas visões territorialistas dão um novo conceito de espaço e transformação prática para o desenvolvimento. Pedroso, citando Pecqueur, diz, ...“a referência funcional não permite, por si só, analisar os fenómenos contemporâneos de organização local da produção.” (PEDROSO, 1998:66)

Conclui-se que, no contexto da abordagem territorialista, Pedroso expõe perspectivas que nos permite compreender o caminho da abordagem sobre o desenvolvimento no Pós-II Guerra, destacando que o paradigma Territorialista se destaca com importância diante da visão do paradigma Funcionalista, como processo de aperfeiçoamento de práticas empíricas e reflexões que foram contribuindo para a construção dos diversos conceitos de desenvolvimento, nomeadamente o Desenvolvimento Local em Portugal, como bem destaca Amaro, nos contributos das experiências de Desenvolvimento Local em Portugal, nas abordagens de Manuela Silva, com abordagens boton-up - o desenvolvimento a partir das bases, dos pobres, dos territórios mais desfavorecidos, dos recursos e práticas endógenas locais que contribuíram para os conceitos de desenvolvimento e paradigma Territorialista. (AMARO, 2001) Desta forma, mais recente, Amaro, destaca duas novas abordagens: o paradigma das Novas Territorialidades e novos paradigmas Científicos, desenvolvidos nos pontos seguintes. (AMARO, 1999)

2.2.2.3.Paradigma das Novas Territorialidades.

O que podemos observar no contexto do paradigma das Novas Territorialidades, é que Amaro dá uma contribuição ao pensamento sociológico e económico a partir da simultaneidade das mudanças actuais. Diz ele, ...“As mutações das sociedades contemporâneas atingem, em simultâneo, várias áreas, com ritmos muito acelerado. Obrigam por isso a rupturas em relação aos modelos tradicionais de conhecimento, de intervenção e de funcionamento das organizações.” (AMARO, 1999:10) Nas sociedades actuais, as questões voltadas para a simultaneidade, para ritmo acelerado das mudanças económicas, sociais e culturais, as mutações, reforçam a necessidade de uma constante vigilância, no sentido de actualizar a compreensão das realidades sociais e buscar soluções compatíveis com o desenvolvimento global e local.

Essas Novas Territorialidades que ao contrário da visão de Pedroso (1998), colocando de modo isolado as territorialidades, Amaro vai expor numa lógica de confronto de novas lógicas territoriais que ele identifica como “supranacionais, transnacionais e infranacionais”. (AMARO, 1999) Essas Novas Territorialidades, Amaro localiza nas novas lógicas da globalização pelas novas políticas que são cada vez menos controladas e exigindo mais capacidade de negociação, onde a evolução da globalização condiciona cada vez mais os problemas sociais, exigindo intervenções mais informadas, antecipadas e mais reactivas. Localiza ainda nos níveis locais, que conquistou relativa autonomia, exigindo acções sociais mais territorializadas, com carácter horizontal ou nivelado e descentralizadas, que segundo ele, localiza-se ainda, num problema de compatibilização entre o global e o local que ele denomina de “glocal.” (AMARO, 1999)

Conclui-se que, a contribuição desta visão das Novas Territorialidades é poder analisar as questões sociais, sociológicas e económicas com a interpretação das problemáticas globais e locais em simultâneo e confrontando as interações recíprocas que influenciam o global e o local na construção do desenvolvimento como paradigma.

2.2.2.4. Os Novos Paradigmas Científicos.

No ponto fulcral dos paradigmas é indiscutível no contexto da globalização e do desenvolvimento, que as questões da ciência como paradigma não venham a ser e estar na pauta das discussões do desenvolvimento. Na abordagem de Pedroso (1998), as questões da ciência não estavam claramente no centro da questão ainda que tivessem sido tratadas, as questões estavam entorno dos espaços e localização, custo e distância. Amaro, vem abordar estas questões da ciência como um paradigma, até porque, é uma de suas temáticas ligadas às suas reflexões sobre o desenvolvimento. (AMARO, 1999)

Os Novos Paradigmas Científicos, que Amaro aponta como sendo o paradigma da complexidade que é, ... ” a teoria do caos, a análise sistemática e a teoria dos fractais, entre outras novas pistas abertas no conhecimento científico, sugerem uma nova importância crescente das lógicas interdisciplinares, integradas, flexíveis, caóticas e pró-activas, implicando uma nova concepção de acção e de organização.” (AMARO, 1999:11)

É importante destacar que Amaro quando fala de caos, não ver como total desorganização e completa ruptura dos processos de desenvolvimento. É um ponto favorável que contribui para a reflexão e reorganização, ver como um momento de crescimento. (AMARO, 1999) Aliás, ele destaca como positiva as questões do desenvolvimento trabalhado a partir de uma visão da interdisciplinaridade, da integração de experiência e das ciências. A economia sozinha não pode responder a todas as questões do desenvolvimento. Tem que haver interdisciplinaridade entre Sociologia, Economia, Biologia, política, cultura e principalmente as questões ligadas ao meio ambiente.

Ao concluir esse ponto, pode se afirmar que não é possível uma visão do desenvolvimento como independente no contexto do surgimento e respostas às necessidades do desenvolvimento regional e local do pós-II Guerra até nossos dias, cada momento, com certeza, contribuiu para formação de conceitos e práticas de desenvolvimento regional e local, perspectiva discutida no ponto logo abaixo.

2.2.3.A Perspectiva do Desenvolvimento no Regional e no Local.

Aqui na perspectiva do desenvolvimento no regional e no local, recorri às ideias de Augusto da Silva (2000), José Reis (1999), Luís Moreno (2002), Marco Santos (1997), Manuel Branco (1999), Paulo Pedroso (1998), Roque Amaro (1999, 2001, 2005), debruçando-me em torno da abordagem do desenvolvimento como exigência das discussões económica dos processos globais, no encadeamento das ideias que constroem mais directamente o regional e o local, para conceber o ponto fulcral sobre o empowerment de Desenvolvimento Local em Portugal, antes, já indicado os conceitos de desenvolvimento e paradigmas teóricos do desenvolvimento, que de forma mais recente estão direccionados para o Desenvolvimento Local participado e constitui na actualidade, um empowerment alternativo do desenvolvimento, como resposta e solução para os locais em meio urbano e rural em Portugal.

Questões económicas do desenvolvimento que exige uma constante acomodação, interpretação dos conflitos e novos desafios às sociedades locais, sob pena de colocar os espaços locais: urbanos e em meio rurais, nas condições sociais e económicas diante de cenários que o homem poder ser mero espectador, como afirma Branco, que ...“Esta economia não parece se colocar a serviço do homem, antes parece ameaçá-lo de forma maligna e a leitura dos grandes fenómenos económicos modernos, como a mobilidade e a concentração do capital, o desenvolvimento tecnológico, a persistência do desemprego ou o aumento das desigualdades, deixa transparecer a mensagem de que estes constituem apenas os ajustamentos exigidos pela aspereza dos caminhos que o mundo contemporâneo é obrigado a trilhar. Este indisfarçável distanciamento da economia em relação ao ser humano, sugere que teria chegado a hora, finalmente, de anunciar a elevação ao estatuto de ciência natural, reservando ao cidadão, como a qualquer primata do mais fundo da floresta, duas alternativas apenas, adaptar-se ou definhar”. (BRANCO, 1999:1)

Na perspectiva do desenvolvimento, a Economia tem um papel significativo, principalmente se temos como foco o desenvolvimento dos locais. Por outro lado, a Sociologia, por meio do papel do sociólogo, interpreta os fenómenos sociais e busca respostas, não que a Sociologia resolva os problemas directamente, como diz Silva, que

não se pode esperar que o sociólogo resolva todos os conflitos, o ...“sociólogo não é um “faz tudo”...nem o...“bom samaritano” que cura todas as feridas, nem o bombeiro que apaga todos os fogos – embora possa ajudar.” (SILVA, 2000:5) Sociologia, Economia têm um papel a cumprir nos processos de desenvolvimento que é possível de conciliar para um empowerment de desenvolvimento para os locais.

Desta forma, o percurso histórico do desenvolvimento caminha com a globalização, apesar dos avanços e retrocessos económicos, no recorte histórico do Pós-II Guerra à actualidade. Assim, Moreno aponta para o percurso do desenvolvimento dentro de uma geografia que no processo de afirmação do capitalismo, buscou espaço para expansão. Uma geografia que sai da perspectiva de ciência académica e ocupa um espaço social, principalmente a partir da óptica territorialista do desenvolvimento. (MORENO, 2002) Moreno projecta um quadro da modernização polarizada da construção desigual do desenvolvimento do fim do século XIX e as primeiras décadas progressista ocidental, num processo em escala global, apoiado na exploração dos assalariados, gerando as condições para a crise social do séc. XX, onde se assistem à imposição generalizada de modelo de desenvolvimento. (MORENO, 2002)

Moreno referenciando Dumont (1977), diz que os processos globais em evolução provocou uma busca em várias partes do mundo, fazendo com que muitos países tratassem de satisfazer os interesses do capital e o consumismo dos que acumulam maior poder de compra, em detrimento da satisfação de necessidades básicas diversificadas. (MORENO, 2002). Dentro desse quadro, foi possível observar rivalidades e disputas entre as potências industriais pelo controlo dos recursos provocando os grandes conflitos mundiais, sem esquecer e concentrar esforços do sector produtivo baseado na racionalização do trabalho e na dominação, que Moreno chama de nível micro ao macro, onde se percebe uma legitimação fundamentada no direito liberal que contextualiza na...“eufórica continuação, num ambiente de forte acumulação de capital baseado na “eficiência taylorista / fordista”, que leva à Grande Depressão de 1929-33, com que os EUA “contagiam” a Europa, em particular.” (MORENO, 2002:111)

Moreno afirma que na sequência desses acontecimentos, as concepções derivadas do keynesianismo vieram a impor novas relações de direitos e deveres entre o capital e o trabalho nos países que adoptam o modelo norte-americano, o Estado passando de fiscalizador para uma posição de intervencionista. (MORENO, 2002). No entanto, pode se dizer que nesse contexto, a concorrência internacional, favoreceu o surgimento do totalitarismo entre os países que continuaram na busca do seu expansionismo, levando a gerar novos conflitos mundiais, como a II Guerra. É neste contexto que observa-se a busca de uma nova ordem que pudesse dinamizar o desejo de reforma e fosse uma via positiva de desenvolvimento e ser uma alternativa para o quadro de devastação que se encontrava a Europa. Nesse sentido o Desenvolvimento Regional vai surgindo em várias partes da Europa. Na Inglaterra em 1942, com uma política social que pudesse ser aplicada ao desenvolvimento foi denominada de *community development*, ou seja, desenvolvimento comunitário, que nos anos 60 e seguintes foram adoptadas pelos programas da ONU. (MORENO, 2002)

No contexto das políticas para o desenvolvimento, Moreno aponta para a perspectiva social e económica, afirmando que as condições de reestruturação para o desenvolvimento na segunda metade do século XX, segue a partir do final dos anos 40 em frente, onde, ...“os países industrializados dedicaram-se sobretudo à sua reconstrução económica, para a qual o planeamento estatal “top-down” se mostrava cada vez mais decisivo para as opções de utilização dos recursos. Assim, conforme ditava a rigidez da modelização económica, o crescimento dos bens materiais seria essencial para a satisfação do consumidor (*homo aeconomicus*), o que passava pela implementação das condições de eficiência funcional (especialização, concentração) que levassem à maximização produtiva.” (MORENO, 2002:124) Nesta visão de Moreno, indica que a acumulação e concentração de riqueza nos espaços urbanos, a industrialização e as áreas agrícolas onde se executava os investimentos, chegava às pessoas e áreas desfavorecidas, e poderia assumir assim, uma concepção de Desenvolvimento Regional.

Essa leitura de Moreno apontando para a reestruturação do desenvolvimento com uma óptica voltada para uma importância da localização do desenvolvimento, nas pequenas

regiões, lembrando que a visão de localização, espaço e redução de custos do funcionalismo, que apresentara complicações às questões económicas globais, dar lugar ao paradigma territorialista que passa a ser uma nova forma de interpretar o desenvolvimento no regional. (MORENO 2002) Já para Amaro, o contexto do pós-II Guerra, e o percurso ao fim do século XX, contextualizam a compreensão do desenvolvimento e seu empowerment, que seguidamente vai renovando as conceptualizações de Desenvolvimento Comunitário, voltado para o regional, como foi visto antes, a partir dos anos 60, um desenvolvimento na perspectiva do comunitário (América, Europa, Índia, África, etc.). (AMARO, 2001) Esse marco histórico vai expondo a evolução e aplicação do desenvolvimento e surgimento do conceito de empowerment, nas iniciativas regionais e locais, do Desenvolvimento Comunitário que vem de experiências de políticas sociais regionalizadas, principalmente no campo da agricultura, na Inglaterra, França e como não podia deixar de ser, aplicou-se em Portugal.

Segundo Amaro, numa perspectiva global, a doutrina social da igreja na luta pela dignidade social das pessoas corrobora para regionalizar o desenvolvimento nas comunidades rurais. Doutrina social nos seus documentos oficiais: Rerum Novarum, Concílio Vaticano-II, Populorum Progressio, e documentos específicos em outros continentes, orientações que envolve todas as conferências episcopais. Na América Latina as comunidades eclesiais de bases tiveram muito do seu Desenvolvimento Regional nos fundamentos do Desenvolvimento Comunitário, que a igreja incorporou como trabalho e oração, condição para a transformação social; na África, o Desenvolvimento Comunitário tem uma componente favorável que são as tradições comunitárias onde apresentam um forte sentido de comunidade: pelas relações de parentesco que caracteriza as situações de entajuda comunitária com forte base ética, sentimento de pertença e economia familiar informal, tudo isto no suporte (comunidade, território, grupo humano); e Índia, com experiências do Desenvolvimento Comunitário que foram aplicadas em parte com supervisão da ONU, com os programas das Nações Unidas para o desenvolvimento-PNUD. (AMARO, 2005)

Na Europa, o desenvolvimento também teve influência da doutrina social da igreja: na Alemanha, França, Itália, Grécia, Inglaterra e também em Portugal. Moreno coloca como exemplo em Portugal, várias iniciativas de desenvolvimento com animação regional no meio rural, motivadas pela doutrina social da igreja em parceria com outras instituições, acções como o Seminário Europeu sobre Organização e Desenvolvimento Comunitário que contribuiu para a divulgação do Desenvolvimento Comunitário e do esclarecimento sobre as suas condições, em 1961; o Projecto de Promoção Humana e Evangelização, entre 1963 e 1974, em algumas freguesias do concelho de Portalegre; o Plano de Ajuda Rural desenvolvido em Coimbra; a Obra do Bem-Estar Rural do concelho de Baião; a Experiência-agrícola da Shell Portuguesa em Sever do Vouga. (MORENO, 2002)

É uma aplicação do Desenvolvimento Comunitário que Moreno, citando Manuela Silva diz que, ...“A frequente aceitação do DC deveu-se certamente ao facto de ser percebido como instrumento de oposição e de alternativa às relações coloniais de dominação/dependência, concorrendo com outros modelos associados à crescente influência dos países socialistas no Terceiro Mundo. As novas orientações da ajuda internacional – cooperação em vez de assistência – consubstanciadas no Programa da ONU para 1962-72, emanam dessa lógica”...(MORENO, 2002:119) Isto dar a entender que esse Desenvolvimento Comunitário foi-se regionalizando e construindo uma projecção para os locais.

Nesse percurso do desenvolvimento, do regional para o local, Moreno citando Gontcharoff (1999), a concepção de Desenvolvimento Local parte da experiência francesa de centralização rígida, que fez as regiões ou commune, exigir mais espaço, decisão e participação local diante do poder burocrático do Estado francês diante das responsabilidades locais. (MORENO, 2002) A partir desta visão, podemos ver surgir a necessidade de aplicar o desenvolvimento no local, com origens no contexto político, económico e social da França. Moreno vai fazer referência a essas concepções do Desenvolvimento Local tendo como abordagens de origens na França, citando Coulmin, dizendo que ...“Após as leis de descentralização de 1981, os Estados Gerais «des pays» em 1982 proclamam o «acto de nascimento do Desenvolvimento Local» em espaço rural.”

(MORENO, 2002:136) Moreno diz ainda que a Lei de Orientação para o Ordenamento do Território, em 1995, expressa uma nova visão das políticas de desenvolvimento para o local, porque inclui identidades colectivas e mobilização.

Amaro ao mencionar o Desenvolvimento Local na aplicação económica, política e social, diz que sua afirmação se constituiu nos anos 80, a partir do reconhecimento institucional do Desenvolvimento Comunitário, das instituições locais, numa visão dos órgãos do Estado sem hierarquia e instituições independentes, que diante das situações provocadas pelo mercado, força a valorizar as experiências de comunidade como resposta aos problemas da comunidade, a partir das acções colectivas de experiências e capacidades locais. (AMARO, 2001), Interpretando essa visão e aplicando à realidade, Amaro aponta como experiência de pratica cooperativa e de Desenvolvimento Local importante na Europa, que justifica esse Desenvolvimento Local, as experiências de Mondracón-FAGOR na Espanha, maior experiência de cooperativa. A partir daí, as concepções de desenvolvimento foram sendo conciliadas com as práticas de Desenvolvimento Local, na sequência das concepções Neo-territorialista, valorizando a autonomia dos territórios na sua identidade, um desenvolvimento que parte das dinâmicas de base local (botton-up). (AMARO, 2005)

Aprofundando essa compreensão do Desenvolvimento Local, aproveitando o contexto da investigação sobre o Desenvolvimento Local realizada por Santos, que pode ser aplicável à realidade no desenvolvimento dos locais, expondo que ...“o desenvolvimento de uma região depende da dinâmica socio-económica de diversos subconjuntos geográficos que a integram”...”as condições inerentes ao desenvolvimento desses subconjuntos, cujo grau de (des) nivelamento confere à região uma maior ou menor homogeneidade e coesão”.(SANTOS, 1997:572) O desenvolvimento por certo não pode ser isolado dos contextos regional e local, necessitando da valorização de ambos os contextos, que podemos entender como necessário ao desenvolvimento dos locais, se, entendendo subconjunto geográficos como locais. Santos referenciando Pecqueur e Silva, coloca as condições endógenas necessárias para o desenvolvimento dos locais, como indispensáveis para o êxito dos locais, envolvem um carácter de a emergências de consolidação de inovações tecnológicas produtivas ou organizativas, de capacidades para reagir e integrar

pressões heterónimas decorrentes da relação com os outros contextos socio-económicos e institucionais, de capacidades de regulação enquanto sistema local que através das suas próprias normas saiba reinterpretar, a seu favor, estratégias vindas do exterior. (SANTOS, 1997) Percebe-se que o desenvolvimento dos locais é uma necessidade, que tem possibilidade de respostas locais. No entanto, o local deve o seu sucesso à conciliação das experiências locais, dos problemas identificados na localidade, a análise dos recursos endógenos combinados e a efectivação das emergências descritas acima.

Santos afirma ainda, que...“constituem condições mínimas para que actualmente e no futuro, um local possa considerar-se em movimento, ou seja, capaz de vencer ou evitar a estagnação, e assim possa aceder ou manter o seu processo de desenvolvimento, sendo: a existência de liminares mínimos de densidade organizacional e demográfica; instituição de sistema de inter-relações locais; aperfeiçoamento de culturas técnicas e institucionais locais; capacidade de negociação externa”. (SANTOS, 1997:573) Na linha de pensamento de Santos (1997), Reis expõe que a perspectiva do Desenvolvimento Local no contexto europeu, que também se insere no contexto de Portugal, é uma estratégia fundamental para estender as fronteiras ou limites do desenvolvimento, criando soluções que combinem a mais valia da eficácia com a auto-estima das populações. (REIS, 1996) Percebemos que o Desenvolvimento Local, parte desses factores indispensáveis para que aconteça o Desenvolvimento Local participado.

Conclui-se que a abordagem do desenvolvimento numa contextualização teórica, a partir do percurso histórico da formação dos conceitos de desenvolvimento e sua aplicação, desde a noção de Desenvolvimento Comunitário, passando pelo contexto dos paradigmas Funcionalista, Territorialista, das Novas Territorialidades e Científico à actualidade, tem-se buscado efectivar pelos actores do desenvolvimento, mesmo diante de pressões dos processos económicos globais, tem-se construído a perspectiva do desenvolvimento no regional e no local. Em Portugal, essas concepções de desenvolvimento foram sendo aplicadas, principalmente na perspectiva do regional para o local em meio urbano e rural, pelos actores como: órgãos públicos, instituições privadas e associações de Desenvolvimento Local que promovem o empowerment dos cidadãos numa perspectiva do desenvolvimento participado.

III-PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL.

3.1. Desenvolvimento Local Participado em Portugal.

Em torno da perspectiva mais directa do Desenvolvimento Local Participado em Portugal, dei importância às abordagens de Carlos Albino (2004), Eugénia Mata e Nuno Valério (2003), Francisco Silva (2005), José Mattoso et. al., (2001), Paulo Pedroso (1998), Roque Amaro (2005) e Simões Lopes (2006), buscando expor o quanto possível, as ideias que transmitem o percurso das políticas de desenvolvimento em Portugal, o papel do Estado e da sociedade civil apesar das dicotomias existentes, apresentando pontos em que mostra características da vocação da sociedade portuguesa, principalmente dos grupos minoritários das regiões e locais agrestes ontem e, hoje menos favorecidos, para criar e reinventar o desenvolvimento nos espaços urbanos e rurais. Esta abordagem respinga sobre o Desenvolvimento Local participado em Portugal, apresentando os produtos do desenvolvimento que se constitui nas iniciativas executadas na busca incisiva na óptica de boas práticas como mostra e promoção do empowerment do desenvolvimento em Portugal, quer no regional, quer nos locais: rurais e ultimamente também urbanos.

Neste sentido, o percurso do Desenvolvimento Local em Portugal vem de uma óptica particular para o empowerment, desde a formação do Estado português no século X com dom Afonso Henriques, com a característica de dar importância às suas bases locais para identificar os problemas locais e encontrar soluções. Matoso et. al. assim descreve, "Chamou os chefes das famílias mais importantes para junto de si e procurou ouvir as suas opiniões, servir-se de sua experiência." (MATTOSO, et. al. 2001:34) Durante os forais manuelinos, havia uma preocupação de reforma para atender às questões sociais entre lavradores e foreiros de um lado, e do outro, donatários e senhores das terras, onde o rei exercia o papel de juiz. Muitas vezes, essas famílias faziam parte dos concelhos que levavam as questões para o rei. Silva destaca que, "os lavradores e foreiros, embora trabalhasse a terra individualmente ou em família, agrupavam-se em comunidades pequenas ou grandes inseridas e integradas em concelhos (ou elas próprias eram concelhos) cujos oficiais eram os porta-vozes das queixas e os Paços do Concelho a câmara de ressonância das mesmas". (SILVA, 2005:14) É uma perspectiva do municipal e do poder local que confere com os aspectos de participação e do desenvolvimento que se afirma pelas experiências de práticas na comunidade.

Amaro confirmando essa posição expõe que um dos pontos interessantes do desenvolvimento em Portugal, foram os auscultadores, que levavam para as reuniões do concelho, os problemas locais da comunidade para que o Rei pudesse encontrar soluções. (AMARO, 2005) A posição de Amaro é confirmada nas motivações que idealizaram os Estados Gerais do Desenvolvimento, que depois optou-se por MANIFesta, a primeira em Santarém (1994), quando relata as motivações para escolha do nome e uma das pretensões do evento, “Esteve para ser Estados Gerais do Desenvolvimento Local em Portugal, para se reivindicar da herança do tempo em que os homens bons de cada concelho (de cada local) se fazia ouvir, mesmo não pertencendo nem tendo acesso aos poderes central e regional dessa época, que estava nas mãos da nobreza e do clero”. (Doc. TESTEMUNHO MANIFesta, 1995:1)

É neste contexto do municipalismo e poder local da vocacionada sociedade portuguesa de ontem, que se insere hoje a ideia de empowerment nos territórios portugueses, espaços de desenvolvimento regional, ideia de empowerment transmitida na concepção de desenvolvimento do pós-II Guerra com os processos globais que se difundiu com bastante ênfase, como diz Pedroso, “os processos de desenvolvimento regional tem sido um espaço de intervenção privilegiado, de uma disciplina, essencialmente desenvolvida após a II guerra mundial, que se baptizou de ciência regional,” (PEDROSO, 1998:43)

Assim, vale destacar algumas situações que são importantes no contexto do desenvolvimento em Portugal: o contexto do Pós-guerra, com situação económica de crise em Portugal, inclusive é um período em que Portugal falta às principais cimeiras e acontecimentos na área económica mundial. Afirma Mata e Valério, que...“Portugal esteve ausente das mais importantes conferências que preparam a nova ordem económica internacional do período do segundo pós-guerra,” (MATA e VALÉRIO, 2003:204) Podemos indicar a conferência de Bretton Woods, de Hawana, as que criaram o FMI, BIRD e GATT e, aproximando-se dos anos 60 vêm a questão da emigração portuguesa, embora que, mesmo nesse contexto, foram surgindo as iniciativas de desenvolvimento em Portugal. (MATA e VALÉRIO, 2003)

Outra situação indicada por Albino é que as iniciativas de Desenvolvimento Regional, Local, em Portugal, começa a ter suas primeiras iniciativas nos anos 60 com as comunidades rurais animadas pelos movimentos da juventude católica, e as experiências de Desenvolvimento Comunitário dos locais encaminhadas pela Prof^a. Manuela Silva, quando Portugal não tinha uma política de desenvolvimento que enquadrasse os municípios, como também passava por crise económica na primeira metade dos anos 70, chegando ao 25 de Abril. (ALBINO, 2004)

No entanto, o Desenvolvimento Regional veio a exigir uma interpretação como ciência local a partir das três últimas décadas do século XX em Portugal, assente na base de uma vocação da animação regional, local e no empowerment, frente aos desafios de processos económicos globais que, de certa forma, Lopes aponta para uma percepção de desenvolvimento como crescimento económico, (aumento da produção) exigindo precauções na interpretação e aplicação nas suas encruzilhadas e dilemas no percurso do Desenvolvimento Local participado em Portugal, diante de processos dicotómicos. (LOPES, 2006) Dar a entender que os processos do desenvolvimento podem se envolver entre encruzilhada, falácias, dilemas e heresias.

Lopes diz que os aspectos económicos estão inseridos no fenómeno social; que a economia do consumo tenta construir a ideia de que ela tem um fim em si mesma, passando das formas tradicionais que mantinham as relações comerciais de vizinhanças para as grandes lojas de hipermercados e comércio na Internet, sobrepondo-se à economia da repartição. A economia da repartição que desempenha um papel fundamental de estabilizador social a partir de uma partilha equilibrada do produto da actividade económica em escala mundial envolvendo países, regiões e empresas, colocando as pessoas como foco do processo. (LOPES, 2006) Ele reflecte uma economia da repartição que leva a conceber o desenvolvimento diferente de crescimento, onde o crescimento é um simples instrumento do desenvolvimento, o que não pode ser visto de outra forma, ao contrário de uma economia da produção que não respeita a equidade social.

Para uma visão de desenvolvimento participado em Portugal, penso que contribui a visão que Lopes citando Sedas Nunes diz que é preciso, “baixar o globalismo nivelador às

realidades regionais e locais; ampliar o âmbito das análises, para além dos limites estreitos de um ponto de vista parcial; fazer convergir, no estudo dos factos e na determinação dos problemas, diferentes ópticas de investigação; aceitar a “revelação” das situações perigosas ou incómodas; procurar mesmo, decididamente, essa revelação e requer que ela se torne debate esclarecedor”... (LOPES, 2006:43) É uma visão de desafios e invocação de competências para realizar um verdadeiro desenvolvimento participado diante dos factos sociais, coisa social, que deve levar aos níveis de satisfação das necessidades das pessoas, que por sua vez, são indicadores de desenvolvimento e, é isto que o Desenvolvimento Local participado em Portugal procura alcançar, níveis de satisfação das necessidades das pessoas nos locais promovido pelos actores sociais nas multidimensões que o desenvolvimento pode alcançar.

Lopes aceita a visão de Todaro, de que o desenvolvimento é multidimensional, envolvendo a organização e reorientação dos sistemas económicos e sociais, rejeitando as teorias que submetem o desenvolvimento ao exclusivo crescimento da produção e dando importância a reformas institucionais e estruturais. (LOPES, 2006) Acredita-se que assim, se caminha para eliminar níveis de pobreza, gerar oportunidades diversas de emprego e reduzir as desigualdades sociais em níveis económicos, de educação, saúde, cultural, como forma de justiça, de equidade social, elevando a auto-estima das pessoas. É esse quadro do Desenvolvimento Local participado que em Portugal têm se buscado construir nos locais, evitando um mero crescimento da produção centralizada e má distribuída mesmo diante de um processo lento de planeamento de políticas regionais de desenvolvimento.

Para esse Desenvolvimento Local participado em Portugal, os valores sociais têm um contributo a dar. Lopes diz que, “Os valores sociais podem desempenhar, e têm desempenhado, um papel importante no sucesso das várias formas de organização social, desde as tentativas de regulação do mercado, à democracia política, aos direitos humanos mais elementares, ao provimento dos bens públicos básicos, até às organizações de protesto e acção pública. Alguma descrença nas capacidades e sentimentos humanos é exagerada; mas é sempre conveniente algum estímulo “cautelar” para a assunção de responsabilização social.” (LOPES, 2006:47) Penso que as Associações, Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal têm trabalhado justamente em torno

destas questões. O desenvolvimento só pode acontecer a partir da responsabilização social, ênfase nos valores e incentivo à participação, como tem sido incisivamente aplicado nas práticas de Desenvolvimento Local como desafio constante das Autarquias, Câmaras, ADL, OIDL e ANIMAR, etc.

Lopes indica algumas contradições que o desenvolvimento foi sendo concebido, que ele chama de falácias e dilemas que impedem a visibilidade de um desenvolvimento com liberdade, equidade, justiça social que possa nivelar as desigualdades sociais. Falácias da identificação do desenvolvimento com crescimento, que por si mesmo é amoral; que se produz primeiro para depois distribuir, das carências que só podem ser solucionadas quando houver acumulo de riqueza; da competitividade, como se ela estivesse equilibrada. Os dilemas são muitos e variados exigindo reflexão crítica e tomada de posição, pois estão voltados para as questões que envolvem as falácias do desenvolvimento. (LOPES, 2006) A partir desse contexto, pode se dizer que as iniciativas de construção dos processos de Desenvolvimento Local participado em Portugal, tem sido de construir caminhos alternativos com empowerment ou empoderamento, buscando outras vias que não adopte as práticas das falácias e dilemas.

No sentido de uma mudança, Lopes considera os números do Desenvolvimento Local participados em Portugal ainda fracos com relação a outros Estados membros da Comunidade Europeia. Um desenvolvimento tem de ser para as pessoas no lugar onde elas estão, nas suas regiões, logo, está voltado para os territórios e deve ser promovido no sentido de equilibrar os desníveis de pobreza, promover saúde, educação, valores e a cultura, promover a solidariedade entre as regiões carenciadas. Mas tudo isto dentro de um processo democrático que possa superar as lógicas puramente económicas. (LOPES, 2006)

De facto, concluindo essa perspectiva do Desenvolvimento Local participado em Portugal, essa vocação participativa, para ter voz activa e autonomia, que vem das origens e está enraizada na sociedade portuguesa, teve suas dicotomias principalmente no espaço dos anos 70 até à entrada na CEE, pela ausência de consistência nas políticas de desenvolvimento por parte do Estado, que acaba por respingar na inoperância das associações sociais e de voluntariado, bem como instituições privadas, como veremos no

ponto a seguir sobre as políticas de desenvolvimento. No entanto, a reforma da administração pública do Estado, ainda que, supostamente lenta e gradual, num contexto de pressões da globalização, tem permitido um alinhamento na acessibilidade ao poder, participação e parcerias entre Autarquias, ADL, OIDL procurando reforçar o debate sobre o Desenvolvimento Local participado em Portugal, reforçar as práticas democráticas, incentivar a participação, denunciar os processos globais económicos massificados e exercer uma democracia pró-activa.

3.1.1. Políticas Regionais Nacionais e Comunitárias.

Abordando as Políticas de âmbito regional ao nível do desenvolvimento em Portugal, debrucei-me para apresentar um quadro sobre as políticas desenvolvidas em Portugal, recorrendo a Carlos Albino (2004), João Craveiro (2005), Rui Jacinto (1993), Simões Lopes (2001), procurando destacar as assimetrias e simetrias nomeadamente das políticas de desenvolvimento e sua aplicação nos territórios. Destacar as lacunas históricas em que os territórios foram penalizados com a falta de planos de desenvolvimento e as políticas surgidas, reforçadas pelos Fundos Estruturais e consequente enquadramento nos Quadros Comunitários de Apoio e constantes reivindicações das organizações cívicas e solidárias nos locais.

Assim, na perspectiva de Jacinto, “A diversidade regional portuguesa, moldada tanto pela geografia como pela história, é um dos elementos determinantes dos diferentes dinamismos territoriais que as regiões têm conhecido.” (JACINTO, 1993:25) Portugal, com uma população aproximada dos 10 milhões (9,9) de habitantes, sua área geográfica representando 4,1% do território europeu. Segundo Jacinto, é um país de contrastes regionais ou assimetrias com diversidades, desequilíbrio económico, modelo sócio-productivo, o sistema de ocupação demográfica em processo de envelhecimento e sinais de desertificação em algumas áreas rurais. Embora que essa população pareça relativamente estabilizada. Os processos de industrialização e de integração das economias locais sinalizam as diferenciações regionais, bem como demográficas, com maior concentração, são perceptíveis na região Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e por último Algarve, marcando as dinâmicas regionais em Portugal. (JACINTO, 1993)

Jacinto diz que a reestruturação das economias locais e políticas de investimento no sector primário produtivo continuou inalterado e fragilizado; o sector terciário não acompanhou as exigências de emprego e qualificação para influenciar os processos locais de desenvolvimento; as actividades comerciais, industrial e formação se concentraram principalmente nos centros urbanos, onde muitas áreas estão ainda dependentes da agricultura e revelando ainda as assimetrias. No entanto, algumas regiões do interior conseguiram avanços, pelas infra-estruturas e investimentos públicos aplicados, privilegiando alguns lugares. (JACINTO, 1993) Na perspectiva de Lopes, referenciando Alves (1985), chega a afirmar que, “Nunca houve política regional em Portugal embora de há muito se fale dos desequilíbrios regionais e da necessidade de os corrigir”. (LOPES, 2001:333)

Olhando para as políticas regionais de desenvolvimento em Portugal, Jacinto diz que elas sofreram duas rupturas: uma com a revolução em Abril de 1974, e outra com a adesão à CEE em 1986. Na perspectiva da primeira ruptura, temos a partir da década de 60²⁴ com os Planos I, II de Fomento e um Plano Intercalar, todos no período de 1953 a 1967, sendo planos que não fazem qualquer menção a uma política de Desenvolvimento Regional. De 1968 a 1973, temos o III Plano de Fomento²⁵ voltado para o sector urbano visando criar planos de desenvolvimento urbano-industriais e projectos hidro-agrícolas, desenvolvido em algumas cidades pólos como Sines, Cachão, etc. O IV Plano de Fomento²⁶ e o Plano a Médio Prazo²⁷ no período de 1974 a 1980 não foram executados, outros instrumentos

²⁴.Lopes, afirma sobre o desenvolvimento regional que as primeiras abordagens de estudos e de análises oficiais sobre diagnósticos são realizados na década de 60, afirmando ainda que em 1962, o governo apresentou à Câmara cooperativa projecto de Decreto-Lei propondo a criação da Junta de Planeamento Económico Regional. Foi uma política de desenvolvimento que embora reconhecesse a necessidade de equilíbrio entre as regiões, preferiu-se investir em estrutura para melhoria e aumento da produtividade, adiando para o III Plano de Fomento. (LOPES, 2001)

²⁵.Segundo Lopes, para o III Plano de fomento um capítulo dedicado às necessidades de uma política de desenvolvimento regional, visando erradicar baixas taxas ou negativas de crescimento de diversas áreas e o desperdício de recursos, assente nos possíveis objectivos como a, ...”aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional, a repartição mais equitativa dos rendimentos e a correcção progressivas dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento,”...(LOPES, 2001:335) Isto revela uma preocupação com a concentração de investimentos principalmente em Lisboa e Porto, e buscar investir em outras áreas do país, principalmente criando infra-estrutura.

²⁶.Na perspectiva de Lopes, o IV Plano de Fomento, continua com os objectivos do Plano III, aumentando mais uma área de intervenção ligada ao “ordenamento dos territórios”, aumento da produção numa perspectiva voltada para a integração com a União Europeia. Uma importância deste plano é que os organismos governamentais que elaboram, abrem a possibilidade de participação da sociedade, permitindo a inserção de interesses regionais, apesar de ter tido pouca duração. (LOPES, 2001)

²⁷.Lopes, diz que o Plano de Médio Prazo não foi executado, nem sequer teve uma redacção oficial e, citando Baptista (1985), diz que o relatório apresentava desequilíbrios regionais e crescimento anárquico. (LOPES, 2001)

foram aplicados. Em 1982 realiza-se o debate público sobre a regionalização e como facto importante a questão do Secretariado Técnico para a Regionalização. (JACINTO, 1993) As preocupações com as questões regionais começam a despontar como política estratégica para o desenvolvimento das regiões, especialmente ao aproximar das discussões para entrada na CEE, que contribuiu significativamente para objectivos planeados directamente para elaborar políticas regionais. As normativas de financiamentos e liberação de recursos do fundo económico exigiram a criação de órgão específico às políticas regionais, sendo criada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.

Na perspectiva da segunda ruptura Jacinto destaca a adesão de Portugal à CEE em 1986. Foi um marco histórico para o desenvolvimento das regiões e os locais são mencionados oficialmente nos planos de desenvolvimento. O Decreto Nº.130/86 do Ministério do Plano e da Administração do Território, que na sua abrangência como Lei orgânica estende sua intervenção com o desenvolvimento à administração regional, local e dos territórios. (JACINTO, 1993) No contexto histórico das políticas regionais de desenvolvimento em Portugal, se há uma lacuna pela falta de políticas, temos que observar que Portugal esteve isolado de possibilidades de crescimento em face do contexto de destruição da Europa durante a II guerra e reconstrução no pós-II Guerra, não participou do conflito mais nem por isso deixou de ser afectado, e também, a política de Salazar que esteve voltada para a agricultura tradicional com o regime até 74. A partir daí foi um lento período de reestruturação do país. No entanto, com a Constituição portuguesa a partir de 1976 esse quadro começa a melhorar. Devemos recordar que os anos 70, foram de crise económica na Europa e, se reflectiu também em Portugal.

Jacinto destaca a partir de 1984 até 1993, que houve as GOP- Grandes Opções de Planos; PDR- Planos Regionais de Desenvolvimento; os QCA- Quadros Comunitário de Apoio, contemplaram políticas voltadas para o desenvolvimento das regiões e dos locais, favorecendo a criação de infra-estruturas em Portugal. (JACINTO, 1993) Programas importantes como PDR e QCA merecem destaque. Os QCA, I, II e III de 1989 a 2005, tiveram dentro dos programas operacionais um alcance de 5 regiões e 305 concelhos. Marcam pelo lado dos investimentos públicos, com melhoramentos e criação de infraestruturas económicas; investimento produtivo e infraestruturas; desenvolvimento dos

recursos humanos; desenvolvimento agrícola e rural; reconversão e estruturação industrial; programas operacionais regionais, enquadrados no FEDER, FSE, FEOGA, etc. Nas iniciativas da sociedade civil, a partir de 1993, os QCA favorecem a grande participação das ADL, OIDL e o surgimento de muitas outras organizações e principalmente a criação da ANIMAR-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local animadas pelos programas LEADER – iniciativas comunitárias. (JACINTO, 1993)

A partir daqui há uma aproximação de parceiras entre poder público e ANIMAR / ADL, OIDL com incentivos ao desenvolvimento das regiões e locais com programas de formação e empregos, qualificação profissional, apoio às iniciativas regionais e locais onde os contrastes económicos, de desigualdades sociais, desemprego, formação e isolamento dos centros urbanos são mais visíveis. Para essa renovação dentro dos QCA, FEDER, FEOGA, FSE, para as regiões de fronteira (Interreg), e áreas rurais empobrecidas, os programas LEADER tiveram papel significativo. Jacinto diz que com a adesão de Portugal à CEE em 1986, e a criação de Planos de Desenvolvimento Regional e Quadros Comunitários de Apoio para Portugal, os municípios passaram a ser um poder local com empoderamento para o Desenvolvimento Local participado, tendo a oportunidade de envolver seus actores nos processos de desenvolvimento. (JACINTO, 1993) Jacinto dá a entender que esse empoderamento foi promovido pelos actores locais e associações representativas dos agentes económicos regionais como as Câmaras municipais, associações locais e empresariais. (JACINTO, 1993) Esse empowerment reflectiu-se principalmente num impacto a nível local na melhoria das condições de vida da população local, bem como nas economias locais. Reflectiu-se também nas necessidades locais no desenvolvimento rural, formação, qualificação profissional das pessoas e valorização cultural nas áreas menos assistidas, convergindo para uma maior integração das regiões, municípios e solidariedade social.

Prova desse avanço nas políticas regionais e locais; as iniciativas de vários encontros nacionais e internacionais de Desenvolvimento Regional e Local realizados em Portugal; as assembleias-feira festa de Desenvolvimento Local (MANIFestas), iniciadas em Santarém (1994), com realização bienal, indo para sua 7ª edição (2008), que por razões eleitorais da directoria da ANIMAR não foi possível realizar na primavera de 2007.

Jacinto diz que o...“papel e o protagonismo de alguns actores locais e agentes económicos, designadamente os municípios e as associações empresariais, são relevantes para compreendermos os processos de desenvolvimento ocorridos a nível regional e local. Com a emergência do poder local em Portugal, os municípios foram ocupando um lugar de charneira no processo de desenvolvimento.” (JACINTO, 1993:38) O Quadro-02 a seguir, apresenta uma perspectiva das políticas e planos de Desenvolvimento Regional e Local em Portugal.

Quadro – 02. Políticas de Regionalização.

Estado: Políticas / Planos	Iniciativas de Desenvolvimento
.I Plano de Fomento (1953-1958) .II Plano de Fomento (1959-1964) .Plano intercalar fomento (1965-1967)	.Não existiu abordagem regional.
.III Plano de fomento (1968-1973)	.Criação de regiões - plano (sem enquadramento administrativo) e das comissões de planeamento regional. .Estratégia de desenvolvimento regional concebida, fundamentalmente em pólos de desenvolvimento e na rede urbana.
.IV Plano fomento (1974-1979)	.Não implementado.
.Revolução de Abril. (1974) .Primeiras eleições democráticas (1974-1976)	.Proposta de institucionalização de um nível administrativo geral com a criação de regiões administrativas e regiões - plano. .Emergência do poder local.
.Plano a médio prazo (1977-1980)	.Rejeitado pelo parlamento.
.Preparação para adesão à CEE (1978-1979)	.Criação da comissão técnica internacional para o planeamento e da comissão nacional do plano. .Lei das finanças locais. (1979)
.Debate público sobre a regionalização (1982)	.Secretariado técnico para a regionalização.
.Preparação da adesão à CEE (1983) .I Plano de Desenvolvimento Regional. (1985)	.Criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. .Criação do Sistema de Incentivo os Investimento Industrial. (SIII) .Documento base da política de desenvolvimento regional. (1984)
.Adesão à CEE (1986) .II Plano de Desenvolvimento Regional. (1988) .Reforma dos fundos estruturais.	.Criação do Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (196) .Projectos apoiados pelo Feder aprovados em Bruxelas. .Programa de Desenvolvimento Regionalmente Diferenciado (Prodesredi, 1987)
.I Quadro Comunitário de Apoio para Portugal. (1989-1993) .III Plano de Desenvolvimento Regional. (1993)	.Programas Operacionais Regionais: maiores recursos financeiros, maior âmbito e domínios de intervenções, maior participação dos agentes.
.II Quadro Comunitário de Apoio para Portugal. (1994-1999)	.PORA ²⁸ - Programa Operacional Região Alentejo, programa aplicado pela CCDR Alentejo com apoio financeiro do FEDER, como fortalecimento da base económica regional: Eixo -4 do QCA.
.III Quadro Comunitário de Apoio para Portugal. (2000-2006)	.PRIA ²⁹ - Programa Regional de Inovação do Alentejo, programa a ser aplicado pela CCDR Alentejo.
.QREN- Quadro de Referência Estratégica Nacional para 2007 a 2013.	.Esse QREN- 2007 / 2013, foi assinado na cidade do Porto no dia 03 de Julho de 2007, 2 dias depois de Portugal ter assumido a presidência da União Europeia.

Fonte: Adaptado de Jacinto, 1993 / CCDR - Alentejo , 2007

²⁸.O Programa PORA é aplicado na Região Alentejo pela CCDR - Alentejo dentro do QCA II – Quadro de Apoio Comunitário 1989 a 1993. É aplicado conforme cada CCDR. (CCDRA, 2005)

²⁹.O Programa PRIA aplicado no QCA III, para o período 2000 a 2006, está da mesma forma, relacionado com cada região de desenvolvimento nacional, isto é, cada região elabora seu plano de aplicação. (CCDRA, 2005)

Com o Quadro-02, é possível ter visibilidade das duas rupturas mencionadas acima: as políticas antes de Portugal entrar para a União Europeia e políticas e planos depois da adesão de Portugal, chamando atenção para o papel das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional com seus programas e o papel das Associações de Desenvolvimento Local, nomeadamente a partir dos anos 80 em frente.

Concluindo essa perspectiva de abordagem das políticas e regimes comunitários, convém ressaltar nesse processo de empoderamento do desenvolvimento participado dos municípios (Autarquias), como poder local, o papel fundamental da ANIMAR, ADL e OIDL, como parceiras locais de desenvolvimento, com visibilidade dentre outras iniciativas, nas MANIFesta-feira, mostra e promoção do Desenvolvimento Local participado em Portugal. Essa iniciativa poder público e ANIMAR confirma que são possíveis, “parcerias de desenvolvimento.” (CRAVEIRO, et. al., 2005:3) São actores decisivos principalmente porque os projectos e iniciativas de formação e empregos dos locais dependem de suas intervenções, que renovaram a auto-estima das associações locais, valorizando os pequenos e médios produtores locais, as pequenas indústrias, as actividades culturais tradicionais, que se traduzem como boas práticas de Desenvolvimento Local participado em Portugal, abordagem muito bem construtiva dos QCA, feita por Albino gerando intercâmbio, rede, acções convergentes para o Desenvolvimento Local, privilegiando a juventude, iniciativas empresariais locais, cooperação da Rede de ADL, formação de agentes e promovendo a cidadania activa e o associativismo. (ALBINO, 2001) Cidadania que abordamos no ponto seguinte, associada ao empowerment.

3.1.2. Empowerment e Cidadania.

Ao lançar um olhar sobre as políticas de desenvolvimento em Portugal, observando o contexto das políticas regionais, nacionais comunitárias anteriormente abordadas, é pertinente enveredar pelos aspectos do empowerment e cidadania, para assim, ser possível compreender a necessidade das dinâmicas para os territórios, para aceder ao Desenvolvimento Local participado, combatendo assimetrias tendo como instrumento: o empowerment ou empoderamento das pessoas e, o exercício de uma cidadania activa. Para

tanto, nos esclarece com suas ideias, autores como: Arminda Neves (2006); João Craveiro, et. al. (2005); John Friedmann (1996); Maria Gonçalves (2005), Rosário Serafim (1999); Roque Amaro (2001), entre outros.

Partindo deste pressuposto do empowerment³⁰ ou empoderamento das pessoas e daí para efectivar poder, as pessoas necessitam de estar inseridas num contexto de grupo social, sociedade, para exercitar diante do poder constituído, o Estado, direitos, exercer a condição de cidadão, exigir que o Estado cumpra seu papel social, criando mecanismos de abertura e participação dos cidadão, entendendo essa participação do cidadão como cidadania³¹, cidadania activa, participativa. É uma via de mão dupla envolvendo Estado e cidadãos, possibilitando abertura flexível à participação, acesso ao empoderamento dos cidadãos para promover desenvolvimento.

Desta forma, no contexto de um Estado com administração flexível que possibilita a participação, pode ser entendido na perspectiva do que afirma Friedmann, abordando sobre o desenvolvimento alternativo e empowerment, dizendo ele que ...“sem a colaboração do estado, a totalidade dos pobres não pode melhorar significativamente. A acção de empowerment local necessita de um estado forte”. (FRIEDMANN, 1996:7) Defende a ideia de uma política de recursos comuns, geralmente controlados pelo Estado e, se um desenvolvimento exige um empowerment social dos pobres, deve também defender o seu empowerment político.

Friedmann, defende a ideia de que a cidadania está intimamente ligada aos direitos do cidadão, ao sentido de pertença das pessoas para com uma comunidade. O Estado, é um direito linear, é um reconhecimento formal do estatuto do cidadão, da relativa autonomia

³⁰.Uma compreensão ou conceito de Empowerment, Amaro interpreta e adopta do inglês como capacitação, aumento de capacidades e está relacionado com as lógicas do Desenvolvimento Local. (AMARO, 2001)

.Craveiro, et. al. assinala que o Empowerment é indissociável de poder, que o ...”conceito de empowerment assinala, contudo, uma nova possibilidade de reflexão sobre o sentido dessa mudança social e sendo aplicado de forma transversal aos diversos domínios de intervenção constitui uma ferramenta de análise crucial para a aferição dos envolvimento sociais”... pois o empowerment representa um dos domínios a privilegiar ilustrado pelo envolvimento dos públicos-alvo, ...”o desenvolvimento pessoal para a autonomia, a autoconfiança e capacidade de iniciativa, o desenvolvimento das competências dos profissionais”...(CRAVEIRO, et. al. 2003:3-5)

³¹.Maria Gonçalves expõe a ideia de cidadania como garantias de direitos e liberdades, novas oportunidades de realização dos direitos civis e políticos, possibilidades de negociar processos de decisão mais negociados e participados pelos cidadãos, principalmente os direitos depois dos direitos de 3ª geração: direitos das novas tecnologias, informações e regulação dos direitos ambientais. (GONÇALVES, 2005)

do cidadão face ao Estado, onde as autoridades devem prestar contas junto ao povo organizado como comunidade política, dos direitos que devem ser estendidos a todos como características de um Estado moderno e democrático. Em razão disso ele afirma que a...”cidadania é categoria: não se pode ser meio cidadão. Os direitos e deveres da cidadania recaem igualmente sobre todos os que pode em reclamar-se cidadãos de direito de uma comunidade política”. ...”o primeiro bem que distribuímos uns aos outros é a pertença a uma qualquer comunidade humana”. (FRIEDMANN, 1996:11)

Assim, contextualizando o papel do Estado na sociedade portuguesa, Neves diz que ...”a inclusão social e a igualdade de oportunidades, o próprio exercício da cidadania, o papel do Estado tem sido amplamente questionado. Sem nos envolvermos em profundidade nesta problemática, importa assumir um quadro de referência relativo ao papel do Estado e da Administração pública para que ganhe sentido a análise da sua reforma”...(NEVES, 2006:102) A perspectiva de Neves pode se configurar no contexto do papel do Estado português ganhando sentido, justamente numa concepção de empowerment político e consequente empowerment que leva ao exercício da cidadania, já que ela defende a abordagem dos avanços nas garantias e direitos sociais numa administração flexível.

No entanto, o empowerment e a cidadania é uma perspectiva que se enviesa pela abordagem de Serafim, destacando a crise do Estado e necessidade de descentralização diante do impacto das transformações nos mercados e na comunidade, exigindo flexibilidade, novas formas de mediação entre Estado e sociedade que obriga a um reequacionamento da acção pública para responder a inoperância do Estado-providência que não responde ao Desenvolvimento Local, indicando que esta questão deve passar pela cidadania e o desempenho das associações de Desenvolvimento Local. Para ela, o exercício da cidadania como emancipação e práticas, surge como...“combate aos excessos da regulação na modernidade que se manifestam na difusão social da produção, na fragmentação do processo produtivo e na procura de um novo sentido político das diversas lutas processuais”...(SERAFIM, 1999:56) Essa concepção de cidadania envolve os direitos sociais, civis e políticos, pois estão em estrita relação com as liberdades numa perspectiva de uma cidadania activa.

Serafim citando Touraine (1996), diz que “A participação na vida democrática e nos assuntos públicos estabelece a consciência de cidadania e reafirma uma posição face à sociedade política”. (SERAFIM, 1999:56) Neste sentido da perspectiva política e da cidadania, o cidadão está associado à comunidade política e às práticas de cidadania, onde o cidadão é cidadão e sujeito no Estado democrático, valorizando a cidadania activa, participativa das pessoas como resposta às necessidades de um Desenvolvimento Local dos territórios. Não pode haver desenvolvimento sem cidadania activa, participativa, como também não pode haver cidadania activa e participativa sem empowerment, capacitação das pessoas para exercer seu papel social.

Esclarecendo esta ideia de empowerment e cidadania ligado ao desenvolvimento é que Amaro afirma que o conceito de Desenvolvimento Local resulta do, ..”grito de cidadania”...face ...”aos resultados graves do ponto de vista social e ambiental que o desenvolvimento ia deixando e face a uma descrença dos modelos políticos em vigor, a tal democracia que só é representativa, que não é de facto participativa,”...(AMARO, 2001:164) Assim, somente pessoas empoderadas, capacitadas é que podem responder ao grito de cidadania. Empowerment, capacitação, como diz ele que, ...”empowerment que é uma expressão inglesa que poderíamos aproximar ao conceito de capacitação, de aumento das capacidades de intervenção”...”a ideia de que o sujeito escreve o seu próprio guião, esta ideia da participação, da cidadania”...(AMARO, 2001:164) Portanto, é uma abordagem significativa de Amaro, que nos permite identificar uma estreita relação entre empowerment e cidadania como condição de parceiro social num Estado democrático, e para promover o Desenvolvimento Local participado.

Desta forma, estas ideias de empowerment podem ser aplicadas aos conceitos, às práticas de empowerment de desenvolvimento que as associações em Portugal promovem e organizam em face, cada vez mais, de um discurso que busca como fim último, cidadãos empoderados, e cidadãos empoderados são cidadãos conscientes de seus direitos sociais, políticos, que não desejam ser actores principais e nem quadjuvantes, mais como actores parceiros do Estado, em face de uma cidadania participativa, activa, de uma democracia que Amaro tendo consciência destas lógicas diz que, “O Desenvolvimento Local é uma

oportunidade para abrir as portas para uma coisa nova que é a ideia de Estado-Parceiro e de Sociedade-Providência”. (AMARO, 2001:168)

Uma sociedade-providência dentro da abordagem de Desenvolvimento Local como proposta de uma forma de trabalhar em sociedade é possível, uma vez que a lógica do Desenvolvimento Local envolve o empowerment das pessoas, envolve a cidadania participativa, como resposta aos problemas globais. E neste sentido Amaro afirma que o Desenvolvimento Local frente à globalização, ...”está a ser consentido para resolver problemas que a globalização provoca e não responde”...(AMARO, 2001:169). Importância de um Estado parceiro reforçada por Friedmann afirmando que o Estado ainda continua sendo um grande parceiro no desenvolvimento alternativo quer nos espaços urbanos ou rurais, que o local não é auto-suficiente por si só. (FRIEDMANN, 1996)

Desta forma, é possível destacar a importância do empowerment e da cidadania nestes processos de Desenvolvimento Local participado em Portugal, por razões como diz Friedmann, afirmando que o empowerment é o empoderamento contra a exclusão social, a desqualificação, a desinformação, a pobreza, etc. (FRIEDMANN, 1996). Craveiro et. al. expõe algumas posições sobre a percepção de empowerment. Dentro da perspectiva de poder: Uma é como nova possibilidade de reflexão importante sobre o sentido das mudanças no social, frente à aplicação de projectos e, representa um domínio de intervenção a privilegiar pelo envolvimento dos actores, desenvolvimento pessoal para a autonomia, autoconfiança e capacidade de iniciativa que se insere num contexto de cidadania; do empowerment como dimensão de poder, como reflexão sobre as políticas contra a exclusão social exigindo nova e efectiva visão das relações e do equilíbrio do poder, abrindo espaço para a participação e mudanças que as organizações, associações sociais podem desempenhar a partir dos actores locais e mobilização de recursos. (CRAVEIRO, et. al. 2005)

Percebe-se neste sentido que o empowerment está assente na capacidade de exercitar e influenciar nas lógicas do poder de mudanças nas relações estratégicas, reunindo condições para realização de acções, envolvendo a natureza política e a individualidade das pessoas, afirmando que, ...”os processos de empowerment influenciam múltiplos

aspectos da vida em sociedade e colocam novas interrogações ao nível da repartição do poder e dos mecanismos de inclusão e de participação. Apelam a um estatuto de cidadania que deve ser aferido e exercido com base na distinção entre as lógicas do Estado e do mercado, mais também a partir das novas distensões entre os níveis individual e global onde a emancipação das subjectividades toma um lugar de relevo”. (CRAVEIRO, et.al. 2005:13) Essa perspectiva do indivíduo ou actor, Craveiro et. al. referenciando Touraine (1984), destaca a importância do actor nos processos de empowerment, sendo a partir da capacitação dos indivíduos, transformações sociais aos níveis locais, globais ou nos sistemas políticos e de mercado, onde o empowerment individual é indispensável, além de mecanismos de inclusão social, proporciona e multiplica competências e recursos de acção para os indivíduos ou actores. (CRAVEIRO, et.al. 2005)

Conforme Craveiro et. al., essa importância dos actores locais nos processos de empowerment, resulta da ...”localização dos actores e dos seus contextos territoriais para potenciar valências mais abrangentes de cidadania e solidariedade em rede”. ...Indicando que esses ...”processos solicitam o desenvolvimento de novos quadros de análise sociológica na deslocação do enfoque do conflito para o da cooperação mútua, e da concepção de poder como uma soma”...”cujo produto final traduz uma mudança qualitativa em que os actores intervenientes reforçam, através da interacção cooperante, as suas valências de cidadania”.(CRAVEIRO, et.al. 2005:16-17) Esta perspectiva abre espaço para aceitação da ANIMAR, ADL, OIDL, IPSS e Instituições Privadas, como actores locais, ao mesmo tempo na condição de Rede solidária, de forma empoderada, criando espaços de cidadania, como essas organizações processam o empowerment nas suas práticas colectivas e individuais no Desenvolvimento Local.

Desta forma, a perspectiva do empowerment e cidadania, pode se enquadrar nos processos de construção social, de autonomia cidadã, de uma democracia participativa, de uma cidadania activa, participativa, desenvolvendo uma economia solidária, que se aplica como desafios aos cidadãos, às associações, construindo cidadania pela consciencialização social, pelas políticas de educação e formação, para as pessoas nos territórios, assente na perspectiva de Craveiro et.al. sobre o empowerment dizendo que ...”trata-se de formar cidadãos de corpo inteiro, ou de educar para a cidadania, e de criar uma sociedade mais

consciente dos seus problemas e potencialidades, ao ponto de se auto-mobilizar para uma mudança que provoca mais inclusão e mais coesão social. Indissociável deste conceito está um outro, o de democracia participativa, uma vez que o empowerment implica um maior equilíbrio na partilha do poder na sociedade actual” (CRAVEIRO, et.al. 2005:16-17)

Concluindo esta abordagem, voltando à Perspectiva de Neves sobre o papel do Estado português, no que diz respeito a uma administração pública flexível, expõe que os destinatários directos da acção dos serviços públicos, ...”podem ser diferentes tipos de entidade, incluindo o Governo (no domínio do apoio às políticas públicas). A sociedade globalmente considerada é destinatária da acção de serviços”...os...”cidadãos são destinatários directos dos vários serviços prestados pela Administração, da saúde, da educação, centrando-se estes essencialmente no que chamámos questões sociais”. (NEVES, 2006:110) Este papel do Estado tem sido buscado alcançar, apesar dos percalços, uma evolução na área das redes e parcerias no local com reforço das Autarquias, numa aproximação dos cidadãos; reforço na autonomia das instituições públicas; reconhecimento do papel da sociedade civil como o voluntariado, diferentes formas de intervenção e serviços prestados pelos indivíduos, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

De igual modo se destaca o papel das redes de organizações, onde Neves diz que a ...”organização em rede, parece uma inevitabilidade na Administração, considerando o seu papel na gestão de sistemas e o contributo de diferentes entidades”...e nas parcerias a...”relação Estado-desenvolvimento da capacidade de iniciativa e resolução de problemas pela sociedade torna inevitável que o Estado deva contar com todas as forças sociais existentes ao serviço do fomento do desenvolvimento económico e do progresso social”... e sobre a participação o, ...”reconhecimento do papel de entidades diversas e da iniciativa individual”...(NEVES, 2006:120-121) Portanto, é possível ter a visibilidade da construção do empowerment e da cidadania, nas trocas de práticas e experiências pela aplicação do empowerment, como capacitação e promoção da cidadania nos territórios, envolvendo Estado, associações e cidadãos, num processo de “parceria cidadã”, favorecendo ao Desenvolvimento Local participado em Portugal. Aliás, Parcerias e Desenvolvimento Local encontram-se na discussão do ponto seguinte.

3.1.3. Parcerias e Desenvolvimento Local.

Partindo da perspectiva do empowerment e cidadania discutida no ponto anterior, como uma componente do Desenvolvimento Local, essa cidadania empoderada das pessoas tem a ver com o Desenvolvimento Local e a coesão territorial, com o Desenvolvimento Local e a qualidade de vida das pessoas, onde o poder público, iniciativa privada, as ADL e OIDL, como actores, interactuam nas práticas empoderadas. Práticas de cidadania no Desenvolvimento Local sob a forma de Parcerias. E para abordar a questão das Parcerias e o Desenvolvimento Local em Portugal, recorri a Carlos Albino (2004), Fernando Ruivo (2000), Isabel Guerra (2003), José Figueira (2003), Marcos Santos (1997), Óscar Rover e Adosinda Henriques (2006), Rosário Serafim (1999), porque estes autores, entre outros, têm abordado as questões das práticas e parcerias, componente fundamental das políticas de desenvolvimento nos locais, no sentido de contributo para combater as assimetrias: económicas, na formação, na educação, na saúde, geração de emprego e valorização cultural, bem como na questão mais actual do Desenvolvimento Local, a preservação do ambiente e uso racional dos recursos naturais. Neste sentido, as Autarquias locais, as ADL e OIDL desempenham um papel fundamental num modelo de Parcerias nos processos de Desenvolvimento Local.

Desta forma, Figueira citando Santos (1997), diz que o desenvolvimento deve proporcionar uma “mudança orientada para a melhoria das condições de vida das pessoas, e deve visar aumentar o nível de satisfação das necessidades e aspirações de uma dada população, especialmente dos seus estratos mais pobres, permitindo-lhes viver no espaço em que se encontram, mobilizando os diferentes recursos disponíveis e potenciais (recursos humanos, materiais e financeiros) com vistas à sua optimização e utilização”,... (FIGUEIRA, 2003:35) Essas mudanças que devem promover melhorias de vida para as pessoas em seus locais, devem superar os condicionantes das pressões económicas globais, da limitação da distribuição dos recursos de toda ordem, e para que haja é necessário pessoas e organizações empoderadas, abertas para a conscientização, soma de esforços, onde as parcerias têm um papel decisivo, pois, o isolamento (des)empodera.

Para assim entender, Figueira citando Amaro (2000), na perspectiva do papel do Estado “que não é ele sozinho que vai resolver os problemas sociais, mais sim a sociedade nas suas redes de solidariedade e nas suas iniciativas provenientes dos novos parceiros, dos cidadãos”... (FIGUEIRA, 2003:44) Pode-se assim conceber que o poder público é o actor principal desse processo de Desenvolvimento Local, e se esse desenvolvimento é local, esse poder nacional do Estado só pode se fazer representar no local e o poder Local do Estado no local, por meio das Autarquias, Juntas de Freguesias locais. Desta forma, se o Estado sozinho já não consegue responder, então, as Parcerias³² desempenham um papel fundamental, de um lado o poder público por meio das Autarquias e do outro a iniciativa privada e as ADL e OIDL, como parceiros, pois nas organizações estão os cidadãos e os cidadãos representam as organizações.

E nessa visão de parceria, Albino vai dizer que as Autarquias desempenharam papel importante no desenvolvimento dos locais após o 25 de Abril, buscando soluções às necessidades básicas e no contexto dos Planos de Desenvolvimento Integrado de 81 a 85 foi decisiva, criando associações locais e criando parcerias para defender interesses locais junto dos poderes. (ALBINO, 2004) Portanto, esses actores e parceiros devem convergir para a coesão das componentes económicas, social, cultural, ambiental nos processos de Desenvolvimento Local por meio de parcerias, de um lado as Autarquias, como dá a entender Figueira, “Pede-se cada vez mais, às Autarquias locais, um papel de verdadeiro actor de desenvolvimento local que não se deverá consubstanciar somente às funções tradicionais”...(FIGUEIRA, 2003:49) e do outro as ADL e OIDL impulsionadas muitas delas pela ANIMAR e programas LEADER, muito bem reflectido nas MANIFestas, o papel das Autarquias, ADL e OIDL, para além das normas anteriores da administração pública.

Ou seja, sobre esta ideia Serafim diz que “As actuais formas de mediação do Estado com a sociedade transparecem em vários domínios na vida pública e um exemplo disso pode ser encontrado no processo de criação das Associações de Desenvolvimento Local em Portugal (basicamente intensificados nos meios rurais nos finais da década de 80), ocorrido no âmbito da sociedade civil e com um forte impacte na emergência de processos

³².Por Parceria, Serafim define como sendo ...”um termo que significa acções de cooperação entre os actores. A origem é anglo-saxónica – Partnership – e tornou-se uma palavra-chave na Europa Comunitária”. (SERAFIM, 1999:93)

associativos”... “das actuais relações destas Associações com o Estado, intensificadas pela constituição formal de parcerias, revela tendências tanto para o fortalecimento da dimensão autonómica e de acção política não institucionalizada, como para uma maior integração e racionalização da experiência.” (SERAFIM, 1999:69) Processo esse de parceria que antes não tinha impacte nas políticas do Estado para o desenvolvimento dos locais.

Desta forma, podemos perceber que as parcerias em Portugal no seu percurso, têm sua base assente nos processos de participação dos cidadãos, os processos de parcerias acontecem porque as pessoas e organizações estão mais receptivas como forma de se envolver com o desenvolvimento dos locais, embora que Figueira citando Carlos Silva (2001), expõe a ideia de que o conceito de participação é divergente, mais pode ser empregado num sentido directo ou prático. Afirma que, ...“nas sociedades do mundo ocidental, a participação é um valor social e um modelo ideal para a tomada de decisão democrática sobre todos os aspectos da vida colectiva, razão pela qual se considera que todas as organizações sociais, económicas e políticas, incluindo a família, a escola, os locais de trabalho e as instituições políticas, devem adoptar na prática a democracia participativa para a gestão de todas as suas actividades”...(FIGUEIRA, 2003:79). Por outro lado, Figueira citando a OCDE (1996), associa “participação ao modelo de parceria, como forma de assegurar, na área da cooperação para o desenvolvimento, a substituição de uma acção individualizada” (FIGUEIRA, 2003:80) Isto permite-nos perceber uma “simetria” entre participação e parceria, não é possível acções isoladas do papel do Estado, das instituições privada e das ADL e OIDL, reforçando a necessidade das parcerias.

Daí que, Figueira citando Guerra (2000), vai dizer que parceria pode ser entendido como “um processo de elaboração e de aplicação de estratégias económicas e sociais. Esse processo é voluntário, já que ninguém está obrigado nem lhe é imposta a presença por qualquer autoridade. É um processo decisional que implica algum poder de execução”. (FIGUEIRA, 2003:82) É um processo tão voluntário e sem imposição que se constitui num dos maiores desafios das ADL e OIDL nos processos práticos de Desenvolvimento Local em Portugal. No contexto das práticas de parcerias submetidas em favor do desenvolvimento nos locais, temos algumas abordagens sobre os actores do processo que

esclarecem a questão. No entanto, convém esclarecer que ligado ao conceito de “parceria” está o conceito de “partenariado”, onde, Figueira, citando Guerra (2000), vai dizer que nestes dois modelos de cooperação, na parceria existe um processo voluntário, enquanto que no partenariado é preciso um acordo expreso. (FIGUEIRA, 2003)

E citando Rodrigues e Stoer (1998), esclarece que o “partenariado, enquanto parceria, foi a lógica dominante em meados da década de 70..., a parceria enquanto partenariado, veio a tornar-se hegemónico durante os anos 80..., isto porque, quase de um dia para outro tornou-se essencial encontrar parceiros. O termo partenariado tornou-se uma palavra-chave...e assim emergiu um novo voluntariado no desenvolvimento social, económico e cultural”. (FIGUEIRA, 2003:84) Ora, os anos 70 foi uma soma de esforços dos movimentos em favor dos territórios desassistidos de planos governamentais de desenvolvimento, enquanto que os anos 80 e seguintes, há uma concentração de esforços, marcada por Planos de Desenvolvimento; entrada de Portugal na CEE; Fundos Estruturais; Quadros Comunitários de Apoio; iniciativas comunitárias (LEADER, etc.); fortalecimento das ADL e surgimento de outras, bem como OIDL, o que constitui o teatro para as peças de parcerias, no processo de Desenvolvimento Local.

Desta forma, o uso frequente actual incide sobre as parcerias em busca de aplicações práticas, uma vez que os locais muitas vezes, com desníveis de desenvolvimento, buscam responder e enfrentar as pressões globais económicas, onde as parcerias são as novas lógicas de construir solidariedade social, cidadania activa, democracia participativa e preservação do meio ambiente. Neste sentido, Figueira referenciando Rodrigues e Stoer (1998), diz que em Portugal, o modelo de “provisão” está voltado para uma cooperação internacional, enquanto o modelo de “acção”, tende a ser mais dominante e está mais voltado para as iniciativas de associações ou mediação ao nível local, como instrumentos de mediação. (FIGUEIRA, 2003) Outra questão, é que em Portugal, necessita-se desenvolver a cultura de parceria / partenariado, levando em conta “objectivos comuns; responsabilidade e investimento por parte de cada parceiro; regras de jogo claras; filosofia comum de formação e desenvolvimento; abordagens compatíveis para aplicação da teoria à pratica, etc.”. (FIGUEIRA, 2003:89) Essas condições para as parcerias, de certa forma,

têm sido buscadas pelas ADL e OIDL em Portugal, seus discursos em favor das parcerias, buscando outras formas de actuar nas políticas sociais de Desenvolvimento Local.

Ou seja, num sentido de práticas de parcerias aplicadas ao Desenvolvimento Local envolvendo o Estado, Associações sem fins lucrativos, privadas, Serafim destaca os Programas Leader em Portugal, afirmando que, ...”das dinâmicas surgidas ao nível dos movimentos locais: actualmente nascem e desenvolvem-se novas organizações/associações não governamentais, fortemente vocacionadas para a dinamização e desenvolvimento destas regiões, numa perspectiva descentralizada, interinstitucional e vocacionadas para potenciar a participação das populações. Os múltiplos protagonistas destes projectos locais, geradores de dinâmicas colectivas e territoriais, são fundamentalmente Autarquias, instituições públicas e associações da sociedade civil, que vão concretizando um vasto número de projectos de Desenvolvimento Local e cujos sinais apontam para intervenções crescentemente qualificadas e qualificantes”. (SERAFIM, 1999:12)

Ora, essas associações e organizações reforçam a necessidade de intervenções económicas de Desenvolvimento Local que venha a atender as diversas potencialidades dos diferentes locais no meio rural, onde nomeadamente as ADL e OIDL têm tido inspiração inovadora de novas metodologias de intervenção que dispõem às Autarquias para que, na condição de todos, como actores locais, possam ser efectivadas parcerias. Desta forma, é que Serafim referenciando a importância da iniciativa Leader destaca que, ...”criam condições para o fortalecimento das associações de Desenvolvimento Local, contribuindo para o reforço da sua capacidade de autonomia, inovação e criação de novas formas organizativas, concebidas em contextos regionais e locais precisos”. (SERAFIM, 1999:13) Isto constata-se pela consolidação da Rede ANIMAR, surgimento de novas ADL e OIDL e se projecta nas MANIFestas como visibilidade de parcerias, onde os diversos actores locais se apresentam com parceiros.

Neste contexto é perceptível a afirmação de Serafim, que...”tornam-se visíveis novas esferas e emergem novos campos de acção, associados à intensificação do papel das associações de Desenvolvimento Local, considerando-se que seria significativo que as

mesma se desenvolvessem na perspectiva da intensificação de novas formas de solidariedade e de maior visibilidade social,”...(SERAFIM, 1999:35) O processo de globalização acelerado, a informatização e industrialização, ao mesmo tempo as crises económicas, produção macroeconómica, inviabilizam o papel do Estado como único actor nos processos de Desenvolvimento Local, que não consegue responder muitas vezes às necessidades locais, não sendo supridas apenas por uma política de conceder aos locais recursos e tecnologias, mais é necessário a concentração de políticas de iniciativas amplas, solidárias, participativas por meio de parcerias, envolvendo essa intensificação das ADL e, ou OIDL, junto às Autarquias como actores solidários de Desenvolvimento Local.

Reportando ainda a esta questão, Serafim diz que, “a abordagem do local pressupõe uma conceitualização e programação mais vasta, vista ao nível do território, propondo uma melhoria da qualidade de vida e prestando-se, por essa razão, mais atenção aos problemas da autonomia, identidade local, participação, ordenamento dos territórios e prestação de serviços essenciais”...(SERAFIM, 1999:39) O desenvolvimento dos locais passa pela dimensão territorialista, enfatizada nos recursos locais mobilizados e integrados pela população, onde o político, o económico e o cultural fazem um espaço de parceria de solidariedade, que se tem vindo a construir, embora que, Serafim citando Reis (1998), que por razão do enfraquecimento do modelo centralizado, “o local, observado enquanto conjuntos estruturados e complexos, assente em relações particulares e em modos próprios de comunicação e de sociabilidade, passa a ser uma redescoberta onde, com frequência, se questiona as problemáticas e práticas do Desenvolvimento Local e a concepção dos sistemas de produção locais”. (SERAFIM, 1999:40) Ou seja, pode-se entender assim, como reanimação de recursos locais na sociedade e como sistemas produtivos locais.

Portanto, na perspectiva de Serafim, o fortalecimento da cidadania activa dos cidadãos na vida pública fará surgir novas formas de relações entre sociedade e Estado e novas formas de contratualidades, pois as dinâmicas sociais ao nível dos movimentos sociais apontam para o, ...”contributo na afirmação da cidadania e integração na acção política, esperando-se que as relações de parceria que se vão estabelecendo entre os diversos actores locais possam contribuir para a construção de novos pactos Estado/sociedade que se figuram hoje determinantes no actual espaço público”.(SERAFIM, 1999:50)

Espaço privilegiado para Estado e associações da sociedade interagirem. Serafim com essa exposição clarifica a menção anterior, afirmando que, “As parcerias, movidas pela reestruturação das relações do Estado e sociedade, tornam-se um meio de mobilização dos responsáveis locais, possibilitando intervenções mais inovadoras”...”A justificativação das diversas formas de parcerias advém do princípio da flexibilidade que abrange sobretudo o domínio das relações entre a esfera pública e a esfera privada, um novo modelo contratual. Deste modo, a parceria público-privado constitui outra forma de organização da acção colectiva para completar ou substituir o papel do Estado e das instituições locais”...(SERAFIM, 1999:93) As parcerias enquadram-se dentro de uma perspectiva de flexibilidade entre os actores envolvidos, configurando novas acções colectivas nas zonas rurais. A autora dar a entender que não só as ADL e ou OIDL, mais também instituições privadas, tem tido espaço assumindo responsabilidades sociais desempenhando também um papel de parceria com o Estado em termos de Desenvolvimento Local, assegurando acções mais eficazes, desenvolvendo melhores competências dos actores locais.

O que se constata é que por um lado há uma deslocalização do poder do Estado regional para um poder do Estado local nas Autarquias, as decisões, participação e parcerias envolvem as associações locais favorecendo a descentralização, mais ao mesmo tempo se observa muitas parcerias fragilizadas pela dependência financeira, por outro lado, muitas associações de Desenvolvimento Local tem conseguido competências e atribuições que lhes concede legitimidade. Isto é como diz Rover e Henriques que a ...”importância da participação da Estado como parceiro, e não apenas como suporte financeiro, não é compatível com a fragilidade e dependência de muitas associações e menos ainda com as dinâmicas organizativas das pessoas em geral, dos agricultores em particular, afinal, dos grupos sócio-económicamente desfavorecidos do espaço rural. (ROVER e HENRIQUES, 2006:135)

Desta forma, buscando considerações finas deste ponto, é pertinente a afirmação de Ruivo de que, quando o...“compromisso directo e imediato do Poder Central em termos de políticas sociais tende a decrescer, podemos ser levados a acreditar que são o Poder Local, a sociedade civil local e os sector privado e voluntário, quem progressivamente, assumirão

o desafio de um trabalho partilhado que passa, desde logo, pelo alargamento das respectivas estratégias”...(RUIVO, 2000:128) Neste sentido, pode ser o papel central do Estado que deixa de investir no local, mais pode ser também uma transferência de responsabilidades do poder central ao poder local que diante da escassez de recursos de toda ordem, se torna impossibilitado em atender às necessidades económicas, sociais e culturais no local. Então, neste contexto as experiências de participação e parcerias correspondem às novas formas de democratização e regulação social, autonomia, sendo necessário a participação e parcerias entre Autarquias, ADL, OIDL e instituições privadas, como forma de promover o Desenvolvimento Local e a qualidade de vida das pessoas. Parcerias que têm sido um dos fortes traços / atributo do Movimento Associativo em Portugal, perspectiva do associativismo abordada logo à frente.

3.1.4.Movimento Associativo em Portugal.

Nesta abordagem do Movimento Associativo em Portugal, contextualizam-se os fundamentos com Carlos Albino (2004), Luís Moreno (2002), Rosário Serafim (1999), Roque Amaro (2001) e Vítor Esteves (2001). Aqui a perspectiva do Movimento Associativo recai sobre as necessidades surgidas nas comunidades mais carenciadas de Portugal a partir dos anos 60, momento histórico que vai construindo relações entre as comunidades e, dando origem ao Movimento Associativo. Esse Movimento Associativo, pode se dizer que teve suas bases assentes nos primeiros agrupamentos de jovens e famílias engajadas nas pastorais da igreja católica, nos movimentos de operários, da juventude e sindicatos, vindo a ter maior expressão com as associações após o 25 de Abril e, um arranque dinâmico com a entrada de Portugal na CEE.

Na perspectiva de Moreno, Portugal enfrentou os processos de independência de suas colónias, avanços e retrocessos económicos, políticos e sociais da república e do regime de natureza militar. O meio territorial estagnou numa política de desenvolvimento agrário que não acompanhou os processos de industrialização de regiões e centros urbanos mais privilegiados. Depois de dois conflitos mundiais, que de uma forma ou de outra, afecta os países nas circunstâncias económicas e de desenvolvimento, Portugal não ficou imune às consequências do pós-II Guerra na segunda metade do século XX. As experiências de

desenvolvimento com iniciativa comunitária e local da metade dos anos 40 em frente, na Inglaterra e França, também se fizeram ecoar em Portugal, que por essas iniciativas e expansão, afirma que, ...“o nascimento do DL na Europa tem particular base de referência a França após as leis de descentralização”...(MORENO, 2002: 28) Implica assim, compreender que as origens do Desenvolvimento Local são tipicamente europeias e com o Desenvolvimento Local, surge necessariamente o associativismo.

Dai que, dessas lógicas de desenvolvimento e contextualizando em Portugal, Albino dá a entender, que são das experiências comunitárias dos anos 60, que as comunidades rurais, reflectem, buscando soluções, na busca de superação da forte visão agrícola que gerou estagnação económica e um processo emigratório que surgiu as bases do associativismo. Essas experiências foram buscar inspiração nos processos educacionais e animação, que de facto, têm sido a motivação para as iniciativas de empowerment de desenvolvimento em Portugal, que segundo ele, a animação dos movimentos religiosos católicos, contribuiu com a experiência e organizações como a Juventude Operária Católica – JOC, a Juventude Agrária e Rural Católica – JARC, a Liga Operária Católica – LOC, o Centro de Cultura Operária – CCO, afirmando que...“em organizações partidárias ou de carácter político, ou político sindical e cooperativo, levavam a cabo iniciativas, não muito formais, no sentido de consciencialização dos cidadãos e do seu envolvimento em pequenos projectos de desenvolvimento das comunidades, forjando a autonomia e capacidade de empreender das pessoas, das populações.” (ALBINO, 2004:11)

Neste sentido, o Movimento Associativo ganha expressão em Portugal, principalmente no percurso do pós-II Guerra, com a crise económica enfrentada pelo Estado português até o 25 de Abril; pela situação em que apresenta uma ausência de políticas de Desenvolvimento Regional e local em Portugal praticamente até a sua adesão na CEE; com as associações de Desenvolvimento Local – ADL, Organizações e iniciativas de Desenvolvimento Local – OIDL, Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS e, nomeadamente nos anos 90 com a criação da ANIMAR; os QCA para Portugal e os programas LEADER, centrados no desenvolvimento dos territórios, deram profundo impulso e contributo para o que foi e é hoje o Movimento Associativo em Portugal. (ALBINO, 2004)

Assim, percebemos a animação das células do Movimento Associativo, das iniciativas de organização das futuras associações de Desenvolvimento Local, Organizações e iniciativas de Desenvolvimento Local, bem como o despertar do empowerment de desenvolvimento das comunidades que potenciariam o associativismo em Portugal. Amaro também aponta para esse período dos anos 60, para início de iniciativas comunitárias e das organizações de desenvolvimento, principalmente pela doutrina social da igreja católica, pela abertura após o 25 de Abril, pela participação dinâmica da Manuela Silva, actuando no campo da Acção Social e com comunidades carentes, experiências que influenciaram inclusive nos conceitos de desenvolvimento. (AMARO 2001) Esse contexto e seus actores, foi um factor importante para o surgimento de cooperativas agrícolas, cooperativas culturais e cooperativas de habitação. Possibilitou o surgimento de Associações Sócio-Culturais, de Desenvolvimento Local e Organizações Não Governamentais.

Analisado esse contexto do desenvolvimento e do surgimento das ADL, OIDL, do Movimento Associativo em Portugal-MAP, podemos afirmar que é uma história de promoção do empowerment de desenvolvimento. A história do Desenvolvimento Comunitário e Local em Portugal, assente no associativismo, constroem-se mutuamente desde as primeiras iniciativas até a actualidade. Albino diz que militantes do meio rural tiveram um papel significativo; as ideias apoiadas pela UE, de que cada local é um território com vida própria; o programa LEDA de 1988 a 1996, visando a criação de emprego a nível local, propiciou as iniciativas pioneiras de Desenvolvimento Local em Portugal; programas CPC, ERGO, LEADER³³, contribuíram para o surgimento de inúmeras Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local. (ALBINO, 2004)

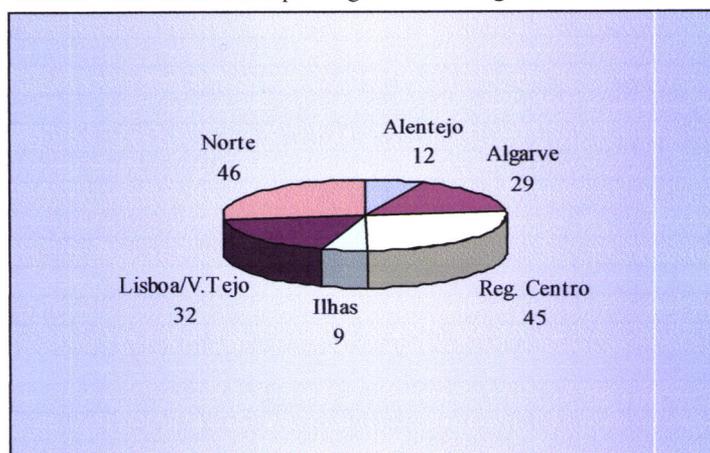
Das origens à consolidação das ADL, OIDL, segundo Albino, é importante o papel das: Iniciativas Locais de Empregos-ILE, investido nas dinâmicas locais; as Autarquias Locais que juntamente com as Juntas de Freguesias procuraram responder às reivindicações das ADL locais; o Programa Operacional de Desenvolvimento e Apoio às Estruturas de Emprego e Formação- PO 2; o Programa de Conservação do Património Cultural, que incentivou a criação de micro-empresas e actuou em diversas áreas de formação; os

³³.Segundo Moreno, o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER I (1991-1993), LEADER II (1994 -1999), LEADER + (2001-2006), envolveram a participação de 52 Associações de Desenvolvimento Local. As iniciativas nos territórios com os subprogramas de intervenção do PPDR, para recuperação de aldeias e recuperação de centros rurais de (1994 -1999), foram contempladas 45 Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local. (MORENO, 2002)

encontros de intercâmbio para vitalizar o Desenvolvimento Local que possibilitou a criação de várias Organizações importantes; destacadamente os professores e universidades na gestão do Desenvolvimento Local, sendo conveniente destacar a U.E, ISCTE, ISSSL, bem como o contributo do estudo sobre Desenvolvimento Local, elaborado pelo Dr. Roque Amaro. Por fim, os programas LEADER. (ALBINO, 2004)

O Gráfico-01, abaixo, apresenta as ADL, OIDL, conforme Guia ANIMAR, o número de Associações e Organizações em Portugal distribuídas por regiões, todas elas, organizadas juridicamente e com actuação em diferentes áreas da sociedade. São 12 (doze) no Alentejo; 29 (vinte e nove) no Algarve; 45 (quarenta e cinco) no centro do País; 09 (nove) nas Ilhas; 32 (trinta e duas) em Lisboa e Vale do Tejo; 46 (quarenta e seis) no Norte. As áreas de actuação das ADL e OIDL, se diversificam na: informação e formação profissional; educação de adultos; investigação e estudos; protecção e valorização ambiental; apoio a artesãos; apoio a produtores agro-alimentares; apoio ao turismo rural; apoio a actividades empresariais; animação recreativa, cultural e desportivas; informação e publicações. (GUIA ANIMAR, 2003)

Gráfico - 01. ADL / OIDL por Regiões em Portugal.



Fonte: Animar 2003.

É de se destacar que esses números de ADL e OIDL, na actualidade devem estar mais alargados com relação ao período da recolha das informações. Apesar de uma actuação presente nos territórios, as ADL, OIDL, com apoio da ANIMAR, programas, Autarquias,

com parcerias e realizando dinâmicas sociais, elas ainda convivem com problemas³⁴ que necessitam ser superados. Por outro lado, somam-se muitas experiências positivas ou de sucesso³⁵ do associativismo através das ADL e OIDL, nomeadamente o associativismo em rede com a ANIMAR e outras associações de ADL: Ideia Alentejo, etc. O resultado das acções das ADL e OIDL, é um Movimento Associativo vivo nos locais, regulando os processos falhanços da globalização pelas práticas empoderadas do Desenvolvimento Local, construindo um associativismo assente na cidadania, como bem expõe Esteves, afirmando que o contributo de problemáticas é a...”relação existente entre a diversidade das ADL, com diferentes motivações, experiências e práticas, e a problemática da participação e envolvimento da/na sociedade civil, cidadãos e organizações, no desenvolvimento global. Isto é, a afirmação de um Movimento Associativo de Desenvolvimento Local no processo criativo de realizações de um movimento de cidadania para o desenvolvimento”...”é a afirmação do movimento das ADL como parceiro nas respostas aos desafios do Terceiro Milénio”.(ESTEVES, 2001:195)

Concluindo essa perspectiva a partir dessas abordagens, de facto, as ADL, OIDL em Portugal, constituem-se em empowerment associativo do Desenvolvimento Local, nas mais diversas áreas de actuação que o desenvolvimento dos locais requer, promovendo o desenvolvimento, seja na concepção de empowerment de Friedmann (1996), como políticas morais e sociais de promoção humana, seja na concepção de Albino (2004), como empoderamento de capacidades e, ou de Amaro (2005), como terceiro sistema, terceiro sector. De facto, as ADL e OIDL, promovem políticas de educação, formação e promoção social dos locais em meio urbanos e rurais.

Ao mesmo tempo, o trabalho de empowerment das ADL e OIDL, só é possível pelos laços cooperativos e associativos que cultivam e que é factor determinante para os resultados positivos que o Desenvolvimento Local participado em Portugal tem alcançado, como

³⁴.Segundo dados do Guia ANIMAR, os problemas apresentados pelas ADL e OIDL são: a dependência de financiamentos externos, atrasos de financiamentos externos, sustentabilidade de financiamentos, carência de financiamentos externos, forte dependência de projectos e dificuldades em manter um corpo técnico, falta de recursos humanos qualificados ou adaptados, etc. (GUIA ANIMAR, 2003)

³⁵.Ainda de conformidade com o Guia ANIMAR, as experiências positivas de actuação das ADL e OIDL são: criação de emprego, criação de conselhos de educação, formação e qualificação de pessoas, prestação de serviços e apoio técnico e informativo à população, apoio às actividades económicas em geral em apoio de projectos locais, inovação local em produtos e projectos, realização de actividades de valorização cultural, etc. (GUIA ANIMAR, 2003)

podemos ver no capítulo seguinte, quando abordamos a ANIMAR e associativismo em Rede e, as MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal.

IV- DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROMOÇÃO DO EMPOWERMENT EM PORTUGAL.

4.1. ANIMAR: Rede e Organização das Iniciativas de Desenvolvimento Local Participado Em Portugal.

No encadeamento da discussão que diz respeito ao Movimento Associativo em Portugal – MAP, surge uma das experiências mais positiva em Portugal, a ANIMAR, Rede e organização das iniciativas de Desenvolvimento Local, consolidando desejos e aspirações das populações nos territórios mais carenciados e depois em meio urbano. Desde os anos 60 com as primeiras iniciativas comunitárias que estava evidente que o sucesso do desenvolvimento dependia da capacidade de inter-relações entre pessoas, grupos, associações, na execução dos seus projectos. O sucesso dos promotores do empowerment, necessário até mesmo para vitalidade das próprias ADL e OIDL, pela necessidade de organização, de promover formação, animação e responder aos anseios das comunidades locais em promover o Desenvolvimento Local participado em Portugal, fazia-se surgir a necessidade de criar uma rede de animação das ADL e OIDL em Portugal.

Desta forma, o contexto antecedente de criação da Rede Portuguesa de Desenvolvimento, voltada para o associativismo, a ANIMAR, é marcado por um contexto europeu de redes sociais, que veio a influenciar no contexto social em Portugal; as dinâmicas ligadas ao associativismo; as trocas sistemáticas de experiências; as entreajudas e reforço de capacidades:

E1-...”por haver uma tendência europeia de redes europeias de associações nomeadamente chamadas de rede TERN que era chamada de Trans European Rural Network, ou seja, uma rede transeuropela de meio rural que fazia, tentava fazer a ponte entre várias experiências existente entre vários países e que chegou a Portugal e que nesse ponto de vista deu impulso à criação também de uma rede portuguesa que se pudesse inserir uma espécie de igual corrente europeia”...

E1-...”esteve na origem da...do envolvimento de muita gente em Portugal, que era o facto de haver nesta altura várias pessoas que estavam ligadas a dinâmicas de associações e iniciativas de desenvolvimento local, e que se encontravam mesmo sem serem conhecidos, por terem problemas comuns e qual sentido e necessidade de trocarem suas experiências, de se ajudarem, de incentivarem uns aos outros, de encontrarem soluções em conjunto”...

E1-...”sentiram que se criassem uma rede entre si, e não apenas encontros episódicos que essa colaboração, essa troca de experiência poderia se tornar mais sistemática, e mais auxiliar, mais ajuda para todos, e portanto, qual é dessas circunstâncias de uma rede europeia que desafiou os portugueses a entrar.”

E1-...”Houve também esta necessidade destes portugueses que se dedicavam aos portugueses que estavam em Portugal ou também estrangeiro que estavam a trabalhar em Portugal, de se constituírem como rede para se submeterem, entre ajudarem, para trocarem experiências, para reforçarem suas capacidades”...

Ainda no percurso dos antecedentes motivadores da criação³⁶ da ANIMAR, percebe-se um contexto económico que era favorável ao desenvolvimento rural e um desejo de construção de uma rede exclusivamente portuguesa:

E3-... "em 87,88 eram anos em que se apostava em profundas e reestruturação da política comum, da PAC, bom o que isto tem haver com as origens da ANIMAR, tem haver porque é o enquadramento, porque esses eram os anos mágicos em que se estava a semear um novo programa, estava a se criar, estava em embrião outro programa que iria permitir uma óptica totalmente diferente para o desenvolvimento rural,"...

E3- ... "nós não precisamos é que haja uma rede assim tão vinda do exterior, para nos matricular, para nos condicionar, para nos meter em rede é acho que nós próprios poderíamos criar nossa rede aqui mais de dentro para fora, partindo da iniciativa local e ter aqui um conjunto de gente solidária que efectivamente se começa trabalhar de forma por via mais articulada e interna,"...

Assim, vemos na visão de Portela, na sua interpelação para criar uma rede de associativismo, ...“Sem diálogo entre as associações dos agricultores e as dos desenvolvimentistas locais é possível desenvolvimento”? (PORTELA, 2004:22) Os questionamentos de José Portela, as iniciativas de Roque Amaro, Carlos Albino, José Brás e outros, deram os primeiros passos para criar a ANIMAR, com a finalidade de animar as iniciativas de Desenvolvimento Local, fortalecer os laços solidários entre as ADL e OIDL, promover a formação de agentes de desenvolvimento, organização e promoção de eventos culturais, execução de projectos, fiscalização de actividades. Assim, a ANIMAR surge como mais uma etapa positiva do processo de desenvolvimento em Portugal.

4.1.1.Criação, Estatuto e Percurso.

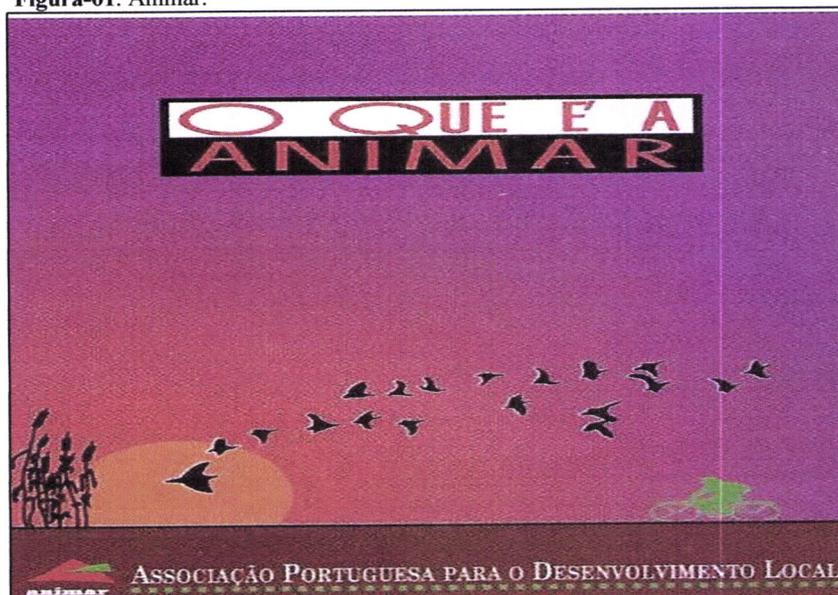
Albino destaca na criação da ANIMAR, que surge das aspirações dos animadores do Desenvolvimento Local, no Encontro Nacional de Desenvolvimento Local de Loulé em 1990. As conclusões desse encontro apontam para 3 fases das estratégias aprovadas no encontro: a subversiva, voltada para a divulgação cultural em todas as áreas; a afirmação, voltada para o incentivo de produção local e criar integração entre as associações, formação cultural e desporto; a emancipação, levando em conta a valorização da sociedade

³⁶.Outras abordagens justificativas como: Projecto de formação contra a desertificação das zonas rurais do interior do país; Revitalizar territórios e estabelecer contacto entre as organizações sociais; Necessidade de apoio do Estado aos territórios. Contexto europeu de rede social que influenciou a criação da ANIMAR. (E2, cf. Anexo III)

-Outra perspectiva é: Criar Visibilidade; Falta de interlocução junto ao poder público; Conhecimento entre as ADL e territórios, cooperação. (E5, cf. Anexo III)

na vida da comunidade, promoção e formação diversificada de diversas actividades já indicadas nas fases anteriores. (ALBINO, 2004) Surgem assim, as raízes iniciais do associativismo voltadas para as ADL e OIDL, que se fortaleceram em encontros seguintes.

Figura-01. Animar.



Fonte: Animar - 2006.

Conforme Albino, com apoio da União Europeia, por seus estudos sobre a problemática dos caminhos alternativos ligados ao Desenvolvimento Local, no início dos anos 90 e o estudo realizado por Roque Amaro sobre a caracterização de alguns exemplos de iniciativas de Desenvolvimento Local em 1991, a DES/ UTAD realiza o encontro de Mezio em 1992, no distrito de Viseu. Neste encontro, José Gandra Portela, membro da organização Trans European Rural Network-TERN, enviou cartas a vários membros de associações, com o desejo de aproximação para formar parcerias, relações que viessem a beneficiar novas aprendizagens e conhecimento recíproco. Desse encontro saiu a formação do “grupo dos 10”, que irá nos anos seguintes dar sequência à execução das conclusões do encontro. (ALBINO, 2004) Aqui temos a decisão de criar a ANIMAR, já com um propósito de interpelação junto ao poder público e consolidar a rede, o associativismo:

E2-...”nessa pequena aldeia do Mezio perto de Lamego é...e portanto nessa reunião é houve um momento para falar cada um das suas experiências e depois é... havia um objectivo que era de estarmos todos de acordo em que era necessário um funcionamento e termos uma forma de actuar e portanto de estarmos em conjunto e aprendendo uns com os outros que órgãos que fazer para que isso não acabasse com a união não tivesse um seguimento e nessa reunião é decidido que se vai avançar para a criação é... de uma rede a nível nacional na altura do Desenvolvimento Local para o meio rural”...

E2-... "sozinhos não tínhamos capacidades de chegar ao Estado de poder e lá ser um interlocutor para que houvesse políticas que nos favorecesse esta linha do Desenvolvimento Local"...

E3-... "o José Portela, para além de ter falado com académicos colegas, como por exemplo Rogério Roque Amaro, na altura em 92, 93, com Alberto Melo, da Universidade do Algarve e da associação IN LOCO, também como é que se chama, vários da cooperativa MAIS ALÉM que era lá da região centro, centro norte, é...mais uma outra pessoa destas líderes, da SOLIDÁRIOS, da ESDIME,"...

E3-... "o grupo dos 10 reuniu-se ali é...no concelho de Castro Daire, uma terrinha de montanha chamada Mezio, é reuniram-se lá e decidiram fundar uma rede, uma associação, uma associação-rede, é e constituíram-na em Messejana na terra da ESDIME em 93, finais de 93 e decidiram realizar uma espécie de manifestação e festa logo para arrancar e para ter visibilidade, para conquistar visibilidade pública, da opinião pública, do poder público etc.

O grupo estudou as possibilidades de formar uma rede para o desenvolvimento em meio rural, que seguidamente, preparou estatuto, cadastrou associações, preparou um programa de acção e promoção de uma assembleia constituinte. Muitos outros encontros foram realizados em Coimbra, Messejana, Guimarães, etc. Em Julho de 1993 o nome da Rede é definido como "ANIMAR", sendo divulgado pelo informativo "Vez e Voz". Assim, no dia 17 de Setembro de 1993, no cartório Notarial de Aljustrel, foi registrado a primeira Organização portuguesa com o estatuto de Rede e de Promoção do Desenvolvimento Local. Em 11 de Dezembro do mesmo ano, na Faculdade de Economia de Coimbra, se realiza a primeira assembleia depois da instituição da ANIMAR. (ALBINO, 2004) Desta forma, dar-se a institucionalização da ANIMAR, na sua forma jurídica:

E-2. ... "ANIMAR foi o nome que achamos, que, porque no fim de contas de alguma forma a palavra ANIMAR é uma síntese daquilo que a rede queria fazer, no fim de contas criar animação, de trocas e permutas de comunicação e de aprendizagem comunicativa entre as várias organizações, e portanto esse grupo funcionou durante um ano e em 1993 então avança-se para o processo de constituição, e por acaso foi aqui é...em Aljustrel, portanto daqui a 9 km de Messejana no cartório notarial de notas de Aljustrel que fez as escrituras de constituição da ANIMAR com 5 fundadores"...

Logo a ANIMAR desencadeou um percurso evolutivo, mesmo marcado por diversas dificuldades foi superando, embora que os desafios ainda continuam, mais do início se constata momentos importantes como: construção da Rede; ganhar importância institucional; construção logística:

E1-... "num primeiro tempo, foi aquela fase de constituição da rede, dos nós da rede, até uma fase mais militante, uma fase mais até se quisermos mais utópica, mais de grandes princípios, dos princípios de nos encontrarmos, da vantagem de estarmos juntos, é uma fase em que prevalece...é mais importante o sentimento de construir a rede, essa é mais ou menos, que eu costumo dizer que é a fase da direcção do Zé portela."

E1-...”a ANIMAR tenta ganhar importância institucional: Ser ouvida pelo governo, estar presente nos grandes momentos de discussão política, dos momentos de discussão das áreas de interesse para Desenvolvimento Local...e...nessa segunda fase, podemos dizer que a ANIMAR se torna uma força mais institucional, mais aceita, entra pró comité económico e social, é auscultada pelo governo a propósito das questões do desenvolvimento, nomeadamente é altura da revolução socialista, há uma aproximação do governo com o Desenvolvimento Local.”

E1-...”é uma fase mais dos projectos, construir uma estrutura logística, um secretariado mais forte, criar uma linha de financiamento para si e seus associados, é a fase mais operacional, mais de prestação de serviços, mais de projectos de intervenção, projectos complicados, é a fase mais recente, é a fase que corresponde sobretudo a essas últimas direcções”...

Era uma actuação na base do voluntariado (E2); buscando expansão e visibilidade (E5).

E2-...”os nossos meios eram quase nenhuns, era o voluntariado de cada uma das organizações e das pessoas foi permitindo é...ir fazendo a circular informação e tentando chamar outras organizações dentro da ANIMAR...é...mais foi todo um trabalho muito de grande voluntariado, quer das organizações, quer de algumas pessoas a nível individual,”...

E5-...”nesta primeira fase a animar era uma estrutura em termos organizacional frágil, ainda é uma estrutura frágil, não podemos dizer que é uma estrutura forte. Mais era uma estrutura frágil, praticamente vivia com o voluntarismos de algumas de algumas associações, com o voluntarismo da parte da direcção e de alguma cooperação de sócios individuais que estavam mais sedeados na Universidade de Trás os Montes, estava lá a presidência digamos assim, com uma outra que na altura nós chamávamos as três cabeças da ANIMAR que era a direcção, aqui a SOLIDÁRIOS que era a parte mais organizativa, parte financeira, parte de organização com os sócios que uma pequena gestão de projectos que haviam no momento, e depois havia uma parte mais operativa, mais política talvez, a nível de estratégia, a nível mais político que estava sedeadada em Messejana através do José Carlos Albino,”...

Neste processo de percurso, surge uma indicação na actualidade, de uma estagnação da ANIMAR no conjunto dos seus processos, ainda que não seja uma unanimidade de posicionamentos:

E7-...”a ANIMAR entrou um pouco numa paragem quase que bloqueava sem ir precisamente ao encontro dos associados, em termos de trabalho.”

Recorrendo a Albino, convém destacar alguns pontos importantes do seu estatuto que manifesta seu compromisso com as organizações cívicas e solidárias e seu empenho para promover o desenvolvimento participativo local. No capítulo I, artigo 1º. Descrevendo sua denominação como Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, sem fins lucrativos, com sede em Messejana podendo se constituir em outras representações no país ou no estrangeiro, conforme aprovação da sua assembleia-geral, tendo ainda duração indeterminada. (ALBINO, 200:64) Este artigo descreve a denominação e fins da ANIMAR, que depois veio a actuar não só em meio rural, mais também em meio urbano:

E4...”a ANIMAR num primeiro momento estava muito dedicada ao espaço rural, “ ...

E4...”num dado momento deixou de ser para ser também a consciência do urbano, para desenvolvimento também urbano, Lisboa, Porto, Coimbra”, ...

No artigo 2º. Descreve seu objectivo geral, “A associação tem por objectivo geral a promoção da igualdade de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida das populações do todo nacional dinamizando a congregação de esforços e apoio à actuação em rede das acções de instituições, grupos e indivíduos em prol do Desenvolvimento Local.” (ALBINO, 2004:64) Este objectivo geral projecta a associação para seu papel diante das populações rurais, vindo a se efectivar ao longo desses anos de actuação da ANIMAR na promoção do Desenvolvimento Local dos territórios. Papeis esses como: papel Rede; económico e político; marketing para a sociedade; formação; sustentabilidade; a expandir a Rede para fora de Portugal:

E-1. ...”estabelecer a ligação entre a rede e associações e seus associados com as associações de Desenvolvimento Local para que não sejam isoladas, para crescer...transmitam boas práticas entre si, para que sintam pertença ao movimento, é o que podemos chamar de efeito rede, criar uma rede, criar um colectivo, criar uma solidariedade entre todos, portanto, isto é importante para evitar o isolamento, para evitar a dispersão, para evitar é... se não quisermos a solidão dos processos do movimento.

E-1. ...”pressão sobre o governo, de reivindicação de medidas, de reivindicação de apoio, e a ANIMAR também fez esse papel, conforme disse ainda a pouco, ou seja, ela também serviu para as associações ganharem peso institucional, ganharem representação, terem apoios, haver medidas que as enquadrassem, isso também foi a animar que desempenhou essa função económica e política.”

E-1. ...”visibilidade, tornar visível os processos de Desenvolvimento Local, dar-vos a conhecer, é... aproximá-los da sociedade de onde estão para que saibam que aquele processo de Desenvolvimento Local significa, o quê que faz, portanto é a terceira função.”

E-1. ...”criação de projectos de qualificação das entidades de economia de Desenvolvimento Local: qualificação, formação, empowerment. Portanto há aqui uma função importante que é a função de qualificação e formação.”

E-1. ...”a ANIMAR tem que ajudar as organizações de Desenvolvimento Local a serem sustentáveis, a ganharem autonomia, aprender a sobreviver, nisso a ANIMAR tem que ter esse papel, não está muito mais tem que ter esse papel.”

E-1. ...”contactos internacionais, julgo que são esses, igual a seis as funções principais da ANIMAR para a sobrevivência do associativismo.”

Papéis semelhantes são apresentados ainda, entre outros como: comunicação e visibilidade, representação junto ao poder público, educação e formação, projecção para fora, (E2, cf. Anexo III); consciência social, de solidariedade social, realizar as lógicas de projectos e operacionalização permanente, (E3, cf. Anexo III); evocação ao poder público, fortalecer os parceiros da Rede, capacitação da Rede, formação da Rede, (E4, cf. Anexo

III); expansão da Rede e cooperativismo, pensar: projectos, cooperação entre os membros da Rede, participação e democracia, fortalecer a intervenção cívica em Portugal, (E5, cf. Anexo III); a ANIMAR abre espaço de reflexão e alternativas, espaço de partilha e trocas de experiências, (E6, cf. Anexo III). Esses contextos de papéis são importantes na promoção do Desenvolvimento Local.

O campo de actuação da ANIMAR supõe-se estar fundamentado no artigo 3º. Com os objectivos específicos, entre 10 (dez), podemos destacar alguns como, “Promover acções de carácter geral, bem como acções específicas quer para o desenvolvimento local em meio rural, quer em meio urbano; Representar e defender as propostas dos associados em geral e das organizações de desenvolvimento local em especial; Estimular e patrocinar a troca de informações, experiências e formas de actuação em rede entre agentes de desenvolvimento local actuando em meio rural e urbano; Contribuir activamente para a formulação e consolidação de políticas nacionais e comunitárias no âmbito do desenvolvimento local em meio urbano e meio rural.” (ALBINO, 2004:64) Essas lógicas da sua componente jurídica, aplica-se dentro da actuação da ANIMAR num contexto de Desenvolvimento Local e global (Glocal). Local pelas lógicas empregadas no sentido de estímulo às economias, tradições culturais, de associativismo, de formação, centrado nos territórios. Global na perspectiva de expansão das experiências, do alcance a outros contextos geográficos, embora limitados ou não muito conseguidos até agora.

E1-...”ajudar que as associações se centrem muito nos seus territórios, portanto de facto, sejam melhores associações de Desenvolvimento Local, levá-las a conhecer melhor seus territórios, levar a tentar desenvolver melhor as suas lógicas.”

E1-...”a componente global, não tem sido muito realizada, porque implicaria melhor a presença da animar nos encontros internacionais, nas redes internacionais, ou seja, a ANIMAR está pouco internacionalizada, até tem feito alguma coisa, tem, mais a rede está pouco internacionalizada, para fazer cumprir melhor esse duplo papel de... reforçar o enraizamento das comunidades nos seus territórios, das associações nos seus territórios, e simultaneamente levá-las a estar presente nos grandes combates contra e lutas da globalização.”

A afirmação dessas políticas está relacionada com as áreas de actuação da ANIMAR, no artigo 4º. Apresentando que ela actuará em rede, de forma descentralizada. Aqui algumas das áreas: “Promover, realizar e participar em conferências, seminários, colóquios, debates e outras actividades; Promover acções de formação e apoio a candidatura e a projectos e/ou programas relevantes para o fim a que persegue; Promover a criação de plataformas

e/ou Grupos de Trabalho que funcionando com grande autonomia, respondam a necessidades de intervenções temáticas e/ou pragmáticas.” (ALBINO, 2004:64) Desta forma, percebemos que objectivos geral, específicos e as áreas de actuação da ANIMAR estão numa sincronia do Desenvolvimento Local participado em Portugal, formação para a cidadania, formação técnica e profissional.

E-2. ...”tenhamos a noção de que práticas concretas do Desenvolvimento Local tem que levar em conta a vamos lá esses aspectos da globalização e da globalidade por um lado porque é nomeadamente para mim usar que é o Desenvolvimento Local a questão da formação a partir da cidadania activa para as pessoas, para as populações terem de facto cada vez mais um papel interveniente, na vida da sua sociedade”...

Proporcionar um Desenvolvimento Integrado:

E4-...”uma perspectiva integrada, que junta a componente económica, a componente do desenvolvimento social com a componente ambiental temos uma perspectiva integrada do desenvolvimento, que cabe nessa função do Desenvolvimento Local com essa perspectiva com mais uns ingredientes que é a participação do cidadão que é central.”

Necessidade de intensificar as relações locais:

E-5. ...”a ANIMAR não tem tido a capacidade de se ligar mais digamos assim ao que se passa no resto do mundo, que se passa no resto dos países.”

Amaro, referindo-se à ANIMAR e sua actuação, “E por isso, o grande desafio da ANIMAR tem de ser, nesta fase, o desafio de ser capaz de: animar processos e iniciativas onde elas tentam emergir, para que floresçam mais facilmente-PROMOÇÃO; apoio no reforço de competências e dinâmicas associativas de Desenvolvimento Local-FORMAÇÃO; reforçar os nós da Rede, para que os movimentos de base se transformem numa DINÂMICA COLECTIVA-ARTICULAÇÃO; privilegiar o trabalho com os indivíduos, os grupos e os territórios mais desfavorecidos-INTEGRAÇÃO; contribuir para a criação e reforço de actividades de ECONOMIA SOLIDÁRIA, ou seja, compatibilizando, de forma sistemática, a economia, a acção social, a cultura e a valorização do ambiente-INOVAÇÃO; conquistar/manter o seu lugar de parceiro do Estado, mas também da sociedade civil, nas suas várias formulas (outras associações, organizações locais, grupos informais, empresas, etc.), cedendo à tentação da proximidade do poder (que nos governos PS foi muito forte...) -PARCERIA; avançar decididamente para a pertença a redes congéneres internacionais, reforçando as partilhas de experiências e de estratégias-GLOBALIZAÇÃO”. (AMARO, 2004:81)

Somente desta forma, Amaro entende uma ANIMAR que possa continuar desempenhando um papel importante na promoção do Desenvolvimento Local participado em Portugal. (AMARO, 2004) Esse entendimento sobre o papel da ANIMAR, é também uma abordagem que envolve os objectivos geral, específicos e as áreas de actuação da ANIMAR como associação Rede e dá visibilidade aos desafios futuros como: conjugar as lógicas entre o local e o global, ainda que esse desafio não esteja muito conseguido, (E1);

E1-...“reforçar mais a sua internacionalização, para que ajudasse as associações a estarem mais presentes nos movimentos globais, local sim, globalmente, mais portanto, acho que há aí um desafio que é preciso desenvolver.”

Continuar os desafios dos anos iniciais, (E2);

E2-...“ainda falta fazer quase tudo, como no primeiro ano, ou seja, é...embora a ANIMAR já tenha feito os seus anos”...

Promover um Desenvolvimento Integrado não só com a componente económica e social, mais também com a componente ambiental, com a participação dos cidadãos, (E4);

E4-...“uma perspectiva integrada, que junta a componente económica, a componente do desenvolvimento social com a componente ambiental temos uma perspectiva integrada do desenvolvimento, que cabe nessa função do Desenvolvimento Local com essa perspectiva com mais uns ingredientes que é a participação do cidadão que é central.”

Continuar com a animação das pessoas, associações e do Desenvolvimento Local, (E7).

E7-...“sentimos a necessidade de uma ANIMAR forte, uma ANIMAR que com capacidade dinâmica e com capacidade de motivar os seus sócios e essas associações de Desenvolvimento Local, para precisamente ter uma maior visibilidade, ter uma certa actuação mais incisiva com as pessoas, portanto a ANIMAR tem esse papel, ou deveria ter esse papel, ou esperamos que volte a tê-lo”...

Conclui-se que, de facto, o percurso histórico do Desenvolvimento Local em Portugal ganha uma nova perspectiva a partir da criação da ANIMAR, e esse esforço se deve ao empenho dos representantes iniciais com Alberto Melo, José Portela, José Carlos Albino, José Brás, Roque Amaro, e depois com outros colaboradores entre outros, Luís Moreno, José João, David Machado, etc. Daí, a ANIMAR seguiu actuando na promoção e organização do Desenvolvimento Local participado em Portugal, nos mais variados segmentos. Para melhor efeito de compreensão de actuação jurídica da ANIMAR, conferir Estatuto no (Anexo - I).

4.1.2. Projectos.

Na perspectiva dos projectos empreendidos pela ANIMAR, se contextualiza no campo dos cursos de formação, qualificação, dos projectos de geração de emprego, culturais, voltado para membros da Rede, bem como junto às organizações das Câmaras, Autarquias e Juntas de freguesias. A ANIMAR por ser uma Organização não governamental, jamais se excluiu do seu compromisso com as instituições públicas. Sempre esteve indo ao encontro dos desafios, celebrando parcerias, realizando estudos, avaliando projectos e ministrando cursos de qualificação, formação, tudo na promoção do empoderamento das pessoas dos territórios rurais e urbanos em Portugal, bem como a nível internacional. Destacadamente a ANIMAR, teve um papel decisivo na aplicação dos programas LEADER em Portugal, sendo indiscutível os contributos, favorecendo a criação de ADL, OIDL, fomentando os territórios na economia, cultura, formação, educação, com o empoderamento para uma cidadania activa, uma democracia participativa e afirmação do associativismo, criar um espírito de solidariedade social:

E3-... "o programa Leader foi inovador e são várias das associações que constituiram o núcleo da ANIMAR, a parte mais forte eram associações que foram pioneiras no programa LEADER,"...

E3-... "criar um espírito de consciência para o investimento social para o investimento na... vamos lá ver na solidariedade, na solidariedade territorial social, a ANIMAR tenta criar esse espírito é com projectos"...

Conforme Moreno, a ANIMAR desde a sua criação tem prestado relevantes serviços em favor do Desenvolvimento Local. Em parceria com o IEFP, INSCOOP, INATEL, projecto inserido no contexto da presidência portuguesa na União Europeia; seminário europeu "Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social"; espaço no Parlamento Europeu e Assembleia da República, a propósito das estratégias em favor do emprego e do dia mundial do voluntariado; com outras OCS colaborou com o poder público no encontro Participação e Cidadania, na Assembleia da República; no Encontro Nacional de ADL; na Interpelação cívica ao novo poder político, apresentado aos partidos políticos concorrentes nas eleições legislativas de 2002. (MORENO, 2003) É de destacar que consta na história da ANIMAR 09 (nove) representações nacionais nas mais diversas áreas e instituições e 09 (nove) representações internacionais de Desenvolvimento Local na Europa. É de

destacar ainda 11 (onze) protocolos, de 1999 a 2004, em Portugal e na Europa. (Doc. ANIMAR, 2007)

A ANIMAR, de facto, tem cumprido o seu papel como Rede, prestando relevantes serviços em favor das ADL e OIDL, do Desenvolvimento Local participado em Portugal, em favor das comunidades territoriais regionais e locais, antes com abrangência ao meio rural e a partir de 1999, estendendo seus desafios aos meios urbanos. No entanto, no ponto a seguir, exponho as acções da ANIMAR na promoção das feiras de Desenvolvimento Local em Portugal, visando a possibilidade de reforçar o poder da ANIMAR na promoção do Desenvolvimento Local, e capacitação dos indivíduos e as entidades envolvidas.

4.1.3. Organização de Feiras e Mostras de Desenvolvimento Local.

A ANIMAR procura desde o início de sua actuação, desempenhar o papel a que se propunha. Promoção da animação da Rede com seus associados individuais e colectivos. Essa animação buscou alcançar as mais diversificadas áreas sociais, procurando promover e envolver o maior número de pessoas e organizações cívicas e solidárias. Promoção de projectos culturais, de desportos, prestar assessoria às iniciativas governamentais, bem como desenvolver suas próprias iniciativas de desenvolvimento, com a promoção de encontros de Desenvolvimento Local participado, assembleias e feiras culturais em todo o Portugal.

Para esse desafio ter desempenho satisfatório e chegar aonde chegou, não podia faltar a comunicação, comunicar para desenvolver. Assim, surgindo com as primeiras iniciativas para nascer a ANIMAR, debutant (2008), segundo Albino, José Portela lançou no encontro de Messejana nos dias 2 e 3 de Abril de 1993, a folhinha da maior expressão de comunicação do Desenvolvimento Local participado em Portugal, “Vez e Voz” (ALBINO, 2004:21) Informativo que começou com uma folha de papel A4 e hoje é um jornal com 20 páginas, com publicação quadrimestral publicado pela ANIMAR sobre o mundo do Desenvolvimento Local participado em Portugal, divulgando a participação, o associativismo, encontros, feiras, congressos, turismos, cultura, economias locais,

publicações, formação, etc. Instrumento fundamental para o desenvolvimento. É uma experiência que é seguida por muito ADL que fazem parte da Rede ANIMAR.

E no contexto da comunicação desenvolvida pela ANIMAR, o processo Rede foi sendo consolidado entre a ANIMAR e as ADL, OIDL, Câmaras, Autarquias, surgindo a necessidade de dar visibilidade ao trabalho importante que as ADL estavam a desempenhar em diversos contextos do Desenvolvimento Local, como: apoio às iniciativas dos cidadãos, de grupos formais e informais locais; fixa as pessoas nos territórios, criação de empregos, dinamiza as economias locais, valor à cultura local; luta contra a exclusão social, pobreza, defesa do Ambiente.

E1-... "só há Desenvolvimento Local em Portugal, porque há essas organizações e associações, ou seja, são elas que têm dado corpo às iniciativas dos cidadãos, ou as iniciativas de grupos formais ou informais locais"...

E1-... "elas que tem contribuído para que em alguns territórios as pessoas se mantenham em seus territórios, são elas que têm contribuído para criação de emprego local, são elas que têm contribuído para a dinamização de economias local, formas de economias local, são elas que tem contribuído muitas vezes para a valorização da cultura local, também e perdas, são elas que nalguns casos tem contribuído na luta contra a exclusão social e a pobreza nesses territórios marginalizadas."

E1-... "são elas que muitas vezes tem contribuído para defender o ambiente e aqui neste ponto de vista, e aqui estamos a falar das várias competências de que é o Desenvolvimento Local, da vertente social, da vertente económica, da competente, do empowerment, das populações, da vertente ambiental, da cultural, portanto não tenha nenhuma dúvida que associações de Desenvolvimento Local, tem sido decisivas nesse Desenvolvimento Local em Portugal."

As ADL e OIDL, têm contribuído de forma indispensável para a promoção do Desenvolvimento Local, (E3):

E3-... "penso que tem contribuído a participação destas ADL ou OIDL, é porque se não forem elas a contribuir para a formação e para a promoção do Desenvolvimento Local, quem é que fará, não há mais... o Estado não investe na valorização da consciência cívica, ou melhor não é o melhor investidor,"...

Outras perspectivas semelhantes podem ser identificadas nas Grelhas de Entrevistas (Anexo III), tais como: base do Desenvolvimento Local, (E2, cf. Anexo III); contributo económico, social, ambiental para o Desenvolvimento Local, (E4, cf. Anexo III); formação e qualificação, cumprimento do seu papel social para o Desenvolvimento Local, (E5, cf. Anexo III); contributo para organização do Desenvolvimento Local, são as ADL um pilar fundamental do Desenvolvimento Local, (E6, cf. Anexo III); é a ligação entre a

sociedade e o poder público, actuação a-partidária, (E7, cf. Anexo III); intervenção nas zonas territoriais, (E8, cf. Anexo III).

Neste sentido de promoção do empowerment do desenvolvimento em pequenas feiras e mostras realizadas pelo país, impulsionadas pelo associativismo das ADL e OIDL, que em Novembro de 1993, a ANIMAR convoca uma reunião em Santarém, com o desejo de promover um encontro sobre o desenvolvimento, que se chamaria “estados gerais do desenvolvimento em Portugal”. A partir desse encontro, a visão de efectivar as acções da ANIMAR, levou a aprovação da realização de um encontro de animação do desenvolvimento que viesse a realizar em simultâneo assembleia, feira e festa. A definição do nome do evento aconteceu no início de 1994, que segundo Albino, o...“ consenso sobre o nome, proposto por Christine Guerreiro da ESDIME, levou a que passasse a ser designado de MANIFesta – Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local.” (ALBINO, 2004:29) Assim, se decidiu a realização da MANIFesta na cidade de Santarém para Outubro de 1994. Uma feira festa que reuniria exposição-feira, debates e animação cultural. A partir daí, a ANIMAR foi realizando a MANIFesta a cada dois anos e passando depois a realizar o processo de candidaturas para associações parceiras locais interessadas em promover a MANIFesta.

Na perspectiva de Albino, paralelo aos eventos da MANIFesta, a ANIMAR continuou actuando em outras frentes de animação cultural e de promoção do empowerment de Desenvolvimento Local em Portugal, principalmente em projectos de formação, educação de jovens e adultos; avaliação de projectos do poder público, iniciativas de animação cultural, turismo, formação e emprego. (ALBINO, 2004) Assim, ficam evidentes os contributos da ANIMAR e ADL, OIDL para o Desenvolvimento Local, que no ponto a seguir, tratarei de identificar o percurso histórico de cada MANIFesta realizada.

4.2. Uma Abordagem Evolutiva da MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local.

A abordagem desta perspectiva recai sobre uma das experiências mais ímpares de Desenvolvimento Local participado em Portugal, as MANIFesta - Assembleia Feira e Festa do Desenvolvimento Local, que apesar dos percalços, pelas discussões até aqui

analisadas e na abordagem que se segue, são experiências bem conseguidas, umas mais outras menos, mais que eleva para o estatuto das discussões à condição de MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal.

A partir da evolução das experiências de Desenvolvimento Local em Portugal com as ADL, OIDL, instituições privadas, poder público, muitas vezes partilhando projectos de parcerias, resulta num empoderamento ou empowerment de desenvolvimento e no Movimento Associativo em Rede que toma corpo com a ANIMAR. No entanto, esse empowerment tendo suas raízes na animação (ANIMAR) do desenvolvimento, necessitou ser manifestado, ser mostrado, ser debatido, ser discutido, ser promovido. Dai, a MANIFesta-Assembleia Feira e Festa do Desenvolvimento Local, tornou-se mostra e promoção do empowerment de Desenvolvimento Local em Portugal. MANIFestas desde 1994, na sequência das realizações ao longo de 13 (treze) anos e 6 (seis) edições. Segundo Amaro, a ANIMAR definiu que a realização da MANIFesta seria a cada 2 (dois) anos, sempre buscando parcerias com outras instituições, casos em que essa parceria foi celebrada com Câmaras Municipais, Autarquias, na realização do evento e procurando diversificar em várias regiões de Portugal, descentralizando dos grandes centros desenvolvidos, voltado para as regiões carenciadas de promover empowerment do desenvolvimento. (AMARO, 2005)

De facto, a determinação da ANIMAR, a visão de desenvolvimento, de organização acumulado ao longo da gestação até se constituir Rede, foi determinante para que as MANIFestas viessem a ultrapassar a primeira edição e continuar sendo uma feira do Desenvolvimento Local na vanguarda de condições alternativas de desenvolvimento, como mostra e promoção do empowerment em Portugal. Outro facto importante é que segundo Albino, outras experiências de rede na União Europeia foram criadas, como exemplo, na Bélgica, no entanto, nenhuma outra alcançou os resultados constantes, ou a persistência na promoção diversificada nas alternativas de desenvolvimento, tão quanto a ANIMAR. (ALBINO, 2004)

Assim, segue-se na sequência, uma perspectiva das 6 (seis) edições das MANIFestas, a partir de Santarém, Tondela, Amarante, Tavira, Serpa e Trancoso. É importante destacar

que a cada MANIFesta, o seu alargamento de participações e importância foi crescendo, bem como a participação do poder público e a diversificação de actividades culturais, debates e exposição da produção regional e local.

4.2.1.MANIFesta em Santarém - 1994.

4.2.1.1.Antecedentes.

A MANIFesta de Santarém aconteceu em 1994, cidade da região central do país. Conforme Amaro, por ter sido a primeira MANIFesta realizada, os recursos, o número de participantes, actividades desenvolvidas foram limitados. Santarém foi a cidade que no momento apresentava as condições mais favoráveis para se realizar a MANIFesta: era a cidade mais central do país e reunia outras condições favoráveis suficientes para ser uma experiência positiva e motivar para a realização da MANIFesta seguinte. (AMARO, 2005) Assim, após várias reuniões de discussão pelo país continental e na última realizada em Santarém em 1994, foi escolhido o lema, o nome da feira como MANIFesta e decidida a realização, sendo escolhida a cidade de Santarém, nascendo da necessidade de instituir um evento que desse visibilidade ao Desenvolvimento Local em Portugal.

4.2.1.2.Lema e Logótipo.

O Lema da MANIFesta escolhido foi “Estados Gerais do Desenvolvimento Local.” Nasceu da necessidade de serem instituídos os Estados Gerais do Desenvolvimento Local, de se divulgar amplamente a reflexão e a visibilidade das ADL, OIDL e do Desenvolvimento Local, uma evocação ao tempo em que as pessoas simples dos concelhos e locais se faziam ouvir diante da nobreza e do clero, inspirados, despertar a participação e a representação diante do poder público. No entanto, por haver um evento de natureza política com o mesmo nome, foi escolhido MANIFesta: Assembleia, feira e festa do Desenvolvimento Local.

Figura-02. I MANIFesta / Santarém - 1994



Fonte: Programa MANIFesta - 1994

O Logótipo da MANIFesta está associado ao lema e ao nome da feira de desenvolvimento que é uma invocação à manifestação da animação, dos valores, das potencialidades dos locais, das pessoas, da cultura e a festa.

EI-...”O caso de Santarém foi o valor da festa, das possibilidade de visibilidade, da explosão para fora do ponto de vista da mensagem principal e por outro lado também associar isto a Santarém que era uma localidade com grande experiência de feira de agricultura, de espaço rural e que por isso mesmo era uma cidade muito imediata e muito visível do ponto de vista dessas feiras, inclusive já existia um espaço próprio para isso e portanto essa visibilidade e é isso que aqueles fogos querem dizer”.

Todos eles tinham digamos uma preocupação de dar a mensagem principal daquela MANIFesta e outra preocupação de ser possível de ter uma relação com a organização local, com as organizações locais, é uma combinação de duas coisas, da mensagem central da MANIFesta, da declaração da MANIFesta, das potencialidades do lugar, da festa ao mesmo tempo, essa combinação que deviam ter ao mesmo tempo em quase todos os casos. Daí, o logótipo da MANIFesta de Santarém apresenta a simbologia da festa, da alegria, da animação presente nas diversas cores vivas dos fogos de artifícios explodindo, irradiando alegria e animação de pessoas e lugares para ter vez e voz.

4.2.1.3.Promotores e Participantes.

Para a realização da MANIFesta de Santarém ainda não existia o critério de candidaturas entre as ADL para realizar a MANIFesta como parceiro local com a ANIMAR. Conforme Albino, a escolha de Santarém foi definida após várias reuniões realizadas pelo país e definida na última reunião antes da realização, que aconteceu em Santarém. A ANIMAR, a Associação Comunitária de Santarém e os voluntários individuais estiveram na base da organização da MANIFesta, que aconteceu de 5 a 9 de Outubro no CNEMA de Santarém, se constituindo num propulsor para o Desenvolvimento Local em Portugal, pela longa reflexão dos organizadores sobre o desenvolvimento, pela inovação a nível dos debates, pela animação cultural, pelo ambiente de festividades. (ALBINO, 2004)

A MANIFesta registou participações individuais e colectivas de ADL e OIDL; stands de produtos; animação cultural: teatro, música popular, ginástica, dança, passagem de modelos, ranchos folclóricos, rap, José Mário Branco, Amélia Miguel, Trigo Limpo / ACERT. A participação política foi a prova do envolvimento do poder público com a credibilidade que a MANIFesta transmitiu, justificando também que o desenvolvimento dos locais e sua promoção se faz com o envolvimento de todos os actores sociais da sociedade civil e do poder público. Percebe-se que a MANIFesta inicia um ciclo positivo de iniciativas locais, empowerment das oportunidades locais e promoção do empoderamento das iniciativas de Desenvolvimento Local. A MANIFesta envolve inúmeras áreas: económica, social, cultural, media, governamental e a iniciativa privada. É a promoção do empowerment de Desenvolvimento Local. (Doc. Testemunho, 1995)

A Assembleia produziu o documento “Conversas Inacabadas”, que surgiu com as discussões das temáticas do evento, composto por 14 (catorze) constatações e 12 (doze) recomendações. Tanto as constatações e recomendações, voltadas para as questões do Desenvolvimento Local em Portugal, onde se afirma que ele não é uma nova ideologia, mas um esforço para impedir que a sociedade se feche a partir de lógicas economicistas. Debateram-se as relações Estado e actores locais do Desenvolvimento Local; as políticas e os instrumentos; a escola; a formação e o emprego; as minorias. (GUIA ANIMAR, 2003) Produziu também um documento de avaliação “Algumas impressões à laia de avaliação”,

composto de quatro objectivos da MANIFesta: dar visibilidade ao local e mostrar que o nacional pode ser construído a partir do local; ser um espaço aberto onde o Desenvolvimento Local se conforta, reforça e anima; demonstrar a capacidade de realização e afirmar a qualidade local; afirmar a força do local criando um espaço de reivindicação – diálogo com o poder central:

E5-...”em 1994 em Santarém a primeira MANIFesta que acaba por corporizar digamos assim em termos nacionais, a ideia base da ANIMAR, a ideia da visibilidade, a ideia da voz do Desenvolvimento Local e a ideia da cooperação. Podemos acrescentar uma outra ideia que surge a partir da MANIFesta que é a ideia de que para além de cooperarmos uns com os outros, muitos de nós acabamos por aprender, por inovar, por sermos criativos.”

Observa-se que quase todos os objectivos foram atingidos. (Doc. Testemunho, 1995) No final do encontro, foi avaliado e decidido que outras MANIFestas seriam realizadas e a ANIMAR seria a promotora do evento. Essa realidade se confirmou e se alargou com a parceria de outras instituições na organização e realização da MANIFesta seguinte. De facto, no despertar de todas essas actividades, a ANIMAR encontrou mais motivações para realizar a MANIFesta seguinte que veio a acontecer em 1996 em Tondela. (ALBINO, 2004)

4.2.2.MANIFesta em Tondela - 1996.

4.2.2.1.Antecedentes.

Muitos encontros importantes foram realizados pela ANIMAR, no intervalo entre a MANIFesta de Santarém e a segunda MANIFesta que teve como sede Tondela em 1996. Aqui reporto a realização de encontros, que contribuíram para fortalecer a ANIMAR e solidificar os objectivos planeados como acções, resultados das conclusões da MANIFesta de Santarém e serviu de base para a MANIFesta de Tondela. Foram realizados encontros importantes para o Desenvolvimento Local, que podemos citar o encontro sobre o “Mundo rural” realizado em 1994, em Braga.

Conforme Albino, esses encontros foram uma extensão do programa LEADER I para o LEADER II. O encontro de Penamacor em 1995, apoiado pela ADRACES, foi um momento de reafirmação dos propósitos da ANIMAR para o Desenvolvimento Local em Portugal. Este encontro teve como temática, “As interioridades do Desenvolvimento

Local”. A conferência europeia realizada em Serpa, organizada pela Ideia Alentejo e Terras Dentro em 1995, com temática: “Desenvolvimento Local e coesão social”, buscando valorizar as temáticas de Desenvolvimento Local e cidadania activa; coesão social intra e inter-regional; construções de uma alternativa civilizacional, etc. (ALBINO, 2004) Nesse contexto de antecedentes desenvolveram-se as candidaturas das ADL interessadas em realizar a MANIFesta de Tondela como parceiro local da ANIMAR.

4.2.2.2.Lema e Logótipo.

As experiências de Desenvolvimento Local, da MANIFesta de Santarém, ADL associando-se à rede ANIMAR, o lema a representar a MANIFesta de Tondela veio identificar o percurso da ANIMAR e seus associados individuais, colectivos, e poder público: “Os caminhos do Desenvolvimento Local”. Caminhos do Desenvolvimento Local em Portugal, a realizar.

Figura-03. II MANIFesta / Tondela - 1996



Fonte: Programa MANIFesta – 1996

O Logótipo foi uma ferramenta visível dos propósitos da MANIFesta, associado ao lema. Os campos de Tondela representam os territórios que o desenvolvimento quer percorrer. As castanhas de Tondela assumem a forma de fogos de artifícios expressando o sentido de festa, de animação e contextualizando o sentido da MANIFesta, manifestação da festa do Desenvolvimento Local.

E2-...“a castanha por exemplo é importante naquela região, uma componente da região e portanto uma castanha aberta...era para já um símbolo no sentido de nos dar abertura.”...

E3-...“foram castanhas a explodir, porque era na terra da castanha, do campo castanheiros e tal, é portanto um símbolo do local, da agricultura, de uma árvore resistente e ao mesmo tempo alimentadora pela tradição, antes de ser introduzida a batata era a castanha que alimentava as pessoas, era à base da farinha que se fazia pão, etc. é portanto a explosão da castanha,”...

4.2.2.3.Promotores e Participantes.

A MANIFesta chega a Tondela em 1996, após um ano de preparação com a ACERT- Associação Cultural e Recreativa de Tondela parceira local da ANIMAR, promovendo a realização da assembleia, feira e festa. Albino descreve, ...“A MANIFesta de Tondela em 1996 foi de facto um momento marcante, quer para quem vivia ou se aproximava do DL, quer para múltiplas Associações, Instituições e Órgãos do Estado que nela participaram.” (ALBINO, 2004: 33)

A MANIFesta de Tondela aconteceu de 14 a 17 de Novembro de 1996, ocupando vários espaços: escolas públicas, ciclo ACERT, gimnodesportivo de Tondela. A MANIFesta de Tondela inova por eleger um conselho que irá responsabilizar-se pelas parcerias; pelas discussões. (ALBINO, 2004) Podemos afirmar que a MANIFesta de Tondela ultrapassou o contexto do Portugal para o internacional, envolvendo instituições com intervenções, agentes de OIDL. A MANIFesta teve a participação de eventos culturais de exposição de fotografia, teatrais de Portugal, Holanda, Moçambique, Espanha; músicas de Brasil, Moçambique, Guiné-bissau, Portugal; Feira de livros de autores de língua portuguesa (glocais); produções de moda, desfile; projectos musicais em CD, apresentação de estudos sobre Desenvolvimento Local. Foi visitada por 35 mil pessoas. (Prog. MANIFesta, 1996) É o alcance do local ao internacional que a MANIFesta protagoniza como feira do Desenvolvimento Local. Durante o evento, foi editado o Diário da MANIFesta, Notícias Frescas, o álbum Glocais, o CD MANIFestas-Sons; houve Espaço Criança, festival de teatro, mostra de informática, de vídeos e bazares; realizaram-se concertos com músicos de África e Brasil e as ruas animaram-se com Zés pereira, bombos e bandas.

Esta MANIFesta ficou marcada pelo desempenho da ACERT, pela presença do Presidente da República de Portugal, Dr. Jorge Sampaio, Ministro do Trabalho e Secretários de Estado da Cultura e Secretário de Estado da Administração, dando o sentido que para

haver desenvolvimento, todos têm que ter participação. (ALBINO, 2004) A MANIFesta de Tondela, passa a ter o documento “Declarações”, que será um documento base nas MANIFestas seguintes. (ALBINO, 2004) A MANIFesta apresentou o envolvimento dos diversos caminhos que o desenvolvimento dos territórios e locais pretendia percorrer. Diante do sucesso alcançado em Tondela, a ANIMAR se solidificou e já estava mais capacitada e apurada para realizar a próxima MANIFesta que veio a ser em Amarante, em 1998.

4.2.3.MANIFesta em Amarante - 1998.

4.2.3.1.Antecedentes.

A ANIMAR chega a 1998, com experiência acumulada, constando no seu relatório de actividades a regularização e consolidação do seu funcionamento como Rede, intensificação da participação dos associados, secretariado, conselho consultivo, aumento do número de sócios, alargamento da Rede com reconhecimento das associações junto aos poderes públicos, junto à comunicação social, fortalecendo o associativismo e, visando garantir uma maior visibilidade para a ANIMAR.

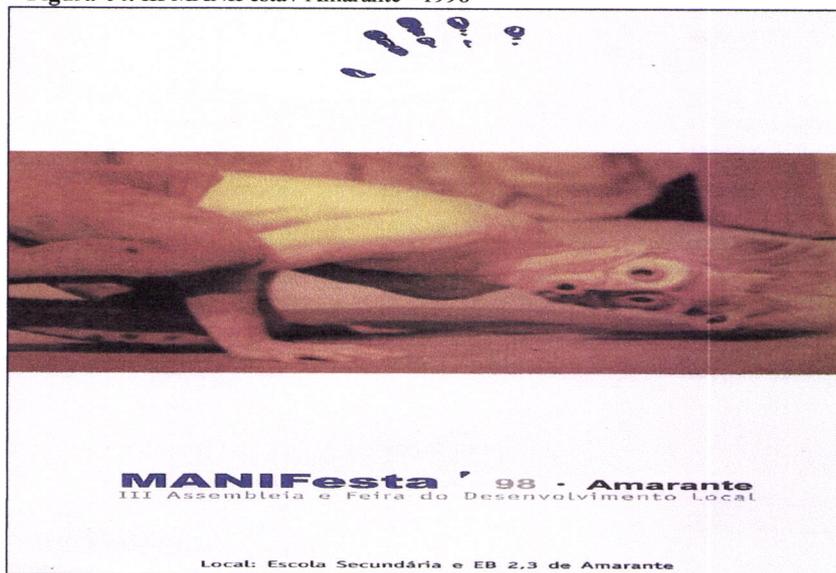
De acordo com Albino, nos antecedentes preparativos para a MANIFesta de Amarante, surgiu a necessidade de realizar a Assembleia-geral, para nova gestão da ANIMAR até 1999, tendo a Lista “A”, como presidente Rogério Roque Amaro, e o lema foi, “Por uma Liderança Participada”, e a Lista “B”, com lema, “Afirmada a Associação, é necessário consolidá-la, construindo a Rede Animar”, como presidente António dos Santos Veloso. Venceu a Lista “A”. Convém recordar que Rogério Roque Amaro já tinha assumido a presidência na primeira Assembleia-geral de instalação da ANIMAR. (ALBINO, 2004) Convém destacar ainda 2 (dois) factos importantes: o encontro sobre a Regionalização e o Desenvolvimento Local, reforçando as ideias sobre a coesão territorial e dando apoio às políticas e iniciativas que venham a surgir da periferia para o centro ou de baixo para cima; e o Guia do Desenvolvimento Local e o número de Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local.

4.2.3.2.Lema e Logótipo.

O nome “MANIFesta” já era permanente desde a primeira feira - festa e assembleia, manifestação em festa do Desenvolvimento dos Locais. Desta forma, o lema era uma inovação desde Tondela, sendo escolhido para a MANIFesta de Amarante: o “Desenvolvimento Local: uma oportunidade de futuro”. O lema é uma promoção do empoderamento presente nas organizações cívicas e solidárias, um empoderamento que está nas raízes históricas, culturais, nos empreendedores, nas oportunidades locais que o lema chama a atenção. A manifestação do desenvolvimento iniciou em Santarém, andou pelos caminhos de Tondela e se torna uma oportunidade de futuro em Amarante.

O logótipo propôs consolidar essa evocação do desenvolvimento dos locais no contexto do lema com todas as oportunidades. Uma mão simboliza o instrumento humano de construção do fazer social dos locais, a mão que constrói o futuro. Lançar mãos que constroem o Desenvolvimento Local, as oportunidades do agora para o futuro.

Figura-04. III MANIFesta / Amarante - 1998



Fonte: Programa MANIFesta - 1998

E3-...”Amarante em 98, o símbolo foi uma mão, uma mão que é a marca de uma mão que significa acção, uma marca de uma mão com os dedos, um símbolo de acção, de construção, a mão tem sempre a marca de uma humanidade além de força humana e construção exactamente.”

E6... "Amarante...era um bocado uma mão humana a deixar a marca, esta marca da solidariedade do Desenvolvimento Local, esta marca da experiência das pessoas, era um bocado essa perspectiva, mais era deixar a impressão digital desta dimensão solidária do Desenvolvimento Local."

4.2.3.3.Promotores e Participantes.

Na perspectiva dos promotores e actividades da MANIFesta, a ANIMAR em parceria com a associação local ADESCO-Associação para o Desenvolvimento Comunitário, realizaram a terceira edição da MANIFesta de 27 a 30 de Novembro de 1998 em Amarante, na escola EB 2,3. Consolidado o processo, participaram associações, instituições empresariais e órgãos oficiais, bem como muitos produtores, artesãos, com stands, realizando exposições, mostras e vendas. (ALBINO, 2004)

Seguindo o exemplo das outras MANIFestas, Amarante deu continuidade à participação cultural internacional, com presença da Argélia, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Guiné-Bissau, Moçambique além de Portugal. Foram manifestações culturais diversificadas de animação cultural, participação dos PALOP's e desportos. (Programa MANIFesta, 1998) A animação cultural constou de circo, música tradicional, teatro, jogos, desfile de moda e fanfarras; espectáculos de Guto Pires, Moçoilas, Brigada Vitor Jara, Gaiteiros de Lisboa; musica da Argélia, Espanha e Brasil; Espaços de produtos locais (artesanato, gastronomia, Feira do Vinho Verde), Trocas de saberes, Mostra de Iniciativas; caravanas TT, provas de BTT, concurso de fotografia, pratica de rapel, ginástica aeróbica, capoeira, karaté, etc. (GUIA, 2003)

A Declaração de Amarante reivindica a criação de um Fundo de Apoio ao DL; o apoio público (abatimentos fiscais, mecenato) às iniciativas; o reconhecimento do estatuto de Parceiro Social; a valorização dos serviços e produtos imateriais do Desenvolvimento Local; e introduziu-se a prática das assembleias regionais da MANIFesta. O ICE organizou o I Encontro Internacional sobre Desenvolvimento Local. Na MANIFesta realizou-se 7 (sete) colóquios: comércio justo e solidário; mulheres e Desenvolvimento Local; educação e Desenvolvimento Local; ciência; investigação e Desenvolvimento Local. (GUIA ANIMAR, 2003) A MANIFesta de Amarante não foi uma das mais conseguidas, não superou as expectativas, em face dos poucos recursos financeiros; o

período de realização não permitiu a realização em espaços abertos, mais por outro lado teve a participação de várias autoridades do governo; e auto-afirmação da Rede ANIMAR.

E3-. “Amarante aquilo se realizou dentro do espaço de uma escola, estava frio, estava fechado, foi pouco divulgado, não criou grande marca, não em Amarante,”...

4.2.4.MANIFesta em Tavira - 2001.

4.2.4.1.Antecedentes.

Na perspectiva de Albino, a crescente afirmação da ANIMAR fez crescer seus compromissos e responsabilidades, e isso se demonstra pelo seu envolvimento em diversos encontros: participação na Expo-98, com a apresentação de projectos e propostas ao PPDR/DGD; a criação da ANDC - Associação Nacional de Direito ao Crédito, que promoveu o investimento financeiro em 302 iniciativas empresariais; projecto Plataforma 2000, voltado para o estudo sobre o enquadramento legal, institucional e financeiro das relações entre o Estado português e as entidades privadas e solidárias de serviço público, chamado de “terceiro sector”; projecto Jovens/ Educação em meio Rural, voltado para combater o isolamento dos locais. Esse projecto teve resultados positivos, que veio marcar presença na MANIFesta de Tavira em 2001. (ALBINO, 2004)

4.2.4.2.Lema e Logótipo.

O Lema da MANIFesta de Tavira foi pensado para dar continuidade ao lema de Amarante. Enquanto Amarante evocava para as oportunidades futuras do Desenvolvimento Local, Tavira evoca o Lema: “O Desafio de um Portugal de Futuro.” Em Tavira, o horizonte das oportunidades de Amarante são alargadas para um Portugal, saindo de uma oportunidade subjectiva de futuro sem lugar de aplicação, para uma terra firme, lugar de acontecer: Portugal. Essas oportunidades futuras tiveram visibilidade nas discussões das temáticas e debates da MANIFesta, sem esquecer as Declarações, que no seu conjunto reflectiram os desafios futuros para Portugal na óptica do Desenvolvimento Local participado.

O Logótipo de Tavira evoca muito bem essa perspectiva do participativo, do desafio de aceder do desenvolvimento, do desafio que só é possível com a participação de todos. O

logótipo apresenta as pessoas da sociedade participativa soltando papagaio (empinar papagaio no Brasil). Esse logótipo apresenta realidades muito significativas: a força e importância de pessoas organizadas e desafios comuns, projectarem-se para o alto, pois só assim se pode construir oportunidades. O papagaio é uma manifestação da alegria, da festa do divertimento, mais como os ventos são fortes necessita-se do esforço participativo de todos para as ideias do Desenvolvimento Local ganhar altura.

Figura-05. IV MANIFesta / Tavira - 2001



Fonte: Programa MANIFesta – 2001

E3-“Tavira foi um papagaio, a marca um papagaio, e então, porque significava o ver alto e voar mais alto e ter a arte para colocar a coisa mais alta, saber usar o vento, o papagaio significa um instrumento para uso da habilidade para alcançar objectivos de visibilidade e conseguir ir mais longe, portanto, tem uma conotação assim de atrevimento e de afirmação e hostensividade, mais num sentido positivo.”

E7-“Tavira um papagaio, me inspira juventude, voar, sonhar, sim, os logos tem tido uma expressão feliz do espírito das MANIFestas.”

4.2.4.3.Promotores e Participantes.

De acordo com Albino, a ANIMAR chega em 2001 para realizar a quarta MANIFesta em Tavira, com o propósito de ser uma feira festa que só podia aceitar resultados iguais ou superiores à MANIFesta de Amarante. Foi o momento de mostrar todo o empowerment de manifestações possíveis, com diversidades e capacidades activas sobre a animação do Desenvolvimento Local. Assim, a ANIMAR em parceria com a associação regional IN LOCO, promoveram a MANIFesta de Tavira, que depois de 15 assembleias regionais de

preparação, foi realizada de 27 a 30 de Abril de 2001, trazendo como lema, “O Desafio de um Portugal de Futuro.” (ALBINO, 2004)

A quarta MANIFesta decorreu em Abril, e pela primeira vez ao ar livre, ideia que ficou. Aposta-se na inovação e em fazer da edição de Tavira uma demonstração da força, vitalidade, diversidade e capacidade do movimento de Desenvolvimento Local. Pela primeira vez realizaram-se acções de formação, tendo como objectivo criar-se uma rede de dinamizadores regionais da MANIFesta. A Declaração de Tavira: O Desafio de um Portugal de Futuro, constata que o poder continua a privilegiar as políticas macroeconómicas e de endeusamento do mercado, em prejuízo da intervenção de base local; reafirma a necessidade de uma carta de relacionamento com o Estado e de uma declaração de direitos e deveres das ADL, OIDL; defende as parcerias com o poder local que respeitem a autonomia das iniciativas e reconhecimento da ANIMAR e outras estruturas e redes de mediação pelo Estado e União Europeia. (ALBINO, 2004)

A internacionalização da MANIFesta se fez presente na animação cultural com participação de África sub saariana, Cabo Verde, Espanha, Marrocos. Foram 13 debates sobre o desenvolvimento; actividades de animação infantil diversificadas; mostras de projectos; animação de rua; feiras de produtos; mostras de projectos e produtos; mostras de agricultura biológica; modalidade de desporto; actividades do espaço jovem. A MANIFesta de Tavira teve um desempenho e participação e promoção do empowerment de Desenvolvimento Local. Foi favorecida pela experiência acumulada de realização de outras MANIFestas; pela participação e apoio do poder público; pela localização geográfica; pelos debates envolvendo o Desenvolvimento Local que saiu dessa MANIFesta com visibilidade dos problemas e solução a efectivar.

Durante a MANIFesta debateu-se ainda o cooperativismo, a agricultura biológica, as colectividades de cultura, recreio e desporto, a formação de adultos, o microcrédito, a globalização das resistências, desemprego, imigração, Artes e Ofícios tradicionais. A animação conheceu novos espaços: Jovem, Fora d’Horas e Infantil. Ouviu-se música da Andaluzia, Cabo Verde, África sub Saariana e Marrocos. Largaram-se papagaios, fez-se canoagem, demonstração de veículos eléctricos com duas rodas, desfile de moda e

apresentação de peça de teatro. (GUIA, 2003) De facto, a MANIFesta de Tavira superou as expectativas e continuou inovando como feira e mostra, alternativa do desenvolvimento e promoção do empowerment em Portugal.

4.2.5.MANIFesta em Serpa - 2003.

4.2.5.1.Antecedentes.

Consolidada, a ANIMAR teve a possibilidade de firmar diversas parcerias com o Estado português, destacando o projecto Convergências em cooperação com a Caritas Nacional; projecto em parceria com o IEFP, com actividades ligadas ao emprego; projecto POEFDS, Programa Operacional Emprego, formação e desenvolvimento social; participação em Fóruns de Organizações de cidadania activa, visando gerar acordos com outras organizações; participação no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no Brasil em 2002, onde a ANIMAR esteve presente; reforço do trabalho institucional e por fim, o encontro Nacional de Associações de Desenvolvimento Local sobre o programa QCA III, realizado na Universidade Lusófona. (ALBINO, 2004)

4.2.5.2.Lema e Logótipo.

O Lema da MANIFesta de Serpa foi: “Com o Desenvolvimento Local Partilhar o Presente, Construir o Futuro.” Este lema evoca uma visibilidade além das anteriores, embora que continue com a perspectiva de futuro. Com o lema de Serpa, esse futuro já evoca uma construção superando as crises, as dificuldades. O lema está bem associado ao logótipo.

O Logótipo da MANIFesta de Serpa representa a partilha no instrumento de partilha da animação de todas as idades. O pião em movimento e como instrumento da cultura local, quer ser inspiração do Desenvolvimento Local em movimento, animação, onde todos jogam e participam, é um instrumento em movimento do desenvolvimento e das partilhas de saberes e experiências.

Figura-0 6. V MANIFesta / Serpa – 2003



Fonte: Programa MANIFesta - 2003

E4-... "uma actividade tradicional, para o saber fazer tradicional, o trabalho de um artesão, na construção do tempo. Depois remete para uma coisa que está em movimento, remete para algo que está em movimento, estamos a trabalhar, estamos em movimento. Depois porque é algo que também simboliza o a relação inter-relacional, é o pai, a mãe que ensina a criança a jogar o pião, e aqui o papel muito grande dessa relação inter-relacional, porque de facto é o fazer da sociedade também, há uma transferência de valores."

E5-... "a ideia do pião, e que portanto estava muito associada a ideia do movimento, de lançar o pião, era uma ideia de lançar-se em movimento, no fundo, o movimento associativo ou lançar uma iniciativa, portanto é essa a ideia e penso que foi uma das ideias mais conseguidas em termos da ideia de MANIFesta, a ideia de pião conseguiu sobretudo porque aliava movimento,"...

O Logótipo traz ainda uma janela, que representa a esperança de construir o futuro. A janela sempre simboliza as oportunidades, esperanças.

4.2.5.3. Promotores e Participantes.

Na proposta de Albino, a quinta edição da MANIFesta foi realizada em Serpa após 14 assembleias regionais de preparação pelo país, pela ANIMAR e um consórcio de 3 (três) associações: ESDIME, Rota do Guadiana, Terras Dentro e Alentejo XXI. Foi realizada de 1 a 4 de Maio de 2003 na vila de Serpa. Foi uma MANIFesta que teve a soma das experiências das outras edições anteriores e que teve também uma oportunidade muito grande de divulgação. Foi uma nova forma de parceria que explora as potencialidades de estilos, práticas, forças e capacidades diferentes; criou-se o Caderno de Encargos, regulando os critérios que as candidaturas devem obedecer para realização da MANIFesta;

aposta-se em deslocar o evento do litoral para o interior. A mobilização das populações, instituições e artistas da zona, mostraram o acerto da aposta, constituindo uma indesmentível afirmação regional do movimento de Desenvolvimento Local. (ALBINO, 2004)

Com 15 colóquios temáticos a MANIFesta afirmou-se, por ser possível evitar os custos económicos e sociais provocados pelo aprofundamento das assimetrias regionais e das desigualdades; volta-se a reivindicar uma carta de princípios de relacionamento do Estado com as ADL, OIDL; a participação do movimento de Desenvolvimento Local no processo de preparação do IV QCA; o reconhecimento das OIDL como parceiro social e o reconhecimento da utilidade pública dos seus serviços. Consta-se a necessidade de dar uma maior visibilidade ao Movimento de Desenvolvimento Local e debate-se o comércio justo, a cidadania e a intervenção juvenil. (ALBINO, 2004)

A MANIFesta contou com actividades culturais diversificadas; exposições culturais de pintura e fotografia, artesões; grupos musicais, grupos de expressão dramática; dinamizadores regionais realizando formação e colaboradores voluntários. (Relat. ANIMAR, 2006) O aspecto internacional da MANIFesta marcou presença pela gastronomia dos PALOPs e na música. (Jor. MANIFesta, 1/572003) Assim, alarga-se a programação cultural e de animação; são criados os espaços de artesanato, jovem, brincando, cantigas de amor, escárnio e mal dizer.

Organizam-se exposições com atelier de dança, construção de instrumentos, pintura de máscaras e corporal, tecelagem, gastronomia, a feira do livro e jogos tradicionais. Foi lançado o Guia das OIDL e o livro Rede de Jovens em Meio Rural, bem como apresentação do programa DelNet. Desfilaram grupos corais, ranchos folclóricos e catetos, há teatro de rua e fantoches, concerto de jazz, música popular e “do mundo”, actuam Jorge Palma, Adiafa, Uxu Kalhus e Djamboonda. (ANIMAR, 2006) Pode-se afirmar que a ANIMAR já consolidou sua credibilidade, superou todas as perspectivas. O desafio é manter o nível de actuação, fortalecer as estruturas da Rede e continuar inovando.

4.2.6.MANIFesta em Trancoso - 2005.

4.2.6.1.Antecedentes.

Após Serpa, comprovando o status da MANIFesta como feira do Desenvolvimento Local e promoção da participação em Portugal, é a vez da ANIMAR organizar a sexta MANIFesta em 2005. Desta vez, o local escolhido foi a histórica vila de Trancoso. Como sempre, prevaleceu a política adoptada desde a primeira MANIFesta de Santarém, de realizar num processo de rotatividade em todo o país. Também estava consolidado o processo de candidaturas para as ADL parceiras da ANIMAR na realização. Como preparação para a MANIFesta de Trancoso, foram realizadas 13 assembleias regionais no norte, centro, Lisboa e vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.

Essas assembleias geram um documento que reforçou as discussões da MANIFesta de Trancoso. (AMADO, 2005:4) Na perspectiva do percurso para realizar a MANIFesta de Trancoso, a ANIMAR reafirmou seu plano de acção para 2003 a 2005, com os propósitos de: reforçar a Rede e afirmar a identidade; buscar uma ANIMAR consolidada; intervenção junto da administração pública; construir uma sociedade civil actuante, e uma ANIMAR internacional. Essa internacionalização acontece pela participação da ANIMAR como Rede em parceria ou participação nos eventos internacionais. (ALBINO, 2004)

4.2.6.2.Lema e Logótipo.

O Lema da MANIFesta de Trancoso foi, “Participar para a Inclusão Social e Territorial”. O processo das MANIFestas construído pela ANIMAR e as ADL parceiras locais, foi consolidado. No entanto, problemas novos foram surgindo entorno das questões do Desenvolvimento Local, bem como outros foram permanecendo.

O lema faz essa evocação à participação contra as práticas que impedem o desenvolvimento dos locais, construir uma inclusão social e dos territórios. O logótipo da MANIFesta de Trancoso está em perfeita relação com o lema: marcas de pé. Um pé descalço e outro pé calçado numa bota formando a imagem de uma pessoa caminhando,

simbolizando uma caminhada, a caminhada da ANIMAR, ADL, OIDL, do Desenvolvimento Local participado em Portugal como experiências de sucesso.

Figura-07. VI MANIFesta / Trancoso - 2005.



Fonte: Programa MANIFesta - 2005

E3-...”o Bandarra era sapateiro, portanto tem um desenho de um pé calçado e um pé descalço, mais a marchar, portanto a marcha vai de um pé descalço para um pé calçado, está a ser uma transição no sentido da qualificação, uma mudança, uma melhoria e ao mesmo tempo uma alusão ao sapateiro que é a identidade local e está lá mais qualquer coisa que agora não me lembro, penso que tem tudo eu acho que na altura, já disse na altura que dos logótipos o de Trancoso foi um dos mais felizes, daqueles que gostei mais,”...

4.2.6.3.Promotores e Participantes.

A sexta edição da MANIFesta foi realizada em Trancoso pela ANIMAR, Câmara Municipal e a Associação Raia Histórica como parceira local, no período de 25 a 29 de Maio de 2005 no pavilhão multiuso de Trancoso. Foram 35 debates dedicados ao DL: território, inclusão social, democracia participativa e Desenvolvimento Local, cidadania portuguesa, europeia e mundial. (Relat. ANIMAR, 2006) A Declaração de Trancoso reafirma o empenho da ANIMAR como empreendedora de promoção do empowerment de desenvolvimento em Portugal, afirmando que apesar da caminhada, muitos problemas continuam, outros surgem, mais é preciso inovar.

A partir da Declaração, centra as conclusões: a nível de pessoas, que ainda têm baixos rendimentos, baixo nível de competência, situação de pobreza e exclusão; a nível de territórios, baixa densidade demográfica, problemas ambientais, debilidades económicas locais; a nível das organizações, falta de relacionamentos entre Estado e OIDL, predomínio de intervenções descontinuadas e sobrepostas, lacuna na qualificação dos gestores a nível de gestão e planeamento. (AMADO, 2005: 4)

A Declaração também trata nas suas linhas conclusivas, as linhas de acção, enfatizando a busca pela dinamização económica e do emprego local, promoção da cidadania activa, valorização da igualdade de oportunidades, animação da Rede e qualificação das organizações, promoção da informação e comunicação, gestão local, regional, Nacional e observatório de intervenção social. (AMADO, 2005:4) A MANIFesta contou com a internacionalização além da animação cultural e é representada nos stands da Espanha (salamanca) e de Guiné-bissau (tiniguena); actividades culturais diversificadas: teatro, música regional, animação de rua, amostra de cinema, espectáculo de tunas, concertos, espectáculos de música, fado, literatura e poesia; desfile de moda; provas de vinho, rancho folclórico, quadrilhas; feira de livros, mostra de artesanato, exposição de fotografias. (Programa MANIFesta, 2005)

A 7ª.edição da MANIFesta em 2007, não foi possível realizar. Depois da MANIFesta de Serpa em 2003, ainda foi distribuída a carta de candidatura para as ADL que desejasse realizar a MANIFesta como parceira local da ANIMAR, mais o tempo foi passando e os prazos para organizar e realização da MANIFesta foram encurtando e não foi possível concretizar o processo. Como o processo MANIFesta envolve planeamento de toda ordem, principalmente financeiro, organização e preparação de assembleias regionais, divulgação na comunicação social, todas as acções não executadas foram inviabilizando o processo.

Pode ser também justificativas para não realização, a transição de Quadros Comunitários que inviabilizou a entrada de possíveis recursos financeiros que através de projectos, de uma forma ou de outra financia muitas despesas das MANIFestas; a realização de eleições

na direcção da ANIMAR, houve atraso nos prazos só havendo a Assembleia³⁷ para eleição da nova direcção da ANIMAR e o Manifesto Eleitoral³⁸ em Abril de 2007, inviabilizando o processo e prorrogaram para a primavera de 2008. No Manifesto Eleitoral está previsto uma MANIFesta para 2009 (Acção Indispensável – 12 do Manifesto Eleitoral), o que talvez não seja possível realizar 2 MANIFestas no espaço de um ano.

³⁷.Na Assembleia Geral da ANIMAR, David Marques, presidente da ESDIME foi eleito para a presidência da ANIMAR e Dr. Roque Amaro, depois de 13 anos na presidência das Assembleias Gerais das MANIFestas é eleito para membro da direcção da ANIMAR. (ANIMAR, 2007)

³⁸.O Manifesto Eleitoral definiu a realização da MANIFesta para Outubro de 2007, que depois foi prorrogado para a primavera de 2008. O Manifesto Eleitoral está composto em quatro partes:

-I.Princípios Fundadores: Funcionamento baseado numa cultura democrática; Consequente assunção de práticas de participação activa dos associados; Acção aberta e com total transparência de processos de decisões; e Valorização do sentido crítico responsável pró-activo, enriquecedor da Rede ANIMAR e promotor da sua imagem pública.

-II.Linhas Estratégicas: Consolidar a posição da ANIMAR enquanto diapasão da Rede e voz do Movimento de Desenvolvimento Local; Reforçar a posição da ANIMAR enquanto voz crítica do desenvolvimento dominante e força pró-activa em prol de um desenvolvimento assente na sustentabilidade, justiça social, solidariedade, igualdade de oportunidades, coesão social e territorial, reforço das economias locais e participação cívica e democrática; Valorizar a posição da ANIMAR enquanto recurso/capital colectivo do Movimento do Desenvolvimento Local e espaço de agregação e mobilização de competências; e Consolidar a posição da ANIMAR enquanto força dinamizadora do Movimento do Desenvolvimento Local, atenta às suas dinâmicas, promotoras de reflexão e agitadora de iniciativas e projectos.

-III.Linhas de Acção: Territorializar a ANIMAR tornando uma Rede de Redes, através de Plataformas Regionais, Círculos Zonais ou Micro-Regionais, que sejam geradoras de mobilização e acção sinérgica; Promover actividades complementares e qualificantes da Rede dirigidos para projectos que apoiem a acção dos associados e sirva como construção da Rede nacional e de plataformas regionais ou sub-regionais; Aprofundar o funcionamento dos órgãos sociais; Dinamizar parcerias e iniciativas associativas; Consolidar a posição de parceiro social; Integrar os jovens no Desenvolvimento Local, consolidando o capital de experiências da ANIMAR, incentivando iniciativas de jovens.

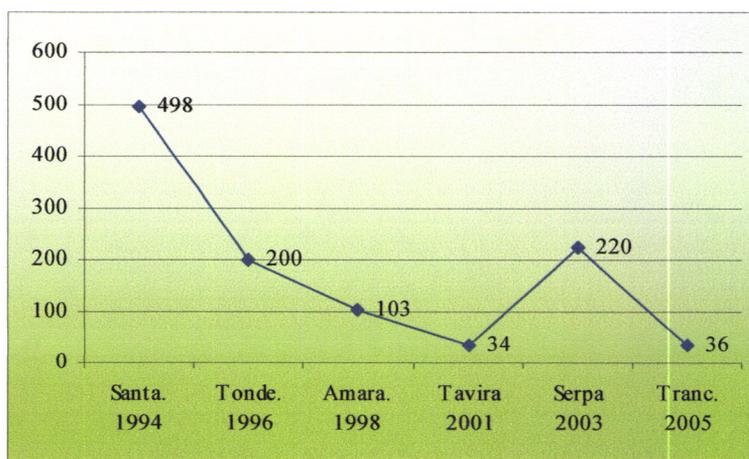
-IV.Treze Acções Indispensáveis: Consolidar um Gabinete Técnico que responda a uma imprescindível profissionalização das intervenções que prossigam os objectivos da ANIMAR, (01); Dinamizar instrumentos e canais de comunicação/informação permanentes do Desenvolvimento Local e das iniciativas que o corporizam junto dos decisores políticos e Órgãos de Comunicação Social, (02); Dinamizar a comunicação electrónica no funcionamento dos Órgãos Sociais e da Rede, (03); Iniciar a preparação de debates regionais tendentes à criação e/ou dinamização de plataformas de participação, reflexão e acção, (04); Revitalizar um conselho consultivo alargado, enquanto espaço privilegiado de diálogo e envolvimento activo das instituições de investigação e ensino superior e de homens e mulheres que se constituem como efectivas reservas de capital de conhecimento e experiências no que o Movimento diz respeito, (05); Promover redes de pessoas e entidades, articulando actores de terrenos com académicos e outros especialistas, capaz de elaborar pareceres e propostas em relação a políticas, programas e iniciativas dirigidas para o desenvolvimento, (06); Reforçar a presença da ANIMAR enquanto estrutura representativa dos interesses do Desenvolvimento Local nas plataformas consultivas e de concertação económica e social de escala nacional, (07); Proceder a uma análise criteriosa do QREN, identificando as apostas estratégicas da ANIMAR nos próximos 7 anos e candidatar/negociar projectos nacionais e regionais, (08); Valorizar as Assembleias-gerais como momentos de participação dos associados e de enriquecimento efectivo da Rede, (09); Promover no Outono de 2007 uma MANIFesta...”cancelado”, (10); Levantar o Movimento de Desenvolvimento Local à Assembleia da República e a outras esferas de decisão política, através de exposições, mostras e debates nos seus espaços, (11); MANIFESTA em 2009,(12); (13): rever os estatutos da ANIMAR, de modo que se possa responder de modo mais eficaz às actuais necessidades, nomeadamente à sua territorialização.

4.3.As MANIFestas em Perspectiva Comparada.

4.3.1.Manifestações das MANIFestas.

A perspectiva das manifestações das MANIFestas, pretende aqui, identificar parâmetros significativos extraídos das fontes primárias, documentais, bem como uma leitura nas entrelinhas da temática. Essas manifestações, nomeadamente envolvem no conjunto os principais aspectos que reflectem as MANIFestas como feira do Desenvolvimento Local, como mostra e promoção do empowerment em Portugal, como se tem feito ao longo das discussões. Um contexto desta manifestação das MANIFestas pode se vislumbrar na perspectiva das parcerias e participação que se apresenta como importante estratégia de Desenvolvimento Local muito positivamente identificadas nas participações individuais, de voluntários, dinamizadores, nas ADL e OIDL. O Gráfico-02, apresenta a perspectiva das parcerias e participações individuais.

Gráfico-02. Participações Individuais, Colaboradores e Dinamizadores nas MANIFestas.



Fonte: Documentos diversos.³⁹

Nas MANIFestas: Santarém aparece com 498 participações. Esse facto pode ser explicado por ser a primeira MANIFesta, feita na base exclusiva do voluntariado, de dinamizadores individuais, foi uma realização muito próxima da criação da ANIMAR, praticamente faltava muita organização. Tondela, apresenta 200 participações individuais, no entanto, já não se tem um enfoque no individual e sim no colectivo. Essa escala descendente

³⁹.MANIFestas: Santarém -Doc. Testemunho MANIFesta (1995), p.10-11; Tondela - MANIFesta O Que é? (2007), animar@animar-dl.pt; Amarante - Relatório Animar, (1998); Tavira - Relatório Animar, (2001); Serpa – Jornal MANIFesta (2003), p. 3; Trancoso – Jornal Voz e Voz (2005), P.28.

continua em Amarante com *103 participações* individuais ou colectivas. Observa-se que em Amarante, foi uma MANIFesta não muito conseguida, no entanto, Dr. Luís Moreno (1998), aponta no Relatório da ANIMAR que foram muitos os voluntários que não foi possível contar.

Tavira foi uma das MANIFestas mais conseguidas, mais esse número baixíssimo com *34 participações* individuais representa somente dinamizadores das assembleias de preparação da MANIFesta, não significa que não houve inúmeras participações principalmente pelo envolvimento da IN LOCO como parceira local da ANIMAR na realização. Serpa põe a ascendência para *220 participações*. Essa MANIFesta está entre as mais conseguidas, é de destacar que para a realização com parceiros locais está um grupo de ADL, mostrando todas as suas forças de organização. Trancoso teve uma descida na escala com *36 participações*. A explicação pode ser o facto da redução dos fundos estruturais devido à adesão de novos membros na EU, obrigando a uma reforma de gastos na administração pública, limitando as parcerias com as Autarquias e, supostamente a localização geográfica de Trancoso.

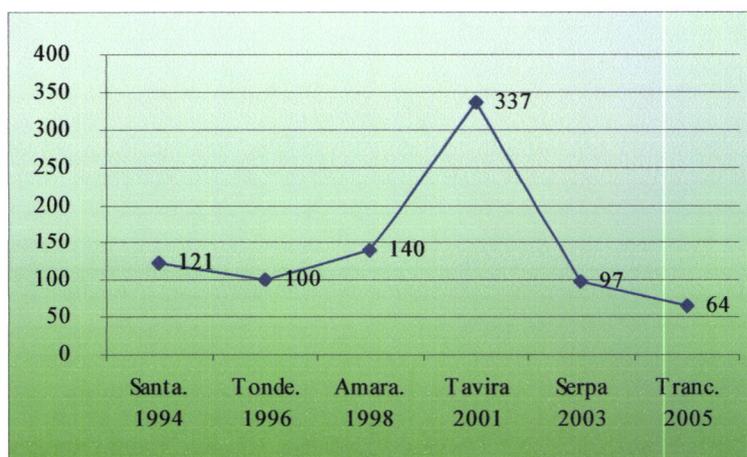
São *1.091*, o total desses colaboradores, voluntários e dinamizadores. É evidente que esse número deve ser muito mais alargado, pois são tantos os que não constam nas estatísticas. Esse envolvimento de parceiros individuais se enquadra como estratégia das MANIFestas para promoção do Desenvolvimento Local, por envolver pessoas de instituições superiores, Autarquias, ADL, das organizações, como espaço de partilha, de parceria, espaço de debates:

E1-“É verdade que as MANIFestas pressupõem uma parceria com instituições locais, como é que se pode organizar, elas têm que mobilizar a Autarquia local por causa do apoio logístico, do envolvimento de pessoas responsáveis, elas tem que mobilizar também...é... outras organizações locais, outros parceiros locais, organizações culturais, de iniciativas...etc. Eles mobilizam para isso, além dessa mobilização de parceiros, mobilizar a participação das comunidades locais, da população. Isso tem acontecido, mais ou menos, nem todas.”

Na mesma perspectiva das estratégias de Desenvolvimento Local, podemos enquadrar a componente da participação e parcerias das ADL, OIDL nas MANIFestas, participação estratégica indispensável. O Gráfico-03, apresenta essa significativa estratégia. Já na MANIFesta de Santarém, *121 participações*. É um número significativo levando em conta

o quadro de organização da estrutura da ANIMAR. Em Tondela o número desce para 100 participações. Amarante vai ter um aumento para 140 participações. Apesar das dificuldades de realização desta MANIFesta, é de se destacar a realização do encontro de Desenvolvimento Local que aconteceu quase que paralelo à MANIFesta, explicando talvez esse aumento de participação. Tavira vai apresentar o maior número, 337 participações. Pelo envolvimento geral na organização foi uma das mais conseguidas, sendo muito expressiva toda a sua preparação e organização, justificando essas participações até pelo facto de ser um local com perspectiva turística. Serpa decresce, apresentando 97 participações. Serpa foi uma MANIFesta positiva, os números não devem relativizar sua importância. Trancoso apresenta a menor quantidade com 64 participações. Esse é um quadro que pode explicar pela questão geográfica e financeira, supondo-se que para muitas ADL, OIDL, os recursos não permitem gastos alargados, reduzindo muito actividades. Foram ao todo 859 participações de ADL,

Gráfico-03. ADL / OIDL Presentes nas MANIFestas.



Fonte: Documentos diversos.⁴⁰

Portanto, a participação das ADL, OIDL constituem-se parceiros e um dos papéis fundamentais das estratégias da MANIFesta na promoção do Desenvolvimento Local, com a participação e parcerias de voluntários, dinamizadores, com o envolvimento das organizações cívicas e solidárias, com trocas de experiências e práticas:

⁴⁰.MANIFestas: Santarém – Doc. Testemunho MANIFesta (1995), Animar; Tondela – Programa MANIFesta (1996); Amarante – ALBINO, José C. (2004), Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal, Vialonga: Animar, p. 62; Tavira - ALBINO, José C. (2004), Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal, Vialonga: Animar, p. 78; Serpa – Jornal MANIFesta (2003), p. 3; Trancoso – Relatório MANIFesta (2005), p. 3-5.

E-4. ...”a MANIFesta cumpre aqui um papel essencial na promoção do contacto entre as universidades e entre as organizações nacionais com o desenvolvimento local essa é outra grande preocupação, promoção do contacto entre as organizações é...entre estes tipos de organizações diferentes e trazer ao Desenvolvimento Local também a investigação, portanto, muitos debates que tem sido realizado nas MANIFestas resulta de muitos trabalhos feitos por universitários, por estudantes na primeira fase, por estudantes de mestrado ou mesmo de doutoramento,”...

Outras perspectivas de estratégias como: espaço de partilha, parceria, envolvimento de entidades locais, (E2, cf. Anexo III); envolve o Desenvolvimento Local a nível nacional, ligação com instituições de ensino superior, espaço aberto às pessoas, (E4, cf. Anexo III). Esse esforço de voluntários, dinamizadores, coordenadores nas assembleias regionais de preparação e nas próprias MANIFestas, as participações e parcerias com ADL, OIDL, faz da MANIFesta uma estratégia com enormes contributos para o Desenvolvimento Local, principalmente no que diz respeito à visibilidade, marketing para a sociedade, reconhecimento político:

E1-...”sem dúvida é o efeito marketing, o efeito visibilidade, ou seja, as MANIFestas na minha opinião contribuíram de uma maneira muito importante para tornar visível o movimento que estava escondido, que estava oculto, que estava conhecido de poucos, e esses são os efeitos principais, além de que reforçou a relação entre as associações, reforçou também a sua ligação, sua presença junto do poder político. Eu costumo dizer que as MANIFestas tiveram 3 efeitos: um efeito de tornar visível o desenvolvimento para a população em geral, um efeito de fazer chegar ao governo e às estâncias políticas a existência dessas associações e, um efeito de ligar mais fortemente as associações entre si.”

Outras perspectivas de contributos que se assemelham podem ser conferidas na Grelha das Entrevistas (Anexo III), como: espaços de visibilidade, (E2, cf. Anexo III), envolvimento do poder institucional, (E4, cf. Anexo III); espaço na comunicação social local, regional, (E5, cf. Anexo III). Outras manifestações das MANIFestas estão na visibilidade das práticas exercidas, com a participação ADL, OIDL e organizações com seus Stands, apresentando seus produtos locais, com produtos da agricultura biológica, gastronomia, cultura e mostras de projectos, pois a MANIFesta não é só debates sobre o Desenvolvimento Local:

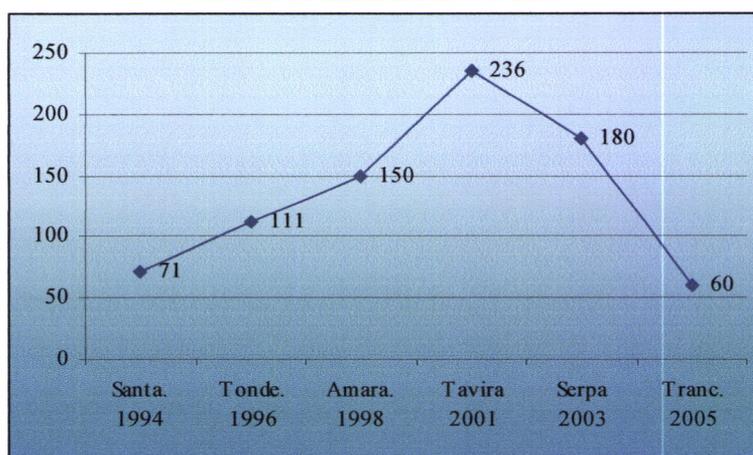
E1-...”tem efeitos de demonstração, tem efeitos de referencia de boas práticas, tem efeitos de mostrar as cidades, de mostrar as boas praticas, e portanto, deste ponto de vista, sempre que se tem conseguido fazer tal organização dos actores locais, uma efectiva participação, uma efectiva parceria na sua realização, elas aí de facto são mostras de boas práticas do que é o Desenvolvimento Local.”

E2-“São alternativas porque as MANIFestas não se afirmam como umas feiras normais para mera venda dos queijos, dos chouriços e dessas, aquelas coisas, é muito mais do que isso”...

O G gráfico-04, nos possibilita ter uma visibilidade desse conjunto de boas práticas através do envolvimento das ADL e outras organizações, no contexto das MANIFestas. Em

Santarém são 71 *Stands*. Esse número de participações pode ser justificado por ser a primeira MANIFesta, faltava muita estrutura organizativa, houve a Feira Nacional da Agricultura de Santarém, o que pode ter dividido participação. Tondela teve 111 *Stands*. Representa uma ascendência de participações, identifica-se a organização da feira, aumento da Rede ANIMAR. Amarante manteve a tendência crescente com 150 *Stands*, apesar de ter sido uma MANIFesta que devido a dificuldades, foi realizada num desafio de organização e voluntariado da ADESCO e ANIMAR. Tavira, de certa forma se destacou com o maior número, 236 *Stands*. Deve se destacar a localização de Tavira, e indiscutivelmente a capacidade de organização da IN LOCO, com Alberto Melo. Serpa não tem a força turística de Tavira, mais marcou presença com 180 *Stands*. É evidente que o consórcio de ADL para organização da MANIFesta, pode significar essa forte presença. A redução de presença se faz acentuar em Trancoso, com apenas 60 *Stands*. No conjunto das manifestações Trancoso apresenta-se sempre em curva descendente, por razões já mostradas.

Gráfico-04. Stands nas MANIFestas.



Fonte: Documentos diversos.⁴¹

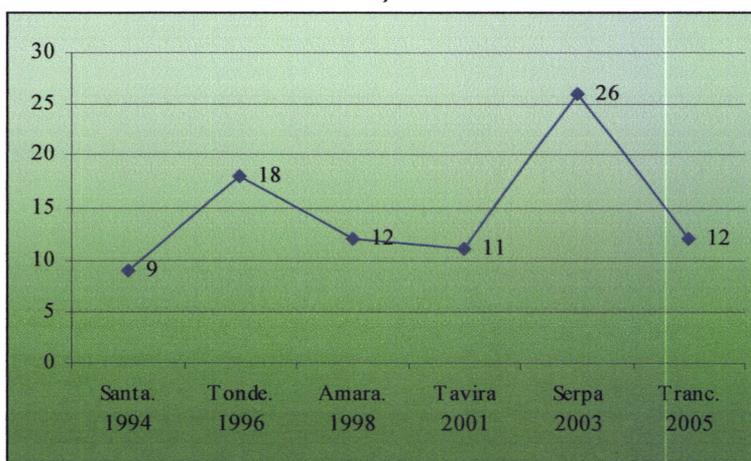
Os 818 *Stands* que já passaram nas MANIFestas, contextualizam a importância e contributos para o Desenvolvimento Local, com apresentação de produtos locais das culturas das diversas regiões de Portugal; stands com mostras de projectos, artesanato, artes, gastronomia; stands com oficinas de formação, mostras de agricultura biológica;

⁴¹.MANIFestas: Santarém – Doc. Testemunho MANIFestas (1995), Animar; Tondela - Programa MANIFesta de (1996); Amarante – animar@animar-dl.pt; Tavira – Jornal O Público, edição 4054, 25/ Abril /2001, encarte, p. 10; Serpa – ALBINO, José C. (2004), Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal, Vialonga: Animar, p. 117; Trancoso – Relatório MANIFesta (2005), Raia Histórica.

stands de países participantes, inclusive lusófonos. Todos com uma rica permuta de experiências, práticas, saberes e comércio entre ADL e organizações.

No contexto das estratégias das MANIFestas para promoção do Desenvolvimento Local, ainda podemos enquadrar o Gráfico-05, Áreas de Animação Cultural. O gráfico permite uma visibilidade das áreas culturais nas MANIFestas, apresentando em Santarém 09 *Áreas culturais*. Em Tondela temos uma projecção ascendente para 18 *Áreas culturais*. Em Amarante temos uma projecção para menos com 12 *Áreas culturais*. Em Tavira continua em projecção descendente com 11 *Áreas culturais*. Essa projecção descendente não é preocupante, uma vez que a Leitura do Gráfico-06, irá apresentar um número significativo de actividades culturais. Serpa apresenta uma projecção ascendente, com 26 *Áreas culturais*. Justifica-se o sucesso de Serpa pela sua organização. Por fim, Trancoso mantém o nível de participação discreto, com 12 *Áreas culturais*. É uma tendência sempre apresentando trajectória descendente em quase todas as questões quando comparado com os dados das outras MANIFestas.

Gráfico-05. Áreas de Animação Cultural nas MANIFestas.



Fonte: Documentos diversos.⁴²

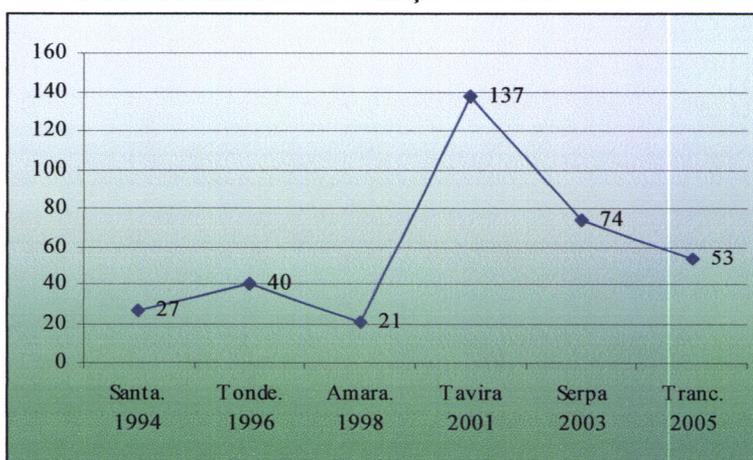
Essas áreas de animação cultural, se apresentam diversificadas: desporto, teatro, música, moda, mostras de vídeos, grupos folclóricos, arte circense, exposições em geral, etc. Nomeadamente a MANIFesta não é só assembleias, debates, feiras de produtos. É o

⁴².MANIFestas: Santarém – Doc. Testemunho MANIFestas (1995), Animar, p. 6-7; Tondela – MANIFesta O Que é? animar@animar-dl.pt; Amarante – MANIFesta O Que é? animar@animar-dl.pt; Tavira – animar@animar-dl.pt; Serpa – animar@animar-dl.pt; Trancoso – Relatório MANIFesta (2005), Raia Histórica.

envolvimento de todas as mais valias do Desenvolvimento Local. Foram ao todo 98 áreas de animação cultural.

Ainda no âmbito das manifestações culturais, o Gráfico-06, apresenta as actividades culturais desenvolvidas nas MANIFestas, iniciando por Santarém com 27 *Actividades culturais*. Tondela teve projecção ascendente com 40 *Actividades culturais*. Em Amarante apresenta uma queda de projecção para 21 *Actividades culturais*, mantendo um quadro geral de projecção descendente nos pontos analisados até aqui. Tavira, apresenta a maior projecção com 137 *Actividades culturais*, e mantendo quase sempre projecção ascendente. Serpa apresenta uma projecção descendente com 74 *Actividades culturais*, mantendo uma trajetória descendente mais apresentando uma posição de terceira melhor média entre as MANIFestas. Trancoso tem um certo destaque com 53 *Actividades culturais*.

Gráfico-06. Actividades de Animação Cultural nas MANIFestas.

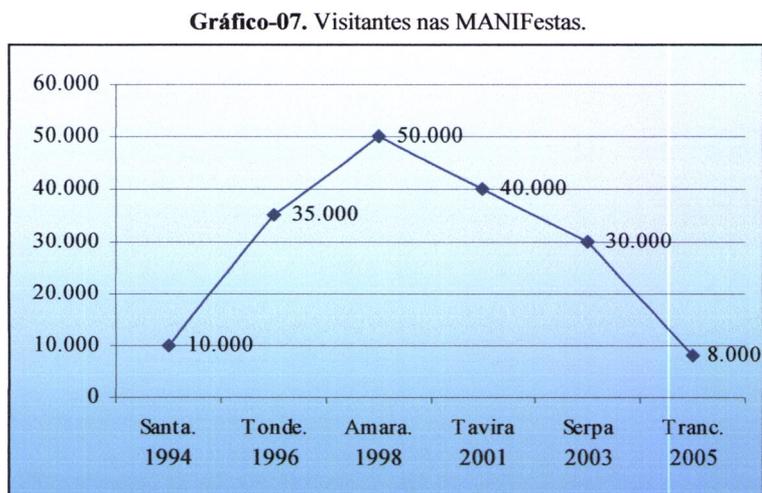


Fonte: Documentos diversos.⁴³

Os Programas das MANIFestas (Anexo III), são instrumentos essenciais na percepção das actividades culturais nas MANIFestas. Para efeito de estatística, são 352, o número de actividades culturais, artísticas e desportivas, desenvolvidas em todas as MANIFestas.

⁴³.MANIFestas: Santarém – Doc. Testemunho (1995), Animar, p. 13; Tondela – Programa MANIFesta (1986), ACERT; Amarante – animar@animar-dl.pt; Tavira – Jornal O Público, n.º. 4054, edição 25 Abril 2001, encarte MANIFesta, p. 10; Serpa – Programa MANIFesta (2003), Rota do Guadiana; Trancoso – Relatório MANIFesta (2005), Raia Histórica.

Completando essa perspectiva das MANIFestas como proposta de boas práticas e promoção do Empowerment de Desenvolvimento Local em Portugal, o Gráfico-07, destaca o envolvimento de visitantes nas MANIFestas.



Fonte: Documentos diversos.⁴⁴

Numa visão geral das MANIFestas, Santarém apresenta um público visitante de *Dez mil* pessoas. É um número expressivo, pois se trata da primeira MANIFesta. Tondela, teve um público de *trinta e cinco mil* pessoas. Pode se encontrar explicação na organização realizada pela ACERT que tem um trabalho inovador em Tondela, principalmente no envolvimento cultural. Amarante apresenta um público de *cinquenta mil* pessoas. Pode se explicar essa expressiva presença em razão do encontro do Desenvolvimento Local que aconteceu em simultâneo com a MANIFesta. Tavira registra um público visitante de *quarenta mil* pessoas. Em Serpa a trajetória continua descendente, indicando um público de *trinta mil* pessoas. Trancoso é o menor nível de participação, com *oito mil* pessoas. Convém destacar que essas 173.000 pessoas que passaram pelas MANIFestas, são estimativas, aproximações, pois durante as MANIFestas não havia nenhum instrumento de controlo sobre a quantidade de visitantes, pessoas residentes nas cidades de realização das MANIFestas e pessoas ligadas às ADL.

⁴⁴.MANIFestas: Santarém – Relatório Animar (1995), p. 2; Tondela – Relatório Animar (1998), p. 2; Amarante – animar@animar-dl.pt; Tavira - ALBINO, José C. (2004), Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal, Vialonga: Animar, p. 78; Serpa – MACHADO, David (2007), Rota do Guadiana; Trancoso – Posto de Turismo de Trancoso (2005).

Alguns aspectos são importantes destacar que as perspectivas apresentam no conjunto dos índices entre as MANIFestas. O conjunto de manifestações apresentando argumentos que conferem às MANIFestas um carácter de boas práticas, pela formação, envolvimento de ADL, dinamização e realização das próprias MANIFestas como encontro de partilha das pessoas e organizações.

E6-... "é evidente que elas ao envolver também nestes processos Autarquias locais e organizações de Desenvolvimento Local, é de facto também mostrar uma boa prática e qual deverá ser a estratégia do Desenvolvimento Local, porque o Desenvolvimento Local só se faz é com as pessoas locais, envolvendo as pessoas locais e envolvendo todas as instituições locais, a estratégia é mesmo de parceria, isoladamente isto não tem sucesso."

Depois a questão do sucesso das MANIFestas, indicando as menos conseguidas: Amarante, Santarém, e Trancoso, observando que Santarém foi a primeira MANIFesta e não contava com nenhuma experiência de organização de um evento destas dimensões. As mais conseguidas: Tavira, Serpa e Tondela:

E1-... "Tavira e Tondela por exemplo, foram das mais e Serpa, estas três, por exemplo, foram daquelas onde houve maior envolvimento, maior mobilização da população, e das associações locais do que outras, é desse ponto de vista talvez Amarante e Trancoso tenha sido as menos conseguidas. Tavira, Serpa e Tondela as mais conseguidas. Eu deixo Santarém um pouco a parte porque foi a primeira, então fica um pouquinho de fora dessa lógica, foi uma iniciativa mais de organização das associações, embora tivesse contribuições importantes das associações, mais Santarém é um pouco um caso à parte, é um modelo mais original, mais espontâneo, a ANIMAR ainda não estava presente na organização da MANIFesta de Santarém, foi muito dos cidadãos, os cidadãos tiveram que fazer tudo."

Outra questão é que o conjunto das manifestações indicando os vários índices dos resultados das MANIFestas, com as participações de dinamizadores, voluntários, participações de ADL, mostras de projectos com stands, actividades culturais, e discussões ao longo da abordagem, etc. Tudo Isto nos permite ter uma visibilidade das MANIFestas como forma de promoção do empowerment de Desenvolvimento Local participado em Portugal:

E1-... "na medida em que reforça a visibilidade do desenvolvimento, na medida em que reforça a sua aceitação pelo poder político, na medida em que reforça os seus laços de solidariedade interno, na medida em que reforça a auto-estima quer da associação por se apresentar em feiras e auto estima do movimento, nestas 4 medidas, é o factor empowerment, é o empowerment é isto mesmo, é delegar poderes, é delegar competências, competências de diálogo com o poder político, competências da organização interna, competências de poder de presença na sociedade, de visibilidade na sociedade, e competências de acreditar em si próprios"...

Por outro lado, essas questões que envolvem as MANIFestas e na sua própria realização, naturalmente provoca impactos significativos nos territórios, na cooperação entre as organizações; nas oportunidades de visibilidade:

E5-...“há um salto qualitativo em termos, pelo menos na cooperação entre as organizações desde logo, cooperação entre as instituições, antes disto um efeito enorme das organizações e associações se conhecerem,”...

Permite ainda um reconhecimento das dinâmicas locais, dos territórios, da cultura local, os movimentos associativos, produtos locais, etc.

E1-...“E fez com que... há...não só as populações locais das comunidades mais também houvessem visitantes externos a visitar esses territórios. E portanto, isso permitiu conhecer esses territórios, permitiu divulgá-los, permitiu conhecer algumas dinâmicas existentes, e portanto, pelo menos a nível de sede parcial, parcial, as MANIFestas também contribuíram para um conhecimento e divulgação de cada território onde se realizaram, dos movimentos associativos lá existentes e das dinâmicas lá existentes e ainda das outras questões que as pessoas que visitavam passaram a conhecer, nomeadamente presente nas actividades culturais que as MANIFestas implicam, na venda de produtos locais, no contacto com as populações, com os restaurantes, com os alojamentos.”

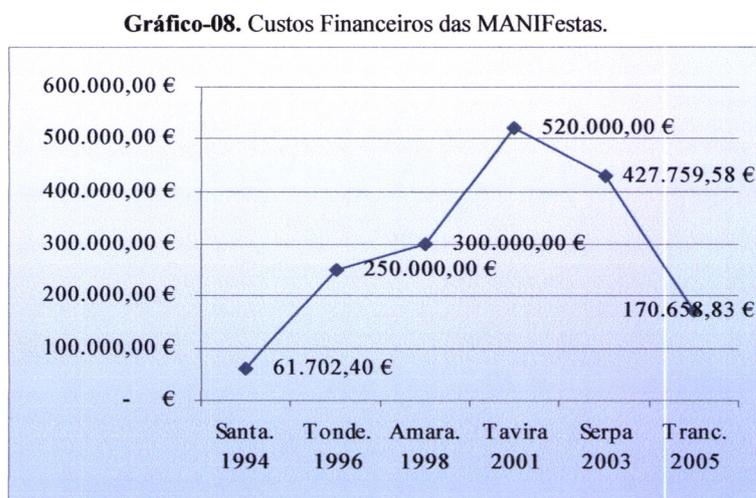
Nomeadamente, as MANIFestas provocam reflexões que contribuem para actuações futuras, principalmente no que diz respeito a uma maior atenção aos territórios:

E2-...“há que melhorar, há que ter mais atenção para que de facto os eventos locais de uma pequena vila, duma pequena cidade possa difundir, vamos lá no território à volta de ser um impacto nestas zonas, reforçar de facto os processos de Desenvolvimento Local desses territórios.”

Ainda sobre as questões das manifestações nas MANIFestas, podemos ter visibilidade dos investimentos financeiros para realizar cada MANIFesta. Um desafio grandioso da ANIMAR e ADL parceiras locais. A perspectiva dos custos das MANIFestas de Santarém, Tondela, Amarante e Tavira, são em Escudos (moeda portuguesa anterior ao Euro), moeda antes da vigência do Euro. O Euro só passa como uso comum na União Europeia em 2002, portanto, os cálculos em Escudos foram cotados na proporção de duzentos Escudos equivalente a um Euro (200\$00 = €1,00), para se ter visibilidade de todos os gastos equivalentes em Euro. Os gastos das MANIFestas de Serpa e Trancoso são na vigência do Euro, não sendo necessário conversão de moeda. Desta forma, o aspecto financeiro é um dos grandes desafios da ANIMAR, ADL, OIDL, para realizar as MANIFestas, envolvendo principalmente a questão da sustentabilidade dessas organizações.

“E1-...”o problema financeiro, ou seja, recursos limitados, a escassez de recursos financeiros. As MANIFestas implicam gastar dinheiro, implica ter recursos financeiros que nem sempre se tinha em mãos, e esse foi um dos principais obstáculos.”

O Gráfico-08, apresenta para cada MANIFesta os custos financeiros⁴⁵ para realização, custos que representam uma das principais dificuldades inclusive para realização das assembleias regionais de preparação da MANIFesta.



Fonte: Documentos diversos.⁴⁶

Mesmo sendo um dos grandes obstáculos para realização das MANIFestas, a capacidade inventiva, de logística, dos actores que fazem a ANIMAR e ADL parceiras locais, jamais deixaram de concretizar a feira do Desenvolvimento Local, que se tornou por conseguidos aspectos, mostra e promoção do empowerment em Portugal. São recursos conseguidos na base de projectos, apoios de Autarquias, instituições privadas, doações, etc. Assim, o aumento de investimentos da MANIFesta de Santarém em 1994 para Tondela em 1996 são da ordem de €188.297,60 Mil Euros; os investimentos continuam em projecção ascendente de Tondela em 1996 para Amarante em 1998, investimentos para mais, na ordem de €50.000,00 Mil Euros; a trajectória continua ascendente e, de Amarante em 1998 para Tavira em 2001, temos um aumento de €220.000,00 Mil Euros. Tavira é um destaque e os motivos, antes já foram mencionados alguns noutros contextos, mais no que diz respeito ao financeiro, Tavira recebeu bastante ajuda do Poder Público e possui uma

⁴⁵.MANIFestas – Custos Financeiros em Escudos: Santarém - 12.340.480\$00; Tondela - 50.000.000\$00; Amarante - 60.000.000\$00; Tavira - 104.000.000\$00.

⁴⁶.MANIFestas: Santarém - Doc. Testemunho (1995), Animar, p. 24; Tondela - Entrevista-2; Amarante – Entrevista-2, Entrevista-6; Tavira – Relatório Logístico (2001), In Loco, Dr. Miguel Velez; Serpa – Relatório financeiro da MANIFesta (2003), Rota do Guadiana; Trancoso – Relatório financeiro da MANIFesta (2005), Raia Histórica.

grande capacidade de dinamização. De Tavira em 2001 para Serpa em 2003, temos uma redução de investimentos, na ordem de €92.240,42 Mil Euros. Isto pode não ser negativo, se partimos de uma compreensão de que o montante de investimentos depende de cada projecto de alcance de cada MANIFesta, umas com mais, outras com menos actividades, o que pode explicar o fenómeno de Tavira com um recorde de actividades culturais, etc.

De Serpa em 2003 para Trancoso em 2005, continua com acentuada redução de investimentos, na ordem de €257.100,75 Mil Euros. Na perspectiva dos investimentos em todas as MANIFestas,⁴⁷ perfaz um recurso total na ordem de €1.730.120,81 (um milhão, setecentos e trinta mil, cento e vinte euros e oitenta e um cêntimos). Imaginando que a duração de todas as MANIFestas somam 25 dias, esse é um investimento em tão pouco tempo, difícil de ser superado por muitos investimentos da iniciativa privada ou do Poder Público, mesmo que seja discutido a aplicação desses recursos no próprio espaço de tempo de realização das MANIFestas (11 anos), nenhuma outra iniciativa a nível de Assembleia e Feira de Desenvolvimento Local, como mostra e promoção do empowerment em Portugal tem conseguido esse status. E isso sem mencionar a geração de empregos, fortalecimento das ADL, formação, qualificação, cidadania participativa, fortalecimento das pequenas economias locais, resgate dos valores e das culturas locais, a valorização do rural, que nos primeiros anos do século XXI, tem desencadeado em Portugal a nova perspectiva do Desenvolvimento Local, “o turismo rural” nas vilas, aldeias históricas e herdades, ganhando visibilidade inclusive no Brasil.⁴⁸

Portanto, nesta perspectiva, é inegável que as MANIFestas por diversos pontos provocaram e devem continuar provocando impactos de transformações dos territórios para a promoção do Desenvolvimento Local, principalmente numa afirmação junto ao poder público, junto à sociedade:

⁴⁷.Os Recursos Financeiros apresentados no Gráfico-08, referente às MANIFestas, não incluem, supostamente, outros dados diferentes em poder da ANIMAR. Na altura da recolha de dados na ANIMAR, os Técnicos: Célia Lavado e Rogério Silva, informaram não dispor de dados referente às despesas da ANIMAR com a realização das MANIFestas separados das despesas das ADL, parceiras Locais da ANIMAR na realização das MANIFestas. Supõe-se que os referidos recursos indicados no Gráfico-08, incluem despesas da ANIMAR e ADL.

⁴⁸.Turismo Rural em Portugal: Várias reportagens apresentadas nos programas de televisão: “Jornal Nacional” e “Globo Rural”, da Emissora de Televisão Rede Globo – Brasil, no período de 2000 a 2005. São várias reportagens enfatizando o turismo rural em vilas e aldeias históricas, herdades, gastronomia e tradições culturais de Portugal.

E4-... "dupla função de afirmação das iniciativas de Desenvolvimento Local perante o poder político, perante a sociedade."

De certa forma, não é possível ignorar que as MANIFestas proporcionam a visibilidade de muitos desafios futuros que se colocam ao empowerment e efectivação das políticas de Desenvolvimento Local em Portugal, como já suscitado, a questão da sustentabilidade das organizações; incentivos permanentes às ADL e organizações evitando a dependência de projectos temporários e limitação da capacidade criativa das pessoas nos territórios; aprofundamento da democracia; processos de formação permanentes; de um desenvolvimento integrado:

E2-... "formação, para o empreendedorismo, para a cidadania, para iniciativa, para a participação é um desafio que surgiu sempre, que é sempre maior"...

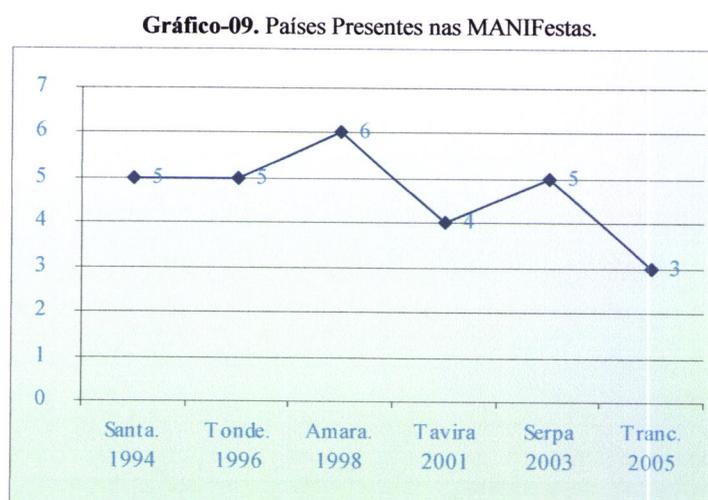
E-2. ... "a auto-sustentação das organizações que é uma questão que, que é que estas organizações que até hoje tem vivido é do ponto de vista económico e financeiro muito na base de projectos apoiados pela união europeia, é...e sabemos que enfim, os...as verbas da união europeia terão, virão a diminuir no futuro é...há que encontrar formas alternativas de sustentar economicamente porque estas organizações e as coisas que tem que ter um quadro com técnicos, com capacidades técnicas, com capacidades vamos lá, chamadas humanas"...

E1-... "É importante que essas organizações, é...respondam a desafios que era de terem uma perspectiva de desenvolvimento integrado, o que significa, ah...assumirem as várias áreas de intervenção a que estão interligadas, mais conjulgá-las entre si, articulá-las, que é a dimensão económica, a dimensão social, a dimensão metodológica e a dimensão ambiental, isso é um outro desafio, o desafio de uma visão integrada da sua actuação."

Ainda nesta perspectiva de desafios futuros, se verifica a necessidade: da sustentabilidade; democracia interna nas organizações e ADL; participação da comunidade; desenvolver um método de avaliação permanente das acções; investigação acção; acção política, (E1, cf. Anexo III). Da mesma forma, as MANIFestas permitiram às ADL e OIDL um reforço nas suas competências para a promoção do Desenvolvimento Local, solidificando suas bases com os mecanismos da comunicação, colaboração, parcerias e interacção entre elas, embora com limitações mais são reforços de competência significativos:

E1-... "obrigou para a sua preparação que as ADL se comunicassem, se interagissem, se colaborassem entre si. Eu acho que contribuiu nesse caso em que aconteceu para que essas ADL tivessem mais competências nas relações que estabeleciam em parceria, nas relações com seus territórios, com seus parceiros, na interação portanto nesses aspectos, é... que obrigavam-nas a...organizar as coisas conjuntamente, obrigavam-na a construir programas, obrigavam-nas a dividir tarefas, e portanto, deste ponto de vista é claro que sim. Bom, agora isto foi um bocado desigual, houve casos em que ficou melhor que outros, digamos que é uma contribuição muito relativa, nem sempre conseguida."

Constatamos também, o alcance das MANIFestas na sua dimensão internacional, da sua capacidade de envolvimento das organizações de outros países, valorizando outras culturas, trazendo para a partilha de experiências nos projectos de Desenvolvimento Local, na música, nas artes, etc. Países como: Argélia, Angola, Brasil, Cabo-verde, Espanha, França, Guiné-Bissau, Holanda, Itália, Marrocos, Moçambique, Reino Unido, etc. Todos já estiveram por uma ou mais vezes nas MANIFestas com participações. Conforme Gráfico-09, temos o número de representações de países, com 28 participações.



Fonte: Documentos diversos.⁴⁹

Assim, Santarém teve a presença de 5 países; Tondela manteve a mesma quantidade de presenças, 5 países; Amarante teve presença de 6 países, talvez em razão do encontro sobre Desenvolvimento Local paralelo à MANIFesta; Em Tavira teve representação de 4 países; Serpa teve presença de 5 países e Trancoso teve menor presença estrangeira com 3 países. Desta forma, a ANIMAR enquanto Rede de ADL e OIDL de Desenvolvimento Local consegue com o projecto MANIFestas colocar a Rede em evidência, colocar a Rede com alcance para fora. Esse intercâmbio de Experiências bem conseguidas, torna possível levar as MANIFestas para ser aplicada em outros contextos geográficos.

EI-... "penso que sim que é até bem importante que estas ficassem MANIFestas até no mundo lusófono, no mundo português, até...se calhar com uma amplitude maior, mais que se fizesse, é....MANIFestas destas, encontros destes no Brasil, Angola, Moçambique" ...

⁴⁹.MANIFestas: Santarém - Programa MANIFesta (1994), Animar; Tondela – Programa MANIFesta (1996), ACERT; Amarante – Programa MANIFesta (1998), ADESCO; Tavira – animar@animar-dl.pt; Serpa - ALBINO, José C. (2004), Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal, Vialonga: Animar, p. 117; Trancoso – Programa MANIFestas (2005), Raia Histórica.

E7-...”o modelo da MANIFesta é português, a plataforma onde as ADL e OIDL se encontram e podem discutir os problemas que lhes dizem respeito, parece-me que é um conceito que não tem fronteiras, claramente Brasil ou noutra parte do mundo a partir do momento onde existem associações que se debatem com estas questões do Desenvolvimento Local eu acho que até seria um contributo muito bom deixado por Portugal, este modelo e transmitir este modelo para outros países”...

E8- “Caso ainda não existam, não tenham sido adaptadas, ou não haja equivalentes, pode ser estudada a pertinência da sua aplicabilidade para outros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil.”

É evidente que talvez não seja possível aplicar da mesma forma ou com a mesma denominação, não só a nível europeu, como países lusófonos, nomeadamente no Brasil, que possui experiências parecidas ainda que sejam experiências muito marcadas pelo individualismo e ausência de redes de associações; mesmo que as dimensões territoriais do Brasil sejam imensas, mais é possível de aplicação por regiões, Estados ou municípios:

4.3.2. Temáticas e Debates das MANIFestas.

As Temáticas e Debates das MANIFestas contextualizam uma das perspectivas significativas do empowerment, pela capacidade de colocar ADL, Poder Público, organizações e pessoas no teatro das discussões, dando contributo para todos ter oportunidades de vez e voz, colocando os actores do Desenvolvimento Local em igualdade de discussões, respeito mútuo, para dizer não quando há necessidade. Perspectiva significativa ainda, pela persistência e valorização de todas as discussões que envolvem o Desenvolvimento Local, dos territórios, trazendo para cada MANIFesta, as questões já discutidas para uma reafirmação, para que não fiquem esquecidas e, outras novas questões relevantes acrescentadas, porque o Desenvolvimento Local é “movimento dinâmico”, construído na avaliação e participação.

Desta forma, as Temáticas e Debates das MANIFestas conforme Quadro-03, apresenta no seu conjunto, a perspectiva das discussões das 6 edições das MANIFestas, é possível identificar um constante reforço de construir o Desenvolvimento Local nos territórios; construir uma relação de mais valia e de diálogo entre Estado e ADL; construir um Desenvolvimento Local assente na educação, formação, valorizando as minorias excluídas ou esquecidas nos territórios, no associativismo e cooperativismo; construção de um Desenvolvimento Local assente na valorização das pequenas economias locais.

Quadro – 03. Temática e Debates das MANIFestas.

MANIFESTAS	PROGRAMA / TEMÁTICA E DEBATES DAS MANIFESTAS	
SANTARÉM / 1994 Estados Gerais do Desenvolvimento Local em Portugal.	<p>Dia 6 de Outubro - Assembleia.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Sim à cidadania! Como se organizam os cidadãos para o Desenvolvimento Local? .Políticas e instrumentos de DL: (dês) ajustamentos e (dês) integrações. .Abundância e penúria no DL: a questão dos cifrões. .Estado e actores locais: amores e ódio. .Histórias de DL: vamos comparar metodologias? .Maiorias esquecidas e minorias oprimidas: mulheres, idosas e grupos étnicos no DL. 	<p>Dia 7 de Outubro - Assembleia.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Desenvolvimento Local: pela cultura, com a cultura ou contra a cultura? .Casos de DL: vamos partilhar (in) sucessos? .Escola, formação e emprego: encontro no local ou desencontro colossal? .Universidades: (dês) envolvimento no local? .Que Desenvolvimento Local em meio rural? .Que Desenvolvimento Local em áreas urbanas marginais?
TONDELA / 1996 Os Caminhos do Desenvolvimento Local.	<p>Dia 14 de Novembro – Assembleia.</p> <ul style="list-style-type: none"> .O que é o Desenvolvimento Local. .Sector de Intervenção e metodologias. 	<p>Dia 15 de Novembro – Assembleia.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Condições para o exercício das ADL. .Quadros legal e político-institucional para o Desenvolvimento Local.
AMARANTE / 1998 Desenvolvimento Local: uma Oportunidade de Futuro.	<p>Dia 28 de Novembro – Debates Específicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Comércio Justo e Solidário. .Mulheres e Desenvolvimento Local. .Cooperativismo e Desenvolvimento Local. .Educação e Desenvolvimento Local. .Ciência, Investigação e Desenvolvimento Local. 	<p>Dia 29 de Novembro – Teses em Debates.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Mercado de produtos locais: promoção e Comercialização de produtos-agroalimentares e artesanato, gastronomia. .Mostra das iniciativas. .Trocas de saberes.
TAVIRA / 2001 O Desafio de um Portugal de Futuro	<p>Dia 27 de Abril – Sessão de Abertura.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Iniciativa Igual - Debates com a Gestão. <p>Dia 28 de Abril – Debates.</p> <ul style="list-style-type: none"> .O cooperativismo como factor de D. Local. .Agricultura biológica e D. Sustentável. .Colectividades de cultura, recreio e desporto – um balanço para o Desenvolvimento. .A educação e formação de adultos nas dinâmicas do Desenvolvimento Local. .A globalização na mira do Desenvolvimento Local: globalizar solidariedades e resistências. 	<p>Dia 29 de Abril – Debates.</p> <ul style="list-style-type: none"> .O Inatel associativismo, cultura e Desenvolvimento. .Microcrédito: um instrumento de luta contra o desemprego e a pobreza. .Palestra: Ano internacional dos voluntários. .As comunidades portuguesas e o D. Local. .Educação ambiental c/ forma de cidadania activa. <p>Dia 30 de Abril – Debates.</p> <ul style="list-style-type: none"> .A imigração e o Desenvolvimento. .Artes e ofícios tradicionais no novo milénio.
SERPA / 2003 Com o Desenvolvimento Local Superar a Crise e Construir o Futuro	<p>Dia 1 de Maio – Seminários.</p> <ul style="list-style-type: none"> .O rural não ocupa espaço. .A participação dos cidadãos na construção europeia / O alargamento da união europeia. .Aldeias históricas – ARTA. <p>Dia 2 de Maio – Seminários.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Comércio Justo e Desenvolvimentos Locais. .Cidadania, como fazer? .Olivais em modo de produção biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> .Apresentação do programa AGATA-PPART. <p>Dia 3 de Maio – Seminários.</p> <ul style="list-style-type: none"> .As cooperativas e o Desenvolvimento Local. .Desenvolvimento e criação de empresas/ Saberes/ fazer antigos, novas oportunidades de emprego-Equal. .Alentejo singular e diverso: busca das raízes. .Cidadania que sonhamos, descrever caminhos.
TRANCOSO / 2005 Participar para Desenvolver contra a Exclusão.	<p>Dia 25 de Maio – Temas.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Projecto + Igualdade: D. Local rumo à mudança. .Desenvolvimento Rural e Ambiente. <p>Dia 26 de Maio – Temas.</p> <ul style="list-style-type: none"> .A luta contra a pobreza e a exclusão social como oportunidade de Desenvolvimento Local. .Regulamentação do artesanato: Afirmação e consolidação de um sector. .Tipologias territoriais de pobreza e exclusão social em Portugal e desafios para as políticas sociais. .Intervenção e valorização do património: simples conhecimento ou factor de D. socio-económico. .Encontro de projectos de luta contra a pobreza: novas estratégias para a intervenção social. .Ano internacional do microcrédito. <p>Dia 27 de Maio – Temas.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Forum interpelação cívica ao governo. .Orçamento municipal participativo. 	<ul style="list-style-type: none"> .Boas práticas na intervenção social. .Montagem de parcerias - Nacionais e Transnacionais. .Associativismo e participação cívica. .Projectos de escola: instrumentos para o Desenvolvimento. .População rural e espaço: relações e governabilidade. <p>Dia 28 de Maio – Temas.</p> <ul style="list-style-type: none"> .Condicionalismos legais ao Desenvolvimento da avicultura e da produção e transformação do leite. .Forum ambiental/floresta: danos ambientais causados pelo encerramento das minas de urânio. .Cidadania existe, alguns exemplos. .O Desenvolvimento Local pelas cooperativas. .Debate Constituição Europeia. .Água: bem público, gestão privada?

Fonte: Programa das MANIFestas: 1994, 1996, 1998, 2001, 2003, 2005.

Essas Temáticas e Debates das MANIFestas, reforçam constantemente a ideia de uma política de crédito ou micro-crédito junto ao poder público que pudesse favorecer essas pequenas economias locais dando condições às ADL de desempenhar um papel mais conseguido na geração de empregos e revitalização das aldeias e vilas históricas; construção de um Desenvolvimento Local voltado para um desenvolvimento integrado, com preocupações com as questões ambientais e de preservação dos recursos naturais, como exemplo, valorização da agricultura biológica. Pode considerar-se que ao final das Temáticas e Debates de cada MANIFesta, o resultado é um empowerment dos actores do Desenvolvimento Local, assente numa cidadania participativa, no reforço de vontades e competências, com uma Agenda-Declarações MANIFestas, como recomendações para orientar as praticas do Desenvolvimento Local até a uma jornada mais à frente:

E1-...”que as organizações de economia de Desenvolvimento Local, é... reforcem sua reflexão e seu papel em termos de Desenvolvimento Local, reforcem e reconsiderem e revejam aquilo que podem ir mais longe, fazer mais ainda do que fazem, acho que podem desenvolver mais, podem aprofundar mais o seu papel,”...

Desta forma, o resultado das Temáticas e Debates das MANIFestas resulta nos documentos Declarações e/ou Teses, importante instrumento de disseminação de ideias para revitalizar as praticas de Desenvolvimento Local, que abordamos no ponto seguinte.

4.3.3.Declarações das MANIFestas.

O conjunto das Declarações das 6 edições das MANIFestas, constitui-se num instrumento de trabalho para a ANIMAR, ADL e organizações, por algumas razões, entre outras, é um suporte de negociação, de mediação entre a ANIMAR e ADL junto ao poder público para exigir mais participação, cooperação e investimentos para os territórios; uma ferramenta que reflecte as lógicas do Desenvolvimento Local, olhando o presente e para o futuro:

E5-...“ganharmos a capacidade quer com as nossas práticas, quer com a nossa reflexão, quer pela reflexão que outros possam fazer sobre as nossas práticas, conseguirmos convencer o Estado e os agentes públicos de que as organizações da sociedade civil e sobretudo, as organizações de Desenvolvimento Local, as organizações cívicas e solidárias podem ter um papel fundamental em parceria com o Estado para melhorarmos no fundo o mundo em que estamos não é.”

E5-...”essa componente ecológica, essa componente ambiental eu penso que é importante, porque o que eu acho que vai unir as pessoas no futuro vai ser de facto aquilo que vai ser um problema comum que é no fundo a saúde do planeta onde nós estamos, e isto irá até ultrapassar questões financeiras, quer dizer, do lucro, é mais consensual, quer dizer é mais fácil, eu penso que estas organizações deviam sempre pensar que devem ser pioneiras nisso,”...

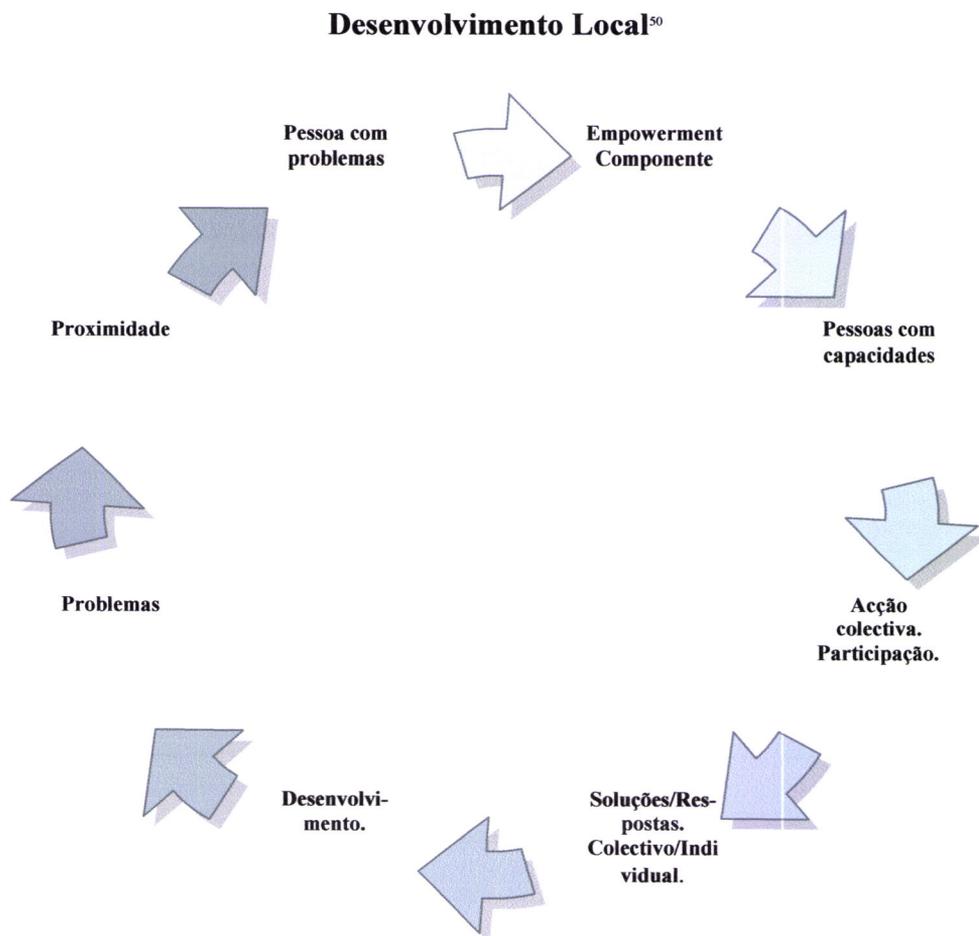
As Declarações das MANIFestas, distribuídas no Quadro-04, são analisadas a partir das perspectivas dissecadas: Problemas identificados; Propostas e soluções; Desafios futuros. Reflecte as preocupações com os territórios, com o Desenvolvimento Local, associativismo, cooperação, questões ambientais, empowerment e cidadania das pessoas.

Quadro -04. Declarações / Teses.

MANIFESTAS	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	PROPOSTA DE SOLUÇÕES	DESAFIOS FUTUROS
SANTARÉM / 1994 Estados Gerais do Desenvolvimento Local em Portugal. (MANIFestas)	.Fechamento da sociedade pela lógica economicista. .Participação insignificantes das Universidades no local. .Existem limitações ao encontro escola, formação, emprego e Desenvolvimento Local. .Falta integração: central e local.	.Promover trocas de saberes, informação, experiências e cooperação. .Explorar a educação itinerante no DL. Os jovens devem aprender com a comunidade e crescerem. .As universidades são centros de saberes que pode beneficiar o DL.	.Visão local: o nacional pode ser construído a partir do local. .Ser espaço aberto onde o DL se conforta, reforça e anima. .Realizar e afirmar a qualidade local. .Criar espaço para reivindicar o diálogo com o poder central.
TONDELA / 1996 Os Caminhos do Desenvolvimento Local.	.Pobreza. .Desigualdade e exclusão social. .Dilapidação dos recursos naturais. .Massificação cultural. .Ameaça de autoritarismos administrativos e políticos.	.O DL tem de criar parcerias alargadas e romper o isolamento de: pessoas, territórios, iniciativas. .Diversificar a base económica do mundo rural de cada território. .Criar empregos Valorizando os produtos de pequenas unidades, nas comunidades locais.	.Flexibilização de programas que permita respostas diferentes. .Canalização de recursos para projectos integrados geridos por parcerias locais. .Formação profissional para o desenvolvimento em zonas desfavorecidas ou vulneráveis.
AMARANTE / 1998 Desenvolvimento Local: uma Oportunidade de Futuro.	.Globalização com domínio de uma óptica Neo-liberal. .Fragilidade na educação, cidadania, parcerias, ambiente. .Necessidade de aprofundar o sistema democrático. .Falta de financiamento e políticas fiscais.	.Reforçar as políticas educativas, formação profissional, prática da justiça social, parcerias, descentra Lização, democracia participativa. .Financiamento ao DL por meio de subsídios, garantia de crédito a micro empresas e às OIDL. .Apoio e programa Flexível ao DL.	.Aprofundar o debate e trocas de experiências no espaço inter-MANIFestas e que acontece nas MANIFestas, divulgando o trabalho do DL pelas tecnologias da informação. .Avaliar OIDL e construir indicadores quantitativo e qualitativo.
TAVIRA / 2001 O Desafio de um Portugal de Futuro.	.Recusa de um país indiferente, individualista e assimétrico na economia e desatenção dos poderes. .Perdas na troca de experiências com parceiros lusófonos. .Tendência de massificação e exclusão pela globalização. .Desqualificação de técnicos.	.Continuar tecendo a rede do DL, do local ao regional, do nacional ao transnacional. .Avaliação contínua das acções e reforçar o diálogo e intercâmbio entre OIDL em Portugal, em outros países e nos lusófonos. .Qualificar dirigentes e técnicos.	.Exigir medidas a curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento de base territorial. .Definir base de relacionamento com o Estado. .Realizar parcerias democráticas com o poder local. .Reconhecer a Animar como estrutura de mediação.
SERPA / 2003 Com o Desenvolvimento Local Superar a Crise e Construir o Futuro.	.Aprofundamento das assimetrias regionais. .Crescimento das desigualdades. .Cristalização do sentimento de injustiça. .Exclusão de grupos cada vez mais significativos.	.Carta de princípios de relação entre Estado e as OIDL com co-responsabilização e independência institucional. .Formação contínua dos técnicos. .Divulgação pública das competências de cada OIDL. .Tornar mais visível o DL.	.Afirmar identidade, autonomia, empenho na plena integração das gerações que têm abraçado a causa do desenvolvimento local. .Projectar para o exterior o desafio do trabalho na causa do desenvolvimento local.
TRANCOSO / 2005 Participar para Desenvolver contra a Exclusão.	.Pessoas: fraco rendimento, pobreza, exclusão, desemprego. .Territórios: baixa demografia, problemas ambientais, debilidade das economias locais, gestão territorial desajustada. .Organizações: falta relacionamento entre Estado e OIDL. .Intervenções descontinuadas.	.Inovadora atitude dos actores do DL, trabalhar em rede, competir e cooperando, recriando uma rede de territórios que saibam rentabilizar complementaridades dos locais, contribuindo para um país coeso e solidário.	.Dinamizar o desenvolvimento local como mais-valia para as OIDL, territórios e o desenvolvimento local em geral. .Linhas de acção: dinamizar as economias e empregos locais, promoção da cidadania activa, animação da rede e qualificação das organizações, etc.

Fonte: Declarações das MANIFestas: 1994; 1996; 1998; 2001; 2003; 2005.

Na perspectiva das reflexões e pistas nas discussões acerca das MANIFestas, permite-se conceber: que as MANIFestas são Feiras do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal; uma visão de Desenvolvimento Local Participado aplicável à mais recente concepção de Desenvolvimento Local feita por Amaro (conforme organograma abaixo), numa forma circular envolvendo todos os actores locais, situações e componente empowerment, permitindo identificar problemas, dar respostas e soluções. Esse organograma permite visualizar a promoção do empowerment de Desenvolvimento Local em Portugal, resultados dos processos MANIFestas.



⁵⁰.Mais recente concepção de Desenvolvimento Local, feita por Amaro, assente nos actores locais, nas pessoas, com a componente empowerment, na identificação dos problemas, soluções e respostas, na capacidade das pessoas, e acção colectiva e participação, etc. Concepção construída na disciplina de Desenvolvimento Comunitário, ministrada por Roque Amaro, no XI Curso de Mestrado em Sociologia – Universidade de Évora. (AMARO, 2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

1.Considerações Finais.

No contexto das discussões sobre o Desenvolvimento Local em Portugal que vem se construindo da segunda metade do Século XX à actualidade, os objectivos que fundamentam e motivam essa investigação, parte das “MANIFestas - Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal”. É um processo iniciado em 1994 pela ANIMAR – Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local, voltada para o associativismo em Rede de Associações de Desenvolvimento Local, visando o fortalecimento das associações e da Rede; a sustentabilidade das associações; a construção do Desenvolvimento Local nos territórios, vilas e aldeias históricas em meio rural e urbano; a efectivação de feiras e mostras de praticas de Desenvolvimento Local e sua visibilidade, a construção de uma relação de mais valia entre associações e poder público buscando uma cidadania contra a exclusão económica, cultural e social.

Neste sentido, o processo MANIFestas surge em 1994 promovido pela ANIMAR e apoio colectivo dos cidadãos, na cidade de Santarém. O impacto e visibilidade desta MANIFesta provocaram o desejo continuado de realizá-la num período bienal, vindo a acontecer em Tondela (1996); Amarante (1998); Tavira (2001); Serpa (2003); Trancoso (2005), num período de 13 anos realizando-se 6 edições das MANIFestas, apresentando-se como uma nova perspectiva de promoção do empowerment das ADL como praticas bem conseguidas de Desenvolvimento Local em Portugal. Desta forma, constatamos que as MANIFestas ainda não fazem parte de um leque alargado de investigação, assim, as perguntas de investigação e os objectivos⁵¹, corroboram para o objecto de estudo, assente na importância das “MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal”, contribuem para refortalecer o movimento associativo em Rede, reforço de competências das ADL e construção dos processos de Desenvolvimento Local.

No percurso da investigação de carácter empírico e qualitativo, onde a metodologia e as técnicas de recolha de dados permitiram expor os 08 (oito) Informantes-chave ligados às

⁵¹.Constam na parte final da Introdução e I- Abordagem Metodológica.

06 edições das MANIFestas, assim descritos: Um dos criadores da ANIMAR, promotor (individual) da MANIFesta de Santarém e Presidente da Assembleia-geral de todas as MANIFestas realizadas de 1994 a 2005 e actualmente membro da directoria da ANIMAR; Um dos criadores da ANIMAR, promotor (individual) da MANIFesta de Santarém, ex-presidente da ANIMAR, da ESDIME e membro colaborador do conselho fiscal da ANIMAR; Um dos criadores da ANIMAR, promotor (individual) da MANIFesta de Santarém e presidente da Associação SOLIDÁRIOS associada da ANIMAR; Um membro da directoria da ANIMAR, desde a MANIFesta de Tondela e colaborador na realização das MANIFestas e do jornal “Vez e Voz”; O ex-presidente da ANIMAR e presidente da Associação ROTA DO GUADIANA promotora da MANIFesta de Serpa em 2003, associada da ANIMAR e colaborador do jornal “Vez e Voz”; Associado individual da ANIMAR e membro colaborador do programa E-Learning para a igualdade de género, executado pela ANIMAR; O ex-presidente da Associação ADESCO de Amarante no período de realização da MANIFesta de Amarante em 1998; O director de animação da Associação RAIÁ HISTÓRICA, associada da ANIMAR e promotora local da MANIFesta de Trancoso em 2005.

Assim, decorreu no período de Junho a Julho de 2007, a realização das entrevistas Semi-directivas, destacando aspectos como: origem, percurso, papel e actuação da ANIMAR na promoção do Desenvolvimento Local; contributo das ADL para promoção do Desenvolvimento Local; as MANIFestas como estratégias, contributo, visibilidade e proposta alternativa de Desenvolvimento Local; os impactos presentes, contratempos e desafios, o reforço de competências das MANIFestas na promoção do Desenvolvimento Local; a possibilidade de aplicação da MANIFesta em outros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil, a partir da análise categorial temática⁵², pesquisa documental a partir das fontes primárias⁵³ das 6 edições das MANIFestas.

No contexto das abordagens da globalização e o desenvolvimento, o enfoque recai sobre Portugal como marco histórico da globalização, numa contextualização do percurso do desenvolvimento e as relações globais, onde vários autores entre outros: Anthony Giddens

⁵².Conforme Bardin, Técnica de procedimento metodológico a partir da Grelha de Análise Temática do conteúdo das Entrevistas. (BARDIN, 2004)

⁵³.Programas das MANIFestas, Declarações da MANIFestas, Jornais MANIFestas, Relatórios ANIMAR e MANIFestas.

(2000), António Leite (2001), António Ribeiro (2005), David Landes (2003), Luiza Cortesão e Stephen Stoer (2005), Malcolm Waters (1999), Manfred Steger (2006), Roland Robertson (2000), possibilitam destacar Portugal como marco histórico da globalização a partir do recorte histórico das navegações portuguesas e os descobrimentos nas Américas, apesar da globalização ter inícios anteriores a Portugal como marco histórico e processos acelerados mais recentes. Ainda nesse contexto global, os autores: Anthony Giddens (2000), Alexandre Melo (2002), Boaventura Santos (2005), Malcolm Waters, (1999), Marcos Arruda e Leonardo Boff (2002), Manfred Steger (2006), Olivier Dullfus (1999), Roland Robertson (2000), Roque Amaro (2006), Serge Latouche (1998), expõem uma compreensão do conceito de globalização, sendo possível destacar que essa globalização tem construído seus processos fundamentados na economia, política, cultura e religião. As comunicações na era via satélite e digital tem acelerado esses processos de globalização de forma vertiginosa, ao mesmo tempo que avança e aproxima as pessoas, gera exclusão a todos os níveis e esferas sociais.

Na perspectiva do desenvolvimento numa contextualização teórica, segue-se com o encadeamento das ideias da globalização e do desenvolvimento, onde: François Perroux (1969), Francisco Ramos (2001), Luís Moreno (2002), Roque Amaro (2001, 2005, 2006), William Biddle (1967), trás à discussão os conceitos de desenvolvimento com origens assentes na concepção do francês do século XII, “desvoloper / développer”; inglesa do século XVI, “Development”, assumindo uma concepção de progresso, desenvolvimento. Nos Estados unidos é utilizado na concepção das dinâmicas locais do desenvolvimento, no pós-II Guerra com o sentido cumulativo e durável. Moreno dissecou uma perspectiva assente nas questões: utópica, ideológica e prática. (MARENO, 2002) Amaro retoma uma abordagem de reconstrução dos conceitos, enriquecida pelas experiências de desenvolvimento nas comunidades portuguesas dos anos 60 e experiências de Manuela Silva, nos anos 70, dando contributos para reformulação dos vários conceitos de desenvolvimento: Comunitário, Humano, Eco-desenvolvimento, Sustentável, Participativo, Integrado, Dês-envolvimento e Local, que contribui para construção dos conceitos anteriores e, recentemente ele aplica esses conceitos numa perspectiva da gestão de recursos humanos e de pessoas, voltado para as ADL com suas práticas num

desenvolvimento integrado, preservação ambiental e interdisciplinaridade entre as ciências. (AMARO, 2001)

No contexto dos paradigmas teóricos do desenvolvimento, Paulo Pedroso (1998), Roque Amaro (1999), expõem o confronto das ideias entre paradigma Funcionalista, assente no custo localização dos espaços regionais; ao Territorialista, voltado aos espaços sociais e maximização de oportunidades económicas nos territórios; das Novas Territorialidades, as mudanças aceleradas na sociedade provoca mudanças nos modelos tradicionais de conhecimento e invenção exigindo-se constante vigilância no sentido de actualizar a compreensão e buscar soluções compatíveis com o desenvolvimento global e local; e os novos paradigma Científicos, sobre as discussões da complexidade, da teoria do caos, abrindo novas pistas no conhecimento científico, novas lógicas interdisciplinares, caóticas, pró-activas implicando novas concepções de acção e organização.

Na abordagem do Desenvolvimento Regional e Local, Augusto da Silva (2000), José Reis (1999), Luís Moreno (2002), Marco Santos (1997), Manuel Branco (1999), Paulo Pedroso (1998), Roque Amaro (1999, 2001, 2005), expõem as origens dessas duas vertentes, de construção dos processos de desenvolvimento dos finais do século XIX às crises sociais do século XX. O contexto do pós-II Guerra surge as perspectivas de desenvolvimento comunitário na Inglaterra, tomando corpo numa proposta de regionalização na América Latina, África, Ásia, Europa, bem como em Portugal. Na França, com os Estados Gerais, com as Leis de descentralização o sentido de Desenvolvimento se torna assente numa visão de Desenvolvimento Local, voltada para um desenvolvimento centrado nos territórios, nos espaços urbanos e rurais.

No que diz respeito à perspectiva do Desenvolvimento Local participado em Portugal, Carlos Albino (2004), Eugénia Mata e Nuno Valério (2003), Francisco Silva (2005), José Mattoso et. al. (2001), Paulo Pedroso (1998), Roque Amaro (2005), Simões Lopes (2006), contextualizam uma vocação da sociedade portuguesa desde o passado mais distante, para evocação das causas sociais no local reflectindo problemas e buscando soluções. No pós-II Guerra essas lógicas continuaram sendo buscadas e no presente insistentemente se é mais consciente de que o desenvolvimento é para as pessoas, e para as pessoas nos locais onde

elas estão. Em Portugal, mesmo depois de políticas comunitárias, muitas assimetrias ainda existem, na economia, na saúde, na educação, etc. Há que se construir um desenvolvimento centrado numa cidadania, numa democracia participativa e evitar as falácias do desenvolvimento.

Nesse contexto das políticas regionais nacionais e comunitárias é que Rui Jacinto (1993), Simões Lopes (2001), trazem à discussão, a falta de uma política de desenvolvimento para Portugal, centralizando o desenvolvimento numa política de produção e investimentos nos grandes centros urbanos do país: Lisboa, Porto, Coimbra, e esquecendo o interior. Política de desenvolvimento que passam a gerar necessidades de investimentos em infra-estrutura nos territórios para combate às assimetrias e desertificação dos territórios no interior do país. No entanto, com a adesão de Portugal na CE em 1986, o país já tem as estruturas administrativas apto a receber fundos estruturais e programas de Quadros de Apoio, entre outras as CCDR. Os programas LEADER vieram a fomentar a criação de associações de Desenvolvimento Local e Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local, trazendo vitalidade económica às vilas e aldeias históricas, aos projectos de formação, qualificação e geração de empregos.

No entanto, o desenvolvimento só é possível com cidadania e empowerment dos cidadãos. Assim, Arminda Neves (2006), John Friedmann (1996), João Craveiro, et. al. (2005), Maria Gonçalves (2005), Rosário Serafim (1999), Roque Amaro (2001), expõe que uma sociedade para evoluir deve ter processos democráticos sólidos, com uma administração pública flexível, estendendo a todos os seus cidadãos o direito de exercer cidadania como cidadãos com sentido de pertença a uma comunidade, o Estado. Cidadãos empoderados, porque esses cidadãos são os beneficiários directos dos serviços prestado pelo Estado, ao mesmo tempo que o Estado deve estar aberto a partilharem as responsabilidades sociais com as organizações sociais diversas, em busca de uma sociedade-providência.

Desta forma, no que diz respeito as parcerias e Desenvolvimento Local, Carlos Albino (2004), Fernando Ruivo (2000), Isabel Guerra (2003), José Figueira (2003), Marcos Santos (1997), Óscar Rover e Adosinda Henriques (2006), Rosário Serafim (1999), permitem conceber que a promoção do desenvolvimento nos locais só é possível com a

participação de todos, o Estado sozinho não consegue resolver todos os problemas, mesmo o poder local sendo actores importantes do Desenvolvimento Local, as ADL são importantes, como dinâmicas surgidas a nível dos movimentos locais. Neste sentido, as parcerias nos programas LEADER criaram condições para o fortalecimento das associações de Desenvolvimento Local, contribuindo para novas formas organizativas em contextos locais. As parcerias constituem então, as experiências de participação que correspondem às novas formas de democratização e regulação social, autonomia, sendo necessário a participação e parcerias entre Autarquias, ADL, OIDL e instituições privada, como forma de promover o Desenvolvimento Local.

Na abordagem do Movimento Associativo em Portugal, contextualiza-se os fundamentos em, Carlos Albino (2004), Luís Moreno (2002), Rosário Serafim (1999) e Roque Amaro (2001). O Movimento Associativo em Portugal tem suas origens nas comunidades rurais dos anos 60, animadas pelos movimentos de pastoral da igreja católica: pastoral operária, da juventude, etc. Nos anos 90, com os programas LEADER, muitas ADL e OIDL foram criadas e outras existentes revitalizadas fortalecendo o movimento associativo. O empowerment de desenvolvimento nos locais dependia de novas lógicas, e neste sentido, em 1993 o contexto europeu de redes sociais influencia os actores do Desenvolvimento Local em Portugal a criar sua própria rede de associativismo entre ADL solidárias: a ANIMAR, criada em 1994, para promoção do empowerment de Desenvolvimento Local, através de processos, entre outros as MANIFestas, sendo a partir daqui, abordado os resultados sobre a investigação com enfoques na ANIMAR e MANIFestas.

2. Resultados.

Partindo do princípio de que a investigação se contextualiza no empírico e qualitativo, assente na técnica de entrevista semi-directiva, análise documental (Anexo II), e pesquisa de fontes primárias, onde os dados produzidos foram introduzidos no corpo do texto, que desta forma, apresentamos as questões e observações relevantes sobre os objectivos da investigação. Neste sentido, a apresentação dos resultados estão numa primeira parte dedicada à ANIMAR e na segunda parte dedicada às MANIFestas.

Resultado das discussões da ANIMAR como Rede e organização das iniciativas de Desenvolvimento Local Participado em Portugal.

-Constata-se que a ANIMAR é fruto da influência de um contexto de outras redes de associações de desenvolvimento europeias que vieram a motivar em Portugal os actores individuais de Desenvolvimento Local, nomeadamente: Alberto Melo, José Portela, José Brás, José Carlos Albino, Roque Amaro, etc; e actores colectivos, nomeadamente, as associações de Desenvolvimento Local de Portugal, para buscar dinâmicas ligadas ao associativismo, trocas de experiências, reforçar as capacidades e possibilidades de ajuda mútua.

-A ANIMAR é criada institucionalmente em 1994, no cartório notarial de Messejana, como Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local, passando a actuar em favor da promoção das associações e do desenvolvimento dos territórios, buscando ganhar importância institucional, construir uma lógica de actuação. Identifica-se que no seu percurso histórico, inicialmente os seus serviços burocráticos funcionam na base do voluntariado, evoluindo para escritório próprio. Da sua actuação constata-se a promoção do Desenvolvimento Local, do reforço da Rede de associações, do empowerment económico e político para os territórios aproximando o poder público das necessidades dos locais, buscando visibilidade para as acções de Desenvolvimento Local, actuando na formação e qualificação das pessoas e técnicos das associações e a sustentabilidade económica dos territórios.

-Comprova-se que a actuação da ANIMAR no local apoiando as ADL e OIDL e envolvendo-as em projectos e parcerias, tem contribuído para que essas associações promovam o empowerment, apoiem as iniciativas dos cidadãos e de grupos, fixem as pessoas nos seus territórios criando empregos, dinamizam as economias locais, valorizam e resgatam as culturas locais, actuam contra a exclusão social, contra a pobreza e defesa do ambiente. Não tanto conseguidos, a ANIMAR continua ainda no desafio de uma maior aproximação das relações e reconhecimento junto ao Poder Público e mais investimentos para os territórios; maior visibilidade para a Rede e o Movimento Associativo em Portugal; sustentabilidade económica para a Rede e às ADL e OIDL; expandir a Rede para

fora, para o global. Por outro lado, é significativa a sua presença institucional a nível nacional e internacional; a MANIFesta é um processo de sucesso.

Resultado das Discussões da Abordagem Evolutiva da MANIFesta-Feira do Desenvolvimento Local.

-Identifica-se numa caracterização das 6 edições das MANIFestas como feira do Desenvolvimento Local, mostras e promoção do empowerment das associações e Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local, que no contexto das várias manifestações das MANIFestas, quando se trata de dinamizadores locais, participações individuais e colaboradores são expressivos 1.091 (mil e noventa e um), pessoas envolvidas fazendo acontecer a promoção das iniciativas e associativismo de desenvolvimento. É evidente que deve haver muito mais além das estatísticas. A presença das ADL enquanto associadas da Rede ANIMAR e outras organizações, são 859 (oitocentos e cinquenta e nove), ADL, Instituições Públicas e Privadas, participando e enriquecendo as assembleias e debates.

-São 818 (oitocentos e dezoito) Stands com mostras de produtos, oficinas, apresentando o que se faz nos locais, do que as ADL são capazes de construir como Desenvolvimento Local. As MANIFestas não são apenas feiras de produtos e assembleias e debates, são também manifestações culturais, por isso, foram presença 98 (noventa e oito), áreas culturais e desportivas diversificadas e 352 (trezentos e cinquenta e duas) actividades culturais e desportivas diversificadas realizadas nas MANIFestas. Os investimentos financeiros gerando economia e empregos somam €1.730.120,81 (um milhão, setecentos e trinta mil, cento e vinte euros e oitenta e um cêntimos), um investimento para deixar muitos questionamentos no silêncio. A participação de representações estrangeiras é 28 (vinte e oito), países que marcaram presença com suas organizações. A visibilidade das MANIFestas motiva a valorização da população, sendo 173.000 (cento e setenta e três mil) pessoas que visitaram as MANIFestas. Mesmo levando em conta que são cálculos aproximativos. E ainda, destaca-se 28 representações de outros países de quatro continentes: América do Sul, África, Ásia e Europa.

-Identifica-se como contributos da MANIFesta para promoção do empowerment em Portugal, como estratégia de Desenvolvimento Local nos processos de parcerias envolvendo pessoas, Autarquias e ADL; no contributo da visibilidade do Desenvolvimento Local no meio político, na comunicação social e no reforço da Rede; como estratégias de boas práticas de Desenvolvimento Local, na organização dos actores locais; como promoção do empowerment na condição de reforço de sua aceitação junto ao poder público, reforçando os laços de solidariedade entre ADL e pessoas.

-As perspectivas presentes e futuras apontadas no contexto das MANIFestas, indicam no presente, permitindo se conhecer os territórios e divulgá-los, conhecer as dinâmicas locais da cultura, dos produtos e do movimento associativo, no reforço de competências das ADL com as trocas de experiências e sendo espaços de alternativa; nos desafios futuros, verifica-se a necessidade de sustentabilidade da Rede e das ADL, continuar a busca de uma democracia participativa, de uma cidadania activa, incentivar os processos de formação continua.

-Nomeadamente o processo MANIFesta ganhou expressão com uma especial, Santarém, no arranque dos desafios se coloca de forma positiva por superar os desafios iniciais. As mais conseguidas: Serpa, Tondela e Tavira, como feiras, mostras e promoção do empowerment do Desenvolvimento Local em Portugal, influenciando as lógicas do desenvolvimento no seu tempo e contributo para aplicação desse projecto MANIFestas em outros contextos geográficos, mostrando que é possível de ser aplicada nos países lusófonos, nomeadamente no Brasil, talvez não com a mesma denominação, ou na dimensão geográfica continental do Brasil, mais é possível supostamente por regiões, por Estados, uma vez que os contextos de Brasil e Portugal se assemelham na geografia, cultura e experiências bem conseguidas de desenvolvimento. O Brasil é viável à aplicação desse processo, verificando-se que ainda é marcado fortemente pela ausência de um associativismo em rede ao nível da ANIMAR. Conclui-se que pelas discussões ao longo das abordagens teóricas e análise das entrevistas e outros dados, a MANIFesta é Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção do Empowerment em Portugal.

3.Recomendações.

Como recomendações, elas partem do contexto da investigação, fundamentadas na posição dos entrevistados, que poderão aprofundar e dar contributo no processo MANIFestas, num futuro próximo e qualificar a acção dos actores locais do Desenvolvimento Local em Portugal.

-A ANIMAR voltar a reencontrar o espírito inicial da participação da ANIMAR, das associações locais e das Autarquias, com mobilização dos cidadãos em geral, grupos de cidadãos mesmo que não sejam inseridos nas associações, que é uma maneira de alargar o movimento, de tornar menos dependente das organizações, uma mobilização de cidadãos que é importante, a partir da MANIFesta.

-Levar a organização da MANIFesta para outros países organizá-la na mesma lógica, o Brasil é o país que pode realizar, tem mais experiência para isto, tem projectos, tem iniciativas tem experiência, e portanto, realizar uma MANIFesta no Brasil é uma boa sugestão, e poderia ser um princípio de uma MANIFesta dos vários países lusófonos.

-Encontrar outra proposta para o Desenvolvimento Local independentemente das MANIFestas, reforçar os contactos internacionais e criar redes permanentes de contactos internacionais, que é muito importante ter uma boa rede de contactos com experiência do Brasil, com as experiências de Cabo Verde, de Guiné Bissau. São experiências que estão mais avançadas nesse ponto de vista, portanto, um reforço da organização internacional.

-As organizações de Desenvolvimento Local, reforçar sua reflexão e seu papel em termos de Desenvolvimento Local, reforçar e reconsiderar e rever aquilo que podem ir mais longe, fazer mais ainda do que fazem, assim, podem desenvolver mais, aprofundar mais o seu papel.

-Serem organizações com capacidade profissional e remunerada, tendo que ter nos seus quadros pessoas militantes, voluntárias, que integrem dentro de si essa causa do Desenvolvimento Local e essa perspectiva do desenvolvimento, deste modelo de

desenvolvimento participado, integrado, de baixo para cima, em conjugação com os movimentos de cima para baixo.

-As pessoas que fazem o Desenvolvimento Local, fugirem sempre da rotina e da burocratização, que é um vício que pode pegar em qualquer pessoa. Entrarem numa rotina e irem perdendo a capacidade de organização e começa a ficar conservador, sem alma, sem energia.

-Cooperação e interacção com o outro, não há cooperação possível, e interacção possível sem nós nos desprendermos daquilo que somos e do nosso convencimento de que temos só que dar sabedoria, que nossa experiência é melhor.

“A Largada”

*Foram então as velas enfunadas,
Por um sopro viril de reacção,
Às palavras cansadas,
Que se ouviram no cais da ilusão.*

*Foram então as horas no convés,
Do grande sonho que mandava ser,
Cada homem firme tão firme no seus pés,
Que a nau tremesse sem ninguém tremer.*

(Miguel Torga)

Nestes versos, minha homenagem, que eu vejo no rosto, a audácia, a persistência atrevida, audaciosa, utópica, de minha dedicada e atenciosa orientadora Prof^a.Dr^a. Saudade Baltazar, de meu amigo Roque Amaro. De António Barata, Anabela Martins, Célia Lavado, D. Machado, José Portela, J.C. Albino, José Brás, Luís Moreno, Rogério Silva e tantos outros que enfunaram as velas da ANIMAR num sopro de viril reacção contra tantas, políticas palavras cansadas, na utópica ilusão, superando adversidades aqui, ali, de tantas horas no convés da Nau MANIFestas, do grande sonho que mandava ser, de construir o Desenvolvimento Local nos mares de Santarém, Tondela, Amarante, Tavira, Serpa, Trancoso, sem ninguém tremer. E quiçá, aportará noutras terras lusófonas. É com justa razão ...”Que a história inteira dos portugueses as revela um povo com uma capacidade única de perpetuar-se noutros povos”. (Gilberto Freyre)

BIBLIOGRAFIA:

A – CITADA NO CORPO DO TEXTO.

ANDRADE, Marina Marconi, LAKATOS, Eva Maria (1992). **Metodologia do Trabalho Científico**, 2^a.ed., São Paulo: Atlas.

_____ (2003). **Fundamentos de Metodologia Científica**, 7^aed., São Paulo: Atlas.

AMARO, Rogério Roque (1999). “Desafios e Interrogações que a Evolução das Sociedades Contemporâneas Coloca à Acção Social: para uma Acção do Princípio do Novo Século”, in AA. VV., (1999). **A Acção Social em Debate**, Lisboa: DGAS-Sociedade gráfica Teles da Silva Ltda.

_____ (2001). “O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento” in ALBINO, J. Carlos, et. al, (2001). **Desenvolver (Des)envolvendo**, Messejana: Edição ESDIME.

_____ (2004).”A Animar nos Caminhos e Desafios do Desenvolvimento Local em Portugal” in ALBINO, José Carlos (2004). **Contributos para a História do Desenvolvimento Local em Portugal**, Vialonga: Edição Animar.

_____ (2005). **Desenvolvimento Comunitário**, Lisboa: (Apontamento da Disciplina, texto policopiado)

_____ (2006). **Gestão de Recursos Humanos na Sociedade do Conhecimento**, Lisboa: ISCTE. (Apontamento da Disciplina, texto policopiado)

ARRUDA, Marcos, BOFF, Leonardo (2002). **Globalização Desafios Económicos, Éticos e Educativos Uma visão a partir do Sul**, 3^a.ed., Petrópolis: Vozes.

ALBINO, José Carlos (2004). **Contributos para a História do Desenvolvimento Local em Portugal**, Vialonga: Edição Animar.

ANIMAR, (2005). **MANIFesta O Que é?** Vialonga, animar@animar-dl.pt

AMADO, Joaquim (2005). “**Informação**”, in Jornal TERRAS do CANTE, Alcáçovas: Ano XI – 2ª Série – Nº. 79 – Abril – 2005, p-4.

BIDDLE, William; et al. (1967). **Desenvolvimento da Comunidade: a redescoberta da iniciativa local**, Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora.

BOUBAKEUR, Dalil (2003). “Religião e Globalização”, in AA.VV., (2003). **Globalização, Ciência, Cultura e Religiões**, Lisboa: Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, p.75-85.

BARDIN, Laurence (2004). **Análise de Conteúdo**, 3ª.Ed., Lisboa: Edições 70.

BRANCO, Manuel Couret Pereira, (1999-2000). **O Homem Económico contra a Economia Humana: Ensaio sobre Fundamentos não Utilitaristas para uma Nova Economia**. Lisboa: Episteme, ano II, nº.3,4, Setembro de 1999, Fevereiro de 2000, 2ª. Série, pp.179-201.

BURGESS, Robert G, (2001). **A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução**, Oeiras: Celta Editores Ld.^a

CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINOAMERICANA – CELAM / **Documento de Medelim** (1968). São Paulo: edições Paulinas.

CCDR do Alentejo. (2005). **Programa Operacional Regional do Alentejo**, Évora: Carlito-Centro Técnico de Artes Gráficas, Lda.

CCDR do Alentejo. (1994). **Programa Operacional Regional do Alentejo**, Évora: Diagonal, Publicações e Desenhos Gráficos, Lda.

CUNHA, Mafalda Soares da, FONSECA, Teresa. (2005). **Os Municípios no Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais**. Lisboa: Edições Colibri.

CRAVEIRO, João Lutas, et. al., (2005). **Laboratório Nacional de Engenharia Civil Práticas, Recursos e Processos de Empowerment**, Lisboa: EQUAL, (policopiado).

CORTESÃO, Luiza, STOER, Stephen R. (2005). “Cartografando a Transnacionalização do Campo Educativo: O Caso Português.” in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2005). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 3ª ed, Porto: Edições Aforamento.

DOLLFUS, Olivier. (1.999). **Mundialização, Portugal: Europa-América LDA**.

ESTEVES, Vítor (2001). “Apresentação de Conclusão Final”, in ALBINO, J. Carlos, et. al., (2001). **Desenvolver (Des)envolvendo**. Messejana: Edição ESDIME.

FIGUEIRA, José Maria Rodrigues. (2003), **Nas Encruzilhadas da “Parceria/Partenariado” um caminhar para o desenvolvimento sustentável - O caso de Vendas Novas**. (tese de mestrado) Évora: Universidade de Évora.

GIDDENS, Anthony (2000), **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença.

GONÇALVES, Maria Eduarda (2005). “Europeização e Direitos dos Cidadãos”. in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2005). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 3ª. Ed., Porto: Edições Aforamentos.

JACINTO, Rui (1993). **As Regiões Portuguesas, A Política Regional e a Reestruturação do Território**. Cadernos de Geografia nº. 12, 1993. Coimbra: F.L.U.C.

LEITE, António Nogueira (2001). "Introdução", in AA.VV., (2001). **Globalização, Desenvolvimento e Equidade**. Lisboa: Gulbenkian e Publicações Dom Quixote.

LOPES, António Simões (2001). **Desenvolvimento Regional Problemas, Teorias, Modelos**.5ª.ed., Lisboa: Gulbenkian.

_____ (2006). "**Encruzilhadas do Desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias**". in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº.75, Outubro de 2006. Coimbra: CES. P.41-61.

LANDES, DAVID S. (2003). "Globalização, uma História Antiga e Nova". in AA.VV., (2003). **Globalização, Ciência, Cultura e Religiões**. Lisboa: Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, p.133-146.

LESSARD-HÉRBERT, Michelle, et al (2005). **Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas**. 2ª.Ed., Lisboa: Instituto Piaget.

MATTOSO, José. et. al, (2001). **Os Primeiros Reis: História de Portugal**, 3ª Ed., Lisboa: Caminhos, vol. I

MELO, Alexandre (2002). **O Que é Globalização Cultural**, 1ª.ed., Lisboa: Quimera.

MORENO, Luís Manuel Costa (2002). **Desenvolvimento Local em meio Rural Caminhos e Caminhantes**, (Tese de Doutoramento) Lisboa: Praxis XXI.

_____ (Coord.) (2003). **Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local 2003**, Vialonga: ANIMAR.

MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (2003). **História Económica de Portugal: uma perspectiva global**. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença.

MATEUS, Augusto & Associados. (2005). **Plano Regional de Inovação do Alentejo**. Évora: Facsimile, Offset e Publicidade, Lda.

NEVES, Arminda (2006). “Reforma da Administração Pública Portuguesa: de Que Falamos”?, AA.VV., (2006). **Gestão-Um Novo Patamar para a Transformação Social**, Revista Economia e Sociologia, nº. 81, Évora: GSIA/ISESE, p. 99-130.

OBE, Albert H. Friedlander (2003). “A Angústia da Fé Religiosa numa Era de Globalização”, in AA.VV., (2003). **Globalização, Ciência, Cultura e Religiões**. Lisboa: Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, p.27-36.

PERROUX, François (1964). **L'Économie du XXeme Siècle**. Paris: Presses Universitaires de France.

PEDROSO, Paulo (1998). **Formação e Desenvolvimento Rural**. Oeiras: Celta

POLICARPO, José (2003). “Globalização e Religiões”, in AA.VV., (2003). **Globalização, Ciência, Cultura e Religiões**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p.23-27.

PORTELA, J. Gandra (2004). “Evo-canção da Animar”, in ALBINO, J. Carlos (2004). **Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal**, Vialonga: ANIMAR

QUIVY, Raymond, CHAMPENHOUDT, Luc Van (2005). **Manual de Investigação em Ciências Sociais: Trajectos**, 4ª.Ed, Lisboa: Gradiva.

REIS, José (1996). **13 Teses sobre Desenvolvimento Local**. In *Jornal do Fundão*, nº. 2622.

ROBERTSON, Roland. (2000). **Globalização: Teoria Social e Cultura Geral**, Petrópolis: Vozes.

RUIVO, Fernando (2000). **Poder Local e Exclusão Social – Dois Estudos de Caso de Organização Local da Luta Contra a Pobreza**, Coimbra: Quarteto Editora.

RAMOS, Francisco Martins (2001). “Relato-Síntese do Debate”, in ALBINO, J. Carlos, et. al, (2001). **Desenvolver (Des)envolvendo**, Messejana: Edição ESDIME.

RIBEIRO, António Sousa (2005). “A Retórica dos Limites. Notas sobre o Conceito de Fronteiras”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2005). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 3ª ed., Porto: Edições Aforamento.

ROVER, Óscar José, HENRIQUES, Maria Adosinda (2006). “A Gestão Democrática em Debate: O Programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local”, in Revista Crítica de Ciências Sociais, 75, Outubro 2006, Coimbra: CES, P. 117-137.

SANTOS, Marcos Olímpio Gomes dos (1997). **Alentejo 2010: O Cenário Mais Provável**, (Tese de Doutoramento), Universidade de Évora.

SERAFIM, Maria do Rosário. (1999). **Outras Mediações Estado/Sociedade - as Parcerias no Programa LEADER**. Coleção Estudos e Análises. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural.

SILVA, Augusto da (2000). “Sociologia sem Adjectivos Última Lição”. in RAMOS, Francisco Martins et.al. (coord.) (2000). **Homenagem ao Professor Augusto da Silva**, Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, p.3-19.

SANTOS, Wanda (2004). **O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos Anos 60 a 80 e Imigração dos Anos 90 à Actualidade**, Lisboa: Acime.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2005). “Os Processos da Globalização”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2005). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 3ª ed, Porto: Edições Aforamento.

SILVA, Francisco Ribeiro da. (2005). “Historiografia dos Municípios Portugueses Séculos XVI e XVII”, in CUNHA, Mafalda Soares da e FONSECA, Teresa (ed.), (2005). **Os Municípios no Portugal Moderno dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais**, Lisboa: CIDEHUS-EU, p.9-28.

STEGER, Manfred B. (2006). **A Globalização: Compreender, Famacção: Quasi Edições**.

TRIPODI, Tony, et. al. (1975). **Análise da Pesquisa Social**, Livraria Francisco Alves Editora, S.A.

WATERS, Malcolm. (1999). **Globalização**, Oeiras: Celta Editora.

B – CONSULTADA.

ARNS, Paulo Evaristo, WRITTH, Pastor (1986). **Brasil Nunca Mais**, Petrópolis: Vozes

BELL, Judith (2004). **Como Realizar um Projecto de Investigação**, Lisboa: Gradiva.

GIDDENS, Anthony (1994). **Modernidade e Identidade Pessoal**, Oeiras: Celta Editora.

Longman Dictionary of Contemporary English New Edition (1998). Bungay - England: Paperback Edition.

LOPES, Albino. (2005). **Gestão de Recursos Humanos versus Gestão de Pessoas: a arte do equilíbrio entre a iniciativa e a cooperação nas organizações**. Lisboa: ISCTE. (policopiado)

MOREIRA, Carlos Diogo (1994). **Planeamento e Estratégias da Investigação Social**, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MARTIN, Hans - Peter, SCHUMANN, Harald (1999). **A Armadilha da Globalização: O Assalto à Democracia e ao Bem – Estar Social**, Lisboa: Terramar.

NETO, Pereira João. (2003) **Melhor Gestão para uma Melhor Administração**, Lisboa: Etigrafe, Ltda.

SCHMIDT, Luísa, et. al. (2005). **Autarquias e Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais**, 1ª. Ed, Porto: Fronteira do Caos.

C - OUTROS DOCUMENTOS.

DOCUMENTO TESTEMUNHO MANIFesta Conversas Inacabadas Constatações e Recomendações (1995). ANIMAR.

DECLARAÇÃO DE TONDELA II Assembleia do Desenvolvimento Local -1996 (2005). Vialonga: ANIMAR.

DECLARAÇÃO DE AMARANTE Desenvolvimento local: Uma Oportunidade de Futuro! -1998 (2005). Vialonga: ANIMAR.

DECLARAÇÃO DE TAVIRA O Desafio de Um Portugal de Futuro – 2001 (2005). Vialonga: ANIMAR.

DECLARAÇÃO DE SERPA Com o Desenvolvimento Local Superar a Crise e Construir o Futuro – 2003 (2005). Vialonga: ANIMAR.

DECLARAÇÃO DE TRANCOSO Participar para Desenvolver contra a Exclusão – 2005 (2005). Vialonga: ANIMAR.

OLIVEIRA, Macário (2001). **Tavira Capital do Desenvolvimento Local**, Jornal O Público, nº. 4054, edição 25 Abril 2001, encarte MANIFesta, p. 10.

POSTO DE TURISMO DE TRANCOSO (2005). Autarquia de Trancoso.

PROGRAMA MANIFesta (1994). Santarém: ANIMAR.

PROGRAMA MANIFesta (1996). Tondela: ACERT.

PROGRAMA MANIFesta (1998). Amarante: ADESCO.

PROGRAMA MANIFesta (2001). Tavira: IN LOCO

PROGRAMA MANIFesta (2003). Serpa: ROTA DO GUADIANA.

PROGRAMA MANIFesta (2005). Trancoso: RAIÁ HISTÓRICA.

RELATÓRIO MANIFesta – 1998 (1998). Amarante: ANIMAR.

RELATÓRIO MANIFesta – 2001 (2001). Tavira: IN LOCO.

RELATÓRIO MANIFesta -2003 (2003). Serpa: ROTA DO GUADIANA.

RELATÓRIO MANIFESTA – 2005 (2005). Trancoso: RAIÁ HISTÓRICA.

RAIA HISTÓRICA (2005). **MANIFESTA de Trancoso:** Motivo de Orgulho, *Jornal Voz e Voz*, Ano XII, nº. 86, Julho/Agosto – 2005, P.3.

ANEXOS

ANEXOS - I

ESTATUTO DA ANIMAR

CAPÍTULO I

Artigo 1º

Denominação, Duração e Sede da Associação

É constituída a associação privada sem fins lucrativos “ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local”, por tempo indeterminado, com início nesta data e sede na Rua do Engenho, N.º.10, freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel, Distrito de Beja, que poderá ser transferida para outro local por deliberação da Assembleia Geral.

Por deliberação da Direcção poderão ser abertas delegações ou outras formas de representação da associação no país ou no estrangeiro.

Artigo 2º

Objectivo Geral

A associação tem por objectivo geral a promoção da igualdade de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida das populações do todo nacional dinamizando a congregação de esforços e apoios à actuação em rede das acções de instituições, grupos e indivíduos em prol do desenvolvimento local.

Este objectivo exige uma actuação predominante de apoio às organizações dos territórios predominantemente rurais, que promovam o desenvolvimento rural e uma intervenção especializada e forte junto das iniciativas que actuam nas comunidades urbanas e sub-urbanas com fortes factores de exclusão social.

Artigo 3º

Objectivos Específicos

Para a realização do seu objectivo geral a associação propõe-se, entre outros, os seguintes objectivos específicos:

- a) Promover acções de carácter geral, bem como acções específicas quer para o desenvolvimento local em meio rural, quer em meio urbano.
- b) Representar e defender as propostas dos associados em geral e das organizações de desenvolvimento local em especial.
- c) Contribuir para a criação, reforço ou adequação de programas específicos para as zonas carenciadas, visando a melhor redistribuição de recursos a favor da população

que aí reside designadamente daqueles que se achem em situações de evidente desigualdade de oportunidades.

- d) Identificar e difundir iniciativas de desenvolvimento local em meio urbano e/ou rural.
- e) Estimular e patrocinar a troca de informações, experiências e formas de actuação em rede entre agentes de desenvolvimento local actuando em meio rural e urbano.
- f) Promover directa e indirectamente a investigação e o ensaio de ideias relativas ao desenvolvimento local.
- g) Promover directa ou indirectamente a avaliação de iniciativas de desenvolvimento local.
- h) Prestar apoio informativo, técnico e financeiro a iniciativas, agências e redes de desenvolvimento local.
- i) Divulgar as potencialidades do meio rural valorizando a sua diversidade e qualidade.
- j) Contribuir activamente para a formulação e consolidação de políticas nacionais e comunitárias no âmbito do desenvolvimento local em meio urbano e meio rural.

Artigo 4º

Áreas de actuação

Para a prossecução dos seus objectivos, a associação actuará através de intervenções em rede e de forma descentralizada, desenvolvendo nomeadamente, as seguintes acções:

- a) Examinar e comunicar aos órgãos nacionais e comunitários e aos agentes de desenvolvimento local as implicações que afectem as suas áreas de intervenção;
- b) Promover, realizar e participar em conferências, seminários, colóquios, debates e outras actividades;
- c) Organizar, elaborar e editar informação, documentação e publicações;
- d) Promover acções de formação e apoio a candidatura e a projectos e/ou programas relevantes para o fim que persegue.
- e) Promover a criação de plataformas e/ou Grupos de Trabalho que funcionando com grande autonomia, respondam a necessidades de intervenções temáticas e/ou programáticas.

Artigo 5º

Filiação e acordos com outras instituições

1. Mediante deliberação da Direcção, a associação pode filiar-se em instituições nacionais ou internacionais com fim e objectivos similares.

2. A Direcção poderá estabelecer acordos de cooperação com instituições nacionais ou internacionais.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Secção I

Dos Associados em geral

Artigo 6º

Associados

1. Podem ser associados pessoas singulares ou colectivas directamente interessadas no fim e objectivos da associação.

2. Haverá associados ordinários e associados honorários.

Artigo 7º

Associados singulares

Os associados singulares serão pessoas que demonstrem, mediante curriculum que deverão apresentar, especial ligação a questões de desenvolvimento local, nomeadamente através de empenhamento activo na dinamização de acções e/ou no envolvimento em actividades de investigação.

Artigo 8º

Associados pessoas colectivas

Os associados pessoas colectivas serão entidades de direito privado, entidades não governamentais, com implantação local, prosseguindo fins conexos com o da associação.

Artigo 9º

Associados honorários

1. A Assembleia Geral, mediante proposta da direcção ou de um quinto dos associados em pleno gozo dos seus direitos, poderá atribuir a qualidade de associado honorário a pessoas singulares ou colectivas cuja acção venha sendo relevante no âmbito dos objectivos da associação.

2. Os associados honorários não estão sujeitos aos deveres nem usufruem dos direitos dos associados ordinários. Poderão, no entanto, a qualquer momento, solicitar a sua passagem a esta categoria, seguindo-se os procedimentos previstos para a admissão desta categoria de associados.

Artigo 10º

Direitos dos associados

1. São direitos dos associados ordinários:
 - a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral.
 - b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais.
 - c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária nos termos do nº.3 do artigo 20º.
 - d) Examinar os livros, relatórios, correspondência e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com antecedência mínima de trinta dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo.
 - e) Gozar de todas as regalias e benefícios que a associação proporcione aos seus associados, e participar em geral em todas as actividades associativas.
 - f) Apresentar por escrito propostas e sugestões à Direcção.
 - g) Propor a admissão de associados, nos termos do artigo 12º.
2. Aos associados pessoas colectivas cabe um direito especial de voto valendo a expressão do mesmo por três votos.

Artigo 11º

Deveres dos associados

São deveres dos associados ordinários:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentares e as deliberações dos corpos gerentes;

- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficácia os cargos para que foram eleitos e as funções que livremente aceitem dentro dos órgãos ou serviços da associação.

Secção II

Da Admissão, Suspensão e Exclusão de Associados

Artigo 12º

Admissão

1. Todos os que se proponham ser associados ordinários farão o seu pedido, nos termos dos artigos 9º. e 10º., por escrito, à Direcção, que decidirá mediante proposta firmada pelo candidato e por dois associados.

2. Se alguma proposta for rejeitada pela Direcção o candidato poderá apresentá-la à Assembleia Geral, que decidirá em última instância.

Artigo 13º

Suspensão dos associados

1. Por deliberação da Direcção poderá ser suspenso de todos ou de alguns dos seus direitos o sócio que ficar sujeito a processo disciplinar com vista à sua exclusão enquanto aquele durar.

2. Da decisão da Direcção cabe recurso para a Assembleia Geral.

Artigo 14º

Exclusão dos associados

1. Perdem a qualidade de associados ordinários ou honorários, deixando de usufruir dos benefícios inerentes, os associados que:

- a) Renunciarem à sua qualidade de associado;
- b) Se atrasarem por período superior a três meses no pagamento das suas quotas se, após aviso por escrito do tesoureiro, não regularizarem o débito no mês seguinte.
- c) Que infringirem gravemente os deveres estatutários.

2. A exclusão com fundamento na alínea c) do número anterior será precedida de processo disciplinar nos termos do Regulamento Interno.

CAPITULO III

Dos Órgãos Sociais

Secção I
Tipos de Órgãos Sociais

Artigo 15º
Órgãos da Associação

1. São órgãos eleitos da associação:
 - a) A Assembleia Geral;
 - b) A Direcção;
 - c) O Conselho Fiscal.
2. Existirá um órgão não eleito, nomeado pela Direcção e designado de Conselho Consultivo.

Secção II
Da Assembleia Geral

Artigo 16º
Composição

A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e é constituída por todos os associados ordinários no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 17º
Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e dois Secretários, eleitos por um período de três anos.

Artigo 18º
Competências da Assembleia Geral

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos órgãos, nomeadamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;
- b) Eleger, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa e os membros da Direcção e do Conselho Fiscal;

- c) Destituir os membros da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal que incorram nalguma das situações previstas no artigo 14º. al. c);
- d) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de actividades para o exercício seguinte, a apresentar pela Direcção;
- e) Apreciar e votar o relatório e contas da gerência apresentado pela Direcção, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- f) O Regulamento Interno da Associação;
- g) Deliberar sobre a aquisição onerosa e alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artísticos;
- h) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos e dos Regulamentos Internos e sobre a extinção, fusão ou cisão da Associação bem como dos destinos do seu património;
- i) Autorizar a Associação a demandar sobre os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;
- j) Deliberar em última instância sobre as propostas de candidatos a associados rejeitadas pela Direcção;
- k) Deliberar sobre a exclusão dos associados;
- l) Atribuir a qualidade de associado honorário nos termos do artigo 9º.;
- m) Deliberar sobre a mudança da sede.

Artigo 19º

Competência da Mesa da Assembleia Geral

1. Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da assembleia, representá-la e designadamente decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais.

2. Compete em especial ao Presidente da Mesa:

- a) Convocar e presidir às Assembleias Gerais;
- b) O voto de qualidade quando tal se torne necessário;
- c) Conferir posse aos membros dos órgãos sociais eleitos.

3. Compete aos secretários todo o expediente relativo à Assembleia Geral e ainda substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos

Artigo 20º

Sessões

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente
 - a) Até 31 de Março de cada ano para exercer as atribuições da alínea d) e e) do artigo 18º. dos Estatutos;
 - b) Trienalmente, para eleger os órgãos sociais
3. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente sempre que a Direcção ou o Conselho Fiscal o entendam necessário e ainda a requerimento de pelo menos vinte por cento dos associados ordinários no pleno gozo dos seus direitos;-
4. Neste último caso pelo menos oitenta por cento dos associados que requereram a sessão deverão estar presentes, sob pena de esta não se poder realizar.

Artigo 21º

Convocatórias

As convocatórias para as Assembleias Gerais serão feitas mediante carta - convocatória enviada aos associados com a antecedência mínima de dez dias, dela constando o dia, hora e local da reunião e respectiva ordem de trabalhos.

Artigo 22º

Funcionamento

Salvo o disposto no nº.4 do artigo 20º., a Assembleia Geral reunirá à hora indicada na convocatória, estando presentes ou representados mais de metade dos associados com direito a voto, ou meia hora mais tarde com qualquer número de associados presentes.

Artigo 23º

Votações

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes salvo quando haja três ou mais propostas funcionando aí a regra da maioria simples.
2. Nos casos da alínea c), i), j), l) e m) do artigo 18º. a votação deverá ser por escrutínio secreto, sendo necessário o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos associados presentes.
3. As deliberações sobre a dissolução da Associação exigem voto favorável de, pelo menos, três quartos dos associados.

4. As deliberações sobre alterações dos presentes estatutos exigem o voto favorável de três quartos dos associados presentes.

5. É permitido o voto via postal sendo necessário o envio do mesmo em correio registado com aviso de recepção sempre que se trate de eleição de órgãos sociais.

6. Para o efeito de toda e qualquer votação o voto dos associados pessoas colectivas contará por três.

7. É permitido o voto por delegação mas cada sócio só poderá representar no máximo dois associados.

Secção III Da Direcção

Artigo 24º Composição

1. A Direcção é constituída por nove membros efectivos e três membros suplentes.

2. A Direcção Efectiva é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Tesoureiro, um Secretário e quatro Vogais.

3. O conjunto dos membros efectivos e suplentes será sempre composto maioritariamente por representantes de associados colectivos.

Artigo 25º Competência da Direcção

1. Compete à Direcção a gestão administrativa e financeira da associação bem como a coordenação de toda a actividade de acordo com o programa aprovado pela Assembleia Geral.

2. Compete ainda à Direcção:

- a) Admitir novos associados.
- b) Filiar a associação em instituições nacionais ou internacionais com fins e objectivos similares se tal se mostrar compatível com os interesses da Animar.
- c) Deliberar sobre o estabelecimento de acordos de cooperação e protocolos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.
- d) Proceder à nomeação dos membros do Conselho Consultivo, sujeitando-a à ratificação da Assembleia Geral.

- e) Representar a associação em juízo e fora dele para todos os efeitos legais e estatutários.
- f) Abrir delegações ou outras formas de representação em qualquer ponto do país ou no estrangeiro.

Artigo 26º

Forma de obrigar a Associação

Para obrigar a associação são necessárias as assinaturas de dois membros da Direcção sendo uma delas necessariamente a do Presidente, a de um dos Vice-Presidentes ou a do Tesoureiro em alternativa.

Artigo 27º

Funcionamento da Direcção

1. A Direcção reunirá com a presença da maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria simples, tendo o Presidente voto de qualidade.

2. Sempre que faltar quorum nos termos do número anterior poderão os membros suplentes completar o elenco directivo para esse efeito para a reunião em que tal acontecer e com direito a voto.

3. Fora dos casos previstos no número anterior os membros suplentes não terão direito a voto mas poderão assistir às reuniões.

Artigo 28º

Delegação de Competência

A Direcção poderá delegar por tempo determinado, em qualquer dos seus membros, a sua representação e o exercício de algumas atribuições, bem como nomear mandatários.

Secção IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 29º

Composição

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um Presidente e os outros dois vogais, eleitos por um período de três anos.

Artigo 30º

Competências

1. Compete ao Conselho Fiscal acompanhar e fiscalizar a actividade da Direcção em Geral e nomeadamente a gestão financeira da Associação.
2. Dar parecer para os efeitos da alínea e) do artigo 18º.
3. Solicitar a convocatória da Assembleia Geral sempre que o entender conveniente.

Artigo 31º

Reuniões

O Conselho Fiscal, reunirá pelo menos, uma vez por ano, com a maioria dos seus membros, sendo as suas deliberações tomadas por maioria simples, tendo o Presidente voto de qualidade.

Secção V

Do Conselho Consultivo

Artigo 32º

Composição

1. Junto da Direcção funcionará um Conselho Consultivo composto por, no máximo, doze pessoas de reconhecida competência em áreas da acção/investigação conexas ao fim e objectivos da Associação.
2. Os membros do Conselho Consultivo serão obrigatoriamente associados ordinários ou honorários da Associação.

Artigo 33º

Atribuições

1. O Conselho Consultivo deverá ser ouvido pela Direcção relativamente a assuntos que excedam a gestão corrente e nomeadamente no que se refere à preparação do plano de actividades e à avaliação de resultados a integrar no relatório anual de actividades.
2. No âmbito das suas atribuições poderá emitir pareceres e recomendações por iniciativa própria ou a pedido de qualquer outro órgão social.

CAPÍTULO IV

Das Receitas

Artigo 34º

Tipos de receita

Constituem receitas da Associação:

- a) A jóia a pagar pelos associados;
- b) A quotização a pagar pelos associados;
- c) As receitas provenientes de iniciativas enquadradas no âmbito estatutário;
- d) As subvenções, donativos e subsídios e outras contribuições que lhe sejam concedidos, desde que aceites por deliberação da Direcção.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 35º

Preenchimento de lacunas

Os casos omissos nestes Estatutos serão resolvidos de acordo com os princípios gerais nele contido, com as regras contidas nos regulamentos internos devidamente aprovados e com as normas legais aplicáveis.

Artigo 36º

Dissolução

Em caso de dissolução da Associação, nos termos dos artigos 18º. al. h) e 23º. n.º.3, os bens da Associação deverão ser entregues a uma associação existente no país que prossiga fim e objectivos conexos com os da Associação ou, na sua falta, a uma outra associação, conforme, em qualquer caso, deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 37º

Norma Revogatória

Fica revogado o anterior Estatuto.

Artigo 38º

Entrada em vigor

Os presentes Estatutos entram em vigor à data da publicação no Diário da República do extracto da escritura pública da sua alteração.

Artigo 39º

Norma transitória

Sem prejuízo das normas contidas nos presentes Estatutos a composição da Direcção actual mantém-se até cessar funções.

ANEXO - II
GUIÃO DA ENTREVISTA



**DECLARAÇÃO
PEDIDO DE COLABORAÇÃO**

Para os devidos efeitos se declara que **Mariano Alves de Brito** frequenta o XI Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade de Évora, vertente Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, e encontra-se a elaborar a tese de mestrado com o título “Manifesta – Feira do Desenvolvimento Local: Mostra e Promoção de Empowerment”, cuja relevância social e académica se sublinha.

Solicita-se e agradece-se todo o apoio que lhe possa ser prestado no processo de recolha de informação.

Universidade de Évora, 27 de Abril de 2007

A Orientadora da Dissertação



Maria da Saudade Baltazar

Prof^a Auxiliar do Departamento de Sociologia
Universidade de Évora

**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA – RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

ORIENTADORA: Prof.ª. Dr.ª. Saudade Baltazar.

MESTRANDO: Mariano Alves de Brito.

ENTREVISTA ESTRUTURADA SEMI-DIRECTIVA.

01. Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?

02. Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do Desenvolvimento Local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?

03. Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?

04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do Desenvolvimento Local em Portugal?

05. Na sua opinião a “MANIFesta” como feira e mostra de iniciativas de Desenvolvimento Local, apresenta características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de Desenvolvimento Local?

06. Quais os contributos da “MANIFesta” para a divulgação e visibilidade do Desenvolvimento Local em Portugal?

07. Considera que as MANIFestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas praticas de Desenvolvimento Local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de Desenvolvimento Local?

08. Na sua opinião, a MANIFesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?

09. Quais os impactos presentes e futuros da MANIFesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?

10. Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de Desenvolvimento Local participado?

11. Na sua opinião a MANIFesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL’s / ou OIDL’s?

12. Quais os principais contratempos / dificuldades que se lhe colocaram na organização da MANIFesta? Como foram superados?

13. A partir da perspectiva da internacionalização da MANIFesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?

14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?

15. Qual o sentido da mensagem do logótipo das MANIFestas?

16. Quais os custos das MANIFestas?

ANEXO III

GRELHA DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA – 01.

PERGUNTA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXERTO DA ENTREVISTA
01. Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a) Motivos: criação da Animar	<p>*Contexto europeu de redes sociais.</p> <p>*Dinâmicas ligadas ao associativismo.</p> <p>*Troca sistemática de experiências.</p> <p>*Entreajuda e reforço de capacidades.</p>	<p>E-1. ... "haver uma tendência europeia de redes europeias de associações nomeadamente chamadas de rede TERN que era chamada de Trans European Rural Network, ou seja, uma rede transeuropeia de meio rural que fazia, tentava fazer a ponte entre várias experiências existente entre vários países e que chegou a Portugal e que nesse ponto de vista deu impulso a criação também de uma rede portuguesa que se pudesse inserir uma espécie de igual corrente europeia"...</p> <p>E-1. ... "esteve na origem da... do envolvimento de muita gente em Portugal, que era o facto de haver nesta altura várias pessoas que estavam ligadas a dinâmicas de associações e iniciativas de desenvolvimento local, e que se encontravam mesmo sem serem conhecidos, por terem problemas comuns e qual sentido e necessidade de trocarmos suas experiências, de se ajudarem, de incentivarem uns aos outros, de encontrarem soluções em conjunto"...</p> <p>E-1. ... "sentiram que se criassem uma rede entre si, e não apenas encontros episódicos que essa colaboração, essa troca de experiência poderia se tornar mais sistemática, e mais auxiliar, mais ajuda para todos, e portanto, qual é dessas circunstâncias de uma rede europeia que desafiou os portugueses a entrar."</p> <p>E-1. ... "Houve também esta necessidade destes portugueses que se dedicavam aos portugueses que estavam em Portugal ou também estrangeiro que estavam a trabalhar em Portugal, de se constituírem como rede para se submeterem, entre ajudarem, para trocarmos experiências, para reforçarem suas capacidades"...</p>
	b) Percurso evolutivo da Animar.	<p>*Construção da rede.</p> <p>*Ganhar importância institucional.</p> <p>*Construção logística</p>	<p>E-1. ... "num primeiro tempo, foi aquela fase de constituição da rede, dos nós da rede, até uma fase mais militante, uma fase mais até se quisermos mais utópica, mais de grandes princípios, dos princípios de nos encontrarmos, da vantagem de estarmos juntos, é uma fase em que prevalece... é mais importante o sentimento de construir a rede, essa é mais ou menos, que eu costumo dizer que é a fase da direcção do Zé Portela."</p> <p>E-1. ... "a Animar tenta ganhar importância institucional: Ser ouvida pelo governo, estar presente nos grandes momentos de discussão política, dos momentos de discussão das áreas de interesse para desenvolvimento local... e... nessa segunda fase, podemos dizer que a animar se torna uma força mais institucional, mais aceita, entra pró comité económico e social, é auscultada pelo governo a propósito das questões do desenvolvimento, nomeadamente é altura da revolução socialista, há uma aproximação do governo com o desenvolvimento local."</p> <p>E-1. ... "é uma fase mais dos projectos, construir uma estrutura logística, um secretariado mais forte, criar uma linha de financiamento para si e seus associados, é a fase mais operacional, mais de prestação de serviços, mais de projectos de intervenção, projectos complicados, é a fase mais recente, é a fase que corresponde sobretudo a essas últimas direcções"...</p>
02. Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?	Papel da Animar na promoção do D. L. como movimento associativo.	*Papel rede.	E-1. ... "estabelecer a ligação entre a rede e associações e seus associados com as associações de desenvolvimento local para que não sejam isoladas, para crescer... transmitam boas práticas entre si, para que sintam pertença ao movimento, é o que podemos chamar de efeito rede, criar uma rede, criar um colectivo, criar uma solidariedade entre todos, portanto, isto é importante para evitar o isolamento, para evitar a dispersão, para evitar é... se não quisermos a solidão dos processos do movimento.

		<p>*Económico – político.</p> <p>*Marketing para a sociedade.</p> <p>*Formação.</p> <p>*Sustentabilidade.</p> <p>*Rede para fora.</p>	<p>E-1. ...”pressão sobre o governo, de reivindicação de medidas, de reivindicação de apoio, e a Animar também fez esse papel, conforme disse ainda a pouco, ou seja, ela também serviu para as associações ganharem peso institucional, ganharem representação, terem apoios, haver medidas que as enquadrassem, isso também foi a Animar que desempenhou essa função económica e política.”</p> <p>E-1. ...”visibilidade, tornar visível os processos de desenvolvimento local, dar-vos a conhecer, é... aproximá-los da sociedade de onde estão para que saibam que aquele processo de desenvolvimento local significa, o quê que faz, portanto é a terceira função.”</p> <p>E-1. ...”criação de projectos de qualificação das entidades de economia de desenvolvimento local: qualificação, formação, empowerment. Portanto há aqui uma função importante que é a função de qualificação e formação.”</p> <p>E-1. ...”a Animar tem que ajudar as organizações de desenvolvimento local a serem sustentáveis, a ganharem autonomia, aprender a sobreviver, nisso a Animar tem que ter esse papel, não está muito mais tem que ter esse papel.”</p> <p>E-1. ...”contactos internacionais, julgo que são esses, igual a seis as funções principais da Animar para a sobrevivência do associativismo.”</p>
<p>03.Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento Glocal” e quais os desafios futuros?</p>	<p>a)Actuação da Animar no desenvolvimento glocal.</p>	<p>*Componente local.</p> <p>*Componente global.</p>	<p>E-1. ...”ajudar que as associações se centrem muito nos seus territórios, portanto de facto, sejam melhores associações de desenvolvimento local, levá-las a conhecer melhor seus territórios, levar a tentar desenvolver melhor as suas lógicas.”</p> <p>E-1. ...”a componente global, não tem sido muito realizada, porque implicaria melhor a presença da Animar nos encontros internacionais, nas redes internacionais, ou seja, a Animar está pouco internacionalizada, até tem feito alguma coisa, tem, mais a rede está pouco internacionalizada, para fazer cumprir melhor esse duplo papel de... reforçar o enraizamento das comunidades nos seus territórios, das associações nos seus territórios, e simultaneamente levá-las a estar presente nos grandes combates contra e lutas da globalização.”</p>
	<p>b)Desafios futuro.</p>	<p>*Conjugar o local e o global.</p>	<p>E-1. ...”reforçar mais a sua internacionalização, para que ajudasse as associações a estarem mais presentes nos movimentos globais, local sim, globalmente, mais portanto, acho que há aí um desafio que é preciso desenvolver.”</p>
<p>04.Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>Contributo para a formação e promoção do DL.</p>	<p>*Apoio às iniciativas dos cidadãos, de grupos formais e informais locais.</p> <p>*Fixa as pessoas nos territórios, criação de empregos, dinamiza as economias locais, valor à cultura local.</p> <p>*Luta contra a exclusão social, pobreza, defesa do ambiente.</p>	<p>E-1. ...”só há desenvolvimento local em Portugal, porque há essas organizações e associações, ou seja, são elas que têm dado corpo às iniciativas dos cidadãos, ou as iniciativas de grupos formais ou informais locais”...</p> <p>E-1. ...”elas que tem contribuído para que em alguns territórios as pessoas se mantenham em seus territórios, são elas que têm contribuído para criação de emprego local, são elas que têm contribuído para a dinamização de economias locais, formas de economias locais, são elas que tem contribuído muitas vezes para a valorização da cultura local, também e perdas, são elas que nalguns casos tem contribuído na luta contra a exclusão social e a pobreza nesses territórios marginalizadas.”</p> <p>E-1. ...”são elas que nalguns casos tem contribuído na luta contra a exclusão social e a pobreza nesses territórios marginalizados, são elas que muitas vezes tem contribuído para defender o ambiente e aqui neste ponto de vista, e aqui estamos a falar das várias competências de que é o desenvolvimento local, da vertente social, da vertente económica, da competente, do empowerment, das populações, da vertente ambiental, da</p>

			cultural, portanto não tenha nenhuma dúvida que associações de desenvolvimento local, tem sido decisivas nesse desenvolvimento local em Portugal.”
05. Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de desenvolvimento local?	*Parceria e participação como estratégia de DL.	*Envolvimento local de parceiros, pessoas, Autarquias, organizações. *MANIFestas como destaque, estratégia.	E-1. “É verdade que as MANIFestas pressupõem uma parceria com instituições locais, como é que se pode organizar, elas têm que mobilizar a autarquia local por causa do apoio logístico, do envolvimento de pessoas responsáveis, elas tem que mobilizar também...é... outras organizações locais, outros parceiros locais, organizações culturais, de iniciativas...etc. Eles mobilizam para isso, além dessa mobilização de parceiros, mobilizar a participação das comunidades locais, da população. Isso tem acontecido, mais ou menos, nem todas.” E-1. ...”Tavira e Tondela por exemplo, foram das mais e Serpa, estas três, por exemplo, foram daquelas onde houve maior envolvimento, maior mobilização da população, e das associações locais do que outras, é desse ponto de vista talvez Amarante e Trancoso tenha sido as menos conseguidas. Tavira, Serpa e Tondela as mais conseguidas. Eu deixo Santarém um pouco a parte porque foi a primeira, então fica um pouquinho de fora dessa lógica, foi uma iniciativa mais de organização das associações, embora tivesse contribuições importantes das associações, mais Santarém é um pouco um caso à parte, é um modelo mais original, mais espontâneo, a animar ainda não estava presente na organização da manifesta de Santarém, foi muito dos cidadãos, os cidadãos tiveram que fazer tudo.”
06. Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributo para a visibilidade do DL.	*Visibilidade frente à comunicação social, jornais, meio político. *Visibilidade, efeito marketing e reforço entre as ADL / OIDL.	E-1. ...”contributo muito importante para o desenvolvimento local, o desenvolvimento local era totalmente desconhecido, o desenvolvimento local, é... estava nos bastidores, estava nas sombras, estava nos circuitos limitado daquelas pessoas que se conheciam umas as outras, e portanto, o facto de ter feito MANIFesta, permitiu que viesse para os jornais, que viesse para os meios de comunicação, que os políticos que lá fossem, o presidente da república foi lá várias vezes, que as comunidades locais se conhecessem, portanto um dos efeitos sem dúvida é o efeito marketing, o efeito visibilidade, ou seja, as MANIFestas na minha opinião contribuíram de uma maneira muito importante para tornar visível o movimento que estava escondido, que estava oculto, que estava conhecido de poucos”... E-1. ...”sem dúvida é o efeito marketing, o efeito visibilidade, ou seja, as MANIFestas na minha opinião contribuíram de uma maneira muito importante para tornar visível o movimento que estava escondido, que estava oculto, que estava conhecido de poucos, e esses são os efeitos principais, além de que reforçou a relação entre as associações, reforçou também a sua ligação, sua presença junto do poder político. Eu costumo dizer que as MANIFestas tiveram 3 efeitos: um efeito de tornar visível o desenvolvimento para a população em geral, um efeito de fazer chegar ao governo e às estâncias políticas a existência dessas associações e, um efeito de ligar mais fortemente as associações entre si.”
07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas práticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?	*MANIFestas como boas práticas de DL.	*Efeitos de boas práticas, organização dos actores locais.	E-1. ...”tem efeitos de demonstração, tem efeitos de referencia de boas práticas, tem efeitos de mostrar as cidades, de mostrar as boas práticas, e portanto, deste ponto de vista, sempre que se tem conseguido fazer tal organização dos actores locais, uma efectiva participação, uma efectiva parceria na sua realização, elas aí de facto são mostras de boas práticas do que é o desenvolvimento local.”

<p>08. Na sua opinião, a MANIFesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*MANIFestas como promoção do Empowerment.</p>	<p>*Quando reforça sua Aceitação pelo poder político, reforça laços solidários, reforço da auto – estima de ADL ou do movimento.</p>	<p>E-1. ...”na medida em que reforça a visibilidade do desenvolvimento, na medida em que reforça a sua aceitação pelo poder político, na medida em que reforça os seus laços de solidariedade interno, na medida em que reforça a auto-estima quer da associação por se apresentar em feiras e auto estima do movimento, nestas 4 medidas, é o factor empowerment, é o empowerment é isto mesmo, é delegar poderes, é delegar competências, competências de diálogo com o poder político, competências da organização interna, competências de poder de presença na sociedade, de visibilidade na sociedade, e competências de acreditar em si próprios”...</p>
<p>09. Quais os impactos presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?</p>	<p>*MANIFestas: impactos presentes e futuros</p>	<p>*Permitiu conhecer as dinâmicas locais, os territórios, a cultura, local, os movimentos associativos, produtos locais e divulgação de cada território.</p>	<p>E-1. ...”E fez com que... há... não só as populações locais das comunidades mais também houvessem visitantes externos a visitar esses territórios. E portanto, isso permitiu conhecer esses territórios, permitiu divulgá-los, permitiu conhecer algumas dinâmicas existentes, e portanto, pelo menos a nível de sede parcial, parcial, as MANIFestas também contribuíram para um conhecimento e divulgação de cada território onde se realizaram, dos movimentos associativos lá existentes e das dinâmicas lá existentes e ainda das outras questões que as pessoas que visitavam passaram a conhecer, nomeadamente presente nas actividades culturais que as manifestas implicam, na venda de produtos locais, no contacto com as populações, com os restaurantes, com os alojamentos.”</p>
<p>10. Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?</p>	<p>*Desafios futuro do desenvolvimento local participado.</p>	<p>*Sustentabilidade.</p> <p>*Democracia interna nas organizações.</p> <p>*Participação das comunidades.</p> <p>*Desenvolvimento integrado.</p> <p>*Método de avaliação</p>	<p>E-1. ...”garantir que essas organizações, primeiro, tenha viabilidade económica que é uma condição necessária para a sustentabilidade mais não é suficiente, segundo, continuem a promover a coesão social com seus membros das comunidades onde se encontra que é outra condição essencial da sustentabilidade. Terceiro que reforcem seu compromisso de defesa de preservação do ambiente, que é a terceira componente do conceito de sustentabilidade, da componente ambiental. Quarto, que tenham uma boa fonte de diálogo intercultural no seu interior, ou seja, convivem com a diversidade cultural, tendo isso como componente... é a quarta dimensão da sustentabilidade. Quinto, que tenham, que tenham gestão, seja de eficiência, rigor e qualidade, ou seja, que não sejam medidas, de forma meramente mimetrista, mais que sejam medidas com profissionalismo e com rigor.”</p> <p>E-1. ...”que elas no seu interior sejam democráticas, ou seja, que promovam a participação dos seus membros, dos seus associados, nas decisões, na discussão interna, que sejam efectivamente uma experiência da democracia participativa, porque nem sempre assim são, porque muitas vezes há sempre uma figura carismática há um leader que comanda as operações e os associados não participam, esse é outro elemento muito importante”...</p> <p>E-1. ...”que promovam a participação das comunidades com as quais trabalham, que é outro desafio, o desafio da participação das comunidades, da população, porque muitas vezes isso é dito mais é muito difícil se por em prática, portanto é muito importante que elas tivessem essa perspectivas participativa de democracia participativa.”</p> <p>E-1. ...”É importante que essas organizações, é... respondam a desafios que era de terem uma perspectiva de desenvolvimento integrado, o que significa, ah... assumirem as várias áreas de intervenção a que estão interligadas, mais conjulgá-las entre si, articulá-las, que é a dimensão económica, a dimensão social, a dimensão metodológica e a dimensão ambiental, isso é um outro desafio, o desafio de uma visão integrada da sua actuação.”</p> <p>E-1. ...”serem capazes de desenvolverem métodos e sistemas</p>

		<p>permanente.</p> <p>*Investigação – acção.</p> <p>*Acção política.</p>	<p>de avaliação permanentes do seu trabalho, de auto-avaliação permanente do seu trabalho, de maneira a constantemente se reverem, constantemente se analisarem, constantemente se porem em causa e melhorarem constantemente seus processos”...</p> <p>E-1. “Essas organizações de desenvolvimento local, produzirem conhecimento, produzirem reflexão teórica sobre aquilo que fazem e em cumprimento disso corrigirem sistematicamente as suas intervenções em função do que vão reflectir.”</p> <p>E-1. ...”o desafio político, da presença política na sociedade, não se venderem aos governos, mais terem a capacidade de afirmação crítica em relação à política”...</p>
<p>11.Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL's / ou OIDL's?</p>	<p>*Reforçou as competências das ADL / OIDL para a interacção local.</p>	<p>*Comunicação, colaboração e interacção.</p>	<p>E-1. ...”obrigou para a sua preparação que as ADL se comunicassem, se interagissem, se colaborassem entre si. Eu acho que contribuiu nesse caso em que aconteceu para que essas ADL tivessem mais competências nas relações que estabeleciam em parceria, nas relações com seus territórios, com seus parceiros, na interacção portanto nesses aspectos, é... que obrigavam-nas a...organizar as coisas conjuntamente, obrigavam-na a construir programas, obrigavam-nas a dividir tarefas, e portanto, deste ponto de vista é claro que sim. Bom, agora isto foi um bocado desigual, houve casos em que ficou melhor que outros, digamos que é uma contribuição muito relativa, nem sempre conseguida.”</p>
<p>12.Quais os principais contratempos / dificuldades que se lhe colocaram na organização da Manifesta? Como foram superados?</p>	<p>a)Contratempos.</p>	<p>*Financeiro.</p> <p>*Mobilização de voluntários.</p> <p>*Mobilização de actores locais.</p>	<p>E-1. ...”o problema financeiro, ou seja, recursos limitados, a escassez de recursos financeiros. As MANIFestas implicam gastar dinheiro, implica ter recursos financeiros que nem sempre se tinha em mãos, e esse foi um dos principais obstáculos.”</p> <p>E-1. ...”de mobilização, de muita gente, daqueles que eram preciso, embora houvesse uma boa adesão, nas MANIFestas por parte dos vários membros da animar, dos vários sócios, há alguns casos em que isso foi mais difícil ela posição dos actores, pela posição dos actores necessários, e por isso acabou por ser um problema.”</p> <p>E-1. ...”a mobilização dos actores locais, que às vezes não era muito evidente, às vezes dava problemas, sobretudo quando eles próprios tinham dificuldades de mobilização, porque tinham poucos recurso ou pouca motivação, portanto, às vezes não foi fácil por os actores locais a trabalhar nos projectos das manifestas.”</p>

	b) Soluções.	<p>*Financeiro.</p> <p>*Voluntários.</p> <p>*Actores locais.</p>	<p>E-1. ... "bom, batemos em todas as portas, conseguindo aqui ali, conseguindo um bocadinho aqui, um bocadinho aculé, reduzindo custos e também, muitas vezes substituindo os custos financeiros por trabalho voluntário, ou seja, quando não havia dinheiro, fazíamos nós com os recursos que nós dispúnhamos. Portanto, basicamente, os problemas financeiros foram resolvidos com insistência batendo em várias portas ou com trabalho voluntário que dispensava custo financeiro"...</p> <p>E-1. ... "era resolvido por insistência nossa nalguns casos, noutros casos porque aqueles que tiveram disponíveis para trabalhar, tiveram que trabalhar ainda mais, tiveram que se envolver ainda mais, portanto é dessa maneira."</p> <p>E-1. ... "tivemos que muitas vezes substituir os actores locais, como medida com os recursos da Animar que faziam o que os actores locais não estavam dispostos a fazer, que era promover, realizar as actividades dos mesmos, portanto, a mobilização dos custos da Animar, muitas vezes permitiram superar essas falhas do poder local."</p>
13. A partir da perspectiva da internacionalização da Manifesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?	*Contextos geográficos internacionais.	<p>*MANIFestas no mundo lusófono.</p> <p>*Cada país poderia fazer sua MANIFesta.</p>	<p>E-1. ... "penso que sim que é até bem importante que estas ficassem MANIFestas até no mundo lusófono, no mundo português, até... se calhar com uma amplitude maior, mais que se fizesse, é... MANIFestas destas, encontros destes no Brasil, Angola, Moçambique" ...</p> <p>E-1. ... "mesmo que não houvesse depois uma grande participação internacional porque não há problema nisso, mais que cada país fizesse sua própria MANIFesta, isto me parece que pode ser prático, pode ser uma solução."</p>
14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?	*Recomendações.	<p>*Retorno ao espírito inicial.</p> <p>*Internacionalizar a MANIFesta.</p> <p>*Reforço de contactos internacionais em rede.</p> <p>*As organizações reflectir o seu papel sobre o DL.</p>	<p>E-1. ... "é voltar a reencontrar o espírito inicial, ou seja, para além de haver uma participação da Animar, das associações locais e das autarquias, acho que era importante haver uma boa mobilização dos cidadãos em geral, ou seja, grupos de cidadãos mesmo que não sejam inseridos nas associações, que é uma maneira de alargar o movimento, é uma maneira de tornar menos dependente das organizações, uma mobilização de cidadãos acho que era uma ideia importante, para isto é que temos a MANIFesta."</p> <p>E-1. "Depois assumir a organização da MANIFesta é de facto, é levá-la que outros países pudessem organizá-la na mesma lógica, o Brasil penso que é o país que vem logo a seguir, tem mais experiência para isto, tem projectos, tem iniciativas tem experiência, e portanto, realizar uma MANIFesta no Brasil acho que era uma boa ideia, era uma boa sugestão, e poderia ser um princípio de uma MANIFesta dos vários países lusófonos"...</p> <p>E-1. "Uma outra proposta para o desenvolvimento local independentemente das manifestas, é reforçar os contactos internacionais e criar... é... redes permanentes de contactos internacionais, acho que era muito importante, nós termos uma boa rede de contactos com experiência do Brasil, com as experiências de cabo verde, de Guiné Bissau, são aquelas experiências que estão mais avançadas nesse ponto de vista, portanto eu recomendaria muito fortemente um reforço da organização internacional, depois eu acho que era importante também, uma outra recomendação"...</p> <p>E-1. ... "que as organizações de economia de desenvolvimento local, é... reforcem sua reflexão e seu papel em termos de desenvolvimento local, reforcem e reconsiderem e revejam aquilo que podem ir mais longe, fazer mais ainda do que fazem, acho que podem desenvolver mais, podem aprofundar mais o seu papel, eram estas as recomendações."</p>

<p>15.Qual o sentido das logo marcas das MANIFestas?</p>	<p>*Logomarcas.</p>	<p>*Festa e ligação com as dinâmicas locais.</p>	<p>E-1. Agora não me lembro por menores, mais todos eles tinham um significado muito particular, todos eles tinham digamos uma preocupação de dar a mensagem principal daquela MANIFesta e outra preocupação de ser possível de ter uma relação com a organização local, com as organizações locais, é uma combinação de duas coisas, da mensagem central da MANIFesta da declaração da MANIFesta, das potencialidades do lugar, da festa ao mesmo tempo, essa combinação que deviam ter ao mesmo tempo em quase todos os casos. O caso de Santarém foi o valor da festa, das possibilidade de visibilidade, da explosão para fora do ponto de vista da mensagem principal e por outro lado também associar isto a Santarém que era uma localidade com grande experiência de feira de agricultura, de espaço rural e que por isso mesmo era uma cidade muito imediata e muito visível do ponto de vista dessas feiras, inclusive já existia um espaço próprio para isso e portanto essa visibilidade e é isso que aqueles fogos querem dizer.</p>
--	---------------------	--	---

ENTREVISTA – 2.

PERGUNTA	CATEGORIA	SUB – CATEGORIA	EXCERTO DA ENTREVISTA
01.Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a).Motivos na origem da Animar.	<p>*Projecto de formação contra a desertificação das zonas rurais do interior do país.</p> <p>*Revitalizar territórios e estabelecer contacto entre as organizações sociais.</p> <p>*Necessidade de apoio do Estado aos territórios.</p> <p>*Contexto europeu de rede social que influenciou a criação da Animar.</p>	<p>E-2. ...”Iniciativas através de um projecto chamado projecto de formação de desenvolvimento comunitário de microregiões rurais, é de facto esse processo nasceram fundamentalmente inicialmente nas zonas rurais, nas zonas do interior, nas zonas que foram perdendo população foram perdendo capacidade económica, foram um pouco desertificadas, com a imigração, quer para o litoral, quer para o estrangeiro,”...</p> <p>E-2. ...”a questão da, do objectivo da manutenção e da revitalização das terras ou dos territórios onde trabalhavam era o objectivo e daí que é desde logo essas primeiras iniciativas quando começaram a saber da existência dum as outras começaram a ter encontros, gerar alguns encontros informais para trocas de experiências para repensarem em conjunto o que cada um estava a fazer e tentar aprender, aprendermos uns com os outros, é...das experiências, enfim, que nessas alturas eram talvez de uma duas dezenas no país é...que foram, foram tentando estabelecer contacto muitas vezes informais”...</p> <p>E-2. ...”o Estado olhar para esses territórios e dar os meios a esses territórios que eles necessitam para revitalizar porque é chegado a situações muito degradados”...</p> <p>E-2. ...”foi constituída é...na Europa uma organização chamada TERN, Trans European Rural Network, é...com origem um pouco na Irlanda, é e eles essa organização houve o...uma pessoa que é o José Portella que foi o presidente da Animar é...que aceitou a missão por via dessa, dessa rede europeia da TERN é de tentar lançar um processo de criação dum rede em Portugal e ele José Portela que é professor na Universidade de Trás os montes e autodoro”...</p>
	b).Percurso evolutivo da Animar.	<p>*Criação da Animar.</p> <p>*Institucionalização da Animar.</p> <p>*Ganhar reconhecimento do poder público.</p> <p>*Processo de voluntariado.</p> <p>*Solidificação da rede e do processo MANIFestas.</p>	<p>E-2. ...”nessa pequena aldeia do Mezio perto de Lamego é e portanto nessa reunião é houve um momento para falar cada um das suas experiências e depois é... havia um objectivo que era de estarmos todos de acordo em que era necessário um funcionamento e termos uma forma de actuar e portanto de estarmos em conjunto e aprendendo uns com os outros que órgãos que fazer para que isso não acabasse com a união não tivesse um seguimento e nessa reunião é decidido que se vai avançar para a criação é de uma rede a nível nacional é na altura do desenvolvimento local para em meio rural”...</p> <p>E-2. ...”Animar, foi o nome que achamos que porque no fim de contas de alguma forma a palavra Animar é uma síntese daquilo que a rede queria fazer, no fim de contas criar animação, de trocas e permutas de comunicação e de aprendizagem comunicativa entre as várias organizações, e portanto esse grupo funcionou durante um ano e em 1993 então avança-se para o processo de constituição, e por acaso foi aqui é...em Aljustrel, portanto daqui a 9 km de messejana no cartório notarial de notas de Aljustrel que fez as escrituras de constituição da Animar com 5 fundadores”...</p> <p>E-2. ...”sozinhos não tínhamos capacidades de chegar ao Estado de poder e lá ser um interlocutor para que houvesse políticas que nos favorecesse esta linha do desenvolvimento local”...</p> <p>E-2. ...”os nossos meios eram quase nenhuns, era o voluntariado de cada uma das organizações e das pessoas foi permitindo é...ir fazendo a circular informação e tentando chamar outras organizações dentro da Animar...é...mais foi todo um trabalho muito de grande voluntariado, quer das organizações, quer dalgumas pessoas a nível individual,”...</p> <p>E-2. ...”fortalecer os meios financeiros para o funcionamento da Animar, mais, entretanto, obviamente que...entretanto em paralelo nasce o processo de MANIFestas”...</p>

<p>02. Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?</p>	<p>*Papel da Animar na promoção do DL como movimento associativo.</p>	<p>*Papel comunicação e visibilidade.</p> <p>*Representação junto ao poder político.</p> <p>*Educação e formação.</p> <p>*Projeção para fora.</p>	<p>E-2. ...”troca de informação, a circulação de informação, entre o...as diversas organizações e também uma informação para o exterior, para os tentar com essa circulação dar a visibilidade esse trabalho circular”...</p> <p>E-2. ...”representação junto do estado, é portanto junto das dos órgãos dos ministérios dos meios de poder e enfim defender políticas mais correctas para os territórios para esses territórios é marginalizados e com essas dificuldades”...</p> <p>E-2. ...”promover a formação e a educação e o apoio dos fundamentos dos próprios conceitos do desenvolvimento local numa segunda parte debater de forma aberta e participada sobre o que no fim de contas é o desenvolvimento local e que tipo de tarefas prioritárias é que tem que ser desenvolvidas e que princípios é que serão mais importantes e decisivos para o desenvolvimento local”...</p> <p>E-2. ...”que ligasse a processos fora do país, portanto tínhamos falado que a tern tinha sido, mais havia outras redes a nível europeu que também havia vontade de poder estabelecer nomeadamente aqui e no nosso caso com os países da CPLP tentar criar esta, usar esta vertente de tamanho internacional”...</p>
<p>03. Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?</p>	<p>a).Actuação no DL glocal e desafios futuro.</p>	<p>*Actuação na formação para a cidadania e consciencização das questões globais.</p> <p>*Formação diversificada, formação cidadã.</p>	<p>E-2. ...”tenhamos a noção de que práticas concretas do desenvolvimento local tem que levar em conta a vamos lá esses aspectos da globalização e da globalidade por um lado porque é nomeadamente para mim usar que é o desenvolvimento local a questão da formação a partir da cidadania activa para as pessoas, para as populações terem de facto cada vez mais um papel interveniente, na vida da sua sociedade”...</p> <p>E-2. ...”formação que não é só uma formação técnica profissional mais é uma formação é vamos lá, política no sentido nobre da palavra, da formação política, da capacidade de interpretar o sentido do tempo, da formação para que os cidadãos sejam empreendedores, para ter capacidade de iniciativas, estas é aquilo que a animar nos atenta a promover e divulgar e reivindicar junto com os meios que tem a sua mão”...</p>
	<p>b).Desafios futuro.</p>	<p>*Continua os desafios dos anos iniciais.</p> <p>*A formação para o DL em meio urbano e rural.</p>	<p>E-2. ...”ainda falta fazer quase tudo, como no primeiro ano, ou seja, é...embora a animar já tenha feito os seus anos”...</p> <p>E-2. ...”esse salto da associação, antigamente era só associação portuguesa do desenvolvimento local em meio rural para associação portuguesa de desenvolvimento local em meio urbano e rural, por levar em conta que as iniciativas não estão só no meio rural, nomeadamente muitas iniciativas estão nos meios urbanos, portanto, deste ponto de vista e eu diria que é o desafio sempre maior é da formação.”</p> <p>E-2. ...”a animar terá que ter tempo, ter a capacidade inventiva de em cada momento saber como é que iniciativas fazer adequadas a cada situação, que digamos, essa situação termos uma cidadania activa em todo o país em todos os sítios, é uma ambição da Animar, décadas e décadas e da nossa e dos vindouros que não é uma tarefa que se esgota em doze anos, precisamente que não pode haver desenvolvimento sem educação”...</p>
<p>04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*ADL/OIDL, contributo para formação e promoção do DL.</p>	<p>*São a base do D. local.</p>	<p>E-2. ...”são elas os monitores do desenvolvimento local, está nelas, agora, é evidente que cada vez mais essas organizações que se formam devem ter sempre como princípio penso eu, básico e fundamental que é gerar parcerias com o conjunto da sociedade, organizada, portanto, não terem uma visão de organização, mais uma visão de organização que congrega as várias forças organizadas que existe em cada local em cada território”...</p>

<p>05. Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de desenvolvimento local?</p>	<p>*Parceria e participação como estratégia de D Local.</p>	<p>*Estratégia de partilha.</p> <p>*Espaço de parcerias.</p> <p>*Envolvimento de actores locais.</p>	<p>E-2. ...”é fácil de entender o processo evolutivo da capacidade vamos lá de maior partilha, de maior consenso, sobre uma maior aproximação, aquilo que são as grandes linhas do desenvolvimento local”...</p> <p>E-2. ...”senti quanto essas organizações sentiam que era útil aquele espaço de estarem em conjunto porque nunca ninguém os tinha posto lá a falar uns com os outros e a tentar entender, por fim de contas de alguma forma todos temos um objectivo fins, de objectivos semelhantes da condição de vida dos portugueses”...</p> <p>E-2. ...”foi desde o princípio a ideia que e é o envolvimento associativo das organizações, organizações é... como já disse aqui, de solidariedade social de organizações empresariais, de organizações de agricultores, organização dos horticultores, quer dizer das autarquias particularmente das pequenas terras, das juntas de freguesias”...</p>
<p>06. Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*Contributos para a visibilidade do DL.</p>	<p>*As MANIFestas são espaços de visibilidade.</p> <p>*MANIFestas, encontro de parcerias.</p> <p>*Principal contributo ao desenvolvimento local.</p>	<p>E-2. ...”essa visibilidade é começou porque as MANIFestas tem espaço importante, porque é um evento que passa muita gente, toma conhecimento dela ela tem visitantes de pessoas que começaram a ouvir falar de experiências desenvolvimento local que vão às MANIFestas para participar, e ver e estar juntas, presentes e por outro lado convidam também os órgãos do estado, os ministros não é por acaso que já tivemos por duas vezes nas manifestas o presidente da república,”...</p> <p>E-2. ...”as MANIFestas são de facto um momento privilegiado de um conjunto de organizações de todo o país e é um evento multicontato com feira com festa com debates etc. é um momento excepcional para que essa visibilidade possa ser passada para a opinião pública para e para a promoção e para os actores do nosso país.”</p> <p>E-2. ...”as MANIFestas tenham sido os principais contributos para essa visibilidade. É desde a primeira para nós em 94 em Santarém”...</p>
<p>07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas praticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?</p>	<p>*MANIFestas como alternativas de boas praticas.</p>	<p>*Boas praticas.</p> <p>*Aprender com as diversas experiencias que são praticas positivas.</p>	<p>E-2. ...”eu acho que todas as praticas são boas e mesmo aquelas praticas que tenham maior êxito e menor êxito mais nós aprendemos quer com uma quer com outras e portanto eu digo que nas MANIFestas muitas vezes vamos lá não é só ver quem é o júri que diz quem é as boas e quem é as más, é as experiencias se calhar umas tem lados positivos numa certa dimensão outras noutra dimensão são portanto, eu considero que é uma proposta alternativa de aprender com o que já fez e com o que estar fazendo, no sentido de no futuro aprender muitas vezes com os erros.”</p> <p>E-2. ...”vamos tentar aprender com tudo com o que se fez, com o que se faz e com o que se vai fazendo, temos que aprender e às vezes com a análise que é uma das coisas que é fundamental nesse processo que é a capacidade de auto-avaliação do que se vai fazendo. Cada vez que fazemos saber fazer autocritica do que fazemos, se cometemos erros aqui ou acolá”...</p>
<p>08. Na sua opinião, a Manifesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*MANIFestas, como promoção do empowerment do DL.</p>	<p>*Contributos das MANIFestas para o empowerment das pessoas, grupos e sociedade.</p>	<p>E-2. ...”essa ideia e fazer incorporarmos podem no seio de cada pessoa dum grupo de pessoas é uma tarefa para já para todo o sempre, para já as MANIFestas tem dado a sua contribuição e tal como podem, contribuem sempre nesta conquista do empowerment como uma forma enfim duma sociedade que eu gostava de ver autogerida globalmente e localmente”...</p>
<p>09. Quais os impactos</p>	<p>*Impactos presentes e</p>	<p>*Maior envolvimento das</p>	<p>E-2. ...”tem haver com o todo nacional que muitas vezes vamos</p>

<p>presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?</p>	<p>futuros das MANIFestas no DL dos territórios.</p>	<p>pessoas e dos territórios.</p> <p>*Mais atenção, mais reforço na difusão dos pequenos territórios.</p>	<p>lá, o envolvimento das populações dum local concreto de onde elas se fazem às vezes é um pouco esquecido e como é...as pessoas são habituadas a saírem e desvalorizarem as coisas da sua terra”...</p> <p>E-2. ...”há que melhorar há que ter mais atenção para que de facto o evento locais de uma pequena vila, duma pequena cidade possa difundir, vamos lá no território à volta de ser um impacto nestas zonas, reforçar de facto os processos de desenvolvimento local desses territórios.”</p>
<p>10.Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?</p>	<p>*Desafio futuro do DL participado.</p>	<p>*Processo de formação continuado.</p> <p>*Auto – sustentabilidade económica das ADL.</p> <p>*Ganhar apoio subvenção do poder público.</p> <p>*Luta contra a rotina e acomodação nas dinâmicas do desenvolvimento local..</p>	<p>E-2. ...”formação, para o empreendedorismo, para a cidadania, para iniciativa, para a participação é um desafio que surgiu sempre, que é sempre maior”...</p> <p>E-2. ...”a auto-sustentação das organizações que é uma questão que é que estas organizações que até hoje tem vivido é do ponto de vista económico e financeiro muito na base de projectos apoiados pela união europeia, é...e sabemos que enfim, os...as verbas da união europeia terão, virão a diminuir no futuro é...há que encontrar formas alternativas de sustentar economicamente porque estas organizações e as coisas que tem que ter um quadro com técnicos, com capacidades técnicas, com capacidades vamos lá, chamadas humanas”...</p> <p>E-2. ...”essas organizações prestam serviços de bem público, de bem geral, de interesse geral e deviam ser subvencionadas pelo estado, pelo menos na parte que é o trabalho cotidiano e regular da organização, devia ser dever do estado no sentido de que elas contribuem e se calhar duma forma mais sustentável, com menores custos para que o país tenha desenvolvimento, para que não tenha um desenvolvimento tão desequilibrado como tem sido”...</p> <p>E-2. ...”não cair na rotina, não pensar que já aprendeu tudo, é sempre necessário ter a noção de que é sempre preciso imaginar novas situações inventar novos processos e dinamizar novas experiências.”</p>
<p>11.Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL’s / ou OIDL’s?</p>	<p>*MANIFestas como reforço de competências na interacção local das ADL / OIDL.</p>	<p>*Reforço de Competências em diversas actividades.</p>	<p>E-2. ...”sim, porque é...o próprio processo organizativo, o próprio modelo de organização das MANIFestas, ou promoverem encontros nacionais, encontros por zonas, ou tentar e depois na própria MANIFesta haver, há vamos lá, oficinas de práticas onde são os debates uma acção formativa, quando nós vamos, formos discutir uma determinada matéria num colóquio, num debate num workshopp”...</p>
<p>12.Quais os principais contratempos / dificuldades que se lhe colocaram na organização da Manifesta? Como foram superados?</p>	<p>a).Contratempos nas MANIFestas.</p> <p>b).Soluções.</p>	<p>*Financeiro.</p> <p>*Garantir participação das organizações mais carenciadas.</p> <p>*Financeiro.</p> <p>*Ganhar confiança, seguir objectivos planeados.</p>	<p>E-2. ...”temos sempre arrancado com as manifestas sem termos garantias é...de cobrir o orçamento do custo para fazer a MANIFesta e portanto tem que haver aí uma capacidade de risco e uma capacidade ou seja, de arrancar”...</p> <p>E-2. ...”garantir participação das organizações, das deficientes, das que tem mais dificuldades”...</p> <p>E-2. ...”implica muito trabalho e conseguir ganhar os apoios do organismo A, do organismo B, ou seja X ou Y, ou duma entidade numa fundação daqui dacadá para conseguirmos no fim de contas”...</p> <p>E-2. ...”é portanto é ir fazendo é ir superando, é ir tendo capacidades inventiva, é procurara ultrapassar muitas vezes, é necessário repor os objectivos que pusemos ou iniciativas que programamos no arranque das MANIFestas”...</p>

<p>13. A partir da perspectiva da internacionalização da Manifesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?</p>	<p>*MANIFestas em outros contextos geográficos.</p>	<p>*É uma experiência viável.</p>	<p>E-2. ...”no Brasil devido a sua grande dimensão quem sou eu para dizer aos outros brasileiros como é que eles devem se organizar, mais isso quer dizer tendo em conta que é um país com uma dimensão extremamente grande é e com um território vastíssimo e com características muito diferentes se calhar digo eu que se justificava se calhar fazer MANIFestas de regiões, estados por exemplo,”...</p>
<p>14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?</p>	<p>*Recomendações.</p>	<p>*Ter lideranças jovens.</p> <p>*Profissionalismo e conjugação de um modelo ascendente e descendente de desenvolvimento local.</p> <p>*Fugir da rotina, da acomodação.</p> <p>*Aprendizado permanente.</p>	<p>E-2. ...”as organizações devem ter lideranças jovens, e eu sou contra lideranças velhas,”...</p> <p>E-2. ...”minha geração não é para está no leme das organizações, acho que as organizações alterando as pessoas elas se alteram, por exemplo eu penso que estas que tem se calhar são mais pragmáticas são mais...tem uma visão mais enfim, menos aventureira porque nós os pioneiros tivemos que ser mais aventureiros,”...</p> <p>E-2. ...”ser organizações com capacidade profissional e remunerada, tendo que ter nos seus seios, pessoas militantes é...que voluntariamente, é...enfim integram dentro de si essa causa do desenvolvimento local e essa perspectiva do desenvolvimento, deste modelo de desenvolvimento participado, integrado, é de baixo para cima, é... em conjugação com os movimentos de cima para baixo, o ascendente e o descendente,”...</p> <p>E-2. ...”tentem fugir sempre duma rotina e de uma burocratização porque é uma coisa, é um vício que pode pegar em qualquer um de nós entrar numa rotina e entrar num ramo, ramo e ir perdendo a capacidade de vamos lá e organização e começa a ficar vamos lá um pouco conservador um pouco sem alma sem energia que até para isso é necessário.”</p> <p>E-2. ...”se continue de todas as maneiras que forem possíveis de ir aprendendo com as experiências sempre, que já se realizaram e que vão se realizando é a melhorar a capacidade da educação, da formação e da cultura das gentes, das pessoas que fazem os territórios,”...</p>

<p>15.Qual o sentido das logomarcas das MANIFestas.</p>	<p>*Logomarcas.</p>	<p>*Santarém. *Tondela. *Amarante. *Tavira. *Serpa. *Trancoso.</p>	<p>E-2. ...”queria dar uma imagem de festa e explosão de regozijar de vida, de alegria, enfim de procura.”</p> <p>E-2. ...”a castanha por exemplo é importante naquela região, uma componente da região e portanto uma castanha aberta...era para já um símbolo no sentido de nos dar abertura.”...</p> <p>E-2. ...”Amarante foi uma mão, é portanto é muito um apelo é comas mãos, é com as pessoas, é comas mãos, é preciso meter as mãos para construir.”</p> <p>E-2. ...”Tavira foi um papagaio, com várias pessoas a agarrar o papagaio, é...acho que aí foi muito a necessidade de dar uma imagem de voar, de imaginar, vamos lá de ter uma certa alegria, com enfim termos um olhar um pouco para a natureza.”</p> <p>E-2. “Serpa foi um pião e uma janela aberta, o pião que era um brinquedo do tempo deu ser um menino, que é um jogo que se jogava muito e o pião já é uma coisa que gira, é portanto uma necessidade do movimento, o próprio pião nos dar a ideia de movimento vamos lá, da ideia do movimento da acção, enfim das pessoas.”...</p> <p>E-2. “Trancoso foi os pés, isso tema ver com uma história de Trancoso, agora não me lembro o nome dele mais que era foi muito importante num período histórico de Trancoso que era um sapateiro e que ficou e daí foi pegar numa ideia num símbolo local ligado vamos lá uma pessoa histórica que ficou para vila de Trancoso e depois de facto mais os pés separados ao mesmo tempo parece uma caminhada quase a duas pessoas, há portanto ali uma simbologia.”...</p>
<p>16.Quais os custos das MANIFestas?</p>	<p>a).Escudos. \$</p>	<p>*Santarém. *Tondela. *Amarante. *Tavira.</p>	<p>E-2. 12. 700. 000, 00 \$ contos. E-2. 50. 000. 000, 00 \$ contos. E-2. 60. 000. 000, 00 \$ contos. E-2. 104. 000. 000, 00 \$ contos.</p>
	<p>b).Euro. €</p>	<p>*Serpa. *Trancoso.</p>	<p>E-2. 427. 759, 59 € euros. E-2. 170. 658, 83 € euros.</p>

ENTREVISTA – 3.

PERGUNTA	CATEGORIA	SUB – CATEGORIA	ENXERTO DA ENTREVISTA
01.Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a).Motivos: criação da Animar.	<p>*Contexto económico que era favorável ao D. rural</p> <p>*Contexto Europeu.</p> <p>*Desejo de construção de uma rede exclusivamente portuguesa.</p> <p>*Iniciadores da Animar.</p> <p>*Criação da Animar.</p>	<p>E-3. ...”em 87,88 eram anos em que se apostava em profundas é reestruturação da política comum, da PAC, bom o que isto tem haver com as origens da animar, tem haver porque é o enquadramento, porque esses eram os anos mágicos em que se estava a semear um novo programa, estava a se criar, estava em embrião outro programa que iria permitir uma óptica totalmente diferente para o desenvolvimento rural,”...</p> <p>E-3. ...”entre 92 e 93 o José Portela que vinha com essas influências da mudança e também boas promessas da Trans European Rural Network, da rede TERN, para fazer uma rede semelhante cá em Portugal, é assim como se tentava fazer redes semelhantes em outros países teoricamente,”...</p> <p>E-3. ...”nós não precisamos é que haja uma rede assim tão vinda do exterior, para nos matricular, para nos condicionar, para nos meter em rede é acho que nós próprios poderíamos criar nossa rede aqui mais de dentro para fora, partindo da iniciativa local e ter aqui um conjunto de gente solidária que efectivamente se começa trabalhar de forma por via mais articulada e interna,”...</p> <p>E-3. ...”o José Portela falou, para além de ter falado com académicos colegas, como por exemplo Rogério Roque Amaro, na altura em 92, 93, com Alberto Melo, da Universidade do Algarve e da associação IN LOCO, também como é que se chama, vários da cooperativa MAIS ALEM que era lá da região centro, centro norte, é...mais uma outra pessoa destas líderes, da SOLIDÁRIOS, da ESDIME,”...</p> <p>E-3. ...”o grupo dos 10 reuniu-se ali é...no concelho de Castro Daire, uma terrinha de montanha chamada Mezio, é reuniram-se lá e decidiram fundar uma rede, uma associação, uma associação-rede, é e constituíram-na em Messejana na terra da ESDIME em 93, finais de 93 e decidiram realizar uma espécie de MANIFestação e festa logo para arrancar e para ter visibilidade, para conquistar visibilidade pública, da opinião pública, do poder público etc.</p>
	b).Percurso evolutivo da ANIMAR.	<p>*MANIFestas, primeiro projecto de acção da Animar.</p> <p>*A Animar se fortalece com novas associações e o programa leader.</p> <p>*Desafio da visibilidade.</p>	<p>E-3. ...”realiza-se neste contexto de grande animação a primeira MANIFesta, portanto em Santarém com a ajuda de uma associação local que é a associação de desenvolvimento social e comunitário de Santarém,”...</p> <p>E-3. ...”o programa leader foi inovador e é várias das associações que constituíram o núcleo da Animar, a parte mais forte eram associações que foram pioneiras no programa Leader,”...</p> <p>E-3. ...”unidos iam ter possibilidades de falar a uma só voz, é e dar a rede vez e voz, a diferentes comunidades, portanto os primeiros boletins vez e voz, é tinham precisamente é vozes, expressões de pessoas que até aí estavam é portanto remetidas a sua ruralidade,”...</p>

<p>02. Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?</p>	<p>*Papel da ANIMAR na promoção do DL como movimento associativo.</p>	<p>*Consciência social, de solidariedade social.</p> <p>*Realizar as lógicas de projectos e aprendizagem permanente.</p>	<p>E-3. ...”criar um espírito de consciência para o investimento social para o investimento na...vamos lá ver na solidariedade, na solidariedade territorial, social, a animar tenta criar esse espírito é com projectos”...</p> <p>E-3. ...”tem que haver lógicas de projectos ou programas e projectos que viabilizem essa movimentação das entidades associativas é para que se faça realmente desenvolvimento local de modo é continuado, aprendido, aprendiz, fazendo ao mesmo tempo investigação-acção, é e evoluindo.”</p>
<p>03. Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?</p>	<p>a). Actuação da Animar no D. glocal.</p> <p>b). Desafios futuro.</p>	<p>*Participação da Animar fora da rede.</p> <p>*Vários níveis de actuação.</p> <p>*Valorização, qualidade, diferenciação, alternativa inclusiva.</p>	<p>E-3. ...”a perspectiva do glocal tem a ver com a participação que a Animar começa a ter nas redes europeias é que antes não tinha,”...</p> <p>E-3. ...”tem a ver com a participação em vários níveis, é aquilo que muitas vezes se chama a nível internacional é mult level governance, portanto a governação multi escalar,”...</p> <p>E-3. ...”estamos a oferecer o nosso contributo complementar vaporizador é para que se crie maior diversidade, mais riqueza, mais qualidade, mais diferenciação, mais capacidade crítica, mais desafio no sistema, portanto é nossa alternativa, é a alternativa inclusiva, portanto, estamos aqui proactivamente e não reactivamente, estamos aqui para oferecer, para complementar.”</p>
<p>04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*Contributos para a formação e promoção do DL.</p>	<p>*Contributo indispensável.</p> <p>*Actuação permanente.</p>	<p>E-3. ...”penso que tem contribuído a participação destas adl ou oidl, é porque se não forem elas a contribuir para a formação e para a promoção do desenvolvimento local, quem é que fará, não há mais... o Estado não investe na valorização da consciência cívica, ou melhor não é o melhor investidor,”...</p> <p>E-3. ...”as associações de desenvolvimento local existentes tem trabalhado umas mais que outras nesse sentido”...</p> <p>E-3. ...”é a formação e a promoção do desenvolvimento local também se faz muito desafiando os poderes estabelecidos para é, para ir mais além para conseguir soluções de compromissos, mais valorizadoras do local”...</p>
<p>05. Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de desenvolvimento local?</p>	<p>*Parceria e participação como estratégia de desenvolvimento local.</p>	<p>*Favorece ao espírito de partilha, de comunidade, de reforço, de experiências.</p> <p>*MANIFestas positiva.</p> <p>*Visibilidade, afirmação pública.</p>	<p>E-3. ...”a MANIFesta, é pelas suas características é vai favorecer um certo espírito de comunidade entre aqueles que lá participam, é favorece um espírito de partilha, da experiência, daquela mostra da festa e também da componente assembleia dos que estão lá a participar e que ajuda a reforçar, que ajuda a carregar a bateria para quando a MANIFesta acaba voltarem a ter saudades e a crer e contribuir para uma nova MANIFesta.”</p> <p>E-3. ...”as manifestas quando corre bem e a maior parte delas correm bem, é alimentam de facto uma sensação de ali está qualquer coisa que vale a pena, por parte dos que participam lógico mais também por parte da alguma opinião pública, da algum público”...</p> <p>E-3. ...”por várias razões a MANIFesta, por ter, tocar trombeta, por entre comas, por soar alto, por ter imagem na comunicação social, não é muito, mais por todas estas razões é da alguma forma é atrai alguns de fora e aumenta a auto-estima dos que estão lá dentro, dos que se sentem que estão realmente a partilhar uma experiência de afirmação pública, de colocação digamos assim mais alto para se mostrar, para adquirir visibilidade e desse ponto de vista digamos que não será, quer dizer é um instrumento de estratégia de desenvolvimento local, mas, mais pela promoção da visibilidade,”...</p>

<p>06. Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*Contributos para a visibilidade do DL.</p>	<p>*Tem contribuído de forma lenta e continuada no local e no regional..</p>	<p>E-3. ...”tem a ver com as imagens e os textos que acabam por sair nalguma comunicação social regional e local que apesar de tudo é importante que é pela via dessa pequena comunicação social que as pessoas do meio também vão sentindo que se mexe por aí duma forma diferente do que aparece nas televisões apenas, portanto, é a divulgação e a visibilidade do desenvolvimento local, é quer dizer, eu penso que a manifesta contribui mais não é um contribui é usando o verbo nessa forma, é vai contribuindo, lentamente, devagarinho...num processo continuo”...</p>
<p>07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas praticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?</p>	<p>*MANIFestas como boas pratica de DL.</p>	<p>*São afirmação enquanto feiras.</p> <p>*Há participação de pessoas e lugares.</p> <p>*São alternativas.</p> <p>*Envolvimento do local, regional ao nacional..</p>	<p>E-3. “São alternativas porque as MANIFestas não se afirmam como umas feiras normais para mera venda dos queijos, dos chouriços e dessas, aquelas coisas, é muito mais do que isso”...</p> <p>E-3. ...”quando as pessoas notam, começam a notar a MANIFesta tem sempre ambiente de uma certa euforia, sente-se no ar, qualquer coisa de...vamos lá ver de... uma certa tensão positiva das pessoas que frequentam um pouco a MANIFesta, porque os próprios participantes lá induzem isso, põem tónicas mais provocatórias, cativantes, visíveis, coisas novas, e chamam a atenção, fazem animação de rua, é sempre com métodos que não são muito comuns, há ali muito recurso, há grupos culturais de comunidades em que essas coisas são tratadas,”...</p> <p>E-3. ...”alternativas em relação às feiras comuns sim, quanto ao que envolve autarquias, OIDL e outras organizações sim, mais se fosse só pelas MANIFestas estávamos tramados, estaríamos muito mau, porque a MANIFesta é bienal, são de 2 em 2 anos”...</p> <p>E-3. ...”a preparação das assembleias regionais onde se discute e se pré-prepara, onde se apura as questões, problemas, necessidades, aquilo que faz falta resolver e como é que podemos contribuir para isso com o desenvolvimento local, alternativo, comunitário, é isto vai logo desde as assembleias regionais e é transposto para a nacional e durante esse processo vai havendo respostas, depois novas questões, e portanto a manifesta é mais do que uma feira, é um momento, é um processo também,”...</p>
<p>08. Na sua opinião, a Manifesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*MANIFestas como promoção empowerment.</p>	<p>*São formas de promoção do empowerment.</p> <p>*Empowerment pela visibilidade e participação.</p>	<p>E-3. “Promoção do empowerment naquele sentido em que na manifesta nós temos sempre a declaração de...quer dizer, temos o documento da assembleia que se prepara os assuntos que estão a ser discutidos naquele ano, naquele contexto com aqueles contributos da comunidade que é levada à assembleia nacional, e esse documento da manifesta tem sempre um contributo de princípios de tomada de posição que depois se comunicam ao poder político é e depois também se faz a declaração,”...</p> <p>E-3. ...”é empowerment porque basta haver uma auto valorização psicológica uma sensibilidade de que as coisas, que estamos a ser ouvidos, para já haver empowerment, quer dizer, sentimos mais poder,”...</p>

<p>09. Quais os impactos presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?</p>	<p>a) MANIFestas: impactos presentes.</p>	<p>*Ganho de visibilidade.</p> <p>*Tondela mais ganho e interação local.</p> <p>*Amarante com pouco visibilidade.</p> <p>*Tavira com pouco ganho.</p> <p>*Serpa reforço de ideias.</p>	<p>E-3. ... "os impactos presentes da MANIFesta, são inerentes ao momento, muita gente vai, muita gente consome, come, é portanto implica alguma valorização naquele período da economia local,"...</p> <p>E-3. ... "Tondela já sim, porque conotaram a MANIFesta com o espaço ACERT, da ACERT que organizou e a ACERT lá tem muito prestígio, é tem é uma entidade cultural bastante conhecida, portanto, por associação da ACERT com a MANIFesta, eu penso que o modelo de marca em termos de creditação da entidade e depois essa entidade passa a ser mais contactada, e mais contratada também porque ganhou melhor imagem também por essa via e como é uma entidade que trabalha bem no desenvolvimento local esse impacto da MANIFesta tem aquele efeito multiplicador,"...</p> <p>E-3. "Amarante aquilo se realizou dentro do espaço de uma escola, estava frio, estava fechado, foi pouco divulgado, não criou grande marca, não em Amarante,"...</p> <p>E-3. "Tavira não consegue, já é um bocadinho cosmopolita, um bocadinho vivido demais para que a MANIFesta faça grande diferença,"...</p> <p>E-3. Serpa já muda mais porque Serpa tornou-se é mais um elemento com que aquela terra é vista como cidade ou vila cultural, é mais como centro urbano cultural, ter uma MANIFesta como mais um reforço desta ideia,"...</p>
	<p>b) MANIFestas: impactos futuros.</p>	<p>*Dependência dos locais.</p>	<p>E-3. ... "os impactos futuros depende de terra para terra."</p>
<p>10. Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?</p>	<p>*Desafios futuros do DL.</p>	<p>*Pressão da globalização.</p> <p>*Televisão e cinema como factores de acomodação.</p> <p>*Massificação da Internet.</p>	<p>E-3. ... "pressão que a globalização introduz por via da comunicação social de massas, televisão, cinema num certo tipo de consumismo que dificilmente encontra parceiros à altura dos meios locais que consigam eles consigam da luta, em outras palavras, a globalização que nos entra em casa pelos ecrãs de televisão e pelas telas de cinema,"...</p> <p>E-3. ... "são factores passivizantes que criam rotinas de consumo anestésico diminuem o potencial de cada um se sentir mais incomodado, ou incomodado de uma maneira diferente é mais a participação é muito, posta em causa muitas vezes por este tipo de consumo,"...</p> <p>E-3. ... "a própria Internet e uso do computador massificado é uma pauta de dois bicos, tanto pode facilitar a participação para o desenvolvimento local é como podem criar novos distratores e novas fontes de fuga em relação ao entrosamento com responsabilização local, a maior proximidade das pessoas,"...</p>
		<p>*Internet como fuga e isolamento das pessoas.</p>	<p>E-3. ... "a Internet em Portugal é muito personalizada, cada casa a sua, muito individualista, não temos muitos centros comunitários com Internet onde as pessoas discutam, participem, usem a Internet como um instrumento que ajuda a promover, não temos muito disso, e isso eu acho que é mau."</p>
<p>11. Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interação local das ADL's / ou OIDL's?</p>	<p>*Reforçou competências das ADL/OIDL para a interação social.</p>	<p>*Permite trocas de experiências.</p> <p>*São espaços alternativos</p>	<p>E-3. ... "permite encontros entre ADL que antes não contactavam tanto, aquele espaço de encontro bienal em que as pessoas não se viam a muito tempo voltam a ver-se, combinam novas coisas, trocam ideias, tomam algumas decisões e até estabelecem algumas ideias de parcerias, fazerem isto, fazerem aquilo, portanto é uma oportunidade"...</p> <p>E-3. ... "como acontece também com outro espaço de empresários</p>

		<p>*Tavira. 2001</p> <p>*Serpa. 2003</p> <p>*Trancoso. 2005</p>	<p>E-3. “Tavira foi um papagaio, a marca um papagaio, e então, porque significava o ver alto e voar mais alto e ter a arte para colocar a coisa mais alta, saber usar o vento, o papagaio significa um instrumento para uso da habilidade para alcançar objectivos de visibilidade e conseguir ir mais longe, portanto, tem uma conotação assim de atrevimento e de afirmação e hostensividade, mais num sentido positivo.”</p> <p>E-3. ...”o símbolo foi um pião, um pião que gira, portanto o girar o pião com cores tem a ver com movimento evolutivo, que pode ser evolutivo mais pode diminuir a velocidade depende da perspectiva, bom, mais de qualquer modo é essa a ideia de movimento, é a importância de por o mundo a girar.”</p> <p>E-3. ...”Bandarra é uma imagem da terra, tem estatua e tudo enfim, tem uma identidade e então, por isso e ele era sapateiro, o Bandarra era sapateiro, portanto tem um desenho de um pé calçado e um pé descalço, mais a marchar, portanto a marcha vai de um pé descalço para um pé calçado, está a ser uma transição no sentido da qualificação, uma mudança, uma melhoria e ao mesmo tempo uma alusão ao sapateiro que é a identidade local e está lá mais qualquer coisa que agora não me lembro, penso que tem tudo eu acho que na altura, já disse na altura que dos logótipos o de Trancoso foi um dos mais felizes, daqueles que gostei mais,”...</p>
--	--	---	--

ENTREVISTA – 4.

QUESTÃO	CATEGORIA	SUB – CATEGORIA	ENXERTO DA ENTREVISTA
01. Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a). Motivos: criação da Animar.	<p>*Iniciativas locais e envolvimento das pessoas.</p> <p>*Processos de educação e formação.</p> <p>*Promover experiências e buscar reconhecimento político.</p>	<p>E-4. ...”foram a consciência que existiam, pontes, iniciativas locais de desenvolvimento, por diversas pessoas que tinham essa diversidade de perfil, iniciativas essas que tinham muitas delas a componente da animação sócio – comunitárias, a componente do desenvolvimento económica, o trabalho mais existente no desenvolvimento social,”...</p> <p>E-4. ...”a formação profissional, a educação de adultos e em via de iniciativas estas que deveriam ser ligadas em rede, então elas estavam isoladas e é assim que surge a animar com a preocupação de unir os nós da rede.”</p> <p>E-4. ...”tentando promover experiências falando dos seus problemas, das suas virtudes e dando algum salto posteriormente mais político em defesa dessas iniciativas e por fim dum desenvolvimento local sustentado, é participado, é...e onde tenham voz aqueles que habitualmente não tenham voz, nas comunidades mais desfavorecidas no interior do país etc.”</p>
	b). Percurso evolutivo da Animar.	<p>*Actuação no meio rural.</p> <p>*Actuação no meio urbano.</p>	<p>E-4. ...”a Animar num primeiro momento estava muito dedicada ao espaço rural, é...por que associação portuguesa para o desenvolvimento local em meio rural”...</p> <p>E-4. ...”num dado momento deixou de ser para ser também a consciência do urbano, para desenvolvimento também urbano, Lisboa, porto, Coimbra, e mais muitas outras cidades e o primeiro objectivo era de facto promover igualdade de oportunidades, inicialmente nos espaços rurais, nos em todos os espaços.”</p>
02. Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?	*Papel da ANIMAR na promoção do DL como movimento associativo.	<p>*Evocação ao poder público.</p> <p>*Evocar o poder público na esfera central e regional.</p> <p>*Fortalecer as parcerias da rede.</p> <p>*Capacitação da rede.</p> <p>*Formação da rede.</p>	<p>E-4. ...”interpelação ao poder político, quer o poder político central, quer o poder político local.”</p> <p>E-4. ...”interpelação ao poder é...ser feita uma forma global, é portanto não apenas o poder central mais o poder local,”...</p> <p>E-4. ...”unir os nós da rede, unir os nós da rede porque é ... porque cada um com suas experiências pode contribuir para as experiências, as experiências do outro companheiro, da outra organização dos outros companheiros”...</p> <p>E-4. ...”ter projectos que de alguma forma contribuam para a capacitação dos nós da rede.”</p> <p>E-4. ...”promoção da formação,”...</p>
03. Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?	a) Actuação da Animar no DL glocal.	*Estender os laços da rede com países da União Europeia e África.	E-4. ...”a Animar já agora com esta questão tem desenvolvido vários pontos com organizações congéneres doutros países não é, quer a nível europeu, quer ao nível africano etc.”

	b)Desafios futuro.	<p>*Promoção do inter - reconhecimento e igualdade entre as organizações.</p> <p>*Busca de melhoria para os territórios.</p> <p>*Busca de um desenvolvimento integrado.</p>	<p>E-4. ...”deve nesse contexto ter um papel de facto de promoção do inter – conhecimento, de unidade, mais uma vez se quisermos de unidade entre as organizações, não só de organizações, de povos, expressões organizadas da sociedade civil que de facto lutam contra este mundo que temos, mais lutam na perspectiva dum futuro melhor.”</p> <p>E-4. ...”futuro melhor para as suas comunidades num futuro mais melhor prós seus territórios, mais sustentável e mesmo do ponto de vista ambiental.”</p> <p>E-4. ...”uma perspectiva integrada, que junta a componente económica, a componente do desenvolvimento social com a componente ambiental temos uma perspectiva integrada do desenvolvimento, que cabe nessa função do desenvolvimento local com essa perspectiva com mais uns ingredientes que é a participação do cidadão que é central.”</p>
04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributo para a formação e promoção do DL.	*Contributo no D. Local: no económico, social.	E-4. ...”considero que sim que nós somos capaz de ter uma realidade de cerca de 15 a 20 anos de organizações e iniciativas de desenvolvimento local, como hoje com provas dadas em vários domínios, como eu já disse, quer no domínio do desenvolvimento económico, quer no desenvolvimento social, quando falamos de desenvolvimento social falamos de combate a exclusão, combate a pobreza, falamos de educação de adultos, falamos disto tudo, portanto, temos as provas dadas de tudo isto.”
05.Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de desenvolvimento local?	*Parceria e participação como estratégia de DL.	<p>*É um envolvimento dos territórios.</p> <p>*Apresentação de reivindicações de melhoria dos territórios.</p> <p>*Processo de dinamização e formação.</p> <p>*Dinamização de pessoas e organizações.</p> <p>*Espaço de debates e reflexão da situação dos territórios.</p> <p>*Espaço aberto à participação das pessoas.</p> <p>*Ligação com as instituições de ensino superior.</p>	<p>E-4. ...”a MANIFesta é antes mais um processo, um momento de encontro de organizações e de territórios de todo o país.”...</p> <p>E-4. ...”em cada MANIFesta tem um manifesto, tem uma carta, e existe a carta de Serpa como já existe a carta de Trancoso, como existe a carta de Tavira e enfim, todos os locais onde a MANIFesta passou”...</p> <p>E-4. ...”a MANIFesta também é formação e aqui uma clara atenção para...aos jovens que dinamizam, que é feito um programa de dinamização regional. Quem dinamiza essas assembleias regionais são os jovens que estão em processo de formação desde essa altura, fazem parte desse processo de formação, fazer e dinamizar as assembleias regionais.”</p> <p>E-4. ...”Ao dinamizar assembleias regionais estão também a dinamizar pessoas e organizações para participarem da manifesta porque eles já estão a dar seu contributo a MANIFesta e mantêm esse processo de construção da assembleia final até a assembleia final mais também de construção da feira da amostras, pois eles vem acompanhar os grupos dos territórios e vêm organizar a manifesta.”</p> <p>E-4. ...”a MANIFesta é ainda um espaço de debates a outro nível, de debates em que na MANIFesta há seminários temáticos, quer sobre a água, sobre o desenvolvimento rural, dos espaços rurais, pode ser sobre a pobreza, sobre os mais diversos seminários, é</p> <p>E-4. ...”também um espaço é...qualquer pessoa qualquer cidadão pode ir e intervir se tiver conhecimento de falar, dar também conhecimento a outros, portanto existe também esta componente da MANIFesta.”</p> <p>E-4. ...”a MANIFesta cumpre aqui um papel essencial na promoção do contacto entre as universidades e entre as organizações nacionais com o desenvolvimento local essa é outra grande preocupação, promoção do contacto entre as organizações é...entre estes tipos de organizações diferentes e trazer ao desenvolvimento local também a investigação, portanto, muitos debates que tem sido realizado nas MANIFestas resulta de muitos trabalhos feitos por universitários, por estudantes na primeira fase, por estudantes de mestrado ou mesmo de doutoramento,”...</p>

		<p>*Desempenha o papel de parcerias entre organizações.</p> <p>*Envolve o DL ao nível nacional.</p>	<p>E-4. ...”cumpre esse papel, que aliás é uma perspectiva da parceria entre as organizações e as organizações de desenvolvimento local é outro pilar das MANIFestas,”...</p> <p>E-4. ...”tem uma perspectiva no plano nacional de alargar, de montras de desenvolvimento local a outros movimentos sociais e de criar uma plataforma inter – movimentos sociais”...</p>
06.Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributo para a visibilidade do DL.	<p>*Envolvimento do poder institucional.</p> <p>*Visibilidade para dentro e para fora.</p>	<p>E-4. ...”momento de interpelação política, habitualmente são convidado os partidos, são convidado o governo para participar, as próprias câmaras municipais estão envolvidas, logo aí junto do poder político há um aumento da visibilidade,”...</p> <p>E-4. ...”a visibilidade para a sociedade civil de uma forma geral, perante Portugal, perante o Portugal estrangeiro, portanto, durante a MANIFesta desde sempre nós temos estrangeiros por cá a participar, outros povos, outras culturas, dar visibilidade o que temos, ao que fazemos, em matéria de cidadania em matéria de participação.”</p>
07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas praticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?	*MANIFestas como boas práticas de DL.	*É destacado o maior evento de boas praticas.	E-4. ...”sim, é o maior evento nacional a esse nível, é e se quiser outras iniciativas como foi a questão do fórum social português tiveram menor impacto.”
08.Na sua opinião, a Manifesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?	*MANIFestas como promoção do empowerment.	*É um processo de multifunções.	E-4. ...”sim, tem grande função de capacitação das organizações, é um grande momento do encontro, tem a questão das assembleias, é um processo de construção, é um processo de reflexão colectiva, a MANIFesta não é só uma festa, é também um processo.”
09.Quais os impactos presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?	a)MANIFestas: impactos presentes.	<p>*Reconhecimento.</p> <p>*Espaço para o cidadão comum que faz o desenvolvimento local..</p>	<p>E-4. ...”vejo isso a vários níveis, desde logo o reconhecimento do poder local, do papel que algumas organizações da sociedade civil desempenha,”...</p> <p>E-4. ...”do cidadão comum, daqueles que são os indivíduos do desenvolvimento local, mais que a final passa por uma MANIFesta,”...</p>
	b)MANIFestas: impactos futuros.	*Afirmação do desenvolvimento local.	E-4. ...”dupla função de afirmação das iniciativas de desenvolvimento local perante o poder político, perante a sociedade.”
10.Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?	*Desafios futuros do DL participado.	<p>*Sustentabilidade das ADL / OIDL.</p> <p>*Iniciativas locais para os territórios.</p>	<p>E-4. ...”logo a manutenção de uma certa falta de reconhecimento do poder público para este tipo de intervenção. É estas organizações vivem de projectos, ela tem uma iniciativa, uma ideia, uma iniciativa, uma ideia de um projecto e com tantas oportunidades que existe de financiamento dum projecto, este projecto vai avante ou não vai avante, isto se deve calcular que cria uma grande instabilidade nas organizações e o que nós defendemos era um programa nacional, de promoção do desenvolvimento local,”...</p> <p>E-4. ...”iniciativas locais identificadas nos seus territórios pelas pessoas que pudessem ser materializadas com recursos e</p>

		*Aprofundamento da democracia	<p>incentivos permanentes digamos no tempo, estamos a falar de contracto programas de médio prazo, é... de 3 a 5 anos, pronto, na sua fase de desenvolvimento e que no seu término, na sua fase de finalização fosse avaliado, é... para se ter certeza se continuava ou não continuava,"...</p> <p>E-4. ... "é um momento importantíssimo de aprofundamento, e de promoção da democracia, que é quando falamos de processo participado, de aprofundamento da democracia e de construção de um país melhor, portanto, estamos a falar de tem a questão da educação, estamos a falar de um país mais preparado para o futuro, mais preparado para essas questões negativas que temos da globalização que eu falei nomeadamente."</p>
11. Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL's / ou OIDL's?	*Reforçou competências das ADL / OIDL para interacção social.	*Capacitação das organizações.	E-4. ... "sim é um dos é... um dos elementos pelo que eu já falei, de capacitação das organizações,"...
12. Quais os principais contratempus / dificuldades que se lhe colocaram na organização da Manifesta? Como foram superados?	a) Contratempus.	*Recursos financeiros.	E-4. ... "são os recursos financeiros, porque nós temos que colocar preços baixos dos stands, temos que colocar alimentação para as pessoas, isto logisticamente é uma coisa muito grande, dar alimentação quer aos que vem promover cultura como aqueles que estão nos stands, depois tudo o que é programação cultural, depois tudo o que é programação de seminários, depois tudo o que é secretariado da manifesta, seguros, seguranças, etc."
	b) Soluções.	*Planeamento financeiro antecipado.	E-4. ... "se começa a fazer muito antes, é se calhar 2 anos antes de uma para outra, se vai encontrando ora para aqui, ora para ali, vai se montando, quando temos o plano financeiro todo montado, agora se vai para o plano prático, depois há que se montar todas as peças no final, e depois há que avaliar e apresentar contas no final."
13. A partir da perspectiva da internacionalização da Manifesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?	*Contexto geográfico internacional..	*É possível aplicação das MANIFestas nos países lusófonos.	E-4. ... "essa é uma grande perspectiva das participações internacionais, os países lusófonos terem sua presença, porque qualquer país lusófono tem experiências, projectos de desenvolvimento, principalmente no Brasil, mais também existe em África, e isto era importante que fosse mostrado, que viessem cá e que vossos poderes políticos participassem, e que houvessem também um confronto desses vossos poderes políticos com os nossos poderes políticos, através de seminários, etc, para que de facto fossem começado a criar situações que eventualmente pudessem criar condições para favorecer subvenções até financeiras, plataforma de cooperação e de inter - conhecimento entre as organizações de um lado e do outro, projectos dum lado e doutro, iniciativas de desenvolvimento local dum lado e doutro,"...
14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?	*Recomendações, sugestões.	*Efectivar as competências globais. *Ser espaço globalização, da solidariedade.	E-4. ... "Seremos de facto também global, ser um espaço gloacial, seja de facto global, cumpra essa função de mostrar ao mundo aquilo que nós fazemos, se não bem, mais pelo menos dentro dos nossos recursos, das nossas consciências, quando eu digo nós e digo todos nós brasileiros, caboverdianos, portugueses, europeus etc,"... E-4. ... "ser espaço da globalização da solidariedade, aprofundar o projecto da solidariedade a escala mundial que é o que nos faz falta nesse momento, naturalmente promover reflexão neste sentido, ser um grande espaço de reflexão a escala internacional."
15. Qual a mensagem das logomarcas das MANIFestas?	*Logomarcas.	*Tavira. 2001	E-4. ... "Tavira com o papagaio que era o símbolo, e era a ver a quantidade de miúdos a brincar com o papagaio, de modo que é... pronto este foi o símbolo que foi escolhido,"...

		<p>*Serpa. 2003</p> <p>*Trancoso. 2005</p>	<p>E-4. ...” uma actividade tradicional, para o saber fazer tradicional, o trabalho de um artesão, na construção do tempo. Depois remete para uma coisa que está em movimento, remete para algo que está em movimento, estamos a trabalhar, estamos em movimento. Depois porque é algo que também simboliza o a relação inter-relacional, é o pai, a mãe que ensina a criança a jogar o pião, e aqui o papel muito grande dessa relação interrelacional, porque de facto é o fazer da sociedade também, há uma transferência de valores.”</p> <p>E-4. ...”Trancoso que foi a última foi um pés e mãos de pessoas, um grande apelo à construção colectiva das pessoas e também caminhada nesse processo.”</p>
--	--	--	--

ENTREVISTA – 5.

QUESTÃO	CATEGORIA	SUB – CATEGORIA	ENXERTO DA ENTREVISTA
01.Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a)Animar: Motivos da criação	<p>*Criar visibilidade.</p> <p>*Falta de interlocução junto ao poder público.</p> <p>*Conhecimento entre as ADL e territórios, cooperação.</p>	<p>E-5. ...”em 1985, 90, finais dos anos 80, mais o grande surto de nascimento das organizações de desenvolvimento local aparece nos anos 90, 98/90 que é quando começa a aparecer os programas de financiamento de ajuda ao desenvolvimento mais estruturados. É... isto pois vai gerar que as práticas de cada instituição acaba por ser diferente, depois porque haviam traços comuns que eram partilhados por estas organizações, é que as organizações de uma maneira geral actuam num determinado território, há outras que actuam em vários territórios, mais em termos de países aquilo, a intervenção de cada associação não é conhecida, portanto é logo num primeiro ponto, que é a questão da visibilidade.”</p> <p>E-5. ...”começam a aparecer problemas de relacionamento com o estado, portanto não existe um interlocutor, isto não existia alguém na altura que reflectisse os problemas gerais digamos assim das associações e que pudessem mesmo que não fossem reivindicados”...</p> <p>E-5. ...”conhecer outros que actuam em territórios semelhantes ou diferentes, reflectir também sobre as práticas dos outros, confrontar com as nossas e eventualmente termos projectos, cooperação em conjunto, portanto essa para nós era essa a pedra de toque e foi aquilo que mais nos entusiasmou.”</p>
	b)Animar: percurso evolutivo.	<p>*Encontro dos 10 no Mezio.</p> <p>*Animar e primeiro processo de D. local: a MANIFesta de Santarém.</p> <p>*Alargamento das ideias componentes de motivação para o desenvolvimento local. A nível de Portugal.</p> <p>*Expansão e visibilidade.</p>	<p>E-5. ...”na aldeia do Mezio na serra de monte mouro, depois a partir daí um encontro de reflexão sobre o desenvolvimento local, dinamizado na altura pelo professor José portela da Universidade de Trás os montes, ligado também a um projecto de desenvolvimento europeu, mais a partir da foi indicado, não podemos dizer que foi eleito, que foi nomeado, portanto as pessoas se ofereceram e foi criado um grupo de trabalho que agente chamou de o grupo dos dez, e fomos tendo várias reuniões durante um ano, circulando pelos vários pontos do país para reflectirmos em conjunto o que podíamos fazer, daí nasceu a ideia realmente de constituir a Animar.”</p> <p>E-5. ...”portanto este grupo de pessoas que a maior parte sendo da Animar, mais era um processo digamos assim paralelo, a constituição da associação e a primeira MANIFesta que acabou por acontecer em Setembro, Outubro de 1994, mais digamos que a Animar ainda estava num processo muito frágil, digamos assim, não tinha ainda uma estrutura e daí a primeira MANIFesta organizou-se ainda como um grupo de promotores muito aberto, sem haver uma instituição por trás que lhe desse nome, que lhe desse, que fosse uma estrutura”...</p> <p>E-5. ...”em 1994 em Santarém a primeira MANIFesta que acaba por corporizar digamos assim em termos nacionais, a ideia base da Animar, a ideia da visibilidade, a ideia da voz do desenvolvimento local e a ideia da cooperação. Podemos acrescentar uma outra ideia que surge a partir da MANIFesta que é a ideia de que para além de cooperarmos uns com os outros, muitos de nós acabamos por aprender, por inovar, por sermos criativos.”</p> <p>E-5. ...”nesta primeira fase a animar era uma estrutura em termos organizacional fragil, ainda é uma estrutura frágil, não podemos dizer que é uma estrutura forte. Mais era uma estrutura frágil, praticamente vivia com o voluntarismos de algumas de algumas associações, com o voluntarismo da parte da direcção e de alguma cooperação de sócios individuais que estavam mais sedeados na universidade de trás os montes, estava lá a presidência digamos assim, com uma outra que na altura nós chamávamos as três cabeças da Animar que era a direcção, aqui a solidários que era a parte mais organizativa, parte financeira, parte de organização com os sócios que uma pequena gestão de projectos que haviam no momento, e depois havia uma parte mais operativa, mais política talvez, a nível de estratégia, a nível mais político que</p>

		<p>*Organização de projectos e sustentabilidade da rede.</p>	<p>estava sedcada em messejana através do José Carlos albino,”...</p> <p>E-5. ...”uma segunda fase em que a partir desse reconhecimento público nomeadamente de algumas instâncias governamentais foi possível pensar alguns projectos que poderiam ter algum impacto a nível das organizações é e a partir daí foi possível desenvolver alguns projectos um deles a manifesta que apareceu em 1996 que começa a ter uma base mais sólida, em 1994 ainda é muito voluntarismo e frágil sob o ponto de vista da organização”...</p>
<p>02.Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?</p>	<p>*Papel da Animar para o DL como movimento associativo.</p>	<p>*Expansão da rede e cooperativismo.</p> <p>*Pensar projectos, a cooperação entre os membros da rede, a participação, a democracia.</p> <p>*Fortalecer a intervenção cívica em Portugal.</p> <p>*Garantir no Orçamento Nacional ou da União Europeia um recurso mínimo para sustentabilidade das organizações.</p> <p>*Alcance internacional.</p>	<p>E-5. ...”promover a cooperação entre...funcionar no fundo como rede, é promover a cooperação das associações de desenvolvimento local nos vários pontos do território.”...</p> <p>E-5. ...”continuar a batalhar junto do estado pelo reconhecimento público das, dos serviços de utilidade social que estas organizações prestam e para isto deve atribuir-lhes verbas do orçamento do estado;”...</p> <p>E-5. ...”um papel de qualificações das organizações, porque há algum deficit digamos assim de qualificação das organizações, portanto há uma necessidade de qualificar os dirigentes, qualificar os técnicos;”</p> <p>E-5. ...”sobretudo ajudar as organizações a ter uma perspectiva de longo prazo, não só uma perspectiva de trabalhar só para cada quadro comunitário, digamos que são aqueles quadros financeiros da união europeia, neste momento esperamos que comece a funcionar o quadro de referência estratégica que foi assinado hoje no porto-QREN, que é 2007/2013 mais portanto, temos um horizonte muito mais vasto que só os quadros de financiamento.”</p> <p>E-5. ...”interligação se calhar deste movimento do desenvolvimento local ou a nível de Europa ou a nível de outras partes do mundo que eu acho que era importante mais eu acho que tá, está muito embrionário digamos assim, há apenas um ou outro aspecto mais pontual.”</p>
<p>03.Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?</p>	<p>a)Actuação da Animar no D. glocal.</p>	<p>*Necessidade de intensificar as relações locais.</p> <p>*Trabalho glocal ao nível nacional e dos territórios.</p>	<p>E-5. ...”a animar não tem tido a capacidade de se ligar mais digamos assim ao que se passa no resto do mundo, que se passa no resto dos países.”</p> <p>E-5. ...”o que tem existido até neste momento é a perspectiva de trabalho é que se realiza nos locais ou ao nível nacional é enfim, tentamos que esta perspectiva tenha uma perspectiva glocal, portanto, tenha uma perspectiva mais global.”</p>
	<p>b)Desafios futuro.</p>	<p>*Falta trabalhar mais este aspecto.</p>	<p>E-5. ...”mais penso que não seja uma estratégia muito esclarecida mais acho que vamos ter que desenvolver.”</p>
<p>04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*Contributos para a formação e promoção do DL.</p>	<p>*Contribuem com formação e qualificação.</p> <p>*As Organização tem cumprido esse papel.</p>	<p>E-5. ...”não há dúvidas, quer as associações associadas da Animar quer as outras organizações que não são associadas da Animar, de uma maneira geral são as instituições que têm promovido formação, qualificação das pessoas, mais numa perspectiva de não só capacitar as pessoas para o desempenho de uma profissão, digamos assim, mais capacitar as pessoas para o desempenho de uma actividade profissional e minimamente enquadradas digamos assim nas potencialidades daquele território.”</p> <p>E-5. ...”creio que as organizações de desenvolvimento local são aquelas instituições que tem uma visão digamos assim mais clara do que pode apresentar para qualificação dos recursos humanos num determinado território, não só na perspectiva do desempenho profissional, mais na perspectiva de que aquela actividade para a qual nós estamos a qualificar as pessoas é uma actividade interessante, é uma actividade que tem algumas possibilidades de desenvolvimento naquele espaço territorial, portanto eu creio que</p>

			<p>al acho que as organizações de desenvolvimento local, as ADL tem de facto contribuído de forma muito significativa para a formação e para a promoção do desenvolvimento local.”</p>
<p>05.Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de desenvolvimento local?</p>	<p>*MANIFestas como estratégias de DL.</p>	<p>*As MANIFestas envolvem parceiros e participação a nível nacional e local.</p> <p>*Reforça a cooperação entre organizações e instituições públicas.</p> <p>*Estabelece parcerias para dentro e para fora.</p> <p>*Realizar gestão de recursos financeiros e humanos.</p> <p>*Envolve várias componentes do D. local..</p> <p>*Processo de formação e dinamização.</p> <p>*Seminários temáticos e colóquios voltados para as realidades locais dos</p>	<p>E-5. ...”não há muitas dúvidas, embora digamos que a MANIFesta tem uma lógica que é uma lógica de partida que é tentar mobilizar, para já a MANIFesta se realiza num local que MANIFeste declaradamente vontade de organizar, normalmente não é bem um concurso público, portanto há um período de candidaturas que é aberto, e portanto, os locais ou os territórios que tem interesse em organizar a MANIFesta tem digamos que constituir uma parceria, um pequeno consórcio mesmo informal e apresentar uma proposta de organização da MANIFesta.”</p> <p>E-5. ...”obriga a que várias organizações, ou várias instituições cooperem entre si para que a MANIFesta seja viável, desde logo o município, portanto que normalmente tem que assumir, ou deve assumir ou queríamos que assumisse um papel importante no apoio à organização da própria MANIFesta, depois a cooperação entre as várias associações que intervêm naquele território, ou seja, território municipal ou seja território intermunicipal, portanto, as pessoas vão ser obrigadas a reunirem, a pensarem em conjunto sobre o que a MANIFesta, sobre o programa da própria MANIFesta, até pensarem nos recursos que podem mobilizar para que a MANIFesta seja viável”...</p> <p>E-5. ...”obriga a que este conjunto de parceiros tem que também estabelecer uma outra parceria com a Animar e com as organizações fora do território,”...</p> <p>E-5. ...”obriga a gerir, digamos, quando estas pessoas vão estabelecendo afinal consenso fazer esta gestão com o projecto mais global da MANIFesta que é representado pela Animar, portanto e a Animar é que tem digamos assim, o património do que é a MANIFesta, as várias componentes, os objectivos, os conteúdos, portanto a Animar que é, portanto a Animar é que tem o património da MANIFesta, depois tem é que se relacionar com a própria Animar e pois nas várias vertentes não é, desde logo, a componente também do suporte financeiros, digamos assim dos recursos, que recursos financeiros é que preciso mobilizar,”...</p> <p>E-5. ...”tem uma componente de feira, que é a componente da mostra, dos produtos, dos projectos e das iniciativas, pois cada associação que está presente faz com mais imaginação ou com menos imaginação. Depois tem a componente da animação, que normalmente é uma componente que também varia, mais normalmente a componente mais importante da animação é tentar buscar nos vários pontos do país as experiências de animação associadas aos projectos de desenvolvimento e que podem estar presente na MANIFesta, portanto, a MANIFesta apesar de ser organizada num território local, ela depois trás para si o que vai acontecendo no resto do país, ao nível da amostra dos produtos e das iniciativas e dos projectos, ao nível da própria animação, portanto a animação é feita por grupos de teatro, ou grupos de cantos, ou grupos de dança, ou de outro tipo de intervenções de pessoas, ou grupos que vem de várias partes do país.”</p> <p>E-5. ...”há um processo quando as MANIFestas se organizam há um processo também de paralelo que é um processo de preparação da MANIFesta, que envolve a formação de um grupo dinamizadores da MANIFesta que normalmente são pessoas que vem dos vários pontos do país e associados a associações se dispões a vir aqui, normalmente tem um dinamizador para 5, ou 7 meses participa em sessões de formação sobre animação de eventos de média e grande dimensão, mais paralelamente vai estando neste território a identificar associações, projectos, iniciativas de animação que pode está presente na MANIFesta,”</p> <p>E-5. ...”há a componente mais, podemos chamar da reflexão ou dos conteúdos, que é tentar para em cada MANIFesta todos os dias ou ter um dia temático durante a MANIFesta é onde se</p>

		territórios. *Teses das MANIFestas.	organizam vários seminários, colóquios, partilhas de experiências ou oficinas, tem sempre vários formatos, ou não tendo dias temáticos se vai organizando ao longo dos dias um conjunto de actividades digamos assim, é que são normalmente relacionados com temas latentes digamos assim, naquele momento,”... E-5. ...”esse documento é o documento base de diálogo vamos assim, entre as associações mais também de diálogo do desenvolvimento local com o próprio estado, digamos assim, pois quando a Animar vai dialogar ou com os departamentos de emprego, ou com os departamentos de desenvolvimento local mais associados à agricultura e ao desenvolvimento rural e junto a outros ministérios digamos que este documento é um documento base, digamos assim, das propostas de desenvolvimento local naquele momento. Portanto, de uma maneira geral esse documento representa uma certa estratégia mais global do desenvolvimento local.”
06. Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributo para a visibilidade do DL.	*Visibilidade. *Cooperação entre organizações, associações e voluntariado. *Espaço na comunicação social, local., regional, nacional.	E-5. ...”Depende muito de MANIFesta para MANIFesta, que as MANIFestas tem uma ideia, uma programa comum digamos assim, mais depois, cada uma tem um pouco suas dinâmicas, normalmente estão associados a cada MANIFesta”... E-5. ...”normalmente cada MANIFesta tem um grupo permanente a volta de 1500 a 2000 pessoas, são as pessoas das associações que vão para lá e que estão lá, estão nos stands, que estão a participar na animação, nas várias coisas e depois de cada ponto do país há visitas a MANIFesta com grupos que estão na formação, com pessoas das escolas, com professores, com alunos das universidades, portanto há universidades que é quase um ponto de honra quando se realiza a MANIFesta que sempre mandam para lá voluntários”... E-5. ...”em termos de MANIFestas podem ser feito acordos ou com rádios locais ou com jornais locais e normalmente um jornal nacional onde são publicadas diariamente notícias e são e são inseridos cadernos temáticos na...espécie de suplementos que são encartados no jornal diário e onde se divulgam assim, iniciativas e projectos de desenvolvimento local, portanto, em termos de visibilidade do desenvolvimento local,”...
07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas praticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?	*MANIFestas como boas pratica de DL.	*Visibilidade junto ao poder público. *Falta reflexão sistemática. *A MANIFesta é um espaço aberto às alternativas.	E-5. ...”visibilidade junto dos próprios, da própria administração, portanto a própria administração, sobretudo alguns sectores, mais a parte do emprego e a parte mais do desenvolvimento rural, estão sempre a espera que aconteça a MANIFesta, ou para estarem lá também porque a MANIFesta permite que algumas instâncias governamentais tenham lá um stand ou para estarem lá presentes, ou para irem lá também participarem dos colóquios, e alguns casos também estabelecermos parcerias com os departamentos do estado para eles próprios irem a promoverem seminários, colóquios, portanto, sobre este ponto de vista é uma estratégia de visibilidade fundamental..” E-5. ...”acho que falta alguma reflexão sobre este ponto, quer dizer, em que medida é que as MANIFestas podem constituir ou ser um espaço de apresentação de propostas de alternativas, eu acho que falta alguma reflexão sistemática sobre as manifestas.” E-5. ...”Quem quer trabalhar nesta área sabe que tem que ir ali, e a própria administração também sabe, quando quer saber do que estar a mexer tem que lá ir, aquilo é um espaço onde se ver, é uma espécie digamos de barómetro do que estar a acontecer no país, até este momento tem sido mais também quando deixar de ser, deixa de fazer sentido, mais neste aspecto é uma coisa importante.”
08. Na sua opinião, a Manifesta pode ser identificada como	*MANIFestas como promoção do empowerment.	*É preciso tornar as relações mais dinâmicas para haver empowerment.	E-5. ...”a componente, passarmos do desenvolvimento local numa visão mais estática não é para uma visão de desenvolvimento local em que os cidadãos são a parte central, e sobretudo os cidadãos

<p>uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?</p>		<p>*Igualdade de condições nas parcerias entre Estado e organizações.</p>	<p>organizados para podermos fazer a tal parceria estado sociedade civil, estado cidadãos. Quando isto acontecer, é... vamos conseguir que haja mais empowerment sobre o ponto de vista... empowerment existe não é, mais agora depende da ideia que cada um de nós temos,"...</p> <p>E-5. ... "Eu acho que os financiamentos que são atribuídos às organizações não tem nada de subsídios dependência, de caritativo, agora só existe porque o estado não tem uma atitude de parceiro com estas organizações. No dia em que tiver uma atitude de parceiros as organizações também podem falar de igual para igual, porque nós quando estamos a falar de igual para igual também não somos ingénuos, sabemos que o estado tem mais recursos do que nós, sabemos que o estado tem mais legitimidade do que nós. Também não vamos agora querer nos armar num segundo estado, não é isso, mais é falar de igual para igual respeitando as diferenças, não é, mais sabendo que há contributos específicos de cada uma das partes, eu acho que o grande objectivo da MANIFesta, da Animar é chegarmos a este patamar, parceria de igual para igual com o Estado."</p>
<p>09. Quais os impactos presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?</p>	<p>a) MANIFestas: impactos presentes.</p>	<p>*Mais cooperação entre as organizações.</p> <p>*Mais comunicação entre as organizações e pessoas.</p>	<p>E-5. ... "há um salto qualitativo em termos, pelo menos na cooperação entre as organizações desde logo, cooperação entre as instituições, antes disto um efeito enorme das organizações e associações se conhecerem,"...</p> <p>E-5. ... "hoje o que acontece é que o que acontece aqui, está acontecer no concelho ao lado, está a acontecer nos outros concelhos. Portanto quando nós estamos a pensar o desenvolvimento local temos que pensar, não podemos pensar só no nosso concelho, na nossa freguesia, e nesse aspecto a MANIFesta como é uma actividade muito aberta, é um evento muito aberto, é possível as pessoas aparecerem,"...</p>
	<p>b) MANIFestas: impactos futuro.</p>	<p>*Neutralizar as divergências entre as organizações.</p>	<p>E-5. ... "a Animar neutraliza as divergências, é o grande trunfo de uma organização desse nível, a Animar e propriamente a MANIFesta é exactamente isto, como é alguma coisa que está fora neutraliza este efeito da inveja, do ciúme, destes pecados todos que agente estudou no catolicismo."</p>
<p>10. Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?</p>	<p>*Desafios futuro do DL participado.</p>	<p>*Fortalecer as acções de cooperação e associativismo.</p> <p>*Lutar contra o individualismo.</p> <p>*Superar as pressões económicas globais.</p>	<p>E-5. ... "a 20, 30 anos havia muito mais espírito de cooperação e interesse conjunto e hoje há menos e mesmo se calhar é diferente, mesmo a vontade das pessoas se associarem hoje, por um lado é menor, se calhar é diferente mais nós ainda não descobrimos a maneira de entusiasmar as pessoas para se associarem, mais que este efeito foi negativo, foi, e portanto digamos que vamos ter que reconstruir esta ideia da cooperação, da solidariedade, esta ideia das pessoas se associarem para conseguir objectivos comuns."</p> <p>E-5. ... "ultrapassar aquilo que o liberalismo quer, que é indivíduos aptos e a génese do movimento associativo, do movimento da cidadania, da democracia participativa, da voz do cidadão é um bocado contrária à ideia de cada um se safar como puder,"...</p> <p>E-5. ... "é esta pressão económica, cria também uma ilusão na sociedade de consumo, cria uma ilusão que o indivíduo vai ser feliz se tiver dinheiro para consumir tudo, isto é um grande inimigo de quem quer construir uma sociedade mais saudável, humanamente mais feliz, é um grande inimigo e combater isto não é fácil."</p>
<p>11. Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL's / ou OIDL's?</p>	<p>*Reforço de competências das ADL / OIDL para interacção social.</p>	<p>*Reforço do cooperativismo.</p>	<p>E-5. ... "sem dúvida, isso aqui há muitas associações que começaram por exemplo a promover projectos em conjunto a partir do momento em que participaram em manifestas, porque se conheceram, porque descobriram as competências uns dos outros e passaram pelo menos a cooperarem entre si, tentando por exemplo: uma associação tem uma vocação mais para trabalhar na</p>

			<p>área do empreendedorismo, outra tem vocação para trabalhar mais na área do social e então passaram a cooperar entre si, e então quando agente coopera estamos a aprender, estamos a desenvolver em nós novas competências.”</p> <p>E-5. ...”competência mais da organização e da necessidade por exemplo de nos tomarmos visíveis o que fazemos isto é uma competência que surge e que é muito reforçada a partir da manifesta,”...</p>
<p>12. Quais os principais contratemplos / dificuldades que se lhe colocaram na organização da Manifesta? Como foram superados?</p>	<p>a) Contratemplos.</p>	<p>*Reforço da competência organizacional e visibilidade.</p> <p>*Recursos financeiros.</p> <p>*Desafio da busca da qualidade.</p>	<p>E-5. ...”mobilização de vontades mais muito associada também a quantidade de dinheiro digamos assim necessário para organizar a MANIFesta.”</p> <p>E-5. ...”quando termina uma MANIFesta fica sempre com aquela sensação depois de ter feito isto o que agente pode fazer mais, não é, e portanto há sempre um desafio grande de realizar uma MANIFesta que der um pequeno salto qualitativo, pode não ser na dimensão em termos digamos do grande não é, mais pode ser ao nível do conteúdo, da qualidade, ou do envolvimento das associações”...</p>
	<p>b) Soluções.</p>	<p>*Apoio de financiamento de Quadros comunitários.</p> <p>*Continuar inovando.</p>	<p>E-5....”normalmente quando existe uma transição de quadros comunitários da união europeia é difícil organizar uma MANIFesta,”...</p> <p>E-5. ...”cada MANIFesta tem sido diferente e acho que é possível manter os seus traços basilares digamos assim, mais em cada MANIFesta inovar e fazer diferente.”</p>
<p>13. A partir da perspectiva da internacionalização da MANIFesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?</p>	<p>*Contextos geográficos internacionais.</p>	<p>*É possível com adaptações.</p>	<p>E-5. ...”se alguém noutro país quiser tentar digamos a experiência da MANIFesta vai ter que reformular, não pode, não é uma cópia, se fizer uma cópia vai dar mal resultado.”</p>
<p>14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?</p>	<p>*Recomendações, sugestões.</p>	<p>*Abertura para o cooperativismos.</p> <p>*Constante aprendizado.</p> <p>*Ganhar empoderamento com as praticas e reflexões.</p> <p>*Intervenção ecológica.</p>	<p>E-5. ...”cooperação e interagirmos com o outro, não há cooperação possível, e interacção possível sem nós nos desprendermos daquilo que somos e do nosso convencimento de que temos só que dar sabedoria, que nossa experiência é melhor, portanto penso que este é o primeiro grande desafio futuro.”</p> <p>E-5. ...”as organizações perceberem que não tem digamos assim um modelo social acabado, também não são um contra-poder, também não são agora o desenvolvimento local não é um projecto alternativo de organização social, se calhar a organização social é uma coisa mais complexa do que isso. Agora percebermos, assumirmos, reflectirmos que temos uma contribuição muito grande a dar sobre aquilo que eu costumo chamar organização dos cidadãos,”...</p> <p>E-5. ...”ganharmos a capacidade quer com as nossas práticas, quer com a nossa reflexão, quer pela reflexão que outros possam fazer sobre as nossas práticas, conseguirmos convencer o estado e os agentes públicos de que as organizações da sociedade civil e sobretudo, as organizações de desenvolvimento local, as organizações cívicas e solidárias podem ter um papel fundamental em parceria com o estado para melhorarmos no fundo o mundo em que estamos não é.”</p> <p>E-5. ...”essa componente ecológica, essa componente ambiental eu penso que é importante, porque o que eu acho que vai unir as pessoas no futuro vai ser de facto aquilo que vai ser um problema</p>



			comum que é no fundo a saúde do planeta onde nós estamos, e isto irá até ultrapassar questões financeiras, quer dizer, do lucro, é mais consensual, quer dizer é mais fácil, eu penso que estas organizações deviam sempre pensar que devem ser pioneiras nisso,”...
15. Qual a mensagem das logótipos das MANIFestas?	*Logomarcas.	<p>*Santarém. 1994</p> <p>*Tondela. 1996</p> <p>*Amarante. 1998</p> <p>*Tavira. 2001</p> <p>*Serpa. 2003</p> <p>*Trancoso. 2005</p>	<p>E-5. ...”Santarém não havia ainda tão trabalhado a ideia da imagem, foram fogos de artifícios mais eu penso que essa ideia não foi ainda muito trabalhada.”</p> <p>E-5. ...”Tondela foi a castanha como ouriço, associada a ideia do rural, a potencialidade do local.” Santarém não havia ainda tão trabalhado a ideia da imagem, foram fogos de artifícios mais eu penso que essa ideia não foi ainda muito trabalhada.</p> <p>E-5. “Amarante foi a ideia de uma mão, portanto eu acho que era mais a marca humana, a marca da pessoa, humanizar a ideia do desenvolvimento local, penso que era isso.”</p> <p>E-5. ...”em Tavira e eles tiveram várias sessões e em uma dessas eles estiveram a explorar essa imagem e depois foram lançar um papagaio, portanto foi a ideia e depois até havia vários papagaios que eram distribuídos às pessoas e foi também uma ideia muito interessante.”</p> <p>E-5. ...”a ideia do pião, e que portanto estava muito associada a ideia do movimento, de lançar o pião, era uma ideia de lançar-se em movimento, no fundo, o movimento associativo ou lançar uma iniciativa, portanto é essa a ideia e penso que foi uma das ideias mais conseguidas em termos da ideia de manifesta, a ideia de pião conseguiu sobretudo porque aliava movimento,”...</p> <p>E-5. ...”Trancoso, porque além de ser sapateiro era uma daquelas pessoas populares que tinha alguma cultura, fazia poesias, então partiu-se dessa ideia de alguém que tinha um saber, sem ser um saber erudito que era a ideia do sapateiro para uma ideia de caminho, de caminhada, portanto a manifesta também é um processo, é uma ideia que nós gostamos de trabalhar, a manifesta não é apenas aqueles 4 dias que vamos estar ali em conjunto, mais é todo um processo de preparação que demora normalmente entre 8 meses e um ano,”...</p>

ENTREVISTA – 6.

QUESTÃO	CATEGORIA	SUB – CATEGORIA	EXCERTO DA ENTREVISTA
01.Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a)Animar: motivos da criação.	*Envolvimento de pessoas que promoviam o DL.	E-6. ...”foi um conjunto de pessoas, pessoas que estavam a intervir na área do desenvolvimento local e particularmente no desenvolvimento rural que acharam por bem desenvolver uma coordenação e um espaço de debate e de partilha relativo entre a esta questão do desenvolvimento local que já assume algumas proporções que ainda não era suficientemente valorizado, é enfim pelas instituições do estado e outras organizações que tinham implicações no desenvolvimento destas localidades.”...
	b)Animar: percurso evolutivo.	*MANIFesta como primeiro processo de debates sobre o desenvolvimento local..	E-6. ...”das primeiras reuniões em Santarém, aliás penso que a primeira MANIFesta em Santarém que houve um amplo debate, com grupos temáticos, enfim, era um momento de facto de muita gente, de muitos grupos isolados que tentavam fazer alguma coisa nas suas terrinhas que se juntavam ali para discutir isso e ver de que forma em conjunto poderia influenciar as políticas de desenvolvimento local.”
02.Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?	*Papel da Animar na promoção do DL como movimento associativo.	*Animar abre espaço de reflexão e alternativas. *Espaço de partilha e troca de experiência.	E-6. ...”o aparecimento da Animar como espaço de reflexão de confronto e de preparar algumas propostas alternativas é serem assumidas como políticas gerais é extremamente importantes.” E-6. ...”é um espaço extremamente importante da própria, da partilha, da troca de experiências que este trabalho acaba por ser um trabalho muito localizado e disperso que este papel da Animar é importantíssimo, até porque a Animar portanto, como a maior parte das instituições nesta área falta recursos humanos, financeiros e outros para fazer um trabalho mais valioso.”
03.Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?	a)Actuação da Animar no D. glocal.	*Actuação no meio rural e urbano, e políticas sociais. *O glocal é conseguido com a actuação local e nacional.	E-6. ...”entretanto teve uma evolução não só em meio rural que no início estava em meio rural mais também abrangeu a questão local independentemente de rural ou em meio urbano, portanto acho que ela deu um contributo importante aos grupos de intervenção urbana, aos desfavorecidos com uma perspectiva mais social.”... E-6. ...”a Animar já é um parceiro, conseguiu um lugar a mesa dos parceiros sociais a nível nacional, já é chamada para dar algumas orientações e portanto, nesse aspecto é este objectivo do glocal das políticas, penso,”...
	b)Desafios futuros.	*Actuar dentro dos financiamentos de quadros estratégicos.	E-6. ...”os desafios futuros agora com o desenvolvimento do novo quadro estratégico, com os novos financiamentos que tem e com algumas alterações estratégicas acho que a Animar tem aqui um papel importante, é um desafio para o futuro.”
04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributos para a formação e promoção do DL.	*Contributo positivo para as organizações de DL. *As ADL são um pilar fundamental do desenvolvimento local.	E-6. ...”sem dúvida, e particularmente nestes grupos trabalham mais em áreas sociais e urbanas e mais ainda particularmente, as entidades que intervêm num desenvolvimento local em meio rural e sem dúvida”... E-6. ...”de facto estas instituições espalhadas pelo meio rural, é um pilar importante para a formação e um incentivo para o desenvolvimento local, isso não há dúvida nenhuma, infelizmente estas instituições muitas vezes não tem o apoio, o enquadramento e o carinho suficiente para ser apoiadas para ter uma missão mais positiva, mais maior, com maior impacto.”
05.Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta	*MANIFestas com estratégias de DL.	*É um espaço estratégico muito importante.	E-6. ...”este conjugar, primeiro este desenvolvimento local e particularmente em meio rural, costumo dizer, disperso, isolado, dependente muitas vezes de vontades pessoais de alguns indivíduos, de pequenas colectividades, é... ao juntar-se através da MANIFesta é um momento importante de transmitir mesmo aquilo que é pequenino no local que fazemos e ao ver que outros

<p>características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de desenvolvimento local?</p>		<p>*Encontros de partilha, trocas de experiências, intervenção de grupos isolados, o confronto de praticas são estratégias importantes de DL.</p>	<p>estão a fazer a mesma coisa ou coisas idênticas é extremamente importante e isso tem uma dimensão mais ampla, mais importante ao nível do que fazemos a nível do nacional é e sem esse espaço da manifesta isso seria muito difícil.”...</p> <p>E-6. ...”este momento de encontro de partilha, digamos do que é esta intervenção voluntária de pequenos grupos isolados é um momento extremamente importante e isto de facto é destacável em termos do envolvimento do desenvolvimento local, ou seja, a partir daí essa troca de experiência, a aplicabilidade de uma experiência noutra sítio, o definir, o confrontar de nossas práticas e definir algumas orientações comuns, o influenciar como dizia a estratégia nacional, ou o desencadeamento do desenvolvimento local isto são processos de desenvolvimento local sem dúvida”...</p>
<p>06. Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*Contributos para a visibilidade do DL.</p>	<p>*É um espaço de visibilidade para organizações e os locais.</p> <p>*Promove o envolvimento de pessoas e apresentação de suas praticas.</p>	<p>E-6. ...”muitos desses pequenos grupos nunca teriam aparecido em público se não fosse a MANIFesta, ou seja, a MANIFesta também permite essas pequenas experiências locais de poderem aparecer, de poderem comunicar e de poder valorizarem aquilo que elas fazem, e se não houvessem a MANIFesta muito destes frutos, não a não ser o espaço local em que promove estas visibilidade não haveria nenhum espaço.”</p> <p>E-6. ...”o facto de nos encontrarmos sentir-se de um movimento, sentir que minha prática é idêntica a do outro e que faz sentido que eu aqui estar envolvido isto leva que isso seja uma dimensão do movimento e não de pequenas experiências dispersa e aqui a MANIFesta joga um papel importantíssimo.”</p>
<p>07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas praticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?</p>	<p>*MANIFestas como boas praticas do DL.</p>	<p>*São por envolver, autarquias, organizações, pessoas e os locais.</p>	<p>E-6. ...”é evidente que elas ao envolver também nestes processos autarquias locais e organizações de desenvolvimento local, é de facto também mostrar uma boa prática e qual deverá ser a estratégia do desenvolvimento local, porque o desenvolvimento local só se faz é com as pessoas locais, envolvendo as pessoas locais e envolvendo todas as instituições locais, a estratégia é mesmo de parceria, isoladamente isto não tem sucesso.”</p>
<p>08. Na sua opinião, a Manifesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?</p>	<p>*MANIFestas como promoção do empowerment.</p>	<p>*A MANIFesta promove a capacitação e espaço de praticas das pessoas, promove a visibilidade.</p>	<p>E-6. ...”sem dúvida que a manifesta é uma forma de empowerment de desenvolvimento local, é...e é levar ao público, é levar ao público dezenas e dezenas de experiências de sucesso e de boas práticas, em que juntos dar uma visibilidade e digamos que isto deveria ser uma estratégia mais global e acarinhada pelas entidades públicas.”</p>
<p>09. Quais os impactos presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?</p>	<p>a)MANIFestas: impactos presentes.</p>	<p>*Promove a visibilidade do local, promove a cultura, promove o comércio local.</p>	<p>E-6. ...”houve impactos importantes, na altura houve um impacto muito importante, parece não é, porque no fundo é uma associação pioneira de desenvolvimento aqui destas zonas rurais e para mais das zonas de montanhas e portanto com isto deu uma projecção importante à própria instituição parceira na organização da MANIFesta. Houve o envolvimento muito grande porque isso obriga a envolver desde autarquias, desde materiais de produtos finais, por empresas a funcionar, organização de espectáculos, isto é um sem número de ferverilhar de iniciativas é e até em termos de repercussões económicas: são os hotéis, são os restaurantes, é enfim toda a vida do local que mexe com isso, e portanto isto tem a sua importância”...</p>

	b)MANIFestas: impactos futuros.	*Impacto visibilidade.	E-6. ...”10 anos depois, ainda há coisas que vimos, ainda há camisolas, t-shirt, enfim, todo o material promocional que na altura que de vez em quando se ver por aí a MANIFesta 98 de Amarante, que é uma coisa curiosa.”
10.Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?	*Desafios futuro do DL participado.	*Envolvimento político nas acções de DL. *Educação para a participação, para a cidadania. *Formação dos recursos humanos, da educação para a cidadania.	E-6. ...”os nossos representantes políticos entendam que este movimento é importantíssimo e este movimento que é barato para a sociedade que na maior parte deles é voluntário, é traz, anima, desenvolve, traz outros tipos de iniciativas ao local que do ponto de vista oficial seria impossível, portanto há aqui precisamente”... E-6. ...”esta questão da participação. O nosso país, enfim pela história que teve, tem aqui algumas lacunas em termos de formação das pessoas, de práticas associativas, de enfim, da necessidade de uma educação mais virada para a cidadania, a participação do cidadão no âmbito do desenvolvimento local em geral.”... E-6. ...”é necessário trabalhar a formação dos recursos humanos, que é necessário isso numa perspectiva de parceria de envolver toda a gente, de mobilizar os cidadãos para isto e o ponto fulcral do desenvolvimento local é esta participação activa do cidadão, é esta educação para a cidadania, que de facto é um grande desafio para o desenvolvimento local.”
11.Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL's / ou OIDL's?	*Reforço de competências das ADL /OIDL para a interacção social.	*Reforço de parcerias, de participação, de debates e aproximação das instituições.	E-6. ...”acho uma boa orientação, ou seja, a MANIFesta por ser de Amarante não tem que ser só com associações da cidade de Amarante. Acho que esta lógica de estarmos a intervir na região, quanto mais conseguirmos um grupo de parceiros muito alargados, no sentido de preparar, de desenvolver é importantíssimo e de facto isto leva a cada discussão das cartas da MANIFesta, das exposições, de fazer trabalhos regionais, ao chegar ao fim, tudo isso de facto reforça as competências e reforça sobretudo a importância independentemente de ser a Animar, pelo menos do ponto de vista regional ou inter local que haja aqui uma maior aproximação das instituições no sentido de partilhar as suas práticas, no sentido de desenvolver formações de interesse até do ponto de vista interno destas instituições e por aí a fora.
12.Quais os principais contratemplos / dificuldades que se lhe colocaram na organização da Manifesta? Como foram superados?	a)Contratemplos.	*Recursos financeiros. *É um evento demasiado grande para uma única organização local promover.	E-6. ...”são as questões materiais e financeiros, que de facto logo de início foi uma luta muito grande para garantir por exemplo que a autarquia local enfim participasse em termos de apoio a iniciativa e de apoio financeiro de maneira substancial que não foi fácil não é.”... E-6. ...”é uma organização demasiado grande para a estrutura da organização local.”
	b)Soluções.	*Apoios autarca e privado. *Envolvimento de todos, de voluntários.	E-6. “Foi uma luta dura teve que se juntar aqui algumas influencias por exemplo aqui no caso da câmara dar um apoio relativamente importante.”... E-6. ...”foi uma loucura nós nos ter metido nisto, nós não tínhamos capacidade para isto, tivemos algum sucesso nisso, há outros que querem abater isso, seria outra história, mais há empenho, de muita gente, voluntários e acabamos por superar tudo, eu penso que se conseguiu superar tudo.”
13.A partir da perspectiva da internacionalização da Manifesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros	*Contextos geográficos internacionais.	*É possível uma aplicação das MANIFestas no Brasil, por Estado.	E-6. ...”o Brasil tem uma dimensão terrível, mais ao nível estadual acho que aqui há experiências muito interessantes de estado para estado, penso que a realidade brasileira, só conheço das coisas que leio, não conheço na prática mais...e por alguns contactos que eu tenho com amigos, mais há experiências girríssimas é que seriam interessantes trocar entre estados no Brasil, mais que também experiências interessantes que do Brasil

contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?			que nos seria muito útil aqui para Portugal,”
14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?	*Recomendações.	*Realização de MANIFestas a nível regional e com espaço de tempo menor. *Trabalhar os espaços interlocais dos territórios.	E-6. ...”haverá que pensar se não há eventualmente possibilidade de organização de mini-MANIFestas, 3 ou 4 mini-MANIFestas ao nível mais regional, que eventualmente depois fossem num ano fazer isso e no ano seguinte fazer a MANIFesta nacional.” E-6. ...”este aspecto do inter-local, da dimensão regional, isso é extremamente importante, ou seja, esta associação está em contacto directo com a MANIFesta mais está em contacto muito indirecto com a associação ali vizinha, eventualmente pelo facto de sermos associação vizinhos, podemos até ter em alguns sectores, concorrência, ou por estarmos tão perto que não dá tanto gozo de trabalhar com estas pessoas. Mais esta dimensão inter-local, esta dimensão regional para a organização da MANIFesta era sem dúvida uma coisa extremamente importante.”
15. Qual a mensagem das logomarcas?	*Logomarca.	*Amarante. 1998	E-6. ...”Amarante...era um bocado uma mão humana a deixar a marca, esta marca da solidariedade do desenvolvimento local, esta marca da experiência das pessoas, era um bocado essa perspectiva, mais era deixar a impressão digital desta dimensão solidária do desenvolvimento local.”
16. Quais os custos da MANIFesta?	*Custos	*Amarante	E-6. ...60.000.000\$00 contos

ENTREVISTA – 7.

PERGUNTA	CATEGORIA	SUB – CATEGORIA	ENXERTO DA ENTREVISTA
01.Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a)Animar: motivos da criação.	*Associação com representatividade.	E-7. “De facto é a única associação que tem representatividade daquilo que é o desenvolvimento local em Portugal.”
	b)Animar: percurso evolutivo.	*Estagnação.	E-7. ...”a Animar entrou um pouco numa paragem quase que bloqueava sem ir precisamente ao encontro dos associados, em termos de trabalho.”
02.Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?	*Papel da Animar na promoção do DL como movimento associativo.	*Agregar valores e o DL em meio urbano e rural.	E-7. ...”agregar o movimento associativo em Portugal e é a grande mais valia que a Animar trouxe no ponto de vista em que consegue reunir não só no desenvolvimento local no meio rural, mais também urbano que é a grande mais valia da Animar.”
		*Acções voltadas para DL e as pessoas.	E-7. ...”abraçar o meio rural e urbano, portanto, as pessoas, trabalhar com as pessoas em prol do desenvolvimento e da qualidade e destas duas dimensões parece que é de todo pertinente.”
03.Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?	a)Actuação da Animar no D. glocal.	*Buscar o desenvolvimento no local e no global.	E-7. ...”tem a ver com o espírito da animar, tem a ver com aquilo que diz respeito a intervenção das associações de desenvolvimento local que é no fundo olhar o desenvolvimento localmente, mais no fundo numa perspectiva global, porque essa é a realidade actual”...
	b)Desafios futuro.	*Reanimação da rede	E-7. ...”sentimos a necessidade de uma animar forte, uma animar que com capacidade dinâmica e com capacidade de motivar os seus sócios e essas associações e desenvolvimento local, para precisamente ter uma maior visibilidade, ter uma certa actuação mais incisiva com as pessoas, portanto a animar tem esse papel, ou deveria ter esse papel, ou esperamos que volte a tê-lo”...
04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributos para a formação e promoção do DL.	*São o ponto de ligação entre sociedade e poder público.	E-7. ...”o grosso da coluna do desenvolvimento local em Portugal depende das ADL e das OIDL e das associações de desenvolvimento local. No fundo, o desenvolvimento tem a ver também com as manifestações de cidadania. As pessoas se organizarem em defesa dos seus interesses, das suas necessidades, e parece-me que as ADL são as estruturas em que as pessoas conseguem encontrar um eco às suas necessidades e daí pensarem claramente que o desenvolvimento local em Portugal sem as ADL não teriam a expressão que tem,”...
		*Acção a-partidária.	E-7. ...”não seria possível avançar com projectos de desenvolvimento sem estruturas associativas, muitas vezes sem fins lucrativos, a – partidárias, com uma visão e concentrados naquilo que as pessoas realmente precisam e desejam encontrar, é claramente a participação das associações de desenvolvimento local é fulcral em Portugal.”
05.Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta características a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que conferem um papel e destaque como estratégia de	*MANIFestas como estratégias de DL.	*O processo de dinamização das MANIFestas.	E-7. ...”o processo de construção é quase mais importante do que a própria MANIFesta em si, porque é de facto, onde as associações contribuem, participam com ideias para aquilo que vai ser a MANIFesta.”
		*Espaço de cooperação, de debates sobre o DL.	E-7. ...”a MANIFesta tem esta vantagem que é num espaço comum, num período de tempo limitado, tudo o que é, tudo o que está relacionado com desenvolvimento local em Portugal, ter oportunidade de encontrar num fórum, grande mostra e que permite fazer uma grande mostra e que permite fazer uma grande troca de experiências.”
		*É um encontro de pessoas, organizações, de trocas de informações.	E-7. ...”durante a MANIFesta, as pessoas tem a oportunidade de se relacionarem umas com as outras e perceberem o que está a acontecer, porque as associações que não tem contacto físico, não

desenvolvimento local?			tem contacto informal, é duma associação que está no norte, de uma associação que está no Alentejo encontrarem-se pontos de contacto que acabam por beneficiar as duas.”
06. Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributo para a visibilidade do DL.	*É um espaço de visibilidade para o D. local em Portugal.	E-7. ...”a MANIFesta é a manifestação do desenvolvimento local, é a maior expressão, quer dizer, não há nada em Portugal parecido com a MANIFesta, como festa do desenvolvimento local, como fórum onde as pessoas se encontra e debatem a problemática. Não há outro evento com que projecte tanto o desenvolvimento local em Portugal, portanto, em termos de visibilidade é um expoente máximo que existe em Portugal.”
07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como propostas alternativas de boas praticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?	*MANIFestas como boas práticas de DL.	*É proposta por ser local de praticas, de apresentação das várias acções de DL.	E-7. ...”porque sem ser a manifesta, os associados não encontram nenhum patamar de encontro, de discutirem as problemáticas que vivem em conjunto a nível regional. Muitas vezes a manifesta ajuda as próprias regiões a reconhecerem as forças vivas que tem na sua própria região. Portanto, a própria constituição da MANIFesta é um passo muito importante. O facto de se inteirarem aqui as suas práticas, quer dizer, durante a MANIFesta, as associações, as pessoas levam aquilo que fazem de melhor, é e nesse sentido sim, é um encontro de boas práticas, as autarquias naquilo que é a organização dos eventos,”
08. Na sua opinião, a Manifesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?	*MANIFestas como promoção do empowerment.	*É enquanto o DL é para as pessoas e com as pessoas.	E-7. ...”se considerarmos o desenvolvimento local como um trabalho com as pessoas e para as pessoas e a manifesta ser no fundo um espelho daquilo que se faz melhor em Portugal, é claramente contribui para a visibilidade do desenvolvimento local, contribui também para a afirmação desse empowerment sim, isso sem dúvida.”
09. Quais os impactos presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?	a) MANIFestas: impactos presentes.	*Cria oportunidades de visibilidade para o comércio, a cultura e para o DL.	E-7. ...”foi uma oportunidade para as pessoas locais aqui se mobilizarem, foi um esforço de coesão também muito interessante que não é frequente acontecer, também foi uma oportunidade das pessoas ficarem sensibilizadas para o desenvolvimento local realizado nas outras regiões do país,”...
	b) MANIFestas: impactos futuro.	*Favorecer as lógicas de trabalho.	E-7. ...”favoreceu para as pessoas perceberem melhor as lógicas de trabalho das associações”...
10. Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?	*Desafios futuros do DL participado.	*Inovação nas manifestações do DL.	E-7. ...”repensar o modelo da MANIFesta é encontrar meios de dar formas e expressão aqueles momentos de preparação da MANIFesta. Aqueles encontros regionais, são 4 plataformas regionais de debates e discussão do desenvolvimento local, são importantes para as pessoas e são importantes para o país num todo e a MANIFesta sim, porque acaba por ser o fecho de um ciclo que acaba em festa que também é importante, mais que deveria precisamente fomentar estas unidades locais, estas unidades regionais, eu acho que apostar numa nova dimensão da MANIFesta seria apostar muito, muito nas plataformas regionais, se a Animar e um novo modelo de MANIFesta apostar mais nas plataformas regionais eu penso que em termos de mais valia para os territórios, para as associações,”...
11. Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL / ou OIDL?	*Reforço de competências para interacção social. das ADL / OIDL.	*A MANIFesta é um espaço de permutas diversificadas.	E-7. ...”sim porque a MANIFesta na sua essência é troca de experiência, é troca de comunicação, é demonstrar projectos, é boas práticas é nas mais diversas áreas, é claramente sim.”

12. Quais os principais contratempos / dificuldades que se lhe colocaram na organização da Manifesta? Como foram superados?	a) MANIFestas: Contratempos.	*Processos de dinamização regionais das MANIFestas.	E-7. ...”as maiores dificuldades prendem-se naqueles processos das assembleias regionais, na mobilização para as assembleias regionais, é um processo difícil, difícil porque é preciso explicar o porque daqueles encontros regionais e nem todas as forças locais entendem o espírito ou estão despertas para aquilo que representa a oportunidade deles se juntarem e pensarem o conjunto daquilo que é a estratégia de desenvolvimento para os seus territórios regionais.”
	b) MANIFestas: Soluções.	*Dar maior espaço para capacitar e mobilizar mais as ADL.	E-7. ...”ter maior expressão, as pequenas associações, as pequenas colectividades, pequenos grupos de jovens que muitas vezes também tem uma acção muito importante a nível local, porque sem ter a disponibilidade para participarem activamente na manifesta, tem oportunidade de dar voz às suas preocupações nas plataformas regionais,”...
13. A partir da perspectiva da internacionalização da Manifesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?	*Contextos geográficos internacionais.	*O conceito alargado de DL e a plataforma das MANIFestas podem ser aplicados no Brasil e outros contextos.	E-7. ...”o modelo da MANIFesta é português, a plataforma onde as ADL e OIDL se encontram e podem discutir os problemas que lhes dizem respeito, parece-me que é um conceito que não tem fronteiras, claramente Brasil ou noutro ponto do mundo a partir do momento onde existem associações que se debatem com estas questões do desenvolvimento local eu acho que até seria um contributo muito bom deixado por Portugal, este modelo e transmitir este modelo para outros países”...
14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?	*Sugestões, recomendações.	*Animação permanente para a MANIFesta.	E-7. ...”faz falta a MANIFesta, é importante, é preciso que volte a reanimar a MANIFesta, o desenvolvimento local em Portugal. Quem participou, é uma experiência altamente positiva, e é preciso reinventar – la claramente, mais é preciso que ela não deixe de existir.”
15. Qual a mensagem das logomarcas das MANIFestas?	*Logomarcas.	*Santarém. 1994 *Tondela. 1996 *Amarante. 1998 *Tavira. 2001 *Serpa. 2003 *Trancoso. 2005	E-7. “Santarém foi fogos explodindo mais se calhar com a festa, a festa do desenvolvimento local, que a MANIFesta foi isso, inicialmente foi isso.” E-7. “Tondela é as castanhas e um campo, é ruralidade, é a temática da vida em espaço rural, que é também a problemática da raia histórica que é melhorar a qualidade das pessoas que vivem em áreas rurais, interacção com o campo, eu acho que as manifestas tem tido boas representações gráficas.” E-7. “Amarante foi a mão se calhar da experiência, do fabricar, isto quer dizer um trabalho muito do artesanato, do desenvolvimento local, é muito trabalhado, é muito específico, é muito subjectivo,” E-7. “Tavira um papagaio, me inspira juventude, voar, sonhar, sim, os logos tem tido uma expressão feliz do espírito das manifestas.” E-7. ...Serpa que foi o pião, também aí o dinamismo do desenvolvimento local, teve a imagem de dinâmica,”... E-7. ...”é um momento muito feliz, nós vemos aqui um pé, vemos aqui uma pegada, tanto o pé descalço como a bota tem a ver com os passos, os passos do desenvolvimento local e no meio das duas marcas temos uma pessoa aqui a andar, este exemplo para mim é dos mais felizes que a manifesta teve, quer dizer isto são actores do desenvolvimento local, que é passo a passo construímos o desenvolvimento local em Portugal.”

ENTREVISTA – 8.

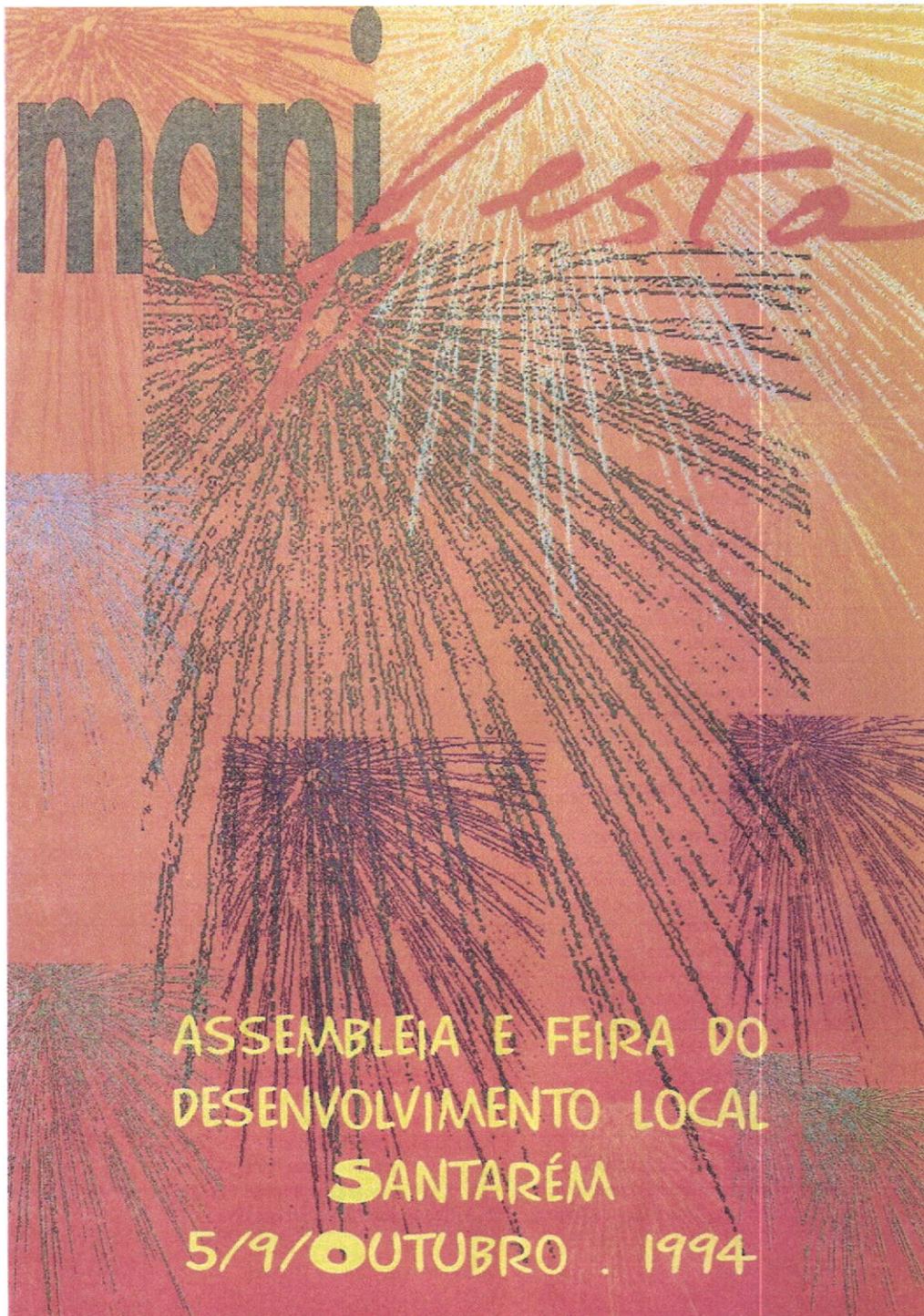
PERGUNTA	CATEGORIA	SUB – CATEGORIA	ENXERTO DA ENTREVISTA
01.Quais os motivos que estiveram na origem da ANIMAR e os principais traços que caracterizam seu percurso evolutivo?	a)Animar: motivos da criação.	*Fortalecer a relação entre as ADL e evocação junto ao poder público.	E-8. “A necessidade de criar sinergias entre as ADL de modo a conseguir-se resultados mais eficazes na defesa dos interesses comuns. Necessidade de representação das ADL junto dos poderes centrais e regionais.”
	b)Animar: percurso evolutivo		
02.Quais considera ser o papel da ANIMAR para a promoção do desenvolvimento local em Portugal, nomeadamente a nível do movimento associativo?	*Papel da Animar na promoção do DL como movimento associativo.	*Somar esforços para objectivos comuns.	E-8. “Congregar esforços com vista à consecução de objectivos comuns, possibilitar troca de experiências e conhecimentos, e, assim potenciar a eficácia do trabalho no terreno.”
03.Como tem sido a actuação da ANIMAR numa perspectiva de um desenvolvimento “Glocal” e quais os desafios futuros?	a)Actuação da Animar no D. glocal.	*Possibilitar reflexão.	E-8. “Tem sido a de possibilitar a abordagem e reflexão sobre as respostas a problemas de natureza macro, meso e micro, proporcionando aos intervenientes conhecimentos sobre os contextos a esses níveis,”...
	b)Animar: desafios futuro.	*Intervenção contínua.	E-8. ... “melhorando assim a sua capacidade de intervenção.”
04. Considera que a participação das ADLs / OIDLs tem contribuído para a formação e promoção do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributos para a formação e promoção do DL.	*Intervenções nas zonas territoriais.	E-8. “Tem contribuído efectivamente porque conhecem os problemas das respectivas Zonas de Intervenção, o que lhes permite apresentar e colocar em prática soluções adequadas à resolução ou minimização desses problemas.”
05.Na sua opinião a “Manifesta” como feira e mostra de iniciativas de desenvolvimento local, apresenta características, a nível do envolvimento de parceiros e participação em geral, que lhe conferem um papel e destaque como estratégia de desenvolvimento local?	*MANIFestas como estratégia de DL.	*Todas as actividades envolvidas na preparação e realização da MANIFesta.	E-8. “Sim tendo em atenção todo o processo desde a fase de concepção, preparação durante os debates regionais e realização da feira, o que permite mobilizar vários actores, debater propostas de análise e actuação, e aprovar princípios e orientações fundamentais para o desenvolvimento local em Portugal.”
06.Quais os contributos da “Manifesta” para a divulgação e visibilidade do desenvolvimento local em Portugal?	*Contributos para a visibilidade do DL.	*Necessita de mais visibilidade na comunicação social.	E-8. “São importantes, mas poderiam ser mais significativos se a comunicação social de âmbito nacional (escrita e televisiva) desse o devido destaque ao acontecimento, o que raramente sucede.”
07. Considera que as Manifestas podem ser destacadas como	*MANIFestas como boas práticas de DL.	*A MANIFesta é um espaço de partilha.	E-8. “Também por esse motivo, e ainda porque são momentos de partilha de experiências / troca de conhecimentos, reforço de laços já estabelecidos, oportunidade de novos contactos, espaços de

propostas alternativas de boas praticas de desenvolvimento local, principalmente por envolver Autarquias, OIDL e outras organizações de desenvolvimento local?			debate e decisão sobre opções estratégicas.”
08.Na sua opinião, a Manifesta pode ser identificada como uma forma de promoção do empowerment do desenvolvimento local em Portugal?	*MANIFestas como promoção do empowerment.	*Destaca a importância do desenvolvimento local, das ADL, os territórios.	E-8. “Têm contribuído para esse efeito, porque mostram a vitalidade do movimento do desenvolvimento local em Portugal consolidando perante os participantes e interessados, e, perante os poderes centrais e regionais a noção da importância das ADL e das suas estruturas representativas ao nível do trabalho desempenhado, ao nível do conhecimento das realidades locais e ao nível da pertinência da sua participação nos processos de desenvolvimento local, regional e mesmo nacional.”
09.Quais os impactos presentes e futuros da Manifesta para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde estas feiras se tem realizado?	a)MANIFestas: impactos presentes.	*Impactos temporários e localizado.	E-8. “Ao nível local não tão significativos como seria desejável, ocorrendo os efeitos mais visíveis antes da feira e durante os dias da feira, nomeadamente na aquisição de bens e serviços ao comércio e serviços locais.”
	b)MANIFestas: impactos futuro.	*Visibilidade a longo prazo.	E-8. “Fica ainda a visibilidade e a divulgação dos locais onde ocorrem, o que pode trazer algumas vantagens a longo prazo para esses locais desde que consigam uma adequada promoção de potencialidades locais (gastronomia, património, etc.)”
10.Na sua opinião, quais são os desafios que no futuro, se colocam a esta perspectiva de desenvolvimento local participado?	*Desafios futuro do DL participado.	*Intervenção permanente nos processos do desenvolvimento local, capacidades, mobilização junto às ADL e OIDL.	E-8. “Os desafios prendem-se com a necessidade de manter acesa a chama do desenvolvimento local naqueles e naquelas que se encontram envolvidos nesse processo, e na capacidade de mobilizar novos intervenientes, o que decorre em parte dos apoios que a União Europeia e o Estado português conceder às ADL e OIDL, uma vez que esses apoios permitem manter essas organizações vivas e actuantes ao disporem de recursos mínimos para o desempenho da sua missão.”
11.Na sua opinião a Manifesta contribuiu para o reforço de competências para a interacção local das ADL / ou OIDL?	*Reforçou competências das ADL / OIDL para a interacção social.	*Todo o processo MANIFestas.	E-8. “Tem contribuído se mais uma vez tivermos em atenção não só os dias da feira, mas todo o processo de concepção e preparação, período que exige uma interacção local significativa.”
12.Quais os principais contratempos / dificuldades que se lhe colocaram na organização da Manifesta? Como foram superados?	a)MANIFestas: contratempos.	*Necessidades de recursos financeiros e humanos.	E-8. “Constrangimentos financeiros,”... E-8. “Escassez de recursos humanos,”... .
	b)MANIFestas: soluções.	*Patrocínios. *Disponibilidade de técnicos das ADL.	E-8. “Superados com alguns patrocínios, boa gestão de fundos e voluntariado de vários intervenientes (técnicos e dirigentes de ADL)” E-8. “Ultrapassada com a disponibilização de técnicos e dirigentes de ADL para o trabalho de preparação e execução das actividades exigidas.”

<p>13. A partir da perspectiva da internacionalização da Manifesta, considera que estas experiências podem ser aplicadas noutros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil?</p>	<p>*Contextos geográficos internacional.</p>	<p>*É possível sua aplicação no Brasil.</p>	<p>E-8. "Caso ainda não existam, não tenham sido adaptadas, ou não haja equivalentes, pode ser estudada a pertinência da sua aplicabilidade para outros contextos geográficos, nomeadamente no Brasil."</p>
<p>14. Que sugestões, recomendações poderá ainda fazer sobre esta temática?</p>	<p>*Recomendações, sugestões.</p>	<p>*Mobilização das organizações para trocas de experiências. *Envolvimento da CPLP para trocas de experiência.</p>	<p>E-8. "Convite por parte da Animar para que organizações estrangeiras vocacionadas para o desenvolvimento local comparecerem nas MANIFestas e apresentarem as suas experiências e colherem conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido em Portugal." E-8. "Verificar se no âmbito da CPLP existem mecanismos através dos quais seja possível dinamizar a troca de experiências."</p>
<p>15. Qual a mensagem das logomarcas das MANIFestas?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

ANEXO – IV
PROGRAMA DAS MANIFestas

PROGRAMA MANIFesta DE SANTARÉM 1994





PROGRAMA GERAL*

5 a 9 de Outubro de 1994

* Ver adiante o Programa Específico dos Debates e Conversas Inacabadas e da Animação Cultural.

4.ª Feira - 5 OUT

- 10h00-17h00 — Montagem dos Stands
13h00 — Almoço-convívio participantes e organização)
17h00 — Animação Cultural
18h00 — **SESSÃO DE ABERTURA**
Por onde vai o Desenvolvimento Local em Portugal
Alberto Melo (Organização)
José Miguel Noras (Presidente da Câmara Municipal de Santarém)
Rui Mil-Homens em representação da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Mota
Acácio Catarino
Augusto Santos Silva
José Carlos Albino
20h30 — JANTAR-CONVÍVIO e Actividades Culturais, com a Comunicação Social e outros participantes

5.ª Feira - 6 OUT

- (A partir das 10h00 - Continuação da Montagem dos Stands)
9h30 — Debates e Conversas Inacabadas
14h30 — Debates e Conversas Inacabadas
21h30 — Café-Concerto Ópera do Bandoleiro - Trigo Limpo - ACERT

6.ª Feira - 7 OUT

- 9h30 — Debates e Conversas Inacabadas
14h30 — Debates e Conversas Inacabadas
15h00 — **ABERTURA DA FEIRA: Mostra de Projectos**
Feira de Produtos e Serviços
Feira LEADER
Salão das ONG's
Feira do Livro do Desenvolvimento Local

- Ao longo do dia — Animação de Rua (vários grupos)
— BRINCAFESTA
— Animação Infantil

18h00 — SESSÃO PÚBLICA

Apoios ao Desenvolvimento Local em Portugal

- Rogério Roque Amaro (Organização)
Ricardo Paiva em representação de Rui Mil-Homens (PPDR)
Manuel Carrinho (LEADER)
Irene Aleixo (Comissariado de Luta contra a Pobreza - Sul)
Manuel de Lemos (Comissariado de Luta contra a Pobreza/Norte)
Alfredo Silva (IEFP)
20h00 — À roda da noite - Trigo Limpo - ACERT
21h00 — Companheiros da Alegria - Curvaceiras - Tomar
21h30 — Passagem de Modelos — a partir de criações de Projectos de Desenvolvimento Local
23h00 — O Pranto de Maria Parda, de Gil Vicente
Companhia Filandorra - Teatro do Nordeste
24h00 — Fecho das Feiras e Mostra

Sábado - 8 OUT

- 10h00 — Abertura
Todo o dia — Animação de Rua (vários grupos)
— BRINCAFESTA
— Animação Infantil
— Feiras e Mostra
15h00 — **ASSEMBLEIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**
José Portela (Organização)
Representante da ANAFRE
Cláudio Torres
Jorge Wemans
Artur Cristóvão (relator)

<p>21h30 — Espectáculo: Maio, Maduro Maio Cantar José Afonso (Amélia Muge, José Mário Branco, João Afonso e José Martins)</p> <p>24h00 — Fecho das Feiras e Mostra</p> <p>24h00 — FESTA-CEIA e ARRAIAL: Produtos Regionais Animação Cultural</p>	<p>Domingo - 9 OUT</p> <p>12h00 — Abertura</p> <p>Tarde — Feiras e Festa Permanente Encontros Temáticos de progra- mação, acção e troca de informa- ções</p> <p>19h00 — Encerramento da MANIFESTA</p>
--	--

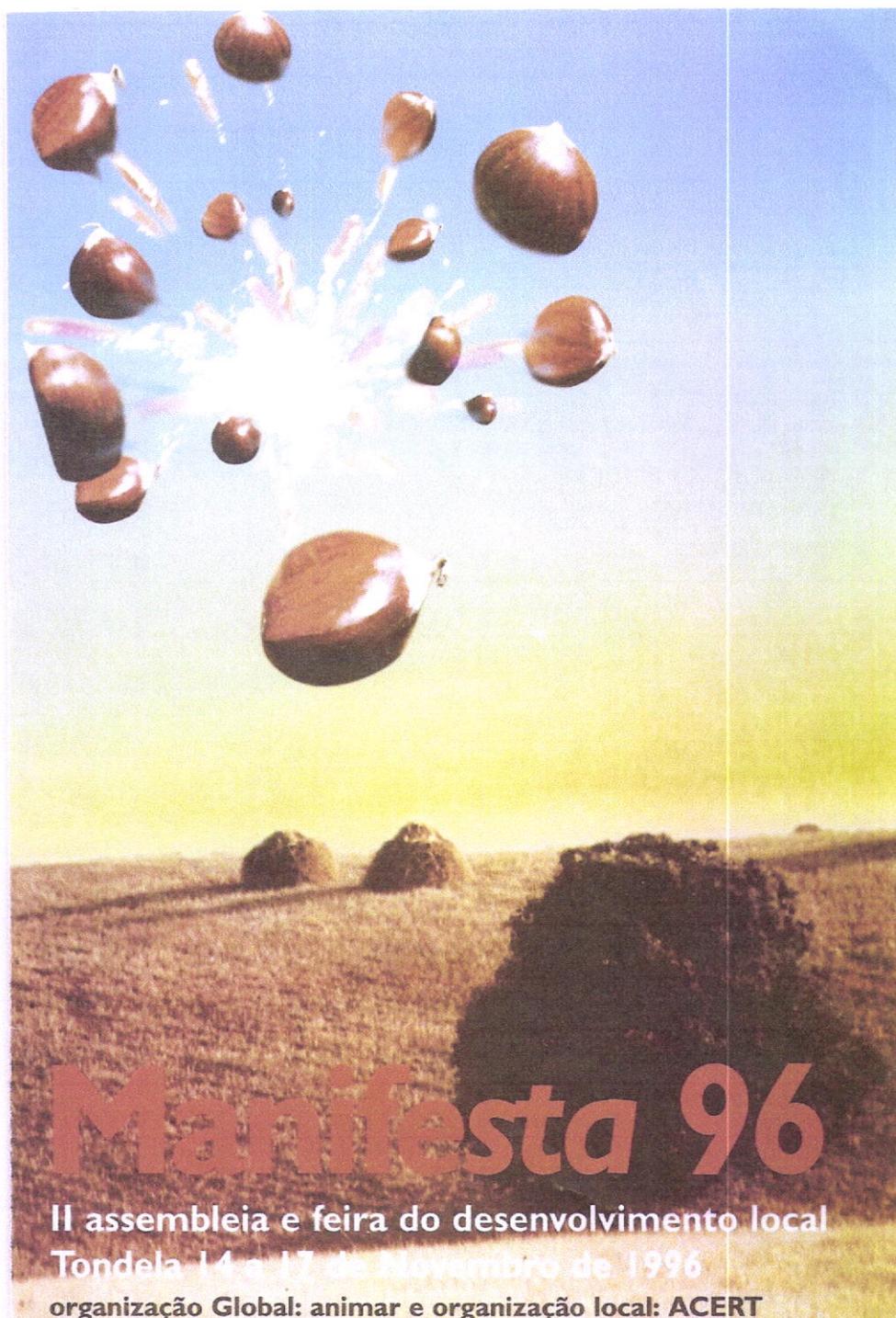
TEMAS DOS DEBATES E CONVERSAS INACABADAS

<p>5.ª Feira - 6 OUT</p> <p>9h30 — 12h30</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim à cidadania! Como se organizam os cidadãos para o DL? • Políticas e instrumentos de DL: (des)ajustamentos e (des)integrações • Abundância e penúria no DL: a questão dos cifrões <p>14h30 — 17h30</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estado e actores locais: Amores & Ódios • Histórias de DL: Vamos comparar metodologias? • Maiorias esquecidas e minorias oprimidas: mulheres, idosos e grupos étnicos no DL. 	<p>6.ª Feira - 7 OUT</p> <p>9h30 — 12h30</p> <ul style="list-style-type: none"> • DL: pela cultura, com a cultura ou contra a cultura? • Casos de DL: vamos partilhar (in)sucessos? • Escola, formação e emprego: encontro no local ou desencontro colossal? <p>14h30 — 17h30</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universidades: (des)envolvimento no local? • Que DL em meio rural? • Que DL em áreas urbanas marginais?
--	---

PROGRAMA DE ANIMAÇÃO CULTURAL

<p>4.ª Feira - 5 OUT</p> <p>17h00 — Animação Todo-o-Terreno: Cantares da Charneca - Grupo Música Popular de Glória do Ribatejo</p> <p>20h30 — Durante o Jantar: Grupo Cortiçol — Castro Verde Pares Dança Ribatejo</p> <p>5.ª Feira - 6 OUT</p> <p>21h30 — Animação Café-Concerto: Ópera do Bandoleiro - Trigo Limpo - ACERT</p> <p>6.ª Feira - 7 OUT</p> <p>Ao longo da tarde: — Animação de Rua: Contos volantes - Trigo Limpo - ACERT</p> <p>20h00 — À roda da noite - Trigo Limpo - ACERT</p> <p>21h00 — Companheiros da Alegria - Curvaceiras - Tomar</p> <p>21h30 — Passagem de Modelos (trabalhos a partir de materiais tradicionais)</p>	<p>23h00 — Pranto de Maria Parda de Gil Vicente Companhia Filandorra - Teatro do Nordeste</p> <p>Sábado - 8 OUT</p> <p>Manhã: — Marcha Popular Infantil - Bairro Padre Cruz de Carnide</p> <p>16h00 — Romeiros - Grupo de Música Popular da Banda de Ourém — Saltimbancos - VETO - Teatro Oficina — Grupo de Música Popular Portuguesa de St.ª Maria dos Olivais — Rancho Folclórico do Paul</p> <p>21h30 — Maio Maduro Maio - Cantar José Afonso com Amélia Muge, José Mário Branco, João Afonso e José Martins</p> <p>24h00 — FESTA — CEIA e ARRAIAL AMIFESTA - Dança Africana Quinta Grande Cortiçol - Castro Verde</p>	<p>Durante toda a feira o actor Rui Peixoto e seus personagens anunciarão e incitarão à participação nos vários eventos da Manifesta.</p> <p>Haverá também a participação de outros Grupos ligados a projectos de Desenvolvimento Local</p>
---	--	---

PROGRAMA MANIFesta DE TONDELA 1996





Exposições permanentes

- Fotografia & Desenvolvimento,
- Jrás-os-Mentes (Caretos, Cantadores e Ritos de Passagem)
- Bandeiras de Portugal
- O Ciclo do cacau em S. Tomé, S. Tomé - Património Cultural em Perigo
- Escultura do Núcleo de Artistas Operários
- Os Mitos da Portugalidade
- Amezonía: Paraíso Perdido
- As Ilhas Sem Regresso
- Pirogravura de Jorge Nhaca
- Azemir - Baticques de Moçambique
- Pintura de Fátima Fernandes

+ de 100 Expositores.

Na Feira pode ver:

- Feira de Produtos, de Serviços, do Livro, da Informática, do Video, do Troca-Saberes, de Exposições e dos Projectos.
- Produtos Gastronómicos, Espaço Criança e Animação específica pelas organizações participantes.

No Novo Ciclo-ACERT

Mostra de Centros de Estudos. Exposições.

FEIRA DE FEIRAS A INOVAÇÃO DA TRADIÇÃO

FEIRA DE PRODUTOS, DESFILE DE SENSações

Parte significativa das presenças desenvolve trabalho no sector florestal, agrícola, pecuária, da produção artesanal e agro-alimentar tradicional (pães regionais, funcho, queijos, vinhos, chás, docaria e frutos secos entre outros). Em Tondela vai poder apreciar e adquirir. Cada à tentação, descubra as diferenças locais, prove, deguste e, sobretudo, abuse e minimize.

O artesanato que poderá descobrir, produto das vivências e sensibilidades populares, não deixará de maravilhar quem, como você, se compraz com as formas simples e os traços desitibidos, com a sensualidade e a fantasia, com o brilho e a alegria presentes no objecto e na matéria.

FEIRA DE SERVIÇOS, PROJECTOS PARA A MUDANÇA

São múltiplos os serviços propostos pelas associações e iniciativas de desenvolvimento local. Na MANIFesta 96 poderá tomar conhecimento com programas, projectos e acções diversas no âmbito dos serviços de apoio à comunidade e à família, e de âmbito social. Formação para o desenvolvimento, acção social (idosos, infância e juventude, exclusão social e pobreza, integração familiar e comunitária, reabilitação e deficientes), combate ao desemprego, educação e cultura, desporto, tempos livres, promoção e defesa do património ambiental e construído, etc... são alguns dos muitos sectores e valências que estarão expostas, e com os quais poderá contactar.

Lugar de destaque têm também os serviços de apoio e promoção ao sector económico, elemento potencial de Desenvolvimento Local. Formação profissional especializada e de qualificação, desenvolvimento e avaliação de projectos de exploração agrícola, agro-alimentar, artesanal, micro e pequenas empresas, formulação de candidaturas aos diversos programas institucionais de apoio (e) de linhas de crédito específicas, organização e assessoria de gestão e exploração, contabilidade, distribuição e logística, marketing e publicidade, design e arquitectura, etc... são alguns dos campos em que as diversas associações desenvolvem linhas de acção.

FEIRA DO LIVRO

Na Feira do Livro do Desenvolvimento Local, que a Associação Terras Dentro está a organizar, poderá encontrar algumas dezenas de obras, com matérias das mais teóricas às mais práticas, em torno da temática do Desenvolvimento Local. Desenvolvimento local, desenvolvimento rural, políticas sociais, intervenção comunitária, associativismo, economia, ecologia, energias renováveis, exclusão social e pobreza e projectos alternativos são algumas das temáticas com que poderá contactar, sob a forma de monografias, abordagens técnicas, descrições de "boas práticas", etc...

MOSTRA INFORMÁTICA

As novas tecnologias ao serviço do Desenvolvimento Local. Vamos todos pôr-nos ao corrente das

potencialidades da informática. Telemobilho, Internet, correio electrónico, software específico em Mostra na MANIFesta 96.

MOSTRA DE VÍDEO

A mostra de Vídeo da MANIFesta 96, que a OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento organiza, constitui um momento importante para as associações/instituições com preocupações de Desenvolvimento Local. Ali se apresentam e divulgam projectos ou memórias de realizações de projectos de "investigação/acção", alguns da responsabilidade da OIKOS. Os vídeos a apresentar constituem material pedagógico de difusão de "boas práticas" ou, simplesmente, apresentam inquietações, muitas inquietações mas, também, indústrias sinas de esperança.

MOSTRA DE CENTROS DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

A MANIFesta 96 desafiou cerca de sessenta centros de estudos para estar em Tondela a fim de divulgarem as suas linhas de trabalho e os resultados mais relevantes para o desenvolvimento local, criando ou fortalecendo laços com associações ou outras organizações, concentrando a aproximação entre investigadores, animadores, técnicos e o público em geral.

Confirmaram já a sua presença na MANIFesta 96 o ISSS - Instituto Superior de Serviço Social (Lisboa), CNS - Centro Norte-Sul - Projecto Pensar Ambiente (Lisboa), CRIAMM - Centro de Recursos, Investigação Aplicada e Inovação para a Média Montanha (Salir-Loulé/Faro), DES - Departamento de Economia e Sociologia da UTAD (Vila Real), Oliveira das Neves - Consultoria, Estudos e Projectos, Lda e o CEG - Centro de Estudos Geográficos (Lisboa).

PEQUENO BAZAR DO TROCA-SABERES

Uma boa dose de convivialidade à volta da diversidade de saberes que vivem o Desenvolvimento Local.

Este Bazar vai ser divertido, variado, ponto de encontro e muitas coisas mais.

Também será a afirmação que não há saberes e saberes fazer, ... mas simplesmente saberes que se gostam de partilhar...

... E que todos somos capazes de ensinar algo a alguém!

Em 45 minutos, uma vintena de animadores voluntários vão dar vida a esta ideia. A sua imaginação e energia vão ser contagiosas.

FEIRA DE PROJECTOS EDUCATIVOS

Estão presentes 15 projectos de carácter nacional, regional e local, com intervenção em espaço rural e urbano, promovidos por associações, institutos, autarquias e uma escola profissional. Não pretende obviamente ser uma mostra exhaustiva.

Nam espaço relativamente informal a exposição articula-se com momentos de animação e de partilha de experiências e de ideias.



ESCOLAS NA FEIRA

Um vasto e diversificado programa dedicado aos alunos dos estabelecimentos de ensino.

Presentes escolas de todo o país que, com programações culturais próprias, ampliarão genuinamente a animação deste dia. Ao fecho da tarde, um MEGA-MAGUSTO (sem neons, mas com muito fumo) ajudará à festa...

Espaço-Criança

Um espaço onde os mais pequenos viverão a sua MANIFesta - Ludoteca, Jogos Tradicionais, Exposições, Livros e um local onde as novas tecnologias, dirigidas para crianças dos 3 aos 13 anos, poderão ser experimentadas.

Sec. de Estado da Cultura na abertura da feira

O Senhor Secretário de Estado da Cultura Dr. Rui Vieira Nery estará presente nos eventos culturais que marcam a abertura da Feira da MANIFesta96

Deixe-se deslumbrar...

Pela produção textil, com ou sem confecção, e pela moda. Na *passarel* desfilarão algumas criações originais, em materiais tradicionais, a partir de propostas criativas forjadas na reinvenção das identidades estéticas populares de cada local.

Modas de Alentejo Artesanal (Serra do Caldeirão), Aliança Artesanal (Vila Verde), CEARTE (Góimbra), Combate Ao Frio (Mezão) e MODABARR (Venda Nova)

O Desenvolvimento Local em Assembleia: Trocar experiências, discutir ideias, definir novos rumos de acção

1º andamento

Assembleia Parlamentar Programa dos Debates

14 de Novembro, 5ª feira/14 - 17:30 h

Temas em debate: (1) o que é o desenvolvimento local; (2) sectores de intervenção e metodologias

Animadores: Carminda Craveiro, Manuel Belo Moreira, Rui d' Espinheira, António Cardoso Ferreira.

Relatores: Lucília Salgado, Nelson Ferrão, Elenaldo Teixeira

15 de Novembro, 6ª feira/15 - 13:00 h

Temas em debate: (3) Condições para o exercício das Associações de Desenvolvimento Local; (4) Quadros legal e político - institucional para o desenvolvimento

local

Animadores: Alberto de Melo, Artur Cristóvão, Eduardo Figueira.

Relatores: José João Rodrigues, José Marques, Elenaldo Teixeira.

15 de Novembro, 6ª feira/15:00h

Sessão de lançamento dos Cadernos "Pensar as Práticas", e da série editorial "Produtos Locais".

16 de Novembro, Sábado/16 - 13:00 h

Temas em debate: grandes conclusões

Animadores: Acácio Catarino, Isabel Rebelo, Artur Custódio.

Relatores: Nuno Domingos, João Carlos Neves, Práxia Soares.

2º andamento

Cadernos "Pensar as Práticas" e série "Produtos Locais"

Serão lançados dois Cadernos como parte integrante das iniciativas da Assembleia da MANIFesta 96 será lançada uma nova linha editorial - Produtos Locais. O seu primeiro número tem por título Pêra passa

de Viseu: um fruto a renascer! e é da autoria de António Fragata. O segundo trabalho intitula-se A castanha da Terra Fria como caso de construção social da qualidade. Trata-se de uma comunicação de António Fragata e Manuela Condado.

3º andamento

a Declaração de Tondela

Os debates da Assembleia terão raízes nas visões e práticas de ontem e de hoje, nas histórias de desenvolvimento local. Mas o nosso pensamento estará no futuro, na construção de novas visões e na concepção de práticas inovadoras, que respondam de forma criativa aos problemas com que nos confrontamos e que antevemos.

A Declaração de Tondela será reflexo deste estado de espírito. Será uma plataforma de entendimento entre os actores de desenvolvimento local. Será, também, uma base de trabalho para a negociação com os poderes. Iá, pois, exprimir um comprometimento profundo com uma cidadania activa para o desenvolvimento local em Portugal.

A Declaração de Tondela será lida na Assembleia de encerramento, perante o Presidente da República e demais entidades, e... espalhada aos sete ventos!

No dia 17, o Presidente da República preside à Sessão de Encerramento da MANIFesta 96, intitulada Os Caminhos do Desenvolvimento Local e da qual constam os momentos seguintes:

- Apresentação da Declaração de Tondela
- Do Desenvolvimento Local
- Prof. Dr. Augusto Santos Silva
- Exclusão Social e Desenvolvimento Local em Portugal
- Prof. Dr. Alípio Brás da Costa

Após o almoço o Dr. Jorge Sampaio visitará a Feira das Feiras, localizada no Pavilhão Gimnodesportivo de Tondela.

O Ministro Adjunto Dr. Jorge Coelho deverá estar presente na sessão de encerramento da MANIFesta 96, dia 17 de Novembro, em representação do Primeiro Ministro. Prevê-se também que o Ministro Ferro Rodrigues assista à sessão de apresentação das conclusões dos debates, no dia 16 de Novembro, e que depois do almoço faça uma visita à feira.



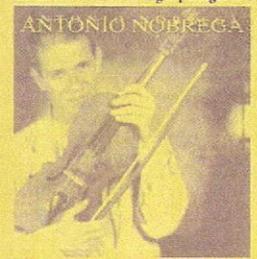
MANIFestaSONS
dá música ao desenvolvimento local!

CD de 16 projectos de música portuguesa editados pela ACERT e ANIMAR na MANIFesta 96

Este CD, editado pela ANIMAR e pela ACERT, no âmbito da MANIFesta 96, tem a produção do TRIGO LIMPO teatro ACERT / Cantos & Ditos e a coordenação musical de Carlos Clara Gomes e Carlos Peninha, sendo um projecto fotográfico em que, de forma proposada, coexistem diversas espécies musicais, organizadas da forma o mais aleatória possível.

Os participantes neste projecto querem sobretudo afirmar que continuam a existir espaços de experiência e de trabalhos comuns, de forma a reforçar as pontas que, quotidianamente, tocam em dar para que os seus trabalhos sejam alternativas actuais junto de públicos que gostam de ser, tal como eles, também MANIFesteiros.

No lançamento em Portugal do CumplicIDADES
Intercâmbio cultural em língua portuguesa 1997



ANTONIO NÓBREGA
na apresentação do espectáculo "figural"

Musica Africana na MANIFesta

Um grande concerto de música africana, com a participação de 3 importantes grupos: Borjano Lang, músico e intérprete moçambicano, integrante de inúmeras formações que vêm marcando a música popular contemporânea de Moçambique; Boubacar Diarmata, uma formação que trabalha a música da Guiné-Bissau, utilizando a percussão de forma dominante; Issabary, um dos grupos africanos a trabalhar em Portugal com mais prestígio na sua área.

Exposição FOTOGRAFIA & DESENVOLVIMENTO
23 autores nacionais e estrangeiros em serigrafias de grande formato



Uma exposição a abrir em simultâneo, de forma inovadora, em várias localidades do país.

Uma acção que irá permitir "invadir" os locais habitacionais com intervenção artística. No topo local, exposição de fotografia em grande formato em galerias e pavilhões.

Uma oportunidade para ver fotografias através de outras diferentes no pavilhão onde decorre a feira.

Fotógrafos portugueses: Alberto Jorge, Alfredo Cunha, Amílcar Gomes, António Drummond, Carlos Gil, Carlos Silva, Henrique Botelho, José António Furtado, José Manuel Rodrigues, José Oliveira, Tânia Ferreira, Manuel Magalhães, Mariana Marques, Manano Espírito, Mário Jorge Rocha, Renato Roque, Susana Pinho.

Fotógrafos brasileiros: Ego Caldas e Manoel Chaves; portugueses moçambicanos: José Cabral, Ricardo Rangel; Fotógrafo francês: Gilles Mauro; Fotógrafo galego: Ramon Gaudana.

Glocais
textos e ilustrações de autores de língua portuguesa



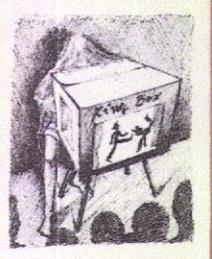
58 amores reunidos numa edição da ACERT/ANIMAR/GESTO que marca a MANIFesta 96...

Escritores, poetas e jornalistas portugueses, moçambicanos e brasileiros reunidos sob o mote de Miguel Jorge, "O universal é o local, menos as paredes" (Glocais!), conheceram contos ou poemas que vieram a ser ilustrados por artistas plásticos.

Autores:

A.M. Pires Cabral • Abel Neves • Alberta Pissano Arellano Martins • Augusto Canoto • Calisto da Silva • Carlos Barreira • Carlos Caracolinho • Carlos dos Reis • Carlos Manuel • Carlos Tã • Cláudia Amândio Diana Andrade • Dionísio Abreu • Edmundo Diniz • Fernando White • Estela Gomes • Feliciano de Mota Filomeno Albuquerque • Hélder Costa • Helena Veloso Hilda Correia • Humberto Nóbrega • Isabel Cabral/Rodrigo Cabral • J. M. Moisés Pinheiro • João Rocha João Silva Melo • João Craveirinha • José Paraíba José Paraíba • José Taveira • José Tapa Lete de Viveiros • Lia Gonçalves Lina Keil do Amaral • Luígnia • Luis Miguel Duarte Luisa Gonçalves • Machado da Costa • Manuel Cruz Manuela Bocalar • Marcelo Pinguença Mária Bismarck • Mária Cláudia • Mia Couto Orlando Falcão • Paula Alexandrino • Paula Fidalgo Paulo Almeida • Paulo Gustavo • Paulo Loto Pires Keil do Amaral • Regina Guimarães • Renato Roque Rostina Freitas • Sabela Pereira • Vítor Garcia

II FINTA
festival internacional de teatro ACERT 1996



Este II FINTA faz parte da animação permanente da MANIFesta 96, à que nos sentimos mais globalmente locais, pelo universal a que pretendemos chegar com identidade.

Tendo começado a 1 de Novembro, destaca-se aqui a programação enquadrada na MANIFesta:

- TRIGO LIMPO teatro ACERT, com animação mensal da abertura, "Terminotesta";
- Companhia Moçambicana, com os espectáculos "Cuidado Marimbondo", "Coco Maria MIA", "Minacosa", para além da abertura e animação de rua para os mais novos;
- Lays e Bel de Espanha, com "Paradiso";
- Orlando Chup, de Moçambique, com "King Box";
- A Bateria com "O Uliano Bala do Império";
- António Nóbrega, do Brasil, com "Figural".

Bilheteira: compra ou reserva antecipada na ACERT ou pelo telef. 052 832090.

E tudo isto, para quê?

A MANIFesta 96 é, será, uma Assembleia e uma Feira do Desenvolvimento Local. A segunda em Portugal, mais especificamente em Tondela. A primeira foi a manifesta, em Santarém. Em qualquer caso trata-se sempre de processos e eventos inacabados. E inacabáveis... que se irão, portanto, refazendo e recontando. Assim, dizêmo-lo já, esperamos que depois de Santarém e Tondela surja, bem no Norte ou bem no Sul do país, outra cidade, pequena e acolhedora, que queira converter-se em capital do Desenvolvimento Local em 1998. Que município se tornará anfitrião? Que Associação carregará o piano? Que animadores se converterão em loucos?

E tudo isto, para quê?

- para permitir que (in)formação sobre questões do desenvolvimento das gentes e terras de Portugal, sobretudo as deixadas fora e à superfície das agendas oficiais e da opinião pública, sejam identificadas, revistas, reflectidas, discutidas e aprofundadas o mais possível. E, difundidas, para reflexão e acção consequente por parte dos mandatados para a governação. E para a execução.
- para mostrar (pelo menos uma vez cada dois anos) o que não é visto como público, nem notório, mas é seguramente localmente conhecido e significativo e, quiçá, precursor dum amanhã feito hoje.

- para fazer com que gente daqui e dali, animadores e (des)animados, associações de cidadãos e instituições públicas e privadas se conheçam, interroguem, interpõem, animem, e partilhem os seus saberes e vivências plenas (e também vazias) de sentido. E, sobretudo, permaneçam em rede cooperativa. O que reclama a queda das máscaras e o confronto sério das potencialidades e limitações mútuas quanto às iniciativas de Desenvolvimento Local.

- para se afirmar que o desenvolvimento ou é genuinamente cultural ou é uma fraude; ou seja, o desenvolvimento reclama simultaneamente abertura ao mundo e valorização do que é positivo nos modos próprios de ser, pensar, sentir e agir.

- para, em consequência, se afirmar que somos cidadãos, que a democracia ou é participada ou não o chega a ser de facto, e que o poder político é para todos, por mais pequeno que seja, ou pareça, o seu quinhão.

A esperança move-nos e torna-nos exigentes, mas não somos adivinhos. Assim, não sabemos que mudanças ocorrerão de facto entre 96 e 98. Mas, o que podemos dizer, desde já, é que entre 94 e 96 há mais caminhantes e mais locais de partida para os horizontes do Desenvolvimento Local. A mobilização de numerosas associações dos mais diversos locais do país provam-no à sociedade. Na mesma corrente (ou torrente?) se inscrevem os gestos bonitos de companheirismo e de solidariedade para com a MANIFesta 96 de escritores, jornalistas, ilustradores, e de fotógrafos, daqui e dali. E há caminhos andados que estavam fechados. Há atitudes de recepção e escuta, e mesmo algumas iniciativas de apoio ao Desenvolvimento Local por parte de entidades e decisões públicas e governantes que são distintas das mais observadas no passado recente há, por certo, mais a ideia de que a solidariedade social é para valer e que o desenvolvimento diz respeito a muitas pessoas de carne e osso, que nutrem, subsistem ou são excluídos aqui e ali, enquanto outros, poucos, mas também de osso e carne, hipervivem e esbanjam acolá. E há ainda algum reconhecimento pelo trabalho feito por gente séria, dedicada e generosa, desejosa de aprender e de fazer bem feito aquilo em que cria. E que para tanto se associou e assim prossegue e espera. E, por vezes, desespera.

A atenção de Sua Excelência o Senhor Presidente da República sobre as iniciativas de Desenvolvimento Local e a concessão do Alto Patrocínio à MANIFesta 96 são sinalizações dum luz nova. Tal como os apoios e participações de diversas entidades associativas, públicas e governamentais. A MANIFesta 96 conta, por exemplo, com o interesse e mobilização de um Conselho de Cooperação em que se integram representantes de estruturas associativas diversas: autárquicas, cooperativas, culturais, educativas e de instituições particulares de solidariedade. Apesar dos esforços tremendos necessários à prestação de informação acerca do evento e indispensáveis à mobilização de recursos materiais, e não obstante a lentidão das apreciações e o arrastamento exasperador das respostas, é mister reconhecer o estímulo e o apoio prestado por várias entidades estatais. Além disso, ao invés do que sucedeu em 94, a ideia de que a MANIFesta é uma oportunidade para a Administração Pública, amigável distante dos cidadãos (quando não hostil), se aproxima dos mesmos foi, por alguns, entendida. Assim, por via de institutos e departamentos distintos também ela estará simbolicamente presente na MANIFesta. E aí poderá dar uma pequena conta do que tem tentado e realizado. E ainda do que pretende vir a concretizar no futuro próximo.

Se a recordação do passado mais distante e mais próximo ajuda à compreensão da MANIFesta 96, também a explicitação das actividades constantes do programa ajudam a construí-la. Digamos, em resumo, que a MANIFesta será um espaço de espaços, locais acolhedores e que convidam ao estar, ao ficar e ao desfrutar. E ainda um tempo forte para encontros e trocas (de saberes, saberes e memórias, por exemplo), convívio e partilha. Será, então, uma assembleia, para o pensar, o falar e o ouvir; e uma feira de feiras, tudo isso com boa disposição e muita reinação. As provas provadas da ACERT, ao longo de 20 anos, e da animar na sua reconhecida infância, são, cremos, garantia bastante que não haverá conversa fiada na Assembleia: que não haverá feira de vaidades, nem tão pouco uma festa óca laçoada.

José Portela
Presidente da Direcção da animar



Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural

Quem somos?

A rede animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, é uma associação recente, privada e sem fins lucrativos, que se constituiu em 17 de Setembro de 1993. Para a sua criação contribuiu activamente a reflexão e o diálogo estabelecido ao longo de um ano por um grupo de animadores e representantes de instituições locais de diversos pontos do País.

A animar está aberta a todas as instituições e cidadãos interessados nas suas finalidades e objectivos. Com sede na Mesquita (Aljendrel - Alentejo), em pleno meio rural, actua mediante intervenções estruturadas em rede de âmbito nacional.

Porque surgimos?

Porque colectamos belas histórias de esperança e combate contra a fatalidade do isolamento, exclusão, desemprego e emigração, protagonizadas por iniciativas locais e projectos de acção de Desenvolvimento.

Porque acreditamos que vale a pena e que é possível, com a participação dos cidadãos, construir um novo projecto de sociedade!

Em suma, surgimos para inquirir, para animar.

Para quê?

3 grandes desafios se colocaram e colocam à animar:

- valorizar o mundo rural;
- promover o nível e a qualidade de vida das suas populações;
- congregar esforços e apoiar a acção de instituições, associações, grupos, iniciativas e indivíduos intervenientes e interventivos na sociedade local.

ACERT

Associação Cultural e Recreativa de Tondela

Formada em 1979, como forma de corresponder, na prática e na orgânica, a um amplo campo de experimentação, pesquisa e acção cultural que permitisse criar correntes diversificadas de interesse, pólos de acção abrangentes e uma alternativa cultural independente, orientada para a participação activa dos agentes culturais nela envolvidos, do seu poder de criação e da sua vontade de afirmação numa actividade cultural, artística e socialmente comprometida com a intervenção comunitária.

A ACERT assume-se, no terreno e no contexto geral da vida cultural do país, como um projecto aberto à pluridisciplinaridade cultural, assente numa prática não conformista, nem conformista.

A ACERT afirma a necessidade da articulação da sua especificidade com as várias componentes que permitam o reforço da identidade regional, bem como a abertura de todos os canais que permitam uma participação activa do cidadão nos destinos comunitários.

A produção cultural da ACERT, ainda que fortemente atenta à realidade envolvente, não assenta em pressupostos paternalistas, antes pretendendo actuar como despolietadora da diversidade e qualidade culturais, criando e desenvolvendo no espectador: espaços não consumistas, assim contribuindo para atitudes e posturas caracterizadas pela valorização do público como sujeito inteligente, crítico e gerador de exigências artísticas e práticas associativas cada vez mais ricas e inovadoras.

A cultura não é ornamento, mas pareceira indissociável do desenvolvimento, pelo que as autarquias e o poder central devem criar condições favoráveis aos projectos que se afirmam com independência nas regiões, permitindo que os criadores, desejosos de actuar nas suas áreas, se possam fixar e actuar com utilidade e competência nas múltiplas etapas da criação e da intervenção cultural comunitária.

A ACERT não vê negativamente a sua localização (interior do país), antes reivindicando o estatuto e condições que o trabalho, a persistência e a implantação conferem à actividade desenvolvida, esperando afirmar-se, sem instabilidades permanentes, numa acção consequente, de importância regional, integrada na vida cultural do país.

A ACERT considera-se como fazendo parte do movimento nacional que, dum forma independente, vem empenhando a vida cultural de Portugal, estando certa de que as relações desenvolvidas com outras associações, grupos e organizações, nacionais e internacionais, têm permitido um reaprender contínuo do significado da acção solidária.

A ACERT, ao encontrar-se num período de construção do NOVO CICLO - Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional de Tondela (com algumas fases já em funcionamento), está ciente do desafio que tal espaço cultural significa para a atração de acontecimentos e de sinergias entre criadores (do país e estrangeiros) que nele se venham a instalar. O papel pioneiro que uma tal infraestrutura representa, na região e no país, potencializando eventos e projectando a cultura como factor de desenvolvimento integrado, será uma aposta para ser vivida intensamente por todos aqueles que sabem o valor da independência, da liberdade criativa e da prática cultural comunitária, pelo que a organização local desta MANIFesta 96 corresponde a mais uma ventura a ser vivida com a intensidade e paixão com que, desde há 20 anos, a ACERT tem vindo a sentir as gostosas utopias.

FUNCIONAM NA ACERT

Ateliers formativos: Artes plásticas (exposições/serigrafia/escultura); Audio Visuais (vídeo/fotografia); Conferências (informação, formação e debate); Desporto (classe e equipas de basquetebol/voleibol); Edições Literárias e Musicais; Música (espectáculos musicais, promoção de espectáculos); Teatro - TRIGO LIMPO teatro ACERT; Actividades de animação cultural diretas/intercâmbios/ Programas de cooperação cultural nacionais e internacionais.

Mais de 100 organizações presentes na MANIFesta 96

Associações

NORTE

ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural de Terras de Sousa (Felgueiras)
 ARIAD - Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes (Paço de Rêgo)
 ARTESAVE - Manufaturas e Artesanato (Vila do Conde)
 ATHACA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (Vila Verde-Braga)
 CLAP - Centro Local de Animação e Promoção Rural (Amazaraiz)
 ERVITAL (Mezão - Castro Daire)
 PROBASTO - Associação para o Desenvolvimento Rural de Basto (Cabecelas de Basto)

CENTRO

ACERT - Associação Cultural e Recreativa de Tondela (Tondela)
 ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão (Penela do Casado)
 ADICES - Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas (Santa Comba Dão)
 ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (Tomar)
 ADLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva (Viseu)
 ADRACKES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Gerano-Sul (Vila Velha do Ródão)
 ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural das Seras do Montemuro, Arada e Galbarga (Arouca)
 ADRL - Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões (Vouzela)
 ADSCS - Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém (Santarém)
 Artesanato Local de Tondela (Tondela)
 BEIRA-SERRA - Associação Promotora do Desenvolvimento Rural Integrado (Gouveia)
 CEARTE - Centro de Formação Profissional de Artesanato (Coimbra)
 IDARC - Instituto para Desenvolvimento Agrário da Região Centro (Coimbra)
 Movimento Solidariedade Rural (Belmonte)
 RALA - HISTÓRICA - Associação de Desenvolvimento (Trancoso)
 Rancho Folclórico de Chãos (Chãos - Rio Maior)
 SOLIDARIOS - Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário (Oliveira do Bairro)

ALentejo

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (Mértola)
 ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural (Mesaçama-Aljubarrot)
 Associação Desportiva e Cultural da Juventude Almodôvarense (Almodôvar)
 ROTA DO GUADIANA - Associação de Desenvolvimento Integrado (Serpa)
 TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro Regiões Rurais (Alqueiras)
 ALGARVE
 Associação IN LOCO (Faro)
 VICENTINA - Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Algarve Sudoeste (Lagos)

ACORES

TERRA MAR - Associação de Desenvolvimento Local da Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada)

GRANDE POEIRA - SUL

Centro Social de Ermesinde C. A. Sabeira (Ermesinde)
 CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais (Porto)
 Federação das Colectividades do Distrito do Porto (Porto)
 FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (Porto)
 REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (Porto)

GRANDE LISBOA

ABRIL EM MAIO Associação Cultural (Lisboa)
 CIDMAC - Centro de Documentação Amílcar Cabral (Lisboa)
 Comissão Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza (Lisboa)
 Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (Lisboa)
 ICE - Instituto das Comunidades Educadoras (Serbal)
 OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento (Lisboa)
 TCHOMBINOS - Associação Cultural dos Nôvas Artistas Africanos (Lisboa)
 U.M.A.R. - Movimento para a Emancipação Social das Mulheres Portuguesas (Lisboa)
 UNIVERSUS (Lisboa)

INTERNACIONAIS

MOCAMBUQUE - Mostra Cultural
 CUMPLICIDADES - Intercâmbio Cultural em Língua Portuguesa (Lisboa, Porto, Recife e Tondela)

Sector Cooperativo
 CONFECOOP - Confederação de Cooperativas Portuguesas (Lisboa)
 ALIANÇA ARTESANAL, CRL (Vila Verde)
 BLOC3 - Cooperativa de Estudos e Projectos de Design e Arquitectura, CRL (Faro)
 BORDADOS DO LIMA - Cooperativa de Bordados Regionais de Serreleis, CRL (Serreleis - Viana do Castelo)
 CNAD - Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes, CRL (Lisboa)
 COMBATE AO FRIO - Cooperativa de Artesanato, CRL (Reça - Castro Daire)
 Cooperativa Oficina de Tecedem de Mértola, CRL (Mértola)
 CORTECICOL - Cooperativa de Informação e Cultura, CRL (Castro Verde)
 ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (Mesaçama - Aljubarrot)
 ETNIA - Actividades Culturais, CRL (Caminha)
 GESTO - Cooperativa Cultural, CRL (Ponte)
 INDE - Interooperação e Desenvolvimento, CRL (Lisboa)
 MAIS ALEM - Cooperativa de Serviços, CRL (Candaa - S. Pedro do Sul)
 O ENLEJO - Cooperativa de Artesanato de Tondela, CRL (Tondela - Viseu)
 TROTE GERES - Cooperativa de Ocupação de Tempos Livres, CRL (Ercedo - Cabril)

Administração Central

CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro (Coimbra)
 Comissão Nacional para o Ano Europeu da Educação e Formação ao Longo da Vida (Lisboa)
 DGDOR - Direcção Geral do Desenvolvimento Rural (Lisboa)
 Gabinete Europeu de Portugal Jean Monnet (Lisboa)
 ICN - Instituto da Conservação da Natureza (Lisboa)
 IIEP - Instituto do Emprego e Formação Profissional (Lisboa)
 INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (Lisboa)
 INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (Lisboa)
 IPJ - Instituto Português da Juventude (Viseu)
 IVP - Instituto do Vinho do Porto (Porto)
 PEFT 2000 - Programa Educação para Todos (Lisboa)
 SIMAB - Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores (Lisboa)

Poder Local

Câmara Municipal de Tondela
 Câmara Municipal de Góis

Participações e apoios oficiais

Câmara Municipal de Tondela
 Comissão de Coordenação da Região Centro
 Comissão Nacional para o Ano Europeu para a Educação e Formação ao Longo da Vida
 Direcção Geral do Desenvolvimento Rural EXPO 98
 Gabinete Europeu de Portugal Jean Monnet
 Governo Civil de Viseu
 ICN - Instituto da Conservação da Natureza
 IIEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
 IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca
 INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
 INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo
 Instituto do Vinho do Porto
 Instituto Português da Juventude (Viseu)
 Ministério da Ciência e Tecnologia
 Ministério da Economia
 Ministério da Solidariedade e Segurança Social
 PEFT 2000 - Programa Educação para Todos
 PPDR - Programa Promoção de Desenvolvimento Regional
 Secretaria de Estado da Agricultura
 SIMAB - Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores



PPDR
 Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional

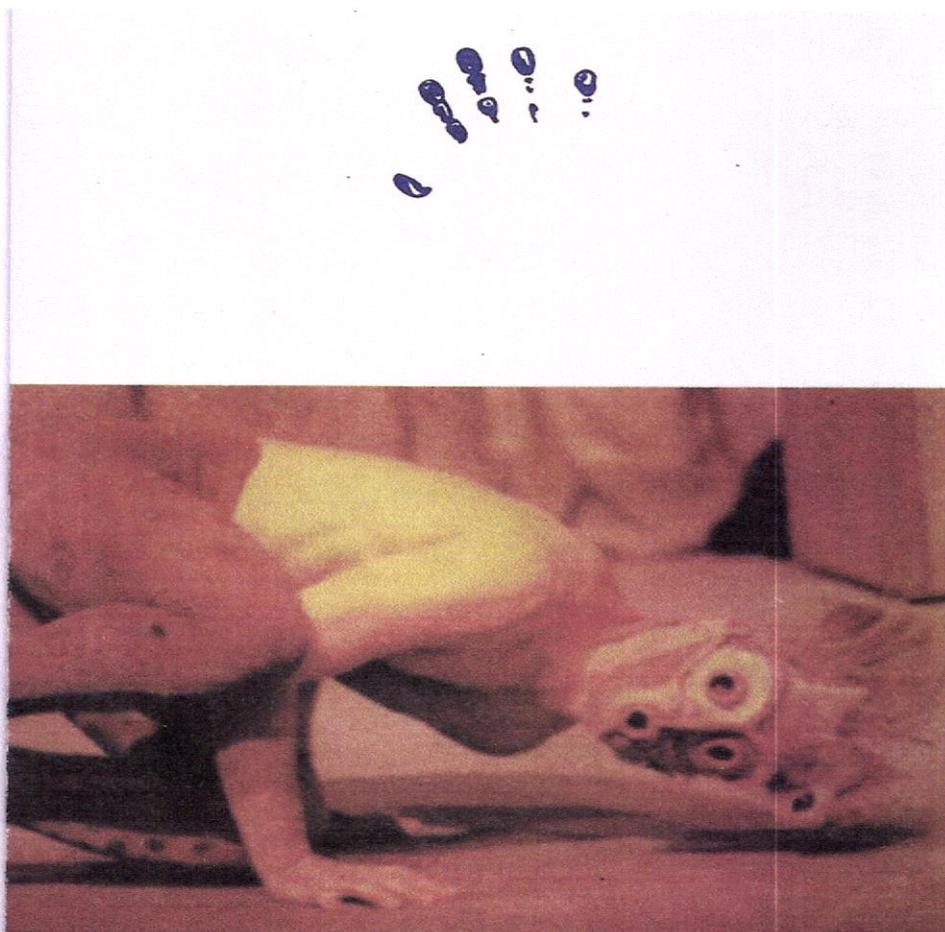


Câmara Municipal de Tondela

Patrocinam esta iniciativa:

Apoio: Garagem de Santa Maria Lda, Rosicar, Somit Colaboração: Vachier & Associados

PROGRAMA MANIFesta DE AMARANTE 1998



MANIFesta '98 • Amarante
III Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local

Local: Escola Secundária e EB 2,3 de Amarante

26 e 27

Encontro Europeu de Desenvolvimento Educativo Local

Local: Auditório do Cinema Teixeira de Pascoaes ; EB 2,3 de Amarante

27, 28, 29 e

Mercado dos Produtos Locais:
Artesanato
Gastronomia
Feira do Vinho Verde

Praça da Cultura

Espaço Troca de Saberes

Mostra das Iniciativas

Local: Escola Secundária de Amarante

28

Debates Específicos:

Comércio Justo e Solidário

Ciência, Investigação e

Desenvolvimento Local

Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Desenvolvimento Educativo Local

Mulheres e Desenvolvimento Local

Local: Escola EB 2,3 de Amarante

27, 28, 29 e 30

27 Manuel Luna Y La Cuadrilla
(Murcia - Espanha)

Alboka
(Eukadi - Espanha)

Gaiteiros de Lisboa

28 Bigada Vitor Jarra

Realejo

Balada do Atlântico
(Açores)

29 Guda e Guto Pires

Bombos de Amarante e N' goma Makamba

Julinho da Concertina, Amadeu Magalhães, Tavares da Gaita

Moçoilas e African Voices

30 Adelli

(Argélia)

Guto Pires

(Guiné Bissau)

Duo 2 +Convidados

(Brasil)

Bombos de Amarante

(todos os dias a partir das 21 horas)

29

Assembleia
Teses em Debate

Local:
Escola EB
2,3 de
Amarante

[durante a Manifesta

Animação Cultural

Fogo de Artifício,
Raid Manifesta'98,
Fanfarras,
Teatro,
Poesia,
Largada de Parequedistas,
Espectáculos de Circo,
Música Tradicional,
Desfiles,
Jogos,
Ranchos,
...muito mais.

Praça da Cultura
Feira de produtos locais
Espectáculos
Debates

27, 28, 29 e 30
Novembro



Ministério da Ciência e Tecnologia,
Ministério do Trabalho e Solidariedade,
Secretaria de Estado da Agricultura,
Grupo de Missão para o Desenvolvimento
da Educação e Formação de Adultos,
Com o Alto Patrocínio da Presidência do
Conselho de Ministros,
Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência
o Presidente da República.

Jornal de
Notícias



Organização
Local:  Adesco

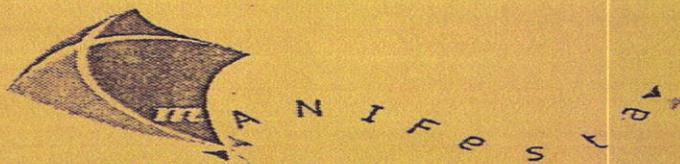
Organização
Global:  animar

Edifício Mirante, Fração X
Apartado 184 4600 Amarante
Telf| 055.431623|431283|432491
Fax| 055 432628
Email:www.Terravista.PT/bilene/2978
SECRETARIADO da MANIFesta'98:
Directora Executiva - Dra. Rosário dos Santos

PROGRAMA MANIFesta DE TAVIRA 2001

TAVIRA

27 a 30 de Abril



Programa de animação

27 de Abril, Sexta Feira

MOSTRA DE PROJECTOS (Largo da Carmo)

16h00 - Abertura
18h00 - Animar Açoriano
20h00 - Encerramento

FEIRA DE PRODUTOS (Jardim)

16h00 - Abertura
20h00 - Encerramento

ANIMAÇÃO INFANTIL

Espectáculos
10h00 - Teatro de Marionetes "Era Uma Vez...", de José Carlos Alegria
11h00 - Teatro de fantoches com o grupo "Trequei-a-reque e companhia"
14h30 - Teatro "Os Narizes" pelo grupo BAAL17
17h00 - Teatro de fantoches com o grupo "Trequei-a-reque e Companhia"

Ateliers Permanentes:

O Bau do Avô - jogos tradicionais, da responsabilidade de Jorge Ferreira
Pintura Mural, orientada pelo Centro Rádio;
Construção de Papagaios, dinamizada por Tô Quintas
11h00 - Construção de instrumentos musicais, dinamizado pelo grupo WACO
11h00 - Construção de Fantoches, dinamizada por Alfred Peter
12h00 - Expressão Musical com o grupo "Moçoilas"
13h00 - Construção de Carrinhos "Madeirenses", orientada pelo M.A.C. (Movimento Apostólico da Criança)

13h00 - Escultura em Gesso, orientada por Rui Guerreiro
13h00 - Como Cuidar da Nossa Boca, por Jesus Capela
16h00 - O Conto e o Têxtil - Conto "Siika", dinamizado por Ghyslaine Fritz
- Ludotecas Itinerantes de Alcoutim, da Guarda, S. Bartolomeu de Messines, da Esdime e "Está na hora de brincar"

ANIMAÇÃO DE RUA

Maribondas, Projecto Waco - grupo de percussão; Grupo Jovarte - "O enterro da TV"

20h00 - Jantar colectivo na Beira Rio com a população de Tavira, com música, teatro e animação de rua.

-Teatro da Estrada: "Aldeia de Loucos"

22h00 - Palco Grande
Violas campaniças
Erva de Cheiro
e Viva a Música

00h00 - Fora d'horas (Museu do Lagar)

28 de Abril, Sábado

ASSEMBLEIA

10h00-12h00 - Debate: "O Cooperativismo como Factor de Desenvolvimento Local" - INSCOOP / ANIMAR (Caixa de Crédito Agrícola)
 14h00-16h30 - Debate: "Agricultura Biológica e Desenvolvimento Sustentável", AGROBIO (Caixa de Crédito Agrícola)
 14h00-16h30 - Debate: "Colectividades de Cultura Recr. e Desp.-Balanço para o Desenvolvimento", FPCCR (Clube de Tavira)
 17h00-19h00 - Debate: "Educação e Formação de Adultos nas Dinâmicas de DL", ANEFA (Museu do Lagar)
 17h30-19h00 - Debate: "A Globalização na Mira do DL: Globalizar Solidariedades e Resistências", ATAC (Caixa de Crédito Agrícola)

MOSTRA DE PROJECTOS

14h00 - Abertura
 14h30 - Dança de Carnaval/Grupo Coral Ialosos da Casa do Povo de Alvalade
 15h30 - Grupo de Bombos de Lavacalhos
 17h00 - Grupo Coral Vozes de Almôdôvar
 17h30 - Rancho Etnográfico da Freguesia de Cachopo
 18h00 - Grupo de Cantares Camponesas da Aldeia do Bispo
 18h30 - Animar Açoriano
 19h00 - Rancho Folclórico de Macainhas da Guarda
 19h30 - Rinka Finka (Grupo de Batuques Caboverdiano)
 23h00 - Encerramento

FEIRA DE PRODUTOS (Jaramim)

10h00 - Abertura
 11h00 - Tuna Académica - ISS de Beja
 14h00 - Rancho Folclórico Juvenil de Vale Estrela
 15h30 - Grupo de Bombos de Casteleja
 16h00 - Grupo de Música Popular do Conservatório de Música de Albufeira
 16h30 - Rancho Folclórico de Canadal
 17h30 - Grupo Etnográfico do Tór
 18h00 - Oceanina
 19h00 - Rancho Folclórico da Beça
 23h00 - Encerramento

FEIRA DE PRODUTOS (Beira Rio)

10h00 - Abertura
 10h30 - Jogos Tradicionais com "Grupo de Jogos Tradicionais Alfageme de Santarém"
 15h30 - Grupo de Bombos do Souto da Casa
 16h00 - "Camponesas" de Castro Verde
 18h00 - Os Ceifeiros de Serpa
 23h00 - Encerramento

ANIMAÇÃO INFANTIL

Espectáculos
 12h00 - Teatro "Os Narizes"
 14h00 - Marionetas "Era Uma Vez..."
 16h00 - Teatro "Eu, Tu, Ele, Nós, Vós, Eles" (AL Teatro Analise de Loulé)
 18h00 - Música "Os Carapinhas"
 Ateliers - Permanentes
 Atelier do Fantasma, animadores sócio-culturais de Panche
 O Bau do Avô - jogos tradicionais
 Pintura Mural
 Construção de Carrinhos Madeirenses
 Construção de Papagaios
 10h00 - Construção de Bolas de Malabarismo, orientada por Joana Rego
 10h00 - Escultura em Gesso

11h00 - "A Escrita é o Desenho das Palavras", orientada por Isilda Pereira
 11h00 - Como cuidar da nossa boca
 14h00 - "A Escrita é o Desenho das Palavras"
 14h00 - O Canto e O Têxtil - Canto "Os Últimos Gigantes"
 15h00 - Papel Reciclado e Pintura, dinamizado por Rita Santos
 14h00 - Exploração Musical "Os Gambuzinos"
 17h00 - Como cuidar da nossa boca - Ludotecas Itinerantes de S. Bartolomeu de Messines, da ESDIME e "Está na hora de Brincar"

ANIMAÇÃO DE RUA

ADEPE, ADREG, Maribondos, Capoeira, Grupos de percussão, Bombogaf, Tambali, Pézinhos de Lã, Juvarte, Lançamento de papagaios durante a tarde

DESPORTO

10h às 18h - Canoagem

"ESPAÇO JOVEM"

10h00 - Início da construção do Padrão da Solidariedade
 Início da construção do Barco Mensageiro; Início da construção do Livro Azul; Atelier de Pinturas Faciais; Atelier de Setas Humanas; Atelier de Pinturas; Artes Circenses
 12h30 - Almoço
 14h30 - Atelier de Percussão; Atelier de Bandas; Atelier Barco Mensageiro; Atelier de Bandas; Atelier de Carcoas e Palmitos; Atelier Padrão da Solidariedade; Atelier Livro Azul; Atelier Gostar de Criar; Atelier Pinturas Faciais; Atelier Setas Humanas; Atelier de Graffiti; Fala Por Si
 15h00 - Fantoches Teatrical: Ali Piu Piu Passarinho
 18h00 - Assembleia
 20h00 - Jantar
 20h30 - Corredor Espectacular
 22h00 - Utopias Atelier de Astronomia
 00h00 - Beijo à Madrugada

20h30 - Ponte romana
Passagem de modelos: a moda renascente das artes tradicionais;
 Grupo de Teatro Pézinhos de Lã ;
 Espectáculo de fogo

Floralia

O Culto da terra na primavera a FLORALIA é um complemento de um projecto mais vasto que o INATEL tem vindo a fomentar junto dos grupos de folclore, com o objectivo de (re)criar novas formas de divulgação da cultura tradicional. Este espectáculo surge sob a forma de convite à participação, dirigida a três grupos de folclore, todos eles com fortes ligações à terra.

00h00 - Fora D'horas (Museu do Lagar); Grupo de Teatro da Casa da Cultura de Loulé - Sketch Karl Valentin

29 de Abril, Domingo

ASSEMBLEIA

10h30-13h00 - Debate: "Associativismo, Culturas Populares e Tradicionais e o Desenvolvimento", INATEL (Caixa de Crédito Agrícola)
 14h00-16h00 - Debate: "Microcrédito: Um Instrumento de Luta Contra o Desemprego e a Pobreza", ANDC (Caixa de Crédito Agrícola)
 16h00/16h45 - Palestra: "Ano Internacional dos Voluntários", CNAIV (Clube Tavira)
 17h00-19h00 - Debate: "Comunidades Portuguesas e o Desenvolvimento Local", ANIMAR (Museu do Lagar)
 17h00-19h00 - Debate: "Educação Ambiental como forma de Cidadania e Inserção Social", Ass. Mães de Rabo de Peixe (Ginásio Clube de Tavira)

MOSTRA DE PROJECTOS (Largo de Carmo)

14h00 - Abertura
 17h00 - Grupo de Cavaquinhos da Associação Pais e Filhos de Vale Silves
 18h00 - Vento Sudo
 19h00 - Os Malteses
 19h30 - Teatro ao Largo: "O homem que plantava árvores"

FEIRA DE PRODUTOS (Jardim)

10h00 - Abertura
 11h00 - Rancho Folclórico de Chãos
 12h00 - Rancho Infantil "Estrelas de Pinhel"
 15h00 - Animar Açoriano
 16h00 - Rancho Folclórico de Bolequeime
 17h00 - Grupo de Cantares de Cachopo "Seara de Outono"
 18h00 - Rancho Centro Cultural da Guarda
 18.30 - Grupo Pé no Chão - "Dança Caboverdiana"
 19h00 - Grupo Coral "Vozes de Casével"
 21h00 - Desfile de Moda Artesanal
 23h00 - Encerramento

FEIRA DE PRODUTOS (Beira Rio)

10h00 - Abertura
 10h30 - Jogos Tradicionais com o "Grupo de Jogos Tradicionais Alfageme de Santarém"
 15h00 - Teatro de Rua com o grupo "Goza"
 16h00 - Teatro ao Largo: "O homem que plantava árvores"

ANIMAÇÃO INFANTIL

Espectáculos
 11h00 - Teatro de Marionetes "Era uma vez..."
 14h00 - Teatro "Os Narizes"
 16h00 - Dança "Grupo de Dança da Associação de Pais e Filhos de Vale Silves"
 Ateliers - Permanentes: Atelier da Fantasia "O Bau do Avô" - jogos tradicionais
 Pintura Mural
 Construção de Carrinhos Madeirenses
 Escultura em Gesso
 10h00 - Como Cuidar da Nossa Boca
 10h00 - Construção de Bolas de

Malabarismo

10h00 - Exploração Musical "Os Gambuzinos"
 11h00 - O Canto e O Têxtil - Canto "A Criança e os Três Ladrões"
 13h00 - Construção de Papagaios
 14h00 - Papel Reciclado e Pintura
 14h00 - Construção de Fantoches
 17h00 - "A Escrita é o Desenho das Palavras"
 17h00 - Dança africana com António Iavares
 - Ludotecas Itinerantes de S. Bartolomeu de Messines, da ESDIME, "Está na hora de Brincar", e do GAF(Gouveia)

DESPORTO

10h00 às 18h00 - Canoagem
 15h00 às 19h00 - Slide e Rappel (Ponte)

ANIMAÇÃO DE RUA

Adreg, Maribondos, Capoeira, grupos de percussão, Tambali, Grupo de Teatro "Olhos meus", Juvarte "Almoço de Turistas"

"ESPAÇO JOVEM"

12h30 - Almoço
 14h00 - Atelier Pinturas Faciais; Atelier Setas Humanas; Artes Circenses; Atelier de Pinturas; Atelier de Percussão; Atelier de Bandas; Atelier Barco Mensageiro; Atelier de Carcoas e Palmitos; Atelier Padrão da Solidariedade; Atelier Livro Azul
 Atelier Gostar de Criar; Atelier de Graffiti; Fala por Si
 16h00 - Fantoches
 Teatrical: Ali Piu Piu Passarinho
 18h00 - Assembleia
 20h00 - Jantar
 21h30 - Corredor Espectacular
 22h00 - Utopias
 Atelier de Astronomia
 00h00 - Beijo à Madrugada

**22h00 - Paico Grande
 "Cantigas aos molhos"**

Juntam-se num paico alguns grupos que têm em comum a prática constante de recolher novos temas junto dos seus anciãos e reorganizá-los, procurando manter a sua genuinidade ao mesmo tempo que colocam um pouquinho de si próprios. Em comum têm também o gosto e prazer de cantar e difundir a cultura que trazem consigo. Em comum têm ainda a região a que pertencem Algarve, interior da serra do Caldeirão. Os "Velhos-Mocos da Torre, As Mondadeiras das Barrosas, as Moelilas, a Seara de Outono e os Santa Maria vão poder proporcionar-nos uma viagem a uma época em que acreditamos que toda a gente participava activamente nessa criação de espaço de convívio.

D'Orseu - Espectáculo dedicado a José Afonso é o segundo de um ciclo que homenageou já Sérgio Godinho (em Março passado) e homenageará ainda Fausto (em Maio).

00h00 - Fora D'horas: Museu do Lagar; Grupo de Teatro "Pezinhos de Lã"

30 de Abril, Segunda

MOSTRA DE PROJECTOS (Largo do Carmo)

14h00 - Abertura
16h00 - Desfile de Moda Artesanal
17h00 - Animar Açoriano
19h00 - Desfile de Moda Artesanal
20h00 - Encerramento

FEIRA DE PRODUTOS (Jardim)

10h00 - Abertura
15h00 - "Musicanto" - música Tradicional Portuguesa
20h00 - Encerramento

FEIRA DE PRODUTOS (Beira Rio)

10h00 - Abertura
16h00 - Grupo de Teatro "Gazua"
19h00 - Teatro ao Largo: "Amor e Baco"
20h00 - Encerramento

ANIMAÇÃO DE RUA

Adreg, Maribondos, Tambali, Chocalhos de Vila Verde de Ficalho

ANIMAÇÃO INFANTIL

Espectáculos

10h30 - Teatro de Marionetas "Era uma vez..."

Ateliers

O Baú do Avô - jogos tradicionais; Pintura Mural; Construção de papagaios; Escultura em Gesso

10h00 - Atelier musical, dinamizado pelo grupo WAKO

10h00-13h00 - Grãos da Serra, Jogos e Barro dinamizado, pelas Escolas de Martinhão

10h00-14h00 - Construção de Carrinhos Madeirenses

10h30 - 13h00 - O Conto e O Têxtil como "A filha do Inverno"

11h00 - Dança Africana com António Tavares

11h00 - 13h00 - Construção de Fantoches

13h00 - 16h00 - Como cuidar da Nossa Boca

13h00 - 16h00 - A Escrita é o desenho das palavras

14h00 - 20h00 - Construção de Boias de Malacrisma

- Lugareças itinerantes de Mértola, Almodôvar, S. Bartolomeu de

nacional. Local: Igreja da Misericórdia

"Vivências serranas" Local: Igreja da Misericórdia

Recolha Fotográfica de Artesanato da Cova da Beira - Fotografia: João Lourenço Local: Centro Comercial da Ribeira

Andarilho Pedaleiro, o Pirata que roubava histórias Texto: Filipa Canhestro; Ilustrações: João Lourenço Local: Casa das Artes

Àcerca da Feira - Exposição e trabalhos de jovens vencedores do concurso. Técnica mista.

Exposição de Pedra Grés - escultura, ferramentas antigas e fotografias de trabalhos realizados

Coleção Contradições "Coordenados de Moda" do PPARTE. Local: Galeria Spatum

Escultura em pedra e madeira de Lido Ulrich. Local: Galeria Spatum

"Paraisos imaginados" - fotografias e texto. Local: Clube de Tavira

"Associativismo e cidadania" - fotografias de Telma Veríssimo Local: Casa das Artes

"Montes esquecidos de Mértola, aldeia e gentes da Mesquita" fotografias de Fernando Mendes e texto de Luisa Cunha Local: Galeria Spatum

Um Mural para Tavira - proposta do Ceane

"Ganhões" - Fotografia a Preto e Branco de Pedro Barros. Local: Clube Recreativo Tavirense

"Dia de flores" - fotografias de Luis Cruz. Local: Clube de Tavira

Exposição de pintura em acrílico, mástila e técnica mista de António Gomes Anacleto. Local: Clube de Tavira

Pintura colectiva das escolas do concelho de Tavira. Local: Centro Comercial da Ribeira

"Imagens da Serra" - exposição inter-

Messines, da ESDIME, "Está na hora de Brincar" e do GAF (Gouveia)

"ESPACO JOVEM"

11h00 - Conclusão da Assembleia jovem

12h00 - Encerramento

13h00 - Fusão das actividades

acompanhando a "Vénia ao Padrão da Solidariedade" e o lançamento do Barco Mensageiro ao Rio Gilão.

17h00 - Teatro no Clube de Tavira:

"Almadeianu ou ficar aqui nesta montanha", Lenda sobre a história da Guarda

22h00 - Palco Grande

EDUARDO RAMOS,

JULINHO DA

CONCERTINA e NASS

MARRAKESH

O som dos NASS MARRAKESH, cujos elementos deste grupo marroquino têm laços próximos com a comunidade Gwana, mistura os tambores da África central (djembes, sabar) com tabia Hindu, sentur e o omnipresente karkaba para criar uma sólida paisagem instrumental. Sem romper com a força das suas actuações anteriores, o repertório de "Sabil a Sallara" (título do seu recente álbum) traz consigo os elementos visuais que fazem com que os públicos de todas as culturas entrem num estado de "trance" acústico.

00h00 - Fora d'horas (Museu do Laçar): Acert "Trigo Limbo" espectáculo de poesia e canto recitados e dramatizados autores portugueses

EXPOSIÇÕES

"Paraisos imaginados" - fotografias e texto. Local: Clube de Tavira

"Associativismo e cidadania" - fotografias de Telma Veríssimo Local: Casa das Artes

"Montes esquecidos de Mértola, aldeia e gentes da Mesquita" fotografias de Fernando Mendes e texto de Luisa Cunha Local: Galeria Spatum

Um Mural para Tavira - proposta do Ceane

"Ganhões" - Fotografia a Preto e Branco de Pedro Barros. Local: Clube Recreativo Tavirense

"Dia de flores" - fotografias de Luis Cruz. Local: Clube de Tavira

Exposição de pintura em acrílico, mástila e técnica mista de António Gomes Anacleto. Local: Clube de Tavira

Pintura colectiva das escolas do concelho de Tavira. Local: Centro Comercial da Ribeira

"Imagens da Serra" - exposição inter-

nacional. Local: Igreja da Misericórdia

"Vivências serranas" Local: Igreja da Misericórdia

Recolha Fotográfica de Artesanato da Cova da Beira - Fotografia: João Lourenço Local: Centro Comercial da Ribeira

Andarilho Pedaleiro, o Pirata que roubava histórias Texto: Filipa Canhestro; Ilustrações: João Lourenço Local: Casa das Artes

Àcerca da Feira - Exposição e trabalhos de jovens vencedores do concurso. Técnica mista.

Exposição de Pedra Grés - escultura, ferramentas antigas e fotografias de trabalhos realizados

Coleção Contradições "Coordenados de Moda" do PPARTE. Local: Galeria Spatum

Escultura em pedra e madeira de Lido Ulrich. Local: Galeria Spatum

PROGRAMA MANIFesta DE SERPA 2003



Dia 1 – Quinta-feira

- 10.00h Chocalheiros de Ficalho
- 14.00h Bardoada - O Grupo do Sarrafo
- 15.00h Banda Filarmónica de Serpa
- 16.00h Animação de Rua - Companhia PernasAltas
- 17.00h Animação de Rua - Jovens Artistas de Montemor-o-Velho
- 17.30h Sessão Inaugural da MANIFesta 2003
- 18.00h Serafim - Contador de Histórias (Feira do Livro)
- 19.00h Animação de Rua - Companhia Artelier
- 21.30h Animação de Rua - Companhia Teatro Fech'O Pano
- 22.00h Espectáculo com Moçoilas + Marenostrum (Palco Principal)
- 24.00h Projectão do filme mudo "The General" - de Buster Keaton, acompanhado musicalmente pelos Macacos das Ruas de Évora (Palco Fora D'Horas)

Dia 2 – Sexta-feira

- 16.00h Animação de Rua - Companhia PernasAltas
- 17.00h Animação de Rua - Jovens Artistas de Montemor-o-Velho
- 19.00h Animação de Rua - Companhia Artelier
- 21.00h Desfile de Moda com Modabarr
- 21.30h Companhia Teatro Fech'O Pano
- 22.00h Jorge Palma (Palco Principal)
- 00.30h Funk Off and Fly (Palco Fora D'Horas)

Dia 3 – Sábado

- 14.30h Corrida Fotográfica
- 14.30h Grupo Etnográfico de Manta Rota
- 15.00h Grupo de Caretos de Ousilhão
- 15.00h Atelier de Dança com Uxu Kalhus (Espaço Fora D'Horas)
- 15.00h Desfile de Grupos Corais de Serpa:
 - Grupo Coral e Etnográfico da Casa do Povo de Serpa
 - Grupo Coral de Vale de Vargo
 - Grupo Coral de Pias
 - Grupo Coral de Brinches
 - Grupo Coral de A-do-Pinto
 - Grupo Coral e Etnográfico de Vila Nova de S. Bento
 - Grupo Coral "Os Arraianos" de Vila Verde de Ficalho
- 17.00h Animação de Rua - Jovens Artistas de Montemor-o-Velho
- 17.00h Grupo de Cantares Aléu
- 17.00h Rancho Folclórico Infantil da Assoc. Cultural de VRS António
- 18.00h Lançamento do Livro de Poesia - Mestre Romão (Feira do Livro)
- 18.00h Rancho Folclórico de Varziela
- 19.00h Rancho Folclórico e Recreativo de Borbela
- 19.00h Companhia Teatro Fech'O Pano
- 21.00h Grupo de Cantares do Cachoupo
- 21.00h Desfile de Moda "Algarve Artesanal"

- 21.30h "Ópera Omni" - Companhia Artelier - Teatro de Rua
- 22.00h Canto Moço + Adiafa (Palco Principal)
- 23.30h Espectáculo-baile com Uxu Kalhus (Palco Fora D'Horas)
- 01.00h JazzFazz (Palco Fora D'Horas)

Dia 4 – Domingo

- 10.00h Grupo de Caretos de Ousilhão
- 14.30h Grupo Etnográfico Santo António Arnilha
- 15.00h Rancho Folclórico de Avis
- 15.00h Grupo de Concertinas de Lamego
- 16.00h Grupo de Danças e Cantares Regionais da Feira
- 16.00h Grupo Coral Os Amigos do Cante de Alvito
- 17.00h Rancho Folclórico de S. B. Messines
- 18.30h Encerramento Formal da MANIFesta 2003
- 18.30h Orquestra Juvenil de Guitarras do Algarve (Cine-teatro de Serpa)
- 20.00h Djamboonda (Palco Principal)
- 22.00h Good Times Jazz Band (Palco Fora D'Horas)

DIARIAMENTE:

- Espaço do Artesanato:** (Ateliers, Venda e Mostra de Artesanato)
 - Atelier de Papel e Cerâmica – Org. CEARTE
 - Atelier de Tecelagem – Org. Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola
 - Atelier de Construção em Taipa – Org. Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa
- Brincando na Manifesta:** (Actividades Infantis)
 - Espaço com Teatro de Marionetas, Ateliers, Ludotecas, Jogos Lúdicos, Exposições, Elaboração de Livros em Pano
- Espaço Jovem:**
 - Workshop's, Exposições, Atelier's
- Jogos Tradicionais:**
 - Jogos: Burro, Andas, Argolas, Sapo, Rampa, Matraquilhos, Corrida de Garrafas, Galo, Skis, Esfera, Pião, Queijinhos, Arco e Gancheta, Macaca, Sobe e Desce, entre outros.
- Feira do Livro:**
 - Workshop's, Apresentação de livros, Café literário, Sessões de poesia
- Cantigas de Amor, escárnio e mal dizer:**
 - Oficina de troca de experiências e práticas do DL (Sala da Abóbada - Cine-teatro) - Dias 1, 2 e 3, das 18.30 às 20h.
- Exposições:**
 - Escultura em Pedra – João Daniel (Messejana); Escultura em Ferro, Pedra e Pintura – Fábrica das Artes (Castro Verde); Pintura – Núcleo de Artes Visuais de Aljustrel (Aljustrel); Pintura em Azulejos – Eunice Silva (Aljustrel); Escultura em Ferro – Gonçalo Condeixa (Odemira); Fotografia – José Manuel Rodrigues (Évora); Fotografia – Luis Matias (Aljustrel); Fotografia – José Tomé (Aljustrel); Fotografia – Rui Gomes (Aljustrel); Vacas Loucas de S. Lourenço (Almancil); Colectiva de Trás-os-Montes.

Seminários e Assembleia:

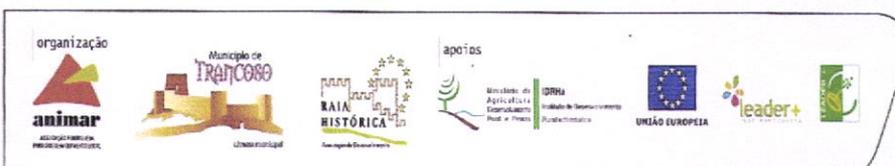
- | | |
|-------|---|
| Dia 1 | 10h - ASSEMBLEIA MAGNA - 1ª sessão - ANIMAR (Cine-teatro)
15h - O Rural não ocupa espaço - ISA/INIA (Sala da Abóbada)
15h - A participação dos cidadãos na construção europeia / O alargamento da União Europeia - Centro Jacques Delors (Foyer)
18h - Aldeias Históricas - ARTA (Livraria - Vemos, Ouvimos e Lemos) |
| Dia 2 | 10h - Comércio Justo e Desenvolvimentos Locais - Coordenação Portuguesa do Comércio Justo (Sala da Abóbada)
15h - Cidadania, como fazer? - Clube Utopia (Foyer)
15h - Olivais em modo de produção biológica - SALVA (Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa)
18h - Apresentação do Programa AGATA - PPART |
| Dia 3 | 10h - As Cooperativas e o Desenvolvimento Local - INSCOOP (Sala da Abóbada)
15h - Sessão Informativa sobre o POEFDS - POEFDS (Sala da Abóbada)
15h - Desenvolvimento e Criação de Empresas / Saberes/fazer antigos, novas oportunidades de emprego - Equal (Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa)
15h - Alentejo singular e diverso: busca das raízes - CEDA (Foyer)
18h - Cidadania que sonhamos, descrever caminhos - ICE (Escadaria junto à Praça da República) |
| Dia 4 | 15h - ASSEMBLEIA MAGNA FINAL (Cine-teatro) |

PROGRAMA MANIFesta DE TRANCOSO 2005

Trancoso 25 a 29 maio'05

VI assembleia feira e festa do desenvolvimento local

■ seminários, animação de rua,
ciclo teatro, espectáculos musicais



MANIFESTA

25 - DIA DO TERRITÓRIO

HORAS	TEMA	ENTIDADE PROMOTORA	LOCAL
10H30	VI ASSEMBLEIA MANIFESTA	ANIMAR	Auditório multíusos
14H30	SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DA VI MANIFESTA		
15H00	ABERTURA DA VI MANIFESTA		Pavilhão multíusos
15H00	PROJECTO + IGUALDADE: DESENVOLVIMENTO LOCAL RUMO À MUDANÇA	ANIMAR <i>RA de Crato.</i>	Stand ACERT
16H30	DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE (Oradores: Prof. Lima Santos, Instituto Superior Agrário; Eng. Joaquim Carvalho, Adjunto do Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas)	IDRha/PIC LEADER+ <i>depin.</i>	Auditório multíusos
19H00	INAUGURAÇÃO PAINEL AZULEJOS SOBRE A CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA	CENTRO EUROPEU JACQUES DELORS ANIMAR/RAIA HISTÓRICA	Centro Cultural

ANIMAÇÃO

18H30	Ossos e Ossos+BOMBOS+CARETOS DA EPT+BANDA FILARMÓNICA FRATERNIDADE RURAL	ANIMAR	Animação de rua
20H00	PEQUENAS DA CALÇADA	MÚSICA REGIONAL	Tenda de espectáculos Palco Regional
21H30	MAMÃ LUSTÍANA	TEATRO	Convento dos Frades
23H00	QUADRILHA	CONCERTO	Tenda de espectáculos
00H30	LUÍS PORTUGAL	CAFÉ-CONCERTO	Palco Nacional

26 - DIA DA INCLUSÃO SOCIAL

09H45	A LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL COMO OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	ANIMAR/CARITAS/REAPN <i>Carita/REAPN/ANIMAR</i>	Auditório ACRT
10H30	REGULAMENTAÇÃO DO ARTESANATO: AFIRMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM SECTOR (Fernando Tomás, téc. do PPART; João Amaral, Pres. Assoc. Art.Serra Estrela, Fernando Gaspar, Pres. PPART)	PPART <i>ANIS12</i>	Centro Cultural
14H30	TIPOLÓGICAS TERRITORIAIS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS (Cristina Figueiro, Roque Amaro, José Manuel Henriques)	Instituto da Segurança Social, IP / ANIMAR <i>ANIS12</i>	Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Trancoso
15H30	INTERVENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: SIMPLES CONHECIMENTO OU FACTOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO	ARA: ASS. DESENV. ESTUDO E DEFESA DO PATRIMÓNIO DA BEIRA INTERIOR <i>ANIS12</i>	Auditório multíusos
16H30	ENCONTRO DE PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA: NOVAS ESTRATÉGIAS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL	PROJECTO MANUS <i>ANIS12</i>	Clube Trancosense
18H00	ANO INTERNACIONAL DO MICROCRÉDITO	ANDC <i>ANIS12</i>	Auditório multíusos

ANIMAÇÃO

15H00	GRUPO DE DANÇA A.E.R.G	Ass. Educativa e Recreativa de Góis	Tenda de espectáculos Palco Regional
16H00	RANCHO FOLCLÓRICO DO CENTRO CULTURAL DA GUARDA	Água de Peú - Concelho de Lagoa	Animação de rua
16H00	BANDA FILARMÓNICA FRATERNIDADE RURAL		Tenda de espectáculos Palco Regional
17H00	GRUPO DE CONCERTINAS DO REBOLEIRO		Escadas do multíusos
17H30	RANCHO FOLCLÓRICO DE GOUVEIA		Convento dos Frades
18H30	GRUPO CDRAL DA CASA DO POVO DE SANTANA DE CAMBÁS - MÉRTOLA		Cine-auditório Jacinto Ramos
21H30	OLÁ CLASSE MÉDIA	TEATRO	Tenda de espectáculos Palco Regional
21H30	Fantasma da Ópera, um filme de Joel Schumacher (ciclo de Cinema-Espectáculo Total)	INATEL	
23H00	FILIPA PAIS	CONCERTO	
00H30	ÍNDICE	CAFÉ-CONCERTO	

27 - DIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

10H30	FORUM INTERPELAÇÃO CÍVICA AO GOVERNO	ANIMAR	Clube Trancosense
10H30	ORÇAMENTO MUNICIPAL PARTICIPATIVO		Auditório multíusos
14H30	BDAS PRÁTICAS NA INTERVENÇÃO SOCIAL	REAPN GUARDA	Hotel Turismo de Trancoso
14H30	MONTAGEM DE PARCERIAS - NACIONAIS E TRANSNACIONAIS (Juan Manuel Garcia_ADEZOS; Jorge Brandão_CCDRC; técnica do IDRha, técnico do CIDAC)	RAIA HISTÓRICA	Salas de Formação ACTIAM
14H30	CURRUCANDO-OFFICINA DE INICIAÇÃO AO TEATRO DO OPRIMID@	AJPAZ	Centro cultural
15H00	ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	BEIRA SERRA	Clube Trancosense
15H00	PROJECTOS DE ESCOLA: INSTRUMENTOS P/ O DESENVOLVIMENTO (Margarida Gomes, Coord. Nac. Eco-escola; Ana Jacinto, Coord. Serv. Pedagógicos P.R.P.; Coronel Jorge Parracho, Coord. Escola Segura Ministério da Educação)	ESC. SEC. TRANCOSO	
15H00	APRESENTAÇÃO DO PROJECTO: UMA ALDEIA SOLAR NO ALENTEJO	Associação para um Mundo Humanitário Tavera	Escola Profissional Trancoso
16H30	POPULAÇÃO RURAL E ESPAÇO: RELAÇÕES E GOVERNABILIDADE	ISA <i>ANIS12</i>	Auditório multíusos
18H30	Lançamento do livro CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DO DL EM PORTUGAL	ANIMAR	

ANIMAÇÃO

06H00	FEIRA DO GADO		Mercado de gado
08H00	MERCADO SEMANAL DE TRANCOSO		Largo da Feira
15H00	Shine, simplesmente genial, um filme de Scott Hicks (ciclo de Cinema-Espectáculo Total)	INATEL	Cine-auditório Jacinto Ramos
21H00	RANCHO FOLCLÓRICO DE PALHAIS		Tenda de espectáculos Palco Regional
21H30	UMA HISTÓRIA À PENAS	TEATRO	Convento dos Frades
21H30	QUARTETO ROSSINI	INATEL	Igreja da Misericórdia
22H00	NOITE DE FADOS	ESCOLA PROFISSIONAL TRANCOSO	Clube Trancosense
23H00	OS ADIAFA	CONCERTO	
00H30	OS ALENTEJANOS	CAFÉ-CONCERTO	Tenda de espectáculos Palco Regional
01H30	GADZ		
02H00	AÇORDA ALENTEJANA	LEADER+ do ALENTEJO	Tenda de espetáculos

28 - DIA DA CIDADANIA PORTUGUESA, EUROPEIA, MUNDIAL

10H00	CONDICIONALISMOS LEGAIS AO DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA E DA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE LEITE (oradores: Nuno Martins_ADRIL; Paulo Costa_Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto; Fátima de Sousa_DAVAS; João Modestino_AVCOOC; António Ferreira_ESAC; moderador: José Pereira_Pe Cons.Directivo ESAC)	ADRL/ANCOSE/ ESAC <i>Adriano David</i>	Cine-auditério Jacinto Ramos
10H00	FORUM AMBIENTAL/FLORESTA: DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO ENCERRAMENTO DAS MINAS DE URÂNIO <i>Filipe</i>	AZU - Associação das Zonas Lirariferas	Auditério multiusos
10H00	Oficina de CONSUMO RESPONSÁVEL	AJPAZ	Clube Trancosense
11H00	LINUX: A EMANCIPAÇÃO DO PINGUIM	Eng. Informática Univ. Coimbra	Centro cultural
14H30	CIDADANIA EXISTE, ALGUNS EXEMPLOS	ABRIL, assoc. regional para a democracia e desenvolvimento	
15H00	O DESENVOLVIMENTO LOCAL PELAS COOPERATIVAS <i>A. Santos</i>	INSCOOP	Hotel Turismo de Trancoso
15H30	APRESENTAÇÃO DO PROJECTO: UMA ALDEIA SOLAR NO ALENTEJO <i>António</i>	Associação para um Mundo Humanitário Tamera	Clube Trancosense
16H30	DEBATE CONSTITUIÇÃO EUROPEIA <i>J. Santos</i>	CENTRO EUROPEU JACQUES DELORS ANIMAR	Auditério multiusos
18H30	ÁGUA: BEM PÚBLICO, GESTÃO PRIVADA? <i>Adriano Santos</i>	GASIG- Grupo de Acção pelos Serviços de Interesse Geral	Centro cultural

ANIMAÇÃO

15H00	RANCHO FOLCLÓRICO DO CDEP - Pinhel		Tenda de espectáculos Palco Regional
15H00	Singin'in the rain, um filme de Gene Kelly e Stanley Doren (ciclo de Cinema-Espectáculo Total)	INATEL	Cine-auditério Jacinto Ramos
15H00	ORQUESTRA JUVENIL DO CLUBE CAÇA E PESCA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL		Tenda de espectáculos Palco Regional
16H00	SOCIEDADE MUSICAL GOUVEIENSE	CONCERTO	
17H00	DEGUSTAÇÃO E PROVA DE VINHOS E QUEIJOS: ARRIBES DEL DUERO	ADEZOS	Stand ADEZOS
17H00	Desfile de moda confecção artesanal		Tenda de espectáculos
18H00	GRUPO FOLCLÓRICO ORGANZA e VALEO _ Vitigudino Espanha	ADEZOS	Tenda de espectáculos Palco Regional
21H00	TROVAS DA BEIRA	MÚSICA REGIONAL	
21H30	PELA BOCA MORRE O PEIXE	TEATRO	Convento dos Frades
22H00	KAPA & BATUNA (ESEC)	Espectáculo de tunas	Tenda de espectáculos Palco Regional
23H00	FAUSTO	CONCERTO	
00H30	SOLTAR A LÍNGUA	CAFÉ-CONCERTO	

29 - DECLARAÇÃO DE TRANCOSO

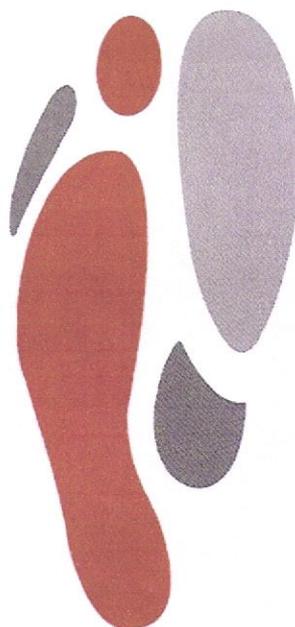
11H00	APRESENTAÇÃO DO CONCURSO PARA A VII MANIFESTA <i>P. Santos</i>	ANIMAR	Auditério multiusos
14H30	ASSEMBLEIA FINAL DA VI MANIFESTA <i>J. Santos / B. Santos</i>	ANIMAR	Convento dos Frades
18H00	ENCERRAMENTO DA VI MANIFESTA <i>Adriano Santos / B. Santos</i>	ANIMAR/RAIA HISTÓRICA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANCOSO	Auditério multiusos

ANIMAÇÃO

15H00	RANCHO FOLCLÓRICO DA CORISCADA		Tenda de espectáculos Palco Regional
16H00	MÚSICA NOVA DE MANTEIGAS	CONCERTO	
17H00	RANCHO FOLCLÓRICO DA MILZELA		
18H00	RANCHO FOLCLÓRICO DE TRANCOSO		
19H00	Cortejo Agrícola LA VACHE		Animação de rua
21H30	A raperiga do brinco de pérola, um filme de Peter Weber (ciclo de Cinema-Espectáculo Total)	INATEL	Cine-auditério Jacinto Ramos
23H30	OHS XXI	Espectáculo de música, literatura e poesia	

OUTRAS ACTIVIDADES	ENTIDADE PROMOTORA	LOCAL
Projectos em desenvolvimento na escola Secundária com 3º ciclo Gonçalo Anes Bandarra	Escola Secundária de Gonçalo Anes Bandarra	Clube Trancosense
Aromas e sabores das terras do Bandarra	Escola Profissional de Trancoso_Marta Pereira com a orientação de Emília Tracana	Centro Cultural
FOTOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO	ACERT	Centro Cultural

Mosaico associativo	IPJ	● FEIRA DO LIVRO
mostra de curtas metragens	OHSXXI	● MOSTRA DE ARTESANATO
mural logo Manifesta	ADIBER	● TASQUINHAS

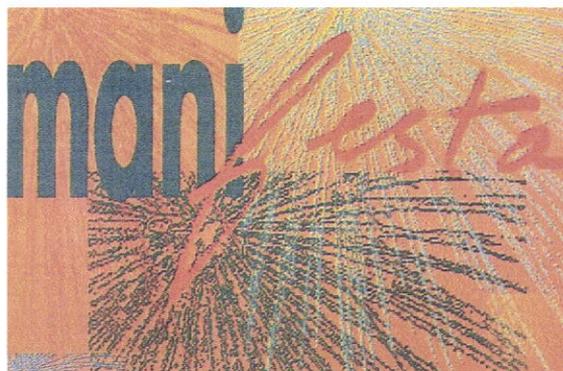


MANIFESTA



ANEXO – V

DECLARAÇÕES DAS MANIFestas



DECLARAÇÃO DE SANTARÉM (CONVERSAS INACABADAS)

Santarém - 1994

CONVERSAS INACABADAS

CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

As Conversas Inacabadas foram verdadeiros espaços de debate aberto, onde a partilha de saberes e experiências aconteceu, onde muitos estiveram, falaram, ouviram e, por certo, aprenderam algo.

Foram doze os temas propostos, mas muito mais os debatidos:

- o exercício da cidadania
- os amores e ódios na relação Estado-Actores locais
- as políticas e instrumentos de desenvolvimento local
- os cifrões no desenvolvimento local
- as metodologias
- os sucessos e insucessos
- a avaliação
- a cultura no desenvolvimento local
- a escola, a formação e o emprego
- o papel das Universidades
- o desenvolvimento local no espaço rural
- o desenvolvimento local nas zonas urbanas desfavorecidas
- as mulheres, os idosos, os jovens
- os grupos étnicos minoritários no desenvolvimento local

De cada debate resultaram constatações, recomendações (pistas) e muitas interrogações, que exprimem a forma de sentir e pensar das muitas dezenas de participantes, assim como a sua experiência. São constatações, recomendações e interrogações de conversas inacabadas!

Aqui ficam as principais linhas de força, na síntese possível, que fica à espera dos comentários críticos de todos os que participaram nos dois dias de intenso debate!

CONSTATAÇÃO 1

O desenvolvimento local não é uma nova ideologia, é uma afirmação de diversidade, é o esforço

para impedir que a sociedade se feche a partir das lógicas economicistas.

O desenvolvimento local não pode ser entendido e praticado como alternativa para a auto-desresponsabilização do Estado, e este não pode deixar de investir em políticas — sociais, de desenvolvimento interior, etc. —, nomeadamente na situação em que há uma percentagem crescente de desempregados, em que uma elevada percentagem de idosos têm pensões baixas, que não permitem uma vida digna, em que se verifica um crescente declínio populacional do interior.

CONSTATAÇÃO 2

Vive-se hoje num contexto de mundialização da economia, de crescimento sem emprego, de desenvolvimento em que alguns não cabem, de crise do Estado-Providência, em que o estado tende a ser menos social e mais económico, em que a competição e o mercado imperam e não existem mecanismos ajustados de justiça social. Em zonas rurais ou urbanas trabalha-se, em cada vez mais situações, com «quem sobra».

CONSTATAÇÃO 3

As iniciativas de desenvolvimento local, em meio rural ou urbano, multiplicaram-se nos últimos anos, sem que haja um conhecimento pleno das diferentes Associações, Grupos, projectos espalhados por todo o país, no continente e ilhas.

RECOMENDAÇÃO

Há que promover mecanismos de troca de saberes, informações e experiência, bem como de pressão e intervenção mais global, de articulação e cooperação.

CONSTATAÇÃO 4

A avaliação do desenvolvimento local é essencial e representa o assumir da responsabilidade de prestar contas perante os diferentes actores e a sociedade em geral.

RECOMENDAÇÕES

A avaliação não deve ser uma mera enumeração de actividades realizadas nem referenciar-se exclusivamente a objectivos definidos no início do projecto ou acção.

A avaliação deve ser entendida de forma dinâmica, constituindo-se como um mecanismo de reflexão permanente sobre o que está a acontecer e as mudanças produzidas.

A avaliação deve ser realizada em todos os processos e em todos os sectores em que sejam aplicadas verbas públicas.

CONSTATAÇÃO 5

Hoje, a possibilidade de acesso a fundos de apoio consideráveis, por vezes desproporcionados face às necessidades e/ou capacidades da sua utilização, pode resultar no aparecimento de Associações de Desenvolvimento Local (ADL) de origem, propósitos ou resultados questionáveis.

Anteriormente, salvo raras excepções, as ADL não tinham o reconhecimento devido por parte das autarquias que, contudo, constituíam a via privilegiada de acesso a financiamentos e outros apoios.

RECOMENDAÇÃO

É necessário encontrar formas de relacionamentos equilibradas entre ADL e autarquias.

CONSTATAÇÃO 6

A participação deve ser um elemento central na prática de desenvolvimento local, o que implica:

— reconhecer que há diversas formas de participar, algumas muito subtis e desvalorizadas, como as redes de comunicação e de relação entre pessoas (ou entre pessoas e instituições, ...);

— entender que há diferenças de poder e capacidades entre os diferentes actores;

— perceber que a participação é um processo em movimento, que requer análise permanente, construção e reconstrução de formas apropriadas de envolvimento;

— perceber que o desenvolvimento local envolve negociação entre redes de poder, bem como conflitos, e requer tempo.

RECOMENDAÇÃO

Há que inovar permanentemente as práticas de desenvolvimento local:

— *questionando e subvertendo as maneiras de pensar e agir, nossas e dos outros;*

— *centrando a atenção nas pessoas, e não no cimento e nos cifrões, a partir da sua identidade cultural, factor essencial da cidadania;*

— *construindo projectos com os cidadãos;*

— *organizando;*

— *estimulando crescimentos, em auto-estima, autoconfiança e autonomia.*

CONSTATAÇÃO 7

O exercício da cidadania vai além do voto e não se esgota no poder local, na democracia representativa. O cidadão não pode ser visto apenas como um delegante de poderes absolutos através do voto, para que os eleitos, entre votações, se arroguem a legitimidade de tudo decidir sem os consultar. Mais do que isso, os cidadãos podem e devem encontrar formas de exercício da cidadania, individual e colectivamente, através de grupos, associações, cooperativas, redes, parcerias, projectos, ...

CONSTATAÇÃO 8

A cultura do poder, em Portugal, é ainda pouco democrática. Cidadania e participação enchem o discurso político-institucional, mas o cinismo impera e o funcionamento das instituições vai frequentemente no sentido de restringir o direito da

cidadania, e os mecanismos de participação criados não atraem os cidadãos, não fomentam a partilha do poder, sobretudo na tomada de decisões.

RECOMENDAÇÃO

Há que promover o exercício activo da cidadania e encontrar novos modelos e formas de democracia. O local é um bom sítio de aprendizagem e o desenvolvimento local um elemento importante neste processo, pela prática quotidiana de trabalho com os cidadãos, na base, pela sua capacidade de, no dia a dia, espalhar sementes e acabar com apatias e acomodações, e de formar as pessoas para que conheçam os seus direitos e a maneira de os exercer efectivamente.

CONSTATAÇÃO 9

Ao pensar o desenvolvimento a nível micro, beneficia-se do conhecimento profundo que os actores locais possuem do meio onde actuam. Porém, isto, por si só é insuficiente, dado que conduziria a uma perspectiva redutora.

Pensar o desenvolvimento a nível macro é uma atitude conducente ao estabelecimento de receituários — políticas, instrumentos, por norma pouco adequadas as necessidades específicas do local.

RECOMENDAÇÃO

Como ambos os níveis apresentam fraquezas, a solução parece residir na definição de uma estratégia pensada em comum; a nível macro deverão ser definidas estratégias-quadro, cujos contornos e conteúdos melhor se definirão à medida que se aproximam do micro, do local, através nomeadamente de contratos-programa.

CONSTATAÇÃO 10

A cultura não tem estatuto, ou é secundarizada ou instrumentalizada. É usada como instrumento de negócio, por exemplo, pela via do turismo, ou

como instrumento ou símbolo de poder/prestígio (por exemplo, pela monumentalidade).

Por outro lado, não há uma integração/coordenação entre o central e o local, mas antes uma atitude de obstrução/não obstrução, dependendo da sobreposição ou não das esferas de actuação.

RECOMENDAÇÕES

O estatuto da cultura no planeamento do desenvolvimento tem de ser valorizado.

A (s) cultura(s) têm de ser alvo de debate e as culturas alternativas a dominante têm de ser valorizadas, de forma a permitir a liberdade de escolha.

CONSTATAÇÃO 11

Existem limitações ao encontro entre a escola, a formação, o emprego e o desenvolvimento local:

- As comunidades não assumem as escolas como pertença sua;
- As autarquias vêem as escolas como edifícios;
- A colocação de professores impede a concretização de políticas de educação para o desenvolvimento local;
- O poder central limita a acção educativa local;
- A formação profissional é desarticulada das necessidades;
- A formação promove a fuga dos jovens;
- A formação é vista como emprego e cria falsas expectativas.

RECOMENDAÇÕES

A educação itinerante oferece oportunidades que devem ser exploradas no desenvolvimento local.

A cultura escolar deve dialogar com as culturas locais. Os jovens devem ter mais oportunidades para aprender com a comunidade, para a descobrirem e para crescerem (globalmente).

CONSTATAÇÃO 12

O envolvimento das universidades no local é insignificante e existe uma descrença grande e generalizada na vontade e capacidade da Universidade participar em projectos e acções de desenvolvimento local. A Universidade é vista como a torre de marfim que, em geral, ainda não deixou de ser.

RECOMENDAÇÃO

Há que estimular a mudança desta situação, pois as Universidades são centros de um saber de que o desenvolvimento local pode beneficiar. A sociedade em geral, e os agentes de desenvolvimento local em particular devem desafiar as Universidades e os seus docentes e investigadores, solicitando o seu apoio, estimulando o seu compromisso em projectos.

CONSTATAÇÃO 13

Mulheres, idosos e grupos étnicos minoritários constituem o conjunto mais desfavorecido, mais destituído, mais desvalido da sociedade. A sua participação no desenvolvimento local é marcada por condicionalismos vários (preconceitos, divisão sexual do trabalho, inadequação de estruturas e desajustamento entre discurso e prática) e obstáculos acrescidos (burocráticos, administrativos, etc.). Os projectos vivem a base de voluntariado (que desculpabiliza instâncias que deveriam intervir) e têm difícil sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES

Os projectos de desenvolvimento local referentes a mulheres devem orientar-se para a sua conscientização e envolver as famílias;

Há que promover a integração de grupos minoritários na sociedade;

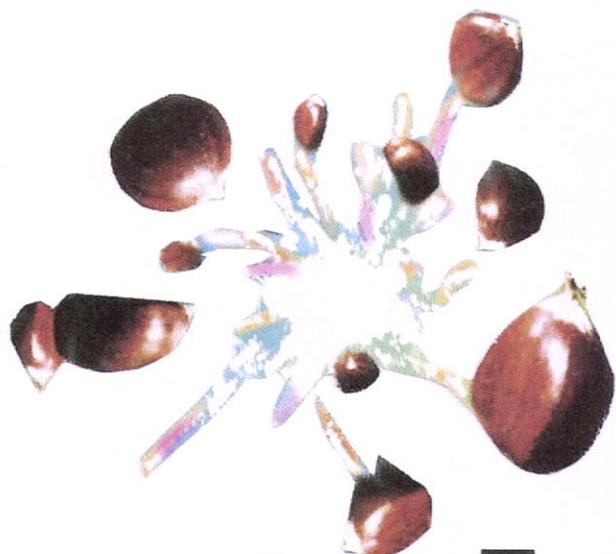
As organizações de desenvolvimento local não podem ser apenas «gestoras da miséria», devem procurar ser contrapoder, rompendo ciclos de subserviência com o poder instituído.

CONSTATAÇÃO 14

A superação da crise do meio rural exige inovação. É preciso recriar a partir da identidade cultural de cada local. Fiar, tecer, moldar, produzir alimentos genuínos, são actividades e saberes desde sempre existentes. Novos são o «design» e as formas diferentes de apresentar e vender os produtos.

RECOMENDAÇÃO

É preciso encontrar complementaridades entre as diferentes actividades em meio rural. A agricultura, contudo, não pode ser vista como um «adorno» do desenvolvimento local em meio rural. Deve ser «corpo»! Afinal o linho tecido nos teares é cultivado nos campos, assim como o é o cereal com que é fabricado o pão. Até a paisagem que o turista aprecia é fruto da acção do homem e da mulher enquanto agricultores.



DECLARAÇÃO DE TONDELA

II ASSEMBLEIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOVEMBRO 1996

DECLARAÇÃO DE TONDELA

Contra as promessas do crescimento e do progresso, vemos acentuar-se, dia a dia, a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, a delapidação ou abandono dos recursos naturais, a massificação cultural; e debatemo-nos com a permanência ou ameaça de autoritarismos administrativos e políticos.

Esta situação é determinada pelo domínio crescente de grandes interesses financeiros e económicos que transformam em reféns a grande maioria das populações.

Neste contexto, os cidadãos têm o direito e o dever de resistir e de construir alternativas que possibilitem estruturar de forma integrada o económico, o social, o cultural, o ambiental e o político. Ou seja, de lançar as sementes de uma sociedade à escala humana, que coloque decididamente a vida, designadamente a dos seres humanos, como princípio e fim de todas as instituições sociais, e em especial da economia.

O Desenvolvimento Local torna possível esta integração ao nível de cada território, quer urbano quer rural, e é por isso capaz de gerar uma alternativa de sociedade, mais democrática, mais participada. Como os centros de decisão ficam mais próximos e os problemas concretos a enfrentar se tomam mais perceptíveis e solucionáveis, os cidadãos podem apropriar-se da gestão colectiva das suas comunidades.

E a participação das pessoas no local, prepara-as para o exercício da cidadania activa a todos os outros níveis da vida social e política.

O Desenvolvimento Local tem:

- de ultrapassar as lógicas sectoriais numa perspectiva de abordagem interdisciplinar, que remeta para a criação de parcerias alargadas,
- e de romper com o isolamento de pessoas, de iniciativas, de territórios, num processo de construção de novas solidariedades, expressas no estabelecimento de redes inter-locais.

No caso concreto do mundo, rural, o seu futuro passa hoje por uma crescente diversificação de actividades, que terão de ser articuladas entre si. Tal diversificação deve emergir do mundo rural de hoje e partir da sua cultura e modos de vida.

Nesta realidade, a agricultura, especialmente a de pequena dimensão, é indispensável como suporte e como complemento da diversificação da base económica de cada território.

A PAC pode contribuir para a diversificação de actividades, para a criação de emprego e para a fixação de populações se for alterada, nomeadamente fixando-se um limite máximo de subsídio por exploração, ponderado pelo grau de incorporação do factor trabalho, pelo cuidado com a saúde do consumidor e pela preocupação com o ambiente e as paisagens.

A valorização dos produtos de pequena escala é essencial numa óptica de diversificação económica e de emergência de pequenas unidades produtivas, explorando as potencialidades da pluriactividade em termos de criação de emprego e de viabilização das comunidades locais.

Importa encontrar soluções flexíveis para assegurar, simultaneamente, a qualidade dos produtos, em termos de salvaguarda da saúde pública, e a manutenção da produção em moldes artesanais ou mesmo familiares.

Para ultrapassar a inexistência de circuitos especializados, terão de ser criadas novas entidades, de economia social, que assegurem a promoção e comercialização dos produtos locais, apostando na sua territorialização: os produtos locais têm uma pátria.

Outro instrumento de diversificação em meio rural é o turismo, mas toma-se fundamental distinguir entre Turismo Rural e Turismo em Espaço Rural.

O conceito de Turismo Rural deverá ser reservado para as actividades turísticas que constituem uma componente da pluriactividade das explorações familiares ou se inscrevem numa lógica de desenvolvimento integrado dos territórios.

Será de considerar a possibilidade do enquadramento destas duas formas de turismo ficarem a cargo de entidades diferentes: cabendo o Turismo Rural ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas, uma vez que deve ser concebido, regulamentado e apoiado no quadro do desenvolvimento local em meio rural.

A diversificação económica implica ainda a criação de um estatuto fiscal específico para os pluriactivos.

No que se refere a grupos sociais mais vulneráveis ou a zonas deprimidas, a criação de emprego no quadro de iniciativas locais deve ser apoiada, entre outros mecanismos,

através da isenção do pagamento das contribuições à Segurança Social no período de arranque.

Esta forma de apoio deverá ser igualmente acessível aos próprios colaboradores remunerados das associações sem fins lucrativos, de natureza cívica e solidária.

Relativamente ao sistema educativo, constata-se que a escola dominante é centralizadora, burocratizada, criadora de exclusão social e que a Educação de Adultos se encontra praticamente reduzida ao ensino recorrente.

Esta situação terá de ser alterada radicalmente: a Escola e a Educação de Adultos têm um papel essencial a desempenhar na promoção do espírito empreendedor e na formação para a cidadania activa e solidária.

A formação profissional em zonas desfavorecidas ou com públicos vulneráveis deve partir do diagnóstico das necessidades locais e deve integrar sempre uma componente de formação para o desenvolvimento.

Os respectivos programas terão, pois, de ser definidos ao nível local e adaptados às características de cada processo de intervenção.

Como dinâmica integradora e mobilizadora das diferentes intervenções sectoriais, o Desenvolvimento Local requer uma parceria genuína entre as entidades associativas e o Estado, num processo permanente de cooperação conflitual. Mas essa parceria só existe se houver reconhecimento efectivo das associações e do seu papel central na animação do Desenvolvimento Local.

Tal reconhecimento terá de assentar numa reformulação da legislação para o sector associativo, que tenha em conta as necessidades e a multifuncionalidade das estruturas existentes.

Neste contexto, propomos a criação de uma comissão mista – administração e associações – que elabore, a breve prazo, um livro branco sobre o relacionamento entre o Estado e as Associações.

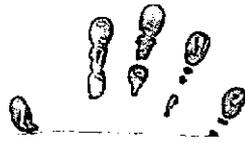
A afirmação e consolidação do Desenvolvimento Local a nível nacional tem a ganhar com a criação de uma plataforma multi-sectorial, de Economia Social e de Cidadania Activa; que funcione como um fórum comum de auscultação, de reflexão e de proposição.

A diversidade dos problemas, das necessidades e dos contextos exige a flexibilização dos programas, de modo a permitir respostas diferenciadas, criativas e, simultaneamente, integradoras.

A figura de contrato-programa pluri-anual será uma forma privilegiada de canalização de recursos para projectos integrados geridos por parcerias locais.

Mas é necessário garantir que as associações não sejam penalizadas com os atrasos dos pagamentos efectuados pelo Estado e pela Comissão Europeia, relativos à gestão de programas e projectos. Para o efeito, deverá ser criado um fundo que permita às estruturas associativas recorrer a empréstimos sem juros para realizar, na globalidade e sem sobressaltos, os programas contratados. O mesmo mecanismo poderá servir para evitar atrasos no lançamento de programas e projectos, e interrupções no decorrer das acções prevenindo situações de descalabro financeiro como as que hoje vivem tantas associações.

*II Assembleia do Desenvolvimento Local
Tondela, Novembro de 1996*



DECLARAÇÃO DE AMARANTE

**DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UMA OPORTUNIDADE DE FUTURO!**

NOVEMBRO DE 1998

DECLARAÇÃO DE AMARANTE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA OPORTUNIDADE DE FUTURO!

1. O movimento do Desenvolvimento Local moldou-se na diversidade de iniciativas de cidadãos, grupos, entidades e comunidades, que conduziram a uma *renovada prática de cidadania* na sociedade portuguesa. Trata-se de uma alternativa positiva, no contexto de uma globalização dominada pela óptica neo-liberal, que busca a conciliação da abertura ao mundo com a satisfação local das necessidades.

Contra ventos e marés, com perseverança e criatividade, o movimento do Desenvolvimento Local, apesar da sua tenra idade, é hoje um movimento consolidado, constituindo já – no nosso pequeno país – um universo de mais de 300 associações e 4000 agentes diversificados. Tem revelado, assim, um novo vigor da sociedade civil, em que as dinâmicas próprias dos cidadãos e das associações abriram perspectivas de construção de alternativas de desenvolvimento, enquanto sínteses criativas e críticas entre o global e o local.

Esta inovadora forma de encarar a realidade, num quadro de interesse geral, cimentou dinamismos e iniciativas locais estimulantes, conferindo à actividade associativa em prol do Desenvolvimento Local um carácter de *serviço público*, insubstituível na sociedade portuguesa. Essa diferente postura como contributo de transformação da realidade é hoje bem visível na rede de entidades não governamentais que, mobilizando um novo tipo de intervenção cívica, constituem, no Portugal continental e insular, a *semente solidária* do desenvolvimento, sobretudo em meios social e economicamente deprimidos, tanto em zonas rurais como em espaços urbanos, no litoral ou no interior.

O Desenvolvimento Local é, assim, um processo plural que integra as componentes *económica, social, cultural, ambiental e política*. Mas essa pluralidade só poderá materializar-se através de uma *actuação ao nível de cada território*, onde vivem os actores e destinatários do desenvolvimento, estimulando as suas capacidades criadoras e empreendedoras.

Para uma construção mais consistente do Desenvolvimento Local defendemos:

- O reforço de uma prática que ***renove e fortaleça os valores da cidadania, justiça e solidariedade***, incentivando o diálogo intergeracional essencial a um ***porvir sustentável***, na perspectiva de que a utopia e o futuro se alicerçam numa identificação cada vez mais forte com a cultura de um território, que envolva os sentimentos de proximidade e de pertença a uma comunidade e, ao mesmo tempo, virtualize os ***seus saberes e a inovação***;
- O ***reforço do próprio movimento***, melhorando o funcionamento da(s) “rede(s)” e cimentando as interações entre ***Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDLs)***, num espírito de debate de ideias, intercâmbio de experiências e saberes, construção de parcerias e projectos e fomento da investigação, experimentação e inovação, que permita agilizar e renovar permanentemente as suas práticas e metodologias.

2. O aprofundamento da Democracia é objectivo e requisito do Desenvolvimento Local.

O desenvolvimento só se realiza plenamente quando contempla a ***participação activa*** das pessoas e organizações, em torno dos seus problemas específicos e do conjunto de valores onde radica a sua identidade.

A nossa actuação diária, no sentido de promover a intervenção das pessoas e das organizações locais nas decisões que têm que ver com o ***desenvolvimento do seu território***, faz-nos naturalmente defensores de um caminho de aprofundamento da Democracia.

Para o aprofundamento da Democracia, ***cruzando as suas vertentes Representativa e Participativa***, propomos que se avance significativamente ***em três direcções essenciais e complementares***:

- Mais e melhor ***participação dos cidadãos na construção do futuro dos seus territórios***, nomeadamente assegurando condições para reforçar o trabalho das OIDLs – cada vez mais entendidas como ***“escolas de cidadania e de associativismo local”*** – e potenciando as suas capacidades de empreender e de cooperar a nível local e regional;
- ***Mais e melhor desconcentração dos organismos da administração central***, criando, racionalizando e coordenando serviços regionais dos vários Ministérios e compatibilizando os seus mapas;

- Mais e melhor *descentralização da administração pública*, para facilitar a intervenção dos cidadãos na definição de políticas, possibilitando a real concretização do princípio da subsidiaridade, e legitimar democraticamente a sua capacidade de empreender e cooperar a nível local e regional, já que *não confundimos descentralização com desconcentração*.

3. Políticas e instrumentos adequados são uma exigência! Só assim poderá desabrochar todo o potencial do **Desenvolvimento Local**.

A diversidade dos serviços prestados pelas *Associações de Desenvolvimento Local*, designadamente num trabalho contínuo de qualificação de recursos humanos, no apoio técnico e organizativo, na promoção e estabelecimento de formas de cooperação e parcerias, coloca, *como questão ética e de elementar justiça, uma exigência retributiva do Estado*, sem a qual o **Desenvolvimento Local** viverá sempre num clima de incerteza e insegurança.

Esta é uma questão crítica, sobretudo num contexto em que o financiamento do **Desenvolvimento Local** se confronta com múltiplas deficiências, quer relativamente à insuficiência dos programas existentes, quer face à sua ineficácia, descontinuidade e, principalmente, à falta de equidade no acesso aos apoios públicos.

Num contexto mundial, em que o domínio de políticas neo-liberais favorece a crescente concentração de riqueza e a conseqüente marginalização de territórios e grupos e, particularmente em Portugal, onde são convergentes os *diagnósticos da exclusão social e territorial*, decorrentes das assimetrias e desigualdades, a batalha do **Desenvolvimento Local** é decisiva. Trata-se de sustentar, e mesmo inverter, a persistente exclusão de vastos e diferenciados grupos e territórios.

Neste sentido, reivindicamos a necessidade imperiosa de:

- Criação de um *Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Local*, que financie de forma estável, mediante contratos-programa plurianuais, as actividades imprescindíveis das Associações de Desenvolvimento Local *em prol do reforço da capacidade empreendedora das comunidades locais*;
- *Apoio público às iniciativas privadas de pequena dimensão*, nomeadamente através da garantia pública do crédito às micro-empresas e de medidas fiscais que incentivem as contribuições voluntárias dos cidadãos e das empresas para o **Desenvolvimento Local**, através da possibilidade do seu abatimento ao rendimento colectável em sede de IRS ou IRC;

- Formulação de um *quadro flexível e aberto de programas nacionais*, sectoriais e temáticos, que possibilite o acesso, *com equidade*, dos diversos grupos e territórios que o todo nacional comporta;
- Promoção de *Programas Integrados de Desenvolvimento de Base Territorial*, com geometria variável, de carácter pluri-sectorial e temático, assentes em parcerias regionais ou locais credíveis e geridos de forma descentralizada;
- Concretização de *medidas de discriminação positiva* de grupos e territórios fragilizados, menos desenvolvidos e “abandonados”;
- Valorização dos *investimentos imateriais*, dirigidos à formação de quadros técnicos, à qualificação profissional e cívica, à animação sócio-cultural local e à dinamização da capacidade empresarial local;
- Reconhecimento do *estatuto de parceiro social* para o movimento de **Desenvolvimento Local**, estando a ANIMAR disponível para assumir responsabilidades nesse sentido.

4. O Desenvolvimento Local é uma irrecusável oportunidade de futuro, pela exigência de *cidadania* que comporta, pela *solidariedade* que desfaz os nós da indiferença e pelas perspectivas de *felicidade* que semeia.

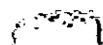
Essa oportunidade só se cumprirá se soubermos aprofundar o nosso sistema democrático e *conquistar novas políticas e instrumentos de desenvolvimento*.

Será nesse sentido que *trabalharemos* com entusiasmo, empenho, perseverança e profissionalismo:

- Tendo em conta as *aspirações e potencialidades* das comunidades locais que, entrelaçadas, construirão um Portugal desenvolvido, solidário e sustentável, melhor capacitado para afirmar as suas seculares particularidades à escala global;
- Promovendo a cooperação inter-local para o desenvolvimento, numa perspectiva de mundialização solidária e sustentável, para que seja concretizada a *superação das desigualdades à escala global* e garantida a *salvaguarda do planeta*. Nesta perspectiva, destacamos a participação e empenhamento na *MANIFesta 98* de iniciativas de **Desenvolvimento Local** da generalidade dos países e territórios de língua portuguesa, mesmo dos que se encontram em situações críticas, como Angola, Guiné-Bissau e Timor Leste.

Declaramos, pois, o firme compromisso de *batalharmos*, dia a dia, a partir dos “nossos” territórios, *para que todo o Portugal viva e, no local*, se construa o **DESENVOLVIMENTO GLOBAL!**

Amarante, 30 de Novembro de 1998



DECLARAÇÃO DE TAVIRA

O DESAFIO DE UM PORTUGAL FUTURO

ABRIL 2001

DECLARAÇÃO DE TAVIRA O DESAFIO DE UM PORTUGAL FUTURO

1. A fecunda inquietação de todos os dias

Eis a casa do desenvolvimento local. Pedra a pedra edificada com as mãos de gente comum, foi sonhada lugar de futuro e projectada no espaço e no tempo como matriz da solidariedade e felicidade possível.

A nossa casa rasgou janelas de horizontes largos em Santarém e Tondela. Consolidou-se como vector de esperança em Amarante.

Em Tavira o movimento abriu portas de cidadania para todos os dias, à escala de um país. Tem sido um processo de diversidades, que legitima a esperança e converge na transformação da realidade para as pessoas. Que são a medida de todas as coisas.

A multiplicidade dos projectos em que nos empenhámos revalorizou territórios e potenciou a cidadania das gentes que os habitam, num país que não queremos anestesiado pela indiferença e individualismo.

Achamos que o DL já se assumiu como movimento amplo e global que pensa e pratica o desenvolvimento como vector da nossa actualidade. Em Portugal.

Recusamos o país desequilibrado e assimétrico que temos. Defendemos um milagre nos tempos que correm. Defendemos uma economia de sentido humanista.

Connosco as pessoas são participantes activos do processo de desenvolvimento económico e social. Connosco as pessoas são o sujeito de uma revolução que pelo empenhamento social as transforma em actores do seu destino. Agora, em lugares rurais, e urbanos, antes marcados pelo abandono ou pela programada desatenção dos poderes, fizemos nascer, e acompanhámos, processos de desenvolvimento que com mais ou menos ousadia recriaram vontades de afirmar a cidadania.

Conversámos e discutimos, revelámos angústias e muitas esperanças, continuando a construir a casa comum do desenvolvimento. Com a noção exacta dos nossos limites

e do espaço que nos vão querendo deixar. Com a compreensão profunda dos problemas e com o desenho rigoroso das insuficiências.

Com a mesma vontade e a idêntica rebeldia do primeiro dia.

O desafio do “Portugal Futuro”, dizia Rui Belo, é a fecunda inquietação de todos os dias.

2. A crescer desde Amarante

O movimento de DL ganhou novo alento em Amarante. Desde aí cresceu e afirmou-se. Reconheceram-nos o estatuto de Parceiro Social com a representação no Conselho Económico e Social, no Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e nas Comissões de Acompanhamento de vários Programas Nacionais com financiamento comunitário e as Associações de Desenvolvimento Local participam, hoje, nas Comissões dos Programas Regionais.

Entre nós, no quadro da ANIMAR, reforçámos o trabalho descentralizado e a cooperação interlocal, apoiando grupos territoriais e promovendo encontros regionais. Recorremos às novas tecnologias da comunicação para intensificar a troca de ideias e informações.

Apostámos em força no trabalho dos e com os jovens. São eles que, já hoje, asseguram a sustentabilidade dos processos.

Ficámos aquém na troca de experiências e saberes com os nossos naturais parceiros nos outros países de língua portuguesa.

Desde Amarante, em finais de 1998, marcámos passo nalguns aspectos, mas progredimos aqui e ali. Conquistámos novos aliados e lançámos sementes de cooperação.

Amadurecemos ideias e propostas.

Continuamos a interrogar-nos e a interpelar os outros.

3. De nós para nós

Em Tavira voltámos a recusar intervenções domesticadas ao serviço exclusivo de estratégias de crescimento económico.

Assumimos o desenvolvimento local como forma de resistência e de construção de alternativas face às tendências de exclusão e massificação geradas pela globalização controlada pelos potentados financeiros.

E, de nós para nós, porque urge fazer mais e melhor, em Tavira defendemos e reafirmámos:

- a importância de continuar a tecer com esmero a rede do DL, do local para o regional e também do nacional para o transnacional;
- a contínua exigência de uma regular e sistemática avaliação da nossa acção;
- a importância do reforço do diálogo e intercâmbio entre Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDLs) de Portugal e de outros países, com destaque para os de língua portuguesa;
- a necessidade de qualificar dirigentes e técnicos ao longo da vida.

Em Tavira reafirmámos a nossa participação empenhada nos movimentos e iniciativas que vão tecendo, à escala global, laços de solidariedade e acção para a salvaguarda e vivificação do planeta.

4. De nós para todos

Que aprendizagem longa ainda temos pela frente, a partir de histórias de êxito e de insucesso, de tantos projectos realizados com tantos parceiros! Em Tavira comprometemo-nos com a recriação da identidade local em todas as suas dimensões e com a procura da sintonia entre o discurso e a prática.

Com os jovens temos vindo a recolher memórias do passado. São eles os parceiros mais influentes nos processo de Desenvolvimento Local.

Somos um fermento e queremos a participação activa dos cidadãos. Para nós o trabalho voluntário tem de ser reconhecido e valorado.

Donos da riqueza dos valores que defendemos, comprometemo-nos com estratégias de comunicação que promovem a eficiência social do nosso trabalho.

Em Portugal, e numa escala transnacional, o DL precisa de desenvolver interacções e criar parcerias com outras inteligências e capacidades. Alojadas em instituições como as escolas de ensino superior e centros de investigação.

Queremos forjar uma plataforma alargada, visível e interveniente, integradora de teorias e práticas, congregando o “3º Sector” - a Economia Social.

5. De nós para o poder político (... e vice versa)

Apesar dos avanços conseguidos com programas experimentais de desenvolvimento de base territorial, de carácter integrado, os progressos têm sido lentos neste domínio.

Por isso nos propomos e sentimos com o direito de exigir medidas de curto, médio e longo prazo. Em Tavira, uma vez mais, manifestámos as virtualidades da acção das

OIDLs e demais organizações cívicas e solidárias, que não trabalham para benefício próprio.

Deixámos novamente o alerta: o poder político continua a privilegiar políticas de carácter macro-económico e de endeusamento do mercado. Em prejuízo de intervenções de base local, organizadas em rede e de baixo para cima, assentes na pequena escala, na troca solidária e na diversidade.

Voltámos a reafirmar a necessidade de definir bases para o relacionamento com o Estado. Queremos subscrever uma “Carta de Relacionamento” com os poderes públicos, flexível e gradualista, e uma “Declaração de Direitos e Deveres das OIDLs”, socialmente justa e economicamente transparente.

Com o Poder Local queremos estabelecer parcerias democráticas. Parcerias que respeitem a autonomia das iniciativas dos cidadãos, mobilizadoras das energias sociais e territoriais.

Defendemos a importância e o reconhecimento de estruturas em rede e de plataformas de mediação, como a ANIMAR.

Manifestamo-nos também disponíveis para participar num “Programa de Promoção do Desenvolvimento Local”, dotado de instrumentos eficazes, transparentes, articulados e claramente orientados para um desenvolvimento justo e sustentável.

6. As portas que Tavira abriu

Em Tavira demos a conhecer um movimento maduro.

A MANIFesta 2001 abriu portas para uma acção de DL independente, socialmente responsável e provocadora, capaz de gerar e criar inovação. Capaz de consolidar e fazer crescer, passo a passo, um movimento sólido em favor do progresso dos cidadãos e da revitalização dos territórios e suas culturas.

Porque o desenvolvimento local é parte do futuro, apostamos num Estado-Parceiro eficiente, mais aberto e democrático.

Apostamos numa representação pública, flexível e dialogante, para connosco agir no e para o Desenvolvimento Local.

Na procura e construção da nossa emancipação, reafirmamo-nos como uma incontornável oportunidade de futuro.

Tavira, 30 de Abril de 2001



DECLARAÇÃO DE SERPA

**COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUPERAR A CRISE
E CONSTRUIR O FUTURO**

MAIO 2003

COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUPERARA A CRISE E CONSTRUIR O FUTURO

A força, a diversidade e a vitalidade dos actores do Desenvolvimento Local invadiram Serpa. Milhares de visitantes participaram num evento com inúmeras realizações culturais, produtos, iniciativas, projectos de intervenção, debates, memórias e processos inovadores que centenas de organizações e grupos de todo o país trouxeram para a “Vila Branca”.

A MANIFesta 2003 constituiu, assim, um grito contra os discursos fatalistas, o ambiente de crise, as restrições de toda a ordem e as políticas desenhadas no desconhecimento das realidades concretas.

A MANIFesta 2003 deixou bem claro o engenho, a capacidade e a arte das populações e das suas organizações para resistirem aos múltiplos estrangulamentos impostos pela actual conjuntura. E marcou a sua determinação na construção de um Portugal mais justo, mais solidário e com mais futuro porque assente na riqueza da diversidade das dinâmicas sociais e culturais de cada local.

Depois de Serpa ficou ainda mais claro que só há saída para as questões que a actual crise nacional e a crispação das relações internacionais colocam à sociedade portuguesa num quadro que respeite políticas, práticas e processos baseados no reconhecimento das memórias, potencialidades e mobilização das comunidades e populações locais.

Só assim é possível evitar os custos sociais e económicos resultantes do aprofundar das assimetrias regionais, do crescimento da desigualdade, da cristalização de sentimentos de injustiça e da exclusão de grupos cada vez mais significativos.

Este é o caminho para colocar Portugal no mapa de uma União Europeia que queremos, alargada, economicamente dinâmica, socialmente inclusiva e capaz de desempenhar um papel internacional relevante.

A grande festa do Desenvolvimento Local só foi possível devido ao processo em que estiveram envolvidas Organizações e Iniciativas de

Desenvolvimento Local (OIDL) em todo o país – Continente, Açores e Madeira – em catorze Assembleias Regionais. Aí reflectimos sobre dois eixos principais: a sustentabilidade e o financiamento das OIDL; a visibilidade e a comunicação pública das suas realizações. Durante a MANIFesta 2003 aprofundámos os contributos dessa reflexão, e a íntima relação existente entre estes dois aspectos.

Apoiada no envolvimento activo dos cidadãos e das comunidades, a Assembleia de Serpa declara que:

1. É imperiosa a **definição de uma Carta de Princípios de Relacionamento entre o Estado e as OIDL**, que clarifique esta relação. O estabelecimento de acordos entre o Estado e o Terceiro Sector **deverá assentar em princípios de co-responsabilização, consensualização e independência institucional**, sem que as OIDL se transformem em extensões do próprio Estado ou alvo de manipulações marcadas por interesses alheios à sua missão.

2. É necessária a participação das estruturas representativas do DL **no processo de preparação de futuros programas, nomeadamente, da negociação nacional do próximo Quadro Comunitário de Apoio**.

3. É preciso **assegurar a defesa das áreas desfavorecidas** de modo a que não sejam prejudicadas pela limitação de acesso aos fundos nacionais e comunitários, particularmente a partir de 2006, tanto através da reorganização do território nacional, como da definição de áreas de intervenção prioritária.

4. É fundamental uma atenção especial às **problemáticas dos jovens**, às dificuldades das suas organizações e às potencialidades da sua intervenção, proporcionando-lhes **formas continuadas de apoio técnico e financeiro**.

5. É indispensável que as OIDL sejam reconhecidas como parceiro social, **integrando e participando activamente nas plataformas locais, regionais e nacionais de planeamento, concertação e gestão**, tais como: Redes Sociais, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Regional Agrário, Órgãos Consultivos das Comissões de Coordenação e

Desenvolvimento Regional, Comissões de Acompanhamento do QCA e Conselho Económico e Social.

6. É urgente que as OIDL's apostem na *formação contínua dos seus técnicos*, capacitando-os para a promoção do Desenvolvimento Local e a prestação de serviços inovadores.

7. É imprescindível que se garanta a *divulgação pública das competências de cada OIDL* em matéria de produção e prestação de serviços. Numa sociedade de mercado aberto, só com *qualidade* e pela *diferença* nos poderemos afirmar na produção de bens e serviços, quer de interesse geral, quer de interesse particular.

8. É decisivo tornar mais visíveis o Desenvolvimento Local e os ganhos que a nossa acção tem proporcionado às comunidades e populações, em especial as mais desfavorecidas. Neste sentido, é prioritário que as OIDL definam a sua própria estratégia de comunicação e é necessário reforçar a nossa relação com os media e os "fazedores de opinião", criando condições para que o discurso do DL possa ser partilhado com o exterior do movimento.

Aqui chegados,

- *Afirmamos a nossa identidade e autonomia, e o nosso empenho na plena integração das gerações que têm vindo a abraçar a causa do DL;*

- *Queremos projectar para o exterior a paixão e o fascínio que sentimos pelo desafio que o nosso trabalho nos coloca;*

*Assembleia da Manifesta
Serpa, 4 de Maio de 2003*



DECLARAÇÃO DE TRANCOSO

MAIO 2005

DECLARAÇÃO DE TRANCOSO

Os cidadãos e representantes de Organizações Cívicas e Solidárias (OCS) presentes na VI Assembleia Nacional do Desenvolvimento Local, no âmbito da *MANIFesta 2005*, em Trancoso, vêm por este meio subscrever o documento da Assembleia e apresentar a presente Declaração.

Apesar do trabalho intenso das duas últimas décadas, tanto das organizações da sociedade civil como da administração pública, muitos problemas permanecem e novos surgem. Podemos identificá-los em três domínios: das *peessoas* (fracos rendimentos; falta de perspectivas de emprego, baixo nível de competências, situações de pobreza e exclusão); dos *territórios* (baixa densidade demográfica e relacional; problemas ambientais, debilidade das economias locais; organização e gestão territorial desajustadas) e das *organizações* (falta de um quadro de relacionamento entre o Estado e as Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL); predomínio de intervenções descontinuadas, desarticuladas e sobrepostas, lacunas na qualificação dos agentes ao nível do planeamento, gestão e avaliação).

A fragilidade das políticas sectoriais, a ausência das políticas territoriais e a multiplicidade de programas e de interlocutores sem articulação obrigam as OIDL a intervenções espartilhadas por um somatório de projectos, com metodologias muito diversas.

A gestão pública dos instrumentos financeiros, pautada por regras rígidas e burocratizadas e por critérios pouco claros e unilaterais, provoca um excessivo peso da componente administrativa e financeira, desviando a atenção e recursos da intervenção no terreno.

Mas, se fazemos uma avaliação negativa de muitos dos instrumentos com que temos trabalhado, há *experiências positivas* que podem e devem servir de referência para a configuração de novas políticas e programas. Essas práticas têm-se enquadrado em programas como: ILE (Iniciativas locais de Emprego - primeira geração), LEADER, Centros Rurais (PPDR-QCA II),

PIPPLEA (Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo), POEFDS (Eixo 5 e Subvenção Global), EQUAL e Rede Social, sem excluir outros.

Da mesma forma, deverão ser tidos em conta os Produtos do Desenvolvimento Local, resultado de 20 anos de Intervenção: organizações; metodologias; estratégias; valorização da perspectiva territorial face à mera intervenção sectorial; integração de pessoas e territórios através das dimensões económica, cultural e social; aprofundamento da democracia; valorização da identidade territorial como factor de promoção da iniciativa individual e colectiva; gestão e planeamento participado de políticas e dinâmicas territoriais.

A questão central que se nos coloca hoje é sabermos como poderemos dar um salto qualitativo no desenvolvimento dos territórios que habitamos. Como poderemos criar novas oportunidades para a inclusão de pessoas e territórios, nesta nova dinâmica *glocal* plena de desafios, mas também de ameaças.

É necessária uma (i)nova(dora) atitude dos actores do desenvolvimento local: trabalhar em rede, competindo e cooperando, recriando uma rede de territórios que sabiamente rentabilizem *as complementaridades dos locais*, contribuindo para um país mais coeso e solidário.

Mas, a experiência desafia-nos a ir mais além. Referimo-nos ao estabelecimento de um Quadro Estratégico que regule o relacionamento – responsável e contratualizado – entre o Estado e a sociedade civil organizada e exigente.

O Quadro Estratégico que propomos é uma figura inovadora, com significativo carácter imaterial, cujo objectivo é *dinamizar o Desenvolvimento Local*. Será, nesse sentido, uma mais-valia para os territórios, para as OIDL e para o Movimento do DL em geral. Buscará inspiração em projectos, experiências e práticas bem sucedidas, de forma que diferentes actores e territórios possam beneficiar e ganhar tempo.

Definimos este quadro em seis pontos:

Carácter – flexível, integrador e inovador;

Finalidades – fomentar a coesão, a inclusão social e territorial, o bem-estar e a qualidade de vida numa perspectiva de interesse geral; dinamizar as economias locais, promover a competitividade solidária e sustentável e continuar a incentivar a afirmação da excelência dos lugares;

Objectivos – contribuir para a “fertilização cruzada”, em rede, que permita capacitar interactivamente os actores / organizações de modo contínuo e durável, não dispensando, para tal a parceria entre poderes públicos e organizações da sociedade civil.

Níveis – nacional, de natureza mais global e integradora, da iniciativa da ANIMAR e de outras redes; regional / local, com carácter mais específico, da acção de actores locais, públicos e privados, em cooperação;

Metodologia – não “reinventar a roda”: partir das numerosas práticas bem sucedidas; articular programas, territórios e pessoas, aplicar as metodologias de investigação prática (investigação-acção e participativa), avaliação contínua e participada, qualitativa e quantitativa.

Grandes Linhas de Acção:

- Dinamização das economias e do emprego locais;
- Promoção do desenvolvimento sustentável e de estratégias de gestão participada do território;
- Promoção da cidadania activa,
- Valorização da igualdade de oportunidades ;
- Animação da rede e qualificação das organizações:
- Formação para a liderança, iniciativa e empreendedorismo, sem dispensar a utilização das tecnologias de informação;
- Promoção da informação e comunicação intra e transterritorial;
- Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local

Modalidades de concretização – contratualização com o Estado, gestão local / regional e nacional.

AGENDA DE TRANCOSO

Os subscritores da Declaração assumem a seguinte Agenda de Trancoso, como compromisso prioritário para promover o desenvolvimento das pessoas e territórios.

- Empenhamo-nos na formulação e promoção de políticas activas de discriminação positiva, dirigidas a pessoas e territórios, rurais e urbanos, em risco ou situação de exclusão. Estas políticas devem contemplar as especificidades de cada território, atribuindo um papel central ao investimento público.

- Assumir a necessidade de uma nova atitude de intervenção das OIDL, que corresponda aos actuais desafios da economia global colocados ao desenvolvimento do país.

- Trabalhar desde já a formulação de propostas que conduzam a um novo relacionamento da sociedade civil com o Estado, consubstanciado na assinatura de uma Carta de Relacionamento e na definição de um Quadro Estratégico que permita a contratualização com as OCS.

- Estudar um enquadramento jurídico e fiscal das OCS que reconheça as especificidades destas entidades prestadoras de serviços de carácter público.

- Apoiar as economias locais através de:

- adequação do quadro legal;
- apoio técnico à produção e escoamento dos produtos locais;
- criação e dinamização de instrumentos financeiros de base local, articulando autarquias, empresas e instituições financeiras.

- Criação do estatuto do micro-empresário, que reconheça a sua especificidade e importância para as economias locais.

VI MANIFesta, Trancoso, 29 de Maio de 2005